

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE - MESTRADO
LINHA DE PESQUISA – TEORIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

**TELEVISÃO E EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA
DO BRASIL – TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11**

Recife, 2015

MARIA CLARA DE AZEVÊDO ANGEIRAS

**TELEVISÃO E EDUCAÇÃO:
HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV EDUCATIVA
DO BRASIL – TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de título no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE.

Orientador: Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza.

Recife, 2015

A581t	Angeiras, Maria Clara de Azevêdo. Televisão e educação: história da criação da primeira TV Educativa do Brasil – TV Universitária, Canal 11 / Maria Clara de Azevêdo Angeiras. – Recife: O autor, 2015. 214 f. ; il. ; 30 cm. Orientador: Edilson Fernandes de Souza. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015. Inclui Referências e Anexos 1. Televisão na educação. 2. Comunicação na educação. 3. Radiodifusão educativa. 4. Televisão - História. 5. UFPE – Pós-graduação. I. Souza, Edilson Fernandes. II. Título. 371.3358 CDD (23. ed.) UFPE (CE2015-41)
--------------	--

MARIA CLARA DE AZEVÊDO ANGEIRAS

**TELEVISÃO E EDUCAÇÃO: HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA TV
EDUCATIVA DO BRASIL - TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Educação da Universidade Federal
de Pernambuco, como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Educação.

Aprovada em: 17/04/2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edílson Fernandes de Souza (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Paula Reis Melo (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. José Luís Simões (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me manter firme em minha fé não me deixando esmorecer diante dos desafios; a minha filha pelo seu amor incondicional na certeza de que sempre podemos contar uma com a outra, mas principalmente pela compreensão e apoio, nas risadas e lágrimas que partilhamos e aos meus pais pelo carinho e dedicação ao entender meu distanciamento.

Ao meu orientador, Prof. Edilson Fernandes por sua firmeza serena ao me indicar a direção, quando havia tantos caminhos ou ainda me guiar quando eu não enxergava nenhum e me reconduzir ao destino na minha busca pelo conhecimento.

Aos membros da banca, cujo discernimento abriu os horizontes da nossa pesquisa e apontou, dentre meus erros e acertos, os aspectos onde eu poderia me superar.

Agradeço o acolhimento dessa pesquisa pelo Programa de Pós-Graduação da UFPE, ao enxergar na interdisciplinaridade da Comunicação com a Educação o potencial histórico para a Universidade, Pernambuco e para o Brasil. Transformei-me, de jornalista, em educadora.

Aos amigos de todas as horas, a minha família, aos colegas de trabalho e de classe por caminharem ao meu lado. Enfim, a todos que de alguma maneira contribuíram para a realização dessa pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer às pessoas que se dispuseram a colaborar com valiosos depoimentos registrados nas entrevistas, especialmente aos mestres cuja inspiração se tornou voz na história.

“[...] pensar o dia de hoje e anunciar o que pretendemos dos dias futuros desse caminho que foi aberto, às nossas melhores esperanças, no dia 22 de novembro de 1968, quando se inaugurou este “braço mais longo” da Universidade Federal de Pernambuco: a Televisão Universitária Reitor Murilo Guimarães – Canal 11.”¹

Sebastião Hollanda Cavalcanti.

¹ TVU. **Televisão Universitária – Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU** – Relatório 1971, Recife, PE, 1971. p. 01.

RESUMO

O estudo propõe reunir saberes de educação e comunicação fazendo um recorte histórico entre o final da década de 1960, década de 1970 até a década de 1980, com foco em 1968, ano de criação da primeira TV Educativa do Brasil: a TV Universitária (TVU) – Canal 11 VHF, Órgão Suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); norteado pela história da educação e pela análise da produção audiovisual em contraponto a realidade social, com o objetivo de analisar a contribuição da TVU para a educação. Da criação da emissora no período mais conflitante do regime militar, concomitantemente à efervescência cultural da época, emerge a problemática: A 1ª TV Educativa, TV Universitária, Canal 11, cumpriu a missão para a qual foi criada, de que maneira a emissora contribuiu para a educação? A TVU foi mais um canal para expressão cultural ou uma ferramenta de controle social? Em resposta a esse questionamento e ao objetivo proposto, a pesquisa adota em sua metodologia o uso de documentos oficiais, fotos, programas antigos de TV e registro da História Oral; embasada por teóricos como Otaíza Romanelli, Demerval Saviani, Pierre Bourdieu, Flavio Brayner e Antonio Montenegro. A resultante dessa investigação busca somar ao Núcleo de Teoria e História da Educação da UFPE a congruência de duas vertentes que se cruzaram historicamente em PE, com finalidade socioeducativa no cenário político da época. Conclusivamente, comprova a missão da emissora na formação do cidadão e difusão da cultura regional, analisa as políticas educacionais e a metodologia pedagógica adotada nos programas educativos de TV; e academicamente, gera produção bibliográfica sobre o tema, bem como documentação da história própria instituição e da televisão brasileira.

Palavras chave: Educação, comunicação, televisão, história e radiodifusão.

ABSTRACT

This research study proposes to assemble education and communication knowledge by analyzing a historical period between the end of the 1960s, the 1970s until the 1980s, focusing on 1968, the year when the first Educational TV was created in Brazil: *TV Universitária* (TVU) – Channel 11 VHF, a supplemental authority of *Universidade Federal de Pernambuco* (UFPE). Being guided by the history of education and the analysis of the audiovisual production in contrast with the social reality, we aimed at analyzing TVU contributions to Education. From the creation of TVU Channel during the most conflicting period of Brazilian military government, concomitantly with the cultural ferment of the time, the following questions are raised: did *TV Universitária*, the first Educational TV in Brazil broadcasted on Channel 11, fulfill the purposes for which it was created? How there any contribution to education? Was TVU another channel for cultural expression or another tool for social control? In order to respond to the questions proposed and to achieve this research study objective, it is adopted as a research methodology the use of official documents, photos, old TV shows and oral history records; this research study is also theoretically supported by Otaíza Romanelli, Demerval Saviani, Pierre Bourdieu, Flavio Brayner and Antonio Montenegro. The results of this investigating study intend to add the congruence of two branches, which historically crossed in Pernambuco, to the Education History and Theory Research Center at UFPE, with a socio-educational purpose on the political frame in this span of time. As an outcome, it proves the mission of TVU channel in the educational training of citizens and in the dissemination of regional culture, and it also analyzes the educational policies and pedagogical methodology that were adopted in the educational TV programs. Furthermore, it provides academic bibliographic production on the subject, as well as documentation regarding the history of TVU and the history of Brazilian television.

Keywords: Education, communication, television, history and broadcasting.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

ABPEC – Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais.

ACERP – Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto.

AI – Ato Institucional.

AID – *Agency for International Development*, forma reduzida de USAID.

AM – Amazonas.

AM – Amplitude Modulada.

ARENA – Aliança Renovadora Nacional.

BANDEPE – Banco de Desenvolvimento de Pernambuco.

BBC – *British Broadcasting Corporation*.

CBT – Código Brasileiro de Telecomunicações.

CE – Ceará.

CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CODI – Centro de Operações de Defesa Interna.

CONDI – Conselho de Defesa Interna.

CONTEL – Conselho Nacional de Telecomunicação.

CRPER – Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife.

DBS – *Direct Broadcasting Satellite*.

DEPS – Divisão de Pesquisas Sociais.

DOI – Destacamento de Operações de Informações.

DOU – Diário Oficial da União.

DTH – *Direct To Home*.

EAD – Ensino a Distância.

EBC – Empresa Brasileira de Comunicação.

ES – Espírito Santo.

ESG – Escola Superior de Guerra.

FCBTVE – Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa.

FM – Frequência Modulada.

FMI – Fundo Monetário Internacional.

GT – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária.

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior.

INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos.

ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica.

LDB – Leis de Diretrizes e Bases.

MA – Maranhão.

MC – Ministério das Comunicações.

MDB – Movimento Democrático Brasileiro.

MEC – Ministério da Educação e Cultura.

MMDS – *Multichannel Multipoint Distribution System*.

NHK – *Nippon Hōsō Kyōkai*.

OEA – Organização dos Estados Americanos.

PE – Pernambuco.

PLANATE – Plano Nacional de Tecnologia Educacionais.

PROCIT – Pró-Reitoria de Comunicação, Informação e Tecnologia da Informação.

PRONTEL – Programa Nacional de Teleeducação.

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro.

PST – Partido Social Trabalhista.

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S/A.

RJ – Rio de Janeiro.

RN – Rio Grande do Norte.

RPTV – Rede Pública de Televisão.

RS – Rio Grande do Sul.

SEAT/MEC – Secretaria de Aplicações Tecnológicas, ligada ao Ministério da Educação e Cultura.

SEFORT – Secretaria de Formação e Tecnologia.

SEGIC – Secretaria de Gestão da Informação e Comunicação da UFPE.

SERPE – Setor de Rádio-TV Educação.

SERTE – Setor de Rádio e Televisão Educativa.

SINATE – Sistema Nacional de Teleeducação.

SINRED – Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa.

SINTED – Sistema Nacional de Televisão Educativa.

SNI – Sistema Nacional de Informação.

SP – São Paulo.

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

TVE – TV Educativa.

TVU – TV Universitária.

UDN – União Democrática Nacional.

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco.

UHF – *Ultra High Frequency*.

UNE – União Nacional dos Estudantes.

UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco.

USAID – *United States Agency for International Development*.

VHF – *Very High Frequency*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. HISTÓRIA DAS LEIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL	21
1.1 Criação e avanço das políticas de educação	21
1.2 Cenário sócio-histórico e político como fundamentação para políticas educacionais.....	37
2. HISTÓRIA DA REGULAMENTAÇÃO DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL	47
2.1 Valores que fundamentaram a criação da TV Educativa.....	47
2.2 História da criação da TV Educativa - Normas e leis de regulamentação da radiodifusão.....	53
2.3 TV Educativa: Uma discussão teórica	65
2.4 O modelo público brasileiro	71
3. ANÁLISE: HISTÓRIA DA TV UNIVERSITÁRIA (TVU), CANAL 11.....	75
3.1 A implantação da TVU: Educação, comunicação e as relações de poder.....	76
3.2 Educação, cultura e comunicação de massa na Teleeducação – Formação x <i>fast food</i> cultural.....	88
3.3 Missão da TVU, a contribuição para a educação, a consolidação da TV Educativa e a censura	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXOS.....	173
A) Outorga de concessão Canal 11 VHF.....	173
B) Contrato CONTEL / UFPE.....	174
C) Termo Cessão Gratuita do terreno TVU.....	175
D) Planta terreno TVU.....	179
E) Plantas originais TVU – 1966.....	180
F) Organograma TVU e gráfico de programação.....	183
G) Mapa Alcance TVU, pesquisa de audiência – 1969.....	184
H) Planilha convênios TVU – 1972.....	186
I) Quadro de vinculação política e administrativa – PLANATE 1973.....	188

J)	Catálogo de Produção da TVU 1982-1986.....	189
K)	Relação de diretores TVU (NTVRU).....	190
L)	Fotos dos entrevistados.....	191
M)	Fotos da TVU década de 1960.....	192
N)	Fotos da TVU década de 1970.....	193
O)	Fotos da TVU década de 1980.....	198
P)	Regimento da Televisão e Rádio Univesitárias 1972.....	199
Q)	Logomarcas da TVU.....	214

INTRODUÇÃO

A congruência de duas vertentes - comunicação e educação - se cruzaram historicamente em Pernambuco, com um objetivo socioeducativo, no cenário político de uma época: de um lado o pioneirismo da UFPE, somado à distribuição das concessões de canais abertos de TV na esfera da comunicação pública; do outro um país sob os grilhões da ditadura no regime militar, cuja liberdade de imprensa houvera sido cercilhada.

Dentro desse cenário se incluíram a crise na educação e a Reforma Universitária; a cooperação financeira com assistência técnica prestadas pela *United States Agency for International Development (USAID)*², com os diversos acordos MEC-USAID; e o nascimento da primeira TV Educativa do Brasil: a TV Universitária-Recife (TVU) , Canal 11 VHF³. Emissora de *broadcasting* ou seja, canal aberto de televisão atualmente ligada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Com a particularidade de ser um Órgão Suplementar da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), tem o seu surgimento relacionado à história da educação no Estado.

O fato marcou o nascimento do que viria a ser, décadas mais tarde, o Sistema Brasileiro de Comunicação Pública. Formado pelas televisões públicas, educativas, comunitárias, universitárias e legislativas, esse Sistema se estruturou com o Marco Regulatório para a Televisão Pública no Brasil, proposto a partir da implantação da tecnologia digital.⁴

Para contar a história da criação da TV Universitária, Canal 11 e os direcionamentos traçados pela emissora, o estudo propôs um recorte histórico focado em 1968, ano de

² USAID – Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, tradução da pesquisadora.

³ De acordo com o Ministério das Comunicações, as TV's operam em duas frequências: VHF é a sigla para o termo inglês *Very High Frequency* (Frequência Muito Alta) que designa a faixa de radiofrequências de 30 a 300 MHz.. No Brasil inclui os canais de 2 a 13; é normalmente utilizada para transmissão de rádio FM (comumente em 88-108 MHz) e transmissões televisivas (em conjunto com a faixa de frequência UHF). Também é geralmente usada para sistemas de navegação terrestre, comunicações aéreas (dos aviões) e radioamadorismo. UHF (*Ultra High Frequency*), que significa Frequência Ultra Alta; designa a faixa de radiofrequências de 300 MHz até 3 GHz. É uma frequência comum para propagações de sinais de televisão e de canais em HDTV, rádio, transceptores, bluetooth e redes wireless. No Brasil inclui os canais de 14 a 69.

⁴ A definição dos modelos de sistemas de Comunicação (público, privado e estatal) foi proposta na I Conferência Nacional de Comunicação em 2009.

inauguração do primeiro canal de TV Educativa. Para compreensão dos fatos que levaram à sua concepção e análise dos desdobramentos, nossa pesquisa estabeleceu sua temporalidade entre o final da década de 1960 até os anos 1980.

Por conseguinte, destacamos no primeiro capítulo a história das leis da educação no Brasil com a criação das políticas de educação e os avanços referentes ao período; e para fundamentação destas, o cenário sócio-histórico político. Em razão de termos como objeto de estudo um veículo de comunicação, fez-se necessário abordarmos no segundo capítulo, num breve relato, a história da regulamentação da radiodifusão no Brasil, os valores que nortearam a criação da TV Educativa, com as respectivas normas e leis. Complementando esse embasamento, trouxemos uma discussão teórica sobre TV Educativa em suas diferentes percepções conceituais, tomando como referencial as televisões não comerciais, sem fins lucrativos e, a partir dessa abordagem, buscamos identificar o modelo público brasileiro.

Isso posto, partimos no último capítulo para a análise da história da TV Universitária propriamente dita, desde a sua implantação até as primeiras operações de transmissão em rede. Subdividimos esse capítulo de acordo com a descrição a seguir.

Iniciamos esse registro histórico reunindo informações da década de 1960, que nos revelaram os valores que preconizaram a criação da primeira TV Educativa no país. Os fatos ocorridos nesse período retrataram os conflitos decorrentes das relações de poder, tanto no cenário nacional, como dentro da própria UFPE, que se encontrava em pleno processo de Reforma Universitária. Destacamos o ano de 1968, com a inauguração da emissora.

Seguimos a história da TVU pela década de 1970, período em que foram distribuídas as concessões de canais públicos de TV's Educativas, pelo Governo Federal, concedidas aos Estados e a autarquias, quando até então só havia canais privado-comerciais. Analisamos os elementos de sistematização da educação, cultura e comunicação de massa na Teleducação, comparativamente entre a formação e *fast-food* cultural, através dos programas de TV, sobretudo, educativos, desenvolvidos nesse período, e a pedagogia utilizada.

Fechamos o nosso recorte histórico na década de 1980, até onde nos foi possível observar se houve consolidação (ou não) dos rumos propostos na missão da TVU, em seus princípios baseados na cultura, educação e informação, ressaltando os avanços e retrocessos. Uma fase marcada também pela mudança de operação das emissoras educativas, quando passaram a transmitir uma grade de programação organizada em rede nacional, com transmissão via Satélite. Embasados pela discussão teórica em torno dos modelos de TV

Educativa, pudemos observar, nesse período, um aumento nas características que aproximaram a TVU do modelo de TV Cultural, conceitualmente. Analisamos ainda, os mecanismos pelos quais a TV exerce uma forma de violência simbólica.

Nascidas no governo militar entre 1964 e 1985, as emissoras educativas tinham como vocação a educação à distância, formatando conteúdo em educação formal ou entretenimento para formação cultural. A análise da produção audiovisual, em contraponto à realidade social vigente e às políticas educacionais, possibilitou focarmos na contribuição da TVU para a educação, enquanto produtora de conhecimento e sua aplicabilidade. A resultante dessa investigação se enquadrou, portanto, dentro da linha de pesquisa Teoria e História da Educação, desenvolvida no programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE, da UFPE.

Esta ótica nos permitiu a interpretação da produção do conhecimento audiovisual em contraponto à realidade social, com foco na contribuição à educação e serviço público de informação. Para tanto se fez necessário entender a história da educação no Brasil e seus desdobramentos de então. Consideramos a predominância da educação tecnicista, a influência norte-americana na educação (via acordos políticos/financeiros) e a relação do veículo de comunicação com a educação.

A distribuição das concessões de canais abertos de TV e a regulamentação da radiodifusão, sobretudo os classificados como educativos, estivessem eles sob a tutela do governo federal ou dos estados da federação, emergiu em um período aparentemente contraditório ao Ato Constitucional AI-5, revelando a problemática e questionamentos:

- A 1ª TV Educativa, TV Universitária (TVU) Canal 11, cumpriu a missão para a qual foi criada e de que maneira a emissora contribuiu para a educação?
- A TVU foi mais um canal para expressão cultural ou uma ferramenta de controle social?

O prédio situado na Av. Norte, 68, no bairro de Santo Amaro, em Recife, por si só transformou-se em parte dessa história e se inseriu na memória sociopolítica. Ele foi construído para abrigar a primeira TV Educativa do país, cujo terreno foi doado à UFPE pelo 4º Exército, em pleno regime militar. O resgate de fatos e atos que possibilitaram a operacionalização da emissora da UFPE visou preencher uma lacuna histórica do reconhecimento público do pioneirismo da Teleducção em Pernambuco.

Nossa pesquisa se tornou imprescindível ao constataremos que, a partir de 2018, com a migração dos canais de TV analógicos para o sistema digital, o Canal 11 na frequência UHF

deixará de existir, tornar-se-á história. A emissora ocupará o Canal 40 no espectro da banda larga.⁵

Esse estudo constituiu-se em um registro do patrimônio material e cultural, desde a estrutura técnica-operacional até a grade de programação, através de depoimentos de professores, técnicos e servidores que passaram pela emissora. As informações obtidas por meio da História Oral, complementada e confrontada com os documentos, foram materiais de essenciais para análise de dados na reconstituição da história, pois, segundo Pierre Bourdieu⁶ (2003, p.706), “quando se apoia num conhecimento prévio das realidades que a pesquisa pode fazer surgir as realidades que ela deseja registrar”. Geramos, academicamente, produção bibliográfica sobre o tema, bem como destacamos o valor da documentação da própria Instituição.

Objetivamente, buscamos de uma maneira geral:

- Analisar a criação da primeira TV educativa do Brasil – TV Universitária – Recife – TVU, sua importância e o tipo de contribuição para a educação, enquanto outorga de canal de TV cedido a uma instituição pública.

Especificamente: Analisar a história das leis da educação no Brasil; identificar as metas e política de educação no período do estudo através da análise da Lei de Diretrizes e Base, e identificar o cenário sócio-histórico político como fundamentação para as políticas educacionais; analisar a história da regulamentação da radiodifusão no país e os valores que fundamentaram a criação da TV Educativa; ampliar a discussão teórica dos diferentes modelos conceituais de televisão não comerciais, sem fins lucrativos, para análise do modelo público brasileiro; analisar na história da TV Universitária a sua contribuição para a educação através de sua estruturação enquanto Órgão Suplementar de uma Universidade Federal, da distribuição dos espaços na grade de programação por área (quanto ao conteúdo educação, cultura, esportes, informação, etc.) e das linhas pedagógicas adotadas nos programas

⁵ Banda larga é o espectro de radiofrequência, o espaço, onde são transmitidos os sinais das emissoras de rádio e televisão. De acordo com o Ministério das Comunicações, o prazo inicial para a migração era 2016, mas foi adiado em fevereiro de 2015 para o ano de 2018, devido à grande existência, ainda, de aparelhos de TV's analógicos; o adiamento prevê a adaptação da população e a ampliação de acesso à tecnologia digital.

⁶ Pierre Bourdieu, em *A Miséria do Mundo*, Petrópolis, RJ, Vozes (2003, p. 693 –732) fala da relação de pesquisa como uma relação social, que como tal exerce seus efeitos e variáveis que podem afetar os resultados. Ele ressalta o método da reflexividade reflexa que permite no campo, na própria condução da entrevista, perceber e controlar os efeitos da estrutura social na qual se realiza, em que o uso da interrogação científica exclui, por definição, exerce qualquer forma de violência simbólica.

educativos, transmitidos pela primeira vez por um canal de TV criado com essa finalidade específica.

Os caminhos da contextualização do estudo em Pernambuco levaram, necessariamente, ao Núcleo de Teoria e História da Educação do Centro de Educação – CE, e, sobretudo, à interdisciplinaridade do tema, norteado pelos aspectos históricos e socioeducativos que resultaram na criação de TV's Educativas no país, ponderando-se o pioneirismo em um novo conceito que buscou ir além do entretenimento e sua importância para a UFPE.

A metodologia norteou-se sob dois aspectos: conceituais e empíricos. No primeiro, foi preciso buscar na bibliografia, na argumentação teórica de Pierre Bourdieu (1997), Otaíza Romanelli (2012), Demerval Saviani (2008), Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947) e Flávio Brayner (2008); também em Antônio Montenegro (2008) e Paul Thompson (1998), dentre outros, os fundamentos para análise e correlação dos aspectos identificados nos objetivos.

Nesse contexto, a opção metodológica buscou em Pierre Bourdieu (1997) a análise sociológica da televisão e seus mecanismos de controle social, como por exemplo, a violência simbólica “que se exerce com a tácita cumplicidade dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem” (BOURDIEU, 1997, p.22). De acordo com o autor, a sociologia tem como função, desvelar e contribuir para minimizar tais forças, que se exercem nas relações sociais, nas relações de poder e, em particular, nas relações da comunicação pela mídia.

Entender a natureza desse relacionamento com a educação nos remeteu ao que Brayner (2008) se referiu como tradição escolar republicana, em que a república no Brasil praticamente dispensou a escola como instrumento republicano por excelência, “na incapacidade de nossa República em oferecer as bases e instrumentos que permitiram, a todo indivíduo, tornar-se visível” (BRAYNER, 2008, p.38). Diferentemente da França ao imaginar, conforme o autor, após a Revolução Francesa, que a “Instrução Pública e a Educação poderiam criar um povo: o corpo político da Nação una e indivisível, e que ler, escrever e contar representavam os instrumentos básicos que possibilitam a intervenção popular na Cidade” (BRAYNER, 2008, p.15).

A relevância da abordagem sob o ponto de vista da educação está no seu poder de transformação, no lugar público de diálogo e da ação, formando a capacidade de pensar e

judgar. Está no avanço tecnológico que representou levar a escola além da sala de aula, através da TV, ou ainda, levar a sala de aula até as pessoas; com projetos de educação à distância.

Pela interdisciplinaridade, no âmbito da Comunicação nosso estudo nos remeteu aos conceitos de Indústria Cultural e Cultura de Massa⁷, abordados pelos teóricos da Escola de Frankfurt, Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947), que emergiram do processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos do sistema, ao percebermos a educação televisiva como parte do projeto de desenvolvimento do governo militar.

Essa questão evidenciou o relacionamento entre a indústria da mídia, o Estado e as economias capitalistas entendendo que toda cultura de massa é ideológica, tendo como efeito engordar a massa passiva de consumidores. Em contraponto à ideia de educação libertadora difundida por Paulo Freire (1970) contemporaneamente e predominante na linha dos programas educativos, corroborou com a dicotomia da TV como um canal de expressão cultural e ao mesmo tempo, uma ferramenta de controle.

No segundo aspecto norteador da metodologia, realizamos a pesquisa empírica, através de registro em História Oral. Foram realizadas dez entrevistas com professores e servidores da UFPE, incluindo também técnicos, produtores e jornalistas que passaram pela emissora, no período de final da década de 1960, décadas de 1970 e 1980. Durante a pesquisa de campo para investigação, coletamos documentos, vídeos, fotos e antigos programas de TV do acervo da emissora.

Foi relevante buscar embasamento para a construção textual, sob o diagnóstico de dois autores, o primeiro, Paul Thompson (1998), na transferência de conhecimento através da oralidade para o registro histórico, ponderando-se que o autor discutiu a fiabilidade da prova oral e considerou o contexto do desenvolvimento da escrita histórica incluindo a sua função social. Mas principalmente em Antônio Torres Montenegro (2008), cujo aporte foi fundamental para o desenvolvimento de uma metodologia no “fazer historiográfico” (MONTENEGRO, 2008, p. 10) que articulou experiência e reflexão sobre história, memória, pesquisa e ensino de história.

⁷ Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento*, fazem uma reflexão sobre a mistificação das massas no processo de construção da mentalidade subordinada, como mentalidade (subjetividade) média, que corresponde à produção, distribuição e consumo do produto cultura de massa, que gera um comportamento médio, de projeção de ser consumista.

A escolha desses teóricos se deu à propriedade do objeto de estudo habitar o cotidiano das pessoas, a televisão, simultaneamente à sua contribuição para a educação. Consequentemente, tornou-se condição *sine qua non* trazer o contexto da comunicação para a educação e para a história da educação. Na elaboração de uma conclusão, nossa pesquisa buscou reconstruir um retrato da época enriquecido pelos diversos aspectos relacionados à história da educação, abrangendo conhecimentos teóricos e empíricos, sob a perspectiva da problemática em análise, não se limitando apenas, porém de forma construtiva a se abrir às possibilidades que a pesquisa revelou ao longo do percurso.

A parte documental referiu-se às normas, à LDB e às metas da educação, conjuntamente com o resgate de documentação original que nos remeteu à concessão do canal, em atas ou relatórios da Universidade, ofícios de diversos órgãos e na tentativa de resgate de programas televisivos, fotos e fatos obtidos através de História Oral, que reencontraram a História Oficial sob um novo ponto de vista.

A captação das entrevistas (História Oral) foi realizada por meio de gravação em áudio e vídeo, considerando ser a pesquisadora jornalista atuante na direção e produção de programas e filmes. Durante essa captação e ao longo da análise de dados, a metodologia científica se sobrepôs ao foco jornalístico, através do referencial teórico e de métodos previamente definidos em padronização dos procedimentos.⁸ A contribuição da pesquisa de campo representou material essencial, pela inexistência de bibliografia a respeito do tema, permitiu a construção do cenário em que surgiu a TVU, sua estrutura técnica e patrimonial, o desenvolvimento dos primeiros programas e as atividades do seu corpo operacional. Nesse contexto, vale ressaltar a importância das entrevistas com os profissionais ligados à produção de conteúdo televisivo.

Parte desse material de base, obtido em campo, além de representar o registro do patrimônio histórico da TVU, também poderá, futuramente, ser usado pela pesquisadora para posterior produção de vídeo documentário a ser exibido em TV aberta, com inclusão de cópia para arquivo na Biblioteca Central da UFPE como parte do acervo digital da Instituição e encaminhamento à EBC para registro, documentação e solicitação de exibição em grade

⁸ Descritos por Pierre Bourdieu em *A Miséria do Mundo* (1997), ao descrever a pesquisa por entrevista como método que se apoia em relações sociais, também refere-se ao limite tênue entre a empatia com o entrevistado e o distanciamento científico.

nacional. Essa possibilidade somente se concretizará mediante obtenção de aporte financeiro que possibilite a sua produção e finalização.

A relevância está em desenvolver uma pesquisa em História da Educação, cujo objeto de estudo buscou elucidar o cenário político (1968), as metas da educação na época, bem como a missão de uma emissora de televisão pública, ou seja, um canal de TV outorgado a uma autarquia, que se propunha ser educativo e sua aplicabilidade. Partimos do pressuposto que usar um aparato tecnológico para disseminação de conhecimento foi um avanço até então inimaginável. É difícil pensar nisso quando estamos em 2015, na era da internet, quando até a TV é superada em velocidade e conteúdo.

Reunir num estudo os aspectos sociológicos, educativos e políticos, focado no final da década de 1960 e nas décadas de 1970 e 1980, procurou resgatar as práticas televisivas e educativas das importantes agentes socializadoras: cultura e comunicação de massa e o impacto social, fortalecendo o campo de pesquisa entre educação e comunicação. Isso trouxe a educação para o eixo da discussão.

A resultante da investigação visou também ajudar-nos a entender a missão da TV Educativa, no momento em que amplia seu conceito de TV Pública, redireciona sua política interna e aparato tecnológico, com a migração para o sistema digital, que deverá ser concluída em 2018, imposta pela legislação, impactando diretamente no desaparecimento do Canal 11 VHF. Oportunamente somou academicamente à produção bibliográfica deste Núcleo do CE sobre o tema, bem como à documentação da própria Universidade.

Por último, buscamos o conhecimento acadêmico, com o compromisso de aplicá-lo na própria TVU⁹ e o aperfeiçoamento profissional desta Instituição de ensino, a UFPE. Como jornalista atuante em TV educativa há mais de 20 anos, com experiência profissional na área de Teleducção tanto no serviço público (TVU) como na iniciativa privada (Canal Futura – Fundação Roberto Marinho, Organizações Globo), este estudo representou para a pesquisadora inserir-se efetivamente na ação de resgate histórico e investigativo, norteado pela aplicação do conceito educativo na disseminação de conhecimento e desenvolvimento do

⁹A pesquisadora integra o quadro de servidores da UFPE, lotada no NTVRU – como jornalista da TV Universitária desde 1994.

“capital cultural”, definido por Pierre Bourdieu ¹⁰ (2013, p.10), e que colocou em foco a primeira emissora educativa do Brasil.

O acolhimento da nossa pesquisa pelo Núcleo de História da Educação possibilitou o estudo, sob a perspectiva da transferência de conhecimento. “Afim a história se escreve a partir do presente, das novas questões que são colocadas pela atualidade, outras perspectivas teórico-metodológicas, outras fontes” (MONTENEGRO, 2008, p.19).

¹⁰Segundo Bourdieu há três tipos de capital cultural: o incorporado, que é adquirido pelo indivíduo a partir de seu desempenho, disposição para o estudo e consequentemente incorporação do conhecimento; o objetivado, que é identificado a partir dos bens culturais produzidos pelo indivíduo, como pinturas, textos, monumentos etc.; e o institucionalizado, que se manifesta por meio de títulos e diplomas obtidos. Pesquisas em Teoria e História da Educação (2010,p.19). Isso foi aprofundado na pesquisa, mais adiante.

1. HISTÓRIA DAS LEIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Para compreendermos a criação da primeira TV Educativa do Brasil, a TV Universitária (TVU), Canal 11, fez-se necessário entendermos alguns aspectos da história da educação no país e analisarmos como se deu a criação e o avanço das políticas de educação. Destacamos as duas primeiras LDB's como marco e também pela sua contemporaneidade histórica ao recorte temporal proposto na nossa pesquisa. Buscamos estabelecer uma relação entre a política educacional e as metas da educação, associada à pedagogia tecnicista e à missão da TVU enquanto disseminadora de cultura e conhecimento. Fizemos um breve relato do cenário sócio-histórico político do país, essencial para contextualização e compreensão do direcionamento das leis de educação.

1.1 Criação e avanço das políticas de educação.

Historicamente a palavra “educação” não consta nos primeiros documentos oficiais que regiam o país, entenda-se, a Constituição de 1824 e a Constituição de 1891. Esta, já no período republicano, pouco trata sobre o tema, na época cada unidade federativa tinha autonomia, ficando subentendido que a legislação dessa questão deveria ser resolvida no âmbito dos estados. Dessa forma, “cabia à Federação apenas o ensino superior da capital (art. 34º), a instrução militar (art. 87º) e a tarefa, não exclusiva, de "animar, no país, o desenvolvimento das letras, artes e ciências" (art. 35º).” Até 1930 os assuntos relacionados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional de Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. O Ministério da Educação só foi criado em 1931.

A Constituição de 1934 dedicou um capítulo inteiro à educação, em seu “Artigo 5º - Compete privativamente à União... XIV - traçar as diretrizes da educação nacional;” e, pela primeira vez, fala sobre a criação e execução de um plano nacional de educação, minudenciando o tema no Título V – Da Família, da Educação e da Cultura, mais especificamente no “Capítulo II, Art 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de

educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País;”¹¹

Embora tudo estivesse devidamente registrado no papel e previsto na Constituição desde 1934, na prática foi bem diferente. O primeiro projeto de lei foi encaminhado do Executivo para o Legislativo em 1948, o debate até o texto final durou treze anos. Somente em 20 de dezembro de 1961 foi publicada a Lei 4.024, pelo presidente João Goulart. A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB).

A celeuma se arrastou ao longo de pouco mais de uma década devido à disputa de dois grupos políticos para elaboração do texto final. Dentre os pontos divergentes estavam, de um lado, os estatistas (de esquerda) que defendiam o princípio de que o Estado precede o indivíduo na ordem de valores e que a finalidade da educação é preparar o indivíduo para o bem da sociedade, e assim só o Estado deve educar. Também que escolas particulares podiam existir, mas como uma concessão do poder público.

E do outro lado, os liberalistas (de centro e de direita), para os quais a pessoa possui direitos naturais e que não cabe ao Estado garanti-los ou negá-los, mas simplesmente respeitá-los. A educação é um dever da família, e esta deve escolher dentre as opções de escolas particulares. Ao Estado caberia a função de traçar as diretrizes do sistema educacional e garantir, por intermédio de bolsas, o acesso às escolas particulares para as pessoas de famílias de baixa renda.

Ainda havia a questão do ensino religioso como ponto divergente, assinalando uma reaproximação entre Igreja e Estado, ficando ao final como facultativo o ensino religioso de acordo com cada crença e família¹².

No texto aprovado pelo Congresso prevaleceu a ideia de unidade gerada por um plano nacional de educação e da escolaridade primária obrigatória, visando combater a ausência de unidade política entre as unidades federativas, sem com isso tirar a autonomia dos estados na

¹¹ Esse capítulo da Constituição de 1934 defere sobre os diversos aspectos da educação desde as competências de cada estado às da federação, também sobre formação de professores, ensino religiosos, além do plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras seus prazos determinados e normas.

¹² Enquanto a proclamação da República teve como pano de fundo a separação entre Estado e Igreja, a segunda Carta marca essa reaproximação. No que diz respeito à educação, instaura o ensino religioso de caráter facultativo, e de acordo com os princípios de cada família, nas escolas públicas (art. 153º).

implantação de seus sistemas de ensino. Venceram os educadores liberais, dentre os quais se destacava Anísio Teixeira.

Resumidamente as principais características da primeira LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961, eram:

- Concessão de maior autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC (art. 10);
- Regulamentação de existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação (art. 8 e 9);
- Garantia do empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação (art. 92);
- Não exclusividade do dinheiro público às instituições de ensino públicas (art. 93 e 95);
- Obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do Ensino Primário (art. 30);
- Formação do professor para o Ensino Primário no ensino Normal de grau Ginásial ou Colegial (art. 52 e 53);
- Formação do professor para o Ensino Médio nos cursos de nível Superior (art. 59);
- Ano letivo de 180 dias (art. 72);
- Ensino religioso facultativo (art. 97);
- Permissão para o ensino experimental (art. 104);

Observamos que houve uma retirada da autonomia e de recursos da esfera pública, para privilegiar a esfera privada (art. 93 e 95), isso ocorreu num cenário sociopolítico que detalharemos mais adiante, de um país que não dispunha de recursos para estender sua rede oficial de ensino, de forma a contemplar toda a população em idade escolar. Consequentemente, marginalizou cerca de 50%, refletindo o jogo de influências que as camadas dominantes exerceram sobre os representantes políticos no legislativo.

A LDB de 1961 em termos de desenvolvimento buscou organizar o ensino formal, entretanto distanciou-se de criar um sistema educacional que pudesse inserir-se no sistema de produção do país, em consonância com os progressos sociais alcançados. Sua elaboração revelou uma compreensão limitada sobre educação como fator de desenvolvimento, como afirmou Florestan Fernandes:

Os países subdesenvolvidos são, também, os que mais dependem da educação como fator social construtivo. Tais países precisam da educação para mobilizar o elemento humano e inseri-lo no sistema de produção nacional; precisam da educação para

alargar o horizonte cultural do homem, adaptando-o ao presente e a uma complicada trama de aspirações, que dão sentido e continuidade às tendências de desenvolvimento econômico e de progresso social; e precisam da educação para formar novos tipos de personalidade, fomentar novos estilos de vida e incentivar novas formas de relações sociais, requeridos ou impostos pela gradual expansão da ordem social democrática. Todavia esses países não encontram, na situação sociocultural herdada, condições que favoreçam quer uma boa compreensão dos fins, quer uma boa escolha dos meios para atingi-los. Mesmo os recursos materiais, humanos e técnicos, mobilizados efetivamente, acabam sendo explorados de maneira extensamente irracional e improdutivo (apud ROMANELLI, 2012, p.189).

Considerando a educação como fator importante para o desenvolvimento e a democracia, ela torna o indivíduo mais produtivo e, ao mesmo tempo, o capacita para uma participação nas riquezas que criou. Dessa forma a educação funciona como fator de distribuição mais equitativa e mais justa da riqueza gerada pelo sistema de produção. Na medida em que as classes menos favorecidas tomam consciência desse papel da educação há uma tendência ao aumento da demanda.

Não se trata de um crescimento espontâneo, mas resultante de dois fatores: O primeiro, a educação como caminho para aquisição do domínio de mecanismos de leitura e escrita, como técnicas básicas para assegurar uma posição na cadeia de produção; e o segundo, o desenvolvimento de uma consciência coletiva para as vantagens de se possuir uma posição nesse sistema de produção. Essa a razão pela qual a educação não compete a iniciativa privada, mas ao Estado, de maneira a chegar aos que estão à margem das necessidades do desenvolvimento.

Nesse sentido a primeira LDB representou um avanço na unificação do sistema escolar e sua descentralização; no entanto deixou a desejar em aspectos como autonomia do Estado e distribuição de recursos para a educação, revelando que o país caminhava rumo à expansão do capitalismo industrial, enquanto a educação ainda se estruturava em valores pré-capitalistas. De um modo geral, como afirmou Demerval Saviani (2008), a década de 1960 foi uma época de experimentação educativa, com predominância da concepção pedagógica renovadora, motivada pela soma de esforços “para libertar o povo da opressão a que estava submetido na sociedade capitalista” (SAVIANI, 2008, p. 339).

A crescente incapacidade da estrutura escolar não ofereceu os recursos necessários à expansão econômica e gerou um dos aspectos importantes da crise na educação no período entre 1964 e 1968, que culminou com a Reforma Universitária. Do ponto de vista socioeconômico, sua origem se deu com a aceleração da industrialização, gerando a necessidade da criação de infraestrutura com os diversos níveis de habilitação, impactando

diretamente na classe média, que viu como alternativa de ascensão a conquista ou a manutenção do status através das hierarquias ocupacionais, que se multiplicavam tanto no setor público como no privado.

A partir de 1964, com o estabelecimento do regime militar que detalharemos no cenário sócio-histórico político mais adiante, a política educacional inicialmente procurou atender às exigências quantitativas da demanda social de educação, porém num ritmo ineficiente, devido à política econômica de contenção adotada pelo governo para se capitalizar. Como resultado, cresceram os protestos dos estudantes e dos docentes pela impossibilidade de se efetuar um trabalho normal dentro das salas de aulas das universidades, superlotadas e desprovidas de material.

O novo esquema político precisou redefinir suas próprias funções, capacitar-se para resolver a crise econômica para a retomada da expansão. Para tanto, necessitou atrair novos investimentos externos, como afirmou Otaíza Romanelli:

E estes não viriam, enquanto o governo não tivesse a garantia de que o governo teria a situação geral sob controle, criando para tanto, mecanismo apropriados. Foi somente quando isso se tornou evidente que o setor externo voltou a manifestar-se mais intensa e interessadamente, em princípio, assessorando a própria administração pública nas propostas de modernização destas e criando, através desse assessoramento, as condições prévias para a retomada da expansão eminente (ROMANELLI, 2012, p. 216).

No caso específico da educação isso resultou na série de acordos MEC-USAID , realizados entre o Ministério da Educação e Cultura e a *United States Agency for International Development (USAID)*.¹³ Desses acordos nasceram as linhas gerais que orientaram a reformulação da universidade brasileira, partindo das premissas da constatação do analfabetismo e da seletividade crescente do ensino como decorrência da explosão demográfica, e da ausência de programas de investimento para formação de recursos humanos.

Numa breve descrição dos objetivos, a AID buscou, na prática, estabelecer uma relação direta entre recursos aplicados e produtividade no setor escolar; atuar sobre o processo escolar enquanto microsistema, na melhoria de técnica e de conteúdo; modernizar os meios de comunicação de massa, para usá-los em educação extraescolar; e reforçar o ensino

¹³ Os acordos MEC-USAID foram implementados no Brasil com a Lei 5.540/68, foram assinados e exercitados entre 1964 e 1968, alguns com vigência até 1971, ver Otaíza Romanelli em *História da Educação no Brasil*, 2012, p. 217. *United States Agency for International Development*, Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (tradução da pesquisadora).

superior, com vistas ao desenvolvimento nacional. Este último foi predominante nos programas da AID, incluíram reformulação estrutural das universidades, seguindo o modelo norte-americano. O antigo modelo de universidade, que basicamente se caracterizava pela junção de várias faculdades; possibilitava maior margem de independência interna e com a administração pública federal. “Os desmandos e abusos ocorreram menos em função do modelo existente, do que dos estratos sociais que manipulavam a cátedra e os órgãos encarregados de sua direção” (ROMANELLI, 2012, p.243).

Foram 11 acordos assinados entre junho de 1964 e janeiro de 1968 que atingiram de alto a abaixo o sistema de ensino nos níveis Primário, Médio e Superior; nos ramos acadêmico e profissional. Quanto ao funcionamento, incluíram-se estruturação administrativa, planejamento e treinamento de pessoal docente e técnico; além de domínio de conteúdo geral através do controle da publicação e distribuição de material didático e técnico.

No final de 1967, o governo criou a Comissão Meira Mattos para fazer um levantamento geral da crise, sanar ou minimizar os problemas e intervir nas universidades; também foi formado o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GT), cujas propostas coincidiram com os objetivos dos acordos do MEC-USAID. Os dados levantados pela Comissão originaram o relatório Meira Matos.

O documento apresentou, na primeira parte, sugestões de providências a curto prazo para vencer e/ou controlar a crise, como a eliminação de obstáculos para aumento da produtividade e eficiência do sistema escolar e ampliação de vagas. Na segunda parte, fez uma análise dos pontos críticos das causas e propôs mudanças como: crítica à Lei de Diretrizes e Base 4.024/61, a quem atribuiu amplos poderes ao Conselho Federal de Educação, então, limitou atuação deste; sugeriu alteração na nomeação de reitores das universidades federais o que passou a ser atribuição do Presidente da República; propôs revisão da remuneração salarial do magistério de forma gradual e de dedicação exclusiva; instituiu o vestibular unificado; criou ciclo básico para cada área do ensino superior e ciclo especializado para carreiras longas como medicina, engenharia etc. Também criou cursos de pós-graduação, dentre outras medidas. Um relatório formado por dualidade de influências ideológicas, que delineou a política educacional a partir de 1968.

Dando continuidade ao avanço na política educacional, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GT) opinou sobre o regime jurídico e administrativo, recomendando um sistema único “deixando as universidades livres para optar entre os regimes de autarquia,

fundação ou associação” (ROMANELLI, 2012, p.233). Sobre a organização determinou a criação de um órgão central coordenador das atividades de ensino, pesquisa e extensão, manteve a criação do ciclo básico e profissional e agrupou as disciplinas afins em departamentos. “Quanto à expansão do ensino superior [...] obedecesse a uma política de expansão integral do ensino, sem se descuidar das prioridades que deveriam ser estabelecidas, principalmente quanto à educação de 1º e 2º graus” (ROMANELLI, 2012, p. 234). A definição do modelo foi estabelecida com a Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, e o Decreto 464, de 11 de fevereiro de 1969.

Em síntese, nas mudanças resultantes da Reforma Universitária predominavam as seguintes características: integração dos cursos áreas e disciplinas; composição curricular, com disciplinas obrigatórias e optativas e matrícula por disciplina; centralização da coordenação administrativa; cursos com diferentes níveis e duração; incentivo formal a pesquisa; criação da pós-graduação; extinção da cátedra; ampliação da representação nos órgãos de direção nas várias categorias de docentes; controle da expansão pelo planejamento da distribuição de vagas; e dinamização da extensão universitária.

Voltando à questão da Reforma Universitária de 1968, se de um lado ela quebrou digamos as unidades das turmas com o sistema de crédito, isso inclusive foi muitas vezes criticado, não somente porque quebrou a unidade, mas também instituiu o sistema bancário - tanto que hoje o povo diz “eu já paguei uma disciplina.” Toda a vida eu nunca ouvi que disciplina se paga, eu acho que a gente compõe um currículo, escuto isso toda vez, mas os alunos todos falam (risos), quer dizer, isso foi incorporado na linguagem universitária sem perceber o sentido inclusive disso - mas por outro lado, como eu disse, você teve aí a origem de tudo aquilo que hoje a gente conhece de forma sistemática sobre o Brasil. Não somente isso como também permitiu que ligássemos as ciências exatas e as várias áreas pudessem fazer o seu caminho. Eu tenho uma visão de um lado era realmente, na época eu própria visitava muito a Reforma Universitária, sobretudo pela forma como tinha sido feita, mas eu tenho que reconhecer que ela não foi com a de 1961, a LDB, mas ela... nem também os Estatutos da Universidade lá dos anos 1930, mas ela trouxe elementos centrais e aqueles que de alguma forma estavam na tecnoburocracia que eles souberam explorar (WEBER, 2014).¹⁴

Dez anos depois da primeira foi publicada a segunda LDB, em 11 de agosto de 1971, pelo presidente Gal. Emílio Garrastazu Médici. Fazendo uma breve comparação, observou-se o aspecto de maior especificidade nos tópicos, em relação ao caráter político conceitual da edição anterior, então, vemos resumidamente as principais características da segunda LDB – 5.692, de 11 de agosto de 1971, eram:

¹⁴ Silke Weber, em entrevista para a pesquisadora.

- Prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 4);
- Inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo (art. 7);
- Ano letivo de 200 dias (art. 24);
- Ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos (art. 20);
- Educação a distância como possível modalidade do ensino supletivo (art. 25);
- Formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, em habilitação específica no 2º grau (art. 30 e 77);
- Formação preferencial do professor para o ensino de 1º e 2º grau em curso de nível superior ao nível de graduação (art. 30 e 77);
- Formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós-graduação (art. 33);
- Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79);
- Os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com educação, não prevê dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59);
- Progressiva substituição do ensino de 2º grau gratuito por sistema de bolsas com restituição (art. 63);
- Permite o ensino experimental (art. 64);
- Pagamento por habilitação (art. 39).

Nossa análise focou nas duas primeiras LDB's, considerando nosso recorte histórico se estabelecer do final da década de 1960 até a década de 1980. Com a Constituição de 1988, a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 foi considerada obsoleta. Entretanto o debate político a respeito das diretrizes da educação foi longo e ela vigorou até a promulgação da Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996.

As diferenças entre a primeira e a segunda LDB refletem a sociedade e os interesses políticos de cada época. Percebemos que dez anos após, houve um maior detalhamento, sobretudo, no fluxo financeiro, na distribuição e aplicação do orçamento e previu o uso da Teleeducação na contribuição do ensino técnico e formal:

Art. 50. As empresas comerciais e industriais são ainda obrigadas a assegurar, em cooperação, condições de aprendizagem aos seus trabalhadores menores e a promover o preparo de seu pessoal qualificado.

Art. 51. Os sistemas de ensino atuarão junto às empresas de qualquer natureza, urbanas ou agrícolas, que tenham empregados residentes em suas dependências, no sentido de que instalem e mantenham, conforme dispuser o respectivo sistema e dentro das peculiaridades locais, receptores de rádio e televisão educativos para o seu pessoal.

Parágrafo único. As entidades particulares que recebam subvenções ou auxílios do Poder Público deverão colaborar, mediante solicitação deste, no ensino supletivo de adolescentes e adultos, ou na promoção de cursos e outras atividades com finalidade educativo-cultural, instalando postos de rádio ou televisão educativos.¹⁵

Inserida nas políticas educacionais, a atuação da AID no Brasil incluiu assistência financeira e assessoria técnica junto aos órgãos, autoridades e instituições. Dessa forma, a eficácia da ação da AID dependeu da compartimentação dos estudos da realidade em questão e da elaboração de um esquema de influência que passasse a operar de forma permanente, através de programas que desencadeavam outros. Dentre as suas metas estava “modernizar os meios de comunicação de massa, com vistas à melhoria da informação nos domínios da educação extraescolar” (ROMANELLI, 2012 p. 218). Essa atuação, alinhada à filosofia educacional da época e somada às necessidades de avanço na educação que atendessem o desenvolvimento industrial, motivou a distribuição das concessões de canais públicos de TV’s Educativas.

Vale ressaltar que a LDB 5.692/71 foi fruto do regime militar vigente e também da Reforma Universitária resultante da crise que eclodiu em 1968. Trouxe em seu contexto aspectos divergentes, como, por exemplo, o ensino precoce profissionalizante, como descreve Otaíza Romanelli (2012), que caracterizou um dualismo no sistema educacional, caracterizado pelo sistema oficial em oposição ao treinamento profissional.

Constatando ser a escola secundária de então a grande via para a universidade, e que a dualidade de ramos de ensino existente desde há muito fora confirmada pela LDB e, o que é muito importante criticando a profissionalização precoce dada em nível do antigo ginásio, o GT propunha uma nova caracterização da escola média que progressivamente substituísse o esquema dualista já consagrado¹⁶ (ROMANELLI, 2012, P.245)

¹⁵ LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

¹⁶ GT – Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, citado por Otaíza Romanelli, em História da Educação no Brasil (de 1930 a 1973).

Segundo a autora, havia divergência entre a posição sustentada pelos técnicos da MEC-USAID – acordos entre o Brasil, através do Ministério da Educação e Cultura – MEC e os Estados Unidos via *Agency International for Development* – AID. Tais contradições estão presentes no texto da própria LDB 5.692/71, assim como nos relatórios do GT:

[...] a universidade continuava sendo fator de mobilidade social, como o era antes, encarava o crescente aumento da demanda social de estudos superiores decorrentes desse processo, e esse processo, por sua vez, decorrente da impossibilidade de a massa de estudantes profissionalizar-se mais cedo. A profissionalização do nível médio, portanto, era vista como uma exigência que teria como resultado selecionar apenas os mais capazes para a universidade, dar ocupação aos menos capazes e, ao mesmo tempo, conter a demanda de educação superior em limites estreitos (ROMANELLI, 2012, p. 245).

As divergências textuais, em seu caráter político, dificultaram pôr em prática as mudanças propostas, aprovadas e necessárias, identificadas durante todo o processo da Reforma Universitária, que impactava também sobre outros níveis de ensino.

Posteriormente, no Artigo 23, da Lei 5.540, de 28 novembro de 1968, também conhecida como Lei da Reforma Universitária, o tópico é retomado ao determinar que “os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho;” estabelecendo assim a articulação do ensino superior com o ensino médio. Uma busca, na visão política, de atender à demanda da sociedade e do mercado, no país que investia na ampliação de seu parque industrial. Um crescimento apoiado pelo capital estrangeiro e pela classe média.

A universidade estava de certa maneira dividida ou polarizada dentro do debate da Reforma Universitária, que foi justamente em 1968, que a Reforma Universitária foi instituída. Como se sabe este projeto sofreu uma influência muito grande dos norte-americanos, inclusive foi feito no âmbito de um convenio MEC-USAID, tem toda uma literatura bastante importante. É bom dizer que sobre essa reforma, naquela ocasião Florestan Fernandes, em termos dos brasileiros, era um dos que se insurgiu contra ela. Ela trouxe mudanças que foram importantes tanto do modo de vista da dinâmica da universidade, mas por outro lado teve um aspecto bastante interessante que foi a possibilidade da criação da pós-graduação, em trazer a pesquisa para dentro, criou a Universidade brasileira. É contraditório, mas assim é ¹⁷ (WEBER, 2014).

Uma maneira de avaliar o peso real da educação na cidadania e/ou na sociedade é prestar atenção aos processos de formação do povo como sujeito político. A concepção de povo e de sua ação como sujeito exige uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política, entendendo a universidade como berço para

¹⁷ Silke Weber, sobre as contradições sociopolíticas da época, revelada em entrevista à pesquisadora, realizada em 19.02.2014, em Recife.

indivíduos formadores de opinião. Para tanto é fundamental perceber se a cidadania se constrói através de intervenções externas, de agentes que preparam para exercê-la ou se, ao contrário, é um processo que se dá no interior da prática social e política de classes.

Porque a gente tem que se lembrar de que qualquer proposta, qualquer lei, ela é fruto de debates. Pode ser fruto da cabeça de uma só pessoa, mas no caso não da cabeça de uma só pessoa, mas de várias pessoas, mas algumas tinham mais influência. Essas pessoas dependendo do que elas pensam e aí eu estou me referindo a Dr. Lúcio Sucupira, que era membro do Conselho Federal de Educação na época e que em 1965 (se não me engano ou 1967, não estou certa da data), ele foi autor de um parecer que instituiu a pós-graduação no Brasil. Não só institucionalizou (e não instituiu), a pós-graduação. Não somente isso, como também foi um elemento fundamental para a profissionalização dos professores nas Universidades. Porque professor da Universidade teria que ter pós-graduação e a própria Universidade teria que prover essa pós-graduação. Então, você tem aí... Essa tomada de decisão foi muito importante, deu margem para que muita coisa acontecesse, inclusive as políticas de formação de massa crítica toda, as bolsas no exterior, toda aquela coisa (quer dizer) que terminava dando substrato àquele modelo que existia era defendido pelo governo militar: “criamos o Brasil grande, o Brasil moderno, etc”. E aí a Universidade tinha um papel fundamental e a pesquisa era fundamental ali. (WEBER, 2014)

O desenvolvimento de políticas educacionais, a luta estudantil e a formação da massa crítica impactaram na consciência de direitos como um bem comum. Isso é detectável em quase toda ação de massas cuja noção legitimizante se apoia no amplo consenso de comunidade, “ou seja, homens e mulheres que participavam dos movimentos nas ruas acreditavam estar defendendo direitos e costumes constituídos” (E.P. THOMPSON, 1979, p. 65), onde o povo é agente de sua constituição como sujeito histórico. É nesse contexto que as mudanças se originam. Segundo esse autor, é aí que a democracia avança e se constrói. Entendemos que a luta pela escola e pelo saber, tão legítimas e urgentes, na época (e ainda hoje), vem se constituindo um dos campos de avanço significativo na construção da história.

Analisar a história das leis da educação no Brasil, especificamente no período que compreende a criação das primeiras LDB's, possibilitou-nos analisar as mudanças decorrentes de sua implantação, paralelamente às mudanças sociais que se constituíram o cenário dessa pesquisa. Para Hanna Arendt (apud BRAYNER, 2008), a inovação ou renovação, que provoca mudanças, é chamada de milagre (em um sentido não religioso) que cada geração pode realizar dando novos significados a coisas velhas e inaugurando mundos novos.

Sob a ótica da educação, “o modelo de fabricação, pretenda produzir cidadãos, no fundo deposita nas práticas educativas a esperança de resolução dos problemas sociais” (BRAYNER, 2008, p. 55). Como se um modelo de cidadão guiasse a confecção de indivíduos, sem levar em conta a capacidade individual e criativa de cada um ao transferir

para as crianças, nesse modelo escolar tecnicamente fabricado, a realização das utopias dos adultos.

Dessa forma se vinculou a educação ao desenvolvimento da nação, como um investimento, “as palavras de ordem nessa época eram eficiência e eficácia” (SAVIANI, 2008, p. 380). Com base nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista propôs a reorganização do processo educativo de maneira a torna-lo objetivo e operacional. Fazendo uma analogia entre as concepções pedagógicas, Saviani explicitou:

Se na pedagogia tradicional a iniciativa cabia ao professor, que era ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório; e se na pedagogia nova a iniciativa se desloca para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização racional dos meios, ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais (SAVIANI, 2008, p. 382).

O encaminhamento da política educacional foi traduzido pela “ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano”, de acordo com Demerval Saviani (2008, p. 345); expresso na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista;

[...] na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel de ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, mão-de-obra técnica requerida pelo mercado de trabalho; na diversificação do ensino superior, introduzindo cursos de curta duração voltados para o atendimento da demanda de profissionais qualificados; no destaque conferindo à utilização dos meios de comunicação de massa e novas tecnologias como recursos pedagógicos, na valorização do planejamento como caminho para a racionalização dos investimentos e aumento da produtividade; na proposta de criação de um amplo programa de alfabetização centrado nas ações das comunidades locais (SAVIANI, 2008, p. 345).

Esse direcionamento delineou a criação de políticas educacionais considerando os investimentos no ensino como uma forma de assegurar o aumento da produtividade e da renda.

Ao nos referirmos à política educacional no Brasil e ao papel do Estado no desenvolvimento da educação pública, Brayner (2008) ressaltou a importância de uma educação republicana onde a “educação para a cidadania não passa de um apelo xamântico, de um mantra propiciatório se nossa escola pública não for capaz de oferecer aos seus egressos as competências necessárias a uma participação qualificada no espaço público” (BRAYNER, 2008, p.15).

Nesse contexto, este autor nos apontou o déficit da educação brasileira, acumulado ao longo dos tempos num país que chegou à independência sem imprensa e sem escolas superiores, quando boa parte da elite era formada na Europa e que durante o Império avançou lentamente. Com a abolição da escravidão e a República, a escola teve que acompanhar as mudanças sociais e buscou a expansão do sistema quantitativamente, mas não uma escola como instituição de cultura, como descreveu o autor:

De um lado, o “povo” não via (da mesma forma que as elites) a necessidade da escola, já que numa sociedade de recente tradição escravista e altamente preconceituosa, a escola não representava nenhum meio social de progresso ou melhoria [...] As advertências, por exemplo de Rui Barbosa, sobre a necessidade de uma educação para as massas, não passaram de declarações sem consequência no tempo, e os projetos de reforma, de que no fim do Império e a Primeira República foram testemunhas, ali onde elas tocavam as classes populares, tinham clara intenção moralizadora (higienizadora) e erradicativa (da podridão moral que acompanhava o analfabetismo), voltada para o controle social em cidades que começavam a se tornar, demográfica e politicamente, difíceis de administrar (BRAYNER, 2008, p. 67).

Brayner (2008) referiu-se à tradição escolar republicana, termo originado na França, logo após a Revolução Francesa. Um ideário de instrução pública e de educação nacional capaz de criar um povo. Definido como corpo político da nação una e indivisível, criado nos moldes de que ler, escrever e contar representavam instrumentos básicos para intervenção popular na Cidade. Diferentemente do Brasil, por não ter um projeto nacional, cuja libertação e processo democrático ocorreram por pressões da província, a República não necessitou do povo, dispensando a escola como elemento formador, “faltou-nos também um projeto de escola republicana” (BRAYNER, 2008, p.66).

Esse autor descreveu um caminho para ressarcimento dessa dívida pública: o desenvolvimento de competências para falar, pensar e julgar, no sentido de tornar-se alguém. Sob este aspecto e tantos outros, ele afirmou que “a escola vai além da sala de aula, trata-se de um lugar reservado e protegido onde se opera uma relação propriamente pedagógica” (BRAYNER, 2008, p.114), seja através de manifestações culturais, de relações sociais, e/ou dos meios de comunicação, por exemplo; observamos então, que a segunda LDB cita, no Art. 25, o uso da educação à distância, já exercido em projetos através do Rádio, com investimento oriundos da AID iniciou-se também pela TV.

Nesse sentido, educar através da cultura ou se utilizando desta através dos meios de comunicação, como previsto nos acordos MEC-USAID citados acima como ação integrante da política educacional, representou mais que uma diretriz, um desafio. Aqui cabe ressaltar que, para Pierre Bourdieu (2013), há três tipos de capital cultural: o incorporado, ou seja, o

que é adquirido pelo indivíduo a partir de seu emprego, disposição para estudo e, conseqüentemente, incorporação do conhecimento; o objetivado, que é identificado a partir dos bens culturais produzidos pelo indivíduo, tais como pinturas, textos, monumentos etc.; e o institucionalizado, aquele que se manifesta por meio de títulos e diplomas obtidos¹⁸.

Para compreendermos melhor as leis da história da educação no Brasil e sua contextualização com o uso da radiodifusão na educação fora da sala de aula, ou numa sala de aula fora da escola, consideramos que existe uma íntima relação entre cultura e educação, incontestavelmente.

Partindo do pressuposto que toda educação necessita de comunicação, transmissão e aquisição de alguma coisa como conhecimento, competências, crenças, hábitos ou valores, que chamamos de “conteúdo”, seria correto afirmar que, se “o que é transmitido é algo que nos precede, nos ultrapassa e nos institui enquanto seres humanos, pode-se dar o nome de cultura”¹⁹ (FORQUIM, 1993, p.10). As discussões sobre cultura e educação, para Alfredo Veiga-Neto (2003), nos últimos dois ou três séculos foram superficiais, não questionando ou problematizando seus significados modernos:

Aceitou-se de um modo geral e sem maiores questionamentos, que cultura designava o conjunto de tudo aquilo que a humanidade havia produzido de melhor, fossem em termos materiais, artísticos, filosóficos científicos, literais etc. Nesse sentido a Cultura foi durante muito tempo pensada como única e universal. Única porque se referia aquilo que de melhor se havia produzido; universal porque se referia a humanidade, um conceito totalizante, sem exterioridade. [...] E, para dizer de uma forma bastante sintética, a educação era entendida como o caminho para o atingimento das formas mais elevadas da cultura, tendo por modelos as conquistas já realizadas, pelos grupos sociais mais educados e, por isso, mais cultos²⁰ (VEIGA-NETO, 2003, p. 7).

Durante muito tempo, boa parte do pensamento pedagógico foi inspirada ou guiada por esse pensamento sobre cultura na relação com a educação. Entretanto Kant (apud VEIGA-NETO, 2003, p. 8), afirmou que a educação compreende cuidado, disciplina e instrução; e, pela ação das duas últimas se dá a formação, “quem não tem cultura nenhuma pode ser

¹⁸ Pierre Bourdieu, em *Escritos de educação*, 2013, p.10, explica sua teoria do capital cultural para dar conta da desigualdade escolar de crianças oriundas de diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar” entre a distribuição deste capital entre as classes ou frações de classes.

¹⁹ Ver Jean Claude Forquin, *Escola e Cultura*, 1993, p. 10, fala das acepções da palavra cultura, e das especificidade e seletividade da cultura escolar, tendo a educação como reflexo e transmissão da cultura.

²⁰ Veiga-Neto ressalta o entendimento de cultura como conceito geral único e, portanto, singular e maiúsculo, que prevaleceu durante séculos, colocado em contraponto na modernidade pelo conceito de culturas, em sua diversidade.

chamado de bruto; quem não tem disciplina ou educação é um selvagem”²¹ (apud VEIGA-NETO, 2003, p. 8).

Em concordância com outros autores alemães do Séc. XVIII – como Goethe, Schiller, Herder, Fichte, Kant – Veiga-Neto (2003) diferenciou cultura e civilidade, em seu artigo na Revista Brasileira de Educação. Ele descreveu como esses autores fixaram três características que “cercam o conceito de cultura ao longo da Modernidade” (VEIGA-NETO, 2003, p. 9).

Em primeiro lugar, seu caráter diferenciador e elitista, formado pelos valores artísticos, filosóficos, espirituais, literários etc., como uma marca de distinção. Entendiam a civilidade como um conjunto de atitudes humanas, que eram da ordem do comportamento. Enquanto a cultura era entendida como um conjunto de produções da ordem dos saberes, da sensibilidade e do espírito.

Em segundo lugar, o caráter único e unificador da cultura, relacionado ao papel atribuído à educação, na construção de educação escolarizada eficiente. E em terceiro lugar, o caráter idealista da cultura. Tal idealismo impregnou o entendimento moderno do que deve ser uma teoria da educação.²²

No uso geral houve grande desenvolvimento no sentido de “cultura” como cultivo ativo da mente (estado mental desenvolvido, pessoa culta). Antropologicamente o significado remete ao amplo uso sociológico para indicar “modo de vida global” de determinado povo ou grupo social. Como forma precursora de convergência de interesses, Raymond Williams (2011) destacou duas formas: a primeira com ênfase no espírito formador de um modo de vida global (certa linguagem, estilos de arte); e a segunda com ênfase em uma ordem social global, quando uma cultura específica (estilo de arte etc.) é considerada como produto direto ou indireto de ordem constituída por outras atividades sociais. Assim, há convergência prática entre os sentidos antropológico e sociológico.

No campo da sociologia, ora vista recentemente como convergência de interesses e métodos ou, pela geração mais antiga, como pouco mais que um grupamento indefinido de

²¹ Para Kant na educação o homem deve ser disciplinado, ser culto, tornar-se culto e a educação deve cuidar para que se torne prudente e por fim cuidar da moralização (apud VEIGA-NETO, 2003, p. 9).

²² Veiga-Neto afirmou que esse idealismo foi e continua sendo uma condição necessária para se acreditar numa cultura única e universal. Foi também que fez a civilidade coisa deste mundo, enquanto colocou a cultura neste mundo, mas com projeção de um ideal metafísico situado num outro lugar. Influenciou um entendimento moderno do que deve ser uma teoria da educação, alimentando a busca por uma sociedade e uma cultura ainda em desenvolvimento, que ainda não se encontra na “experiência” (grifo do autor).

estudo de alguns especialistas, a sociologia da cultura busca “reelaborar, a partir de determinado conjunto de interesses, aquelas ideias sociais e sociológicas, nas quais foi possível conceber a comunicação, a linguagem e arte como processos sociais marginais e periféricos ou, quando muito, como secundários e derivados” (WILLIAMS, 2011, p.10).

De acordo com esse autor, é razoável considerar o processo educacional geral como uma forma precisa de reprodução cultural, vinculada à reprodução abrangente das relações sociais em vigor. Essa reprodução é garantida pelo direito de propriedade e por outras relações econômicas, instituições estatais e outras forças políticas, formas religiosas e familiares existentes e autoperpetuadoras.

Existem, pois, diversos sistemas que em épocas distintas e países diferentes transmitem e/ou transmitiram versões seletivas entre conhecimento e cultura. Isso é percebido na organização de um currículo, nas modalidades de seleção que devem ser instruídos e nas definições da autoridade educacional. Desse modo, a organização social da cultura, como um sistema de significações realizado, está embutida numa série de atividades, relações e instituições.

É na área dessa diversidade e complexidade de práticas culturais, que ocorrem as transformações complexas, dentre elas um sistema de comunicação moderno, como a radiodifusão, por exemplo. No tocante à reprodução, a radiodifusão atende a algumas das mesmas necessidades, considerando também seu envolvimento de ordem econômico e político, muitas vezes determinante quando constitui fator significativo de sua reprodução e modificação. De um lado estão as notícias e a opinião política, onde os processos de significação têm intensa atuação. No outro extremo, o mero entretenimento, cuja mediação se dilui.

Esse mecanismo é formado pelas relações de poder descritas por Pierre Bourdieu (1997), em “Sobre a Televisão”, que no foco de nossa pesquisa se estabeleceram entre as metas da educação, a política educacional, a ideologia do tecnicismo e a missão da TVU, enquanto primeira concessão de canal educativo do país: “Alta fidelidade de ampliar os horizontes da educação e de elevar o nível da cultura do povo do Nordeste do Brasil.”²³

²³ Inscrição na placa comemorativa de fundação da TV Universitária – Recife, Canal 11, localizada no *hall* de entrada da emissora.

1.2 Cenário sócio-histórico político como fundamentação para políticas educacionais.

Para assimilarmos o avanço das políticas educacionais na história das leis da educação e compreendermos o impacto do cenário sócio-histórico político do regime militar na educação, fez-se necessário, voltarmos um pouco no tempo até a evolução dos fatos e as rupturas da sociedade brasileira com a velha ordem oligárquica, que tem sua origem na década de 20, culminando com a Revolução de 1930. Essa série de conflitos, “prenunciava a implantação gradual da ordem social burguesa e da ordem econômica industrial capitalista” (ROMANELLI, 2012, p.199).

Segundo a autora Otaíza Romanelli (2012), em seu livro “História da Educação no Brasil”, durante o período de 1930 a 1964, as relações entre política e economia mantiveram um equilíbrio relativamente estável, entre o modelo populista getuliano e o modelo da expansão industrial, que se sustentou enquanto durou o apoio da classe empresarial e das Forças Armadas à política de compromissos de Vargas. A partir daí, a internacionalização da economia brasileira se opôs aos apelos do nacionalismo e às políticas de massa.

Tais contradições geraram um impasse com radicalizações entre direita e esquerda. O resultado: foram duas linhas de frente que determinariam os rumos do desenvolvimento do país, a esquerda nos termos de uma revolução social e econômica; e a direita que pressupunha a eliminação de obstáculos político-econômicos na esfera de controle do capital internacional. Esta última levada adiante pelo movimento de 1964, que levou os militares ao governo do país.

Num Brasil que dormia em berço esplêndido e acordava entre Atos Institucionais, a educação avançava de acordo com o panorama nacional. O movimento gerado da revolução de 1964, que resultou no golpe de Estado, legitimava-se como restaurador da economia, abalada pelas constantes greves, em que as intenções democráticas e liberalizantes dos chefes do novo regime se chocavam com as medidas autoritárias, tomadas com frequência.

De um lado, os empresários capitalistas passaram a relacionar-se diretamente com os órgãos ligados ao Executivo; o desenvolvimento capitalista, do qual se beneficiaram a burguesia e as empresas estrangeiras ou associadas ao capital estrangeiro, que precisava das Forças Armadas para exercer as funções de controle. Do outro, os estudantes realizaram manifestações em diversas capitais; uma mobilização geral de movimentos de massa que

lutaram por mudanças tais como a reforma agrária, o movimento sindicalista e o movimento de educação de base; somados à política de contenção de salários aumentaram o descontentamento da população com o regime militar. Do ponto de vista jurídico coexistiam a Constituição e o Ato, o que negava vários capítulos da Carta Magna. O “estado de fato” superava o estado de direito (ALENCAR, CARPI, e VENÍCIO, 1996, p. 399).

Para contextualizarmos o cenário político da época, é preciso entender a campanha sucessória de 1960, quando o sistema político do país permitiu que o presidente e o vice-presidente fossem de partidos distintos. Enquanto o presidente Jânio Quadros foi apoiado pela UDN (União Democrática Nacional), o vice João Goulart, pertenceu a um partido de oposição PTB (Partido Trabalhista Brasileiro).

O governo de Jânio foi um dos mais curtos, durando oito meses, de janeiro a agosto de 1961. Jânio herdou de Juscelino Kubitschek (1956-1961) um saldo deixado pelo projeto de desenvolvimento de “cinquenta anos em cinco”, com desequilíbrio nas contas públicas e alto índice de inflação. O governo de Jânio Quadros defendeu a soberania nacional e a independência em relação à política externa, mas submeteu-se à orientação do Fundo Monetário Internacional (FMI), adotando medidas de austeridade econômica. “Buscando fortalecer sua imagem, o presidente deflagra uma campanha de descrédito contra o Congresso Nacional e perde o frágil apoio político que sustentara sua eleição” ²⁴ (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 108). Renunciou em 25 de agosto de 1961.

As diferenças ideológicas entre os dois lados do poder – a cúpula militar e a direita UDN de um lado, de outro o PTB e a esquerda – afloraram com a renúncia inusitada. Só depois de muitas negociações João Goulart assumiu a presidência da república. No início de seu governo teve o poder presidencial reduzido através da implantação do sistema parlamentarista de governo, que durou até 1963, quando o Brasil retornou ao presidencialismo por decisão de plebiscito.

A fase subsequente do governo de João Goulart é conturbada. O presidente lança um plano de desenvolvimento – o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, enfrentando restrições tanto do Congresso quanto do empresariado nacional [...] vive-se a Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União Soviética. Sob tal contexto, as duas grandes potências internacionais estimulam e apoiam a radicalização das diferenças entre os grupos políticos de esquerda e de direita (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 109).

²⁴ Sofia Lerche Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias, em *Política educacional no Brasil: introdução histórica*, 2007, p.108; traçam um mapa da trajetória política educacional, numa rica reconstrução das principais iniciativas do poder público.

Goulart perdeu o apoio político e empresarial e buscou suporte na mobilização das grandes massas, acenando com reformas de base e o cenário político foi se radicalizando.

Em 13 de março de 1964, o presidente participa de um grande comício popular em frente à Estação Central do Brasil, no Rio de Janeiro. Em 19 de março, seus opositores fazem uma demonstração de força e promovem, em São Paulo, a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Lideranças políticas conservadoras, sobretudo àquelas ligadas à UDN, apoiam a movimentação de tropas militares. Negociações e conspirações de cúpula decidem dar um basta no avanço das forças de esquerda. Estava montado o cenário para mais um golpe de Estado: em 31 de março de 1964, o presidente é destituído, seguindo para o exílio. Assim começa o Regime Militar de 1964 que, a princípio, parece representar uma solução provisória (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.109-110).

Quando o presidente João Goulart foi deposto e os militares assumiram o poder, não havia exatamente um plano de governo comum para a maioria dos militares sobre seus principais objetivos políticos. Isto estava deliberado em parte. Os militares tiveram receio de que uma abertura para o debate pudesse provocar cisões dentro das Forças Armadas, ou mesmo, provocar um contramovimento dos janguistas²⁵. Os principais pontos discutidos pelos militares após a vitória foram a necessidade de controlar os “comunistas”, conter a inflação e executar algumas reformas políticas e econômicas que preparassem o país para um futuro retorno ao governo civil.

[...] Quando se viram diante do novo desafio de governar o país numa confusão que se seguiu ao movimento, os militares se voltaram inicialmente para Castello Branco e para os oficiais do seu *staff* na Escola Superior de Guerra, porque pareciam possuir um conjunto de ideias. Entretanto pouquíssimas pessoas, e nem mesmo o presidente, compreenderam as implicações políticas de tentar converter essas ideias gerais em programas políticos concretos²⁶ (STEPAN, 1975, p.158).

A participação da Escola Superior de Guerra (ESG) no grupo central de oficiais no governo, de 1964 a 1967 contou com a atuação do seu corpo docente de pesquisa permanente, seus membros formaram uma “conspiração defensiva contra o governo Goulart” (STEPAN, 1975, p.135). Outras divisões distintas do grupo central do governo Castello Branco tiveram

²⁵ Ver Alfred Stepan, em *Os militares da política*, 1975, capítulo 10, p.157. Ao deixar o país para o exílio em 2 de abril de 1964, João Goulart declarou que retornaria ao poder, porque os militares brigariam entre si, e Leonel Brizola ainda estava no Brasil, considerado um forte oponente da revolução e potencialmente um nome para ocupar o cargo de presidente civil.

²⁶ Segundo Alfred Stepan, este relato se baseia, em grande parte, em discussões com participantes civis e militares, vários deles também publicaram suas versões. Cf. Carlos Lacerda, “A análise de uma provocação”, *Tribuna da Imprensa*, 26-27 de agosto de 1967, p.1, e Mauro Borges, “O Golpe em Goiás”, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975, p. 5.

menos implicações políticas específicas e reforçaram o quadro em padrões de carreira diferentes como artilharia, infantaria e cavalaria. Porém, cem por cento deles haviam cursado escolas estrangeiras e oitenta por cento estavam estudando em escolas militares norte-americanas.

O novo presidente, Humberto de Alencar Castello Branco, foi eleito pelo Congresso Nacional 15 dias após o golpe. “O tom do seu discurso é de compromisso com a ordem democrática, mas as decisões tomadas expressam sinais de rompimento com esta condição” (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 124-125). O governo decretou os Atos Institucionais (AI), as leis de exceção, que imprimiram um formato legal às medidas onde os partidos políticos foram dissolvidos, instituindo-se o bipartidarismo; os situacionistas integraram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), enquanto os remanescentes da oposição compuseram o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foram adotadas eleições indiretas para presidente e governadores e direitos políticos foram suspensos; os mandatos de deputados, cassados; funcionários públicos, demitidos e, como política pública, foi criado o Sistema Nacional de Informação (SNI). Com a Constituição de 1967, as leis de exceção foram incorporadas. Estava institucionalizada a ditadura.

O liberalismo econômico de seu governo, uma filosofia intimamente ligada à ESG, não foi a ideologia da maioria dos civis ou do quadro de oficiais, esse foi um fator determinante para que Castello Branco perdesse o controle na escolha de seu sucessor. O novo estilo de governo foi encontrado no general Arthur da Costa e Silva.

A rejeição dos seus programas políticos foi acelerada também porque os militares sentiam uma responsabilidade coletiva pelo governo, alguns dos programas mais impopulares, no entender dos nacionalistas civis, eram aqueles que brotavam da política do liberalismo econômico da ESG, tais como a concessão da exploração do minério de ferro ao capital particular dos Estados Unidos. Já que os militares como instituição sentiam que apoiar os programas de governo Castello Branco, implicava crescentes custos políticos, os oficiais que estavam fora do governo, usando a pressão de um plebiscito, sugeriram um novo estilo para o segundo governo da revolução, sob a liderança do general Costa e Silva (STEPAN, 1975, p.181).

Arthur da Costa e Silva foi eleito representando um poder “de oposição à ditadura”, um representante da chamada “linha dura dos militares” (VIEIRA e FARIAS, 2007, p.125).

Na composição do governo de Costa e Silva apenas um dos oficiais importante participara do corpo permanente da ESG e tinha pouca experiência de guerra ou ligações com os Estados Unidos. A composição dos cargos no governo foi realizada graças às reivindicações dos oficiais mais jovens, nacionalistas autoritários, que formaram a força principal; como uma das consequências, houve o endurecimento das políticas em relação aos

civis. A insatisfação que se seguiu foi a mesma que afetou o governo Castello Branco, ou seja, internamente um governo de instituição militar não se apresentou mais estável do que um governo civil.

Internacionalmente, na Europa e nos Estados Unidos surgiu um movimento que tinha uma conotação orientada para a renovação de costume, no Brasil esse movimento ganhou contorno políticos e a contestação juvenil confundiu-se com a oposição política ao regime militar. A União Nacional dos Estudantes (UNE) teve voz ativa no cenário nacional e na política de educação; a professora doutora em Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, Silke Weber, relatou em entrevista à nossa pesquisa, a mobilização da UNE no âmbito nacional:

Bom, eu quero dizer que, digamos em 1968, quando foi estabelecida a Lei da Reforma Universitária 5.540, ela já vinha de um debate, que era um debate muito anterior. Eu fiz parte dessa geração, a gente era a favor de um terço, a gente era contra a cátedra. Sobre tudo quando se reivindicava e é isso que você tem todo um material do início dos anos 1960. Esse material sistematizou o debate sobre a Reforma Universitária, esse debate ocorreu em seminários organizados pela UNE e que ocorreram na Bahia, ocorreram em vários lugares no país e, justamente se pleiteava uma Universidade que estivesse a serviço do país ²⁷ (WEBER, 2014).

Na primavera de 1968, as manifestações contra o governo cresceram em frequência e intensidade, resultando em austeridade e aumento da violência. A perda da cidadania em nome da segurança nacional, que clamava por uma contrarrevolução.

A agitação juvenil nas grandes capitais coincide com greves operárias, que acontecem em Contagem (MG) e Osasco (SP). Outro aspecto deste cenário de contestação ao regime é a organização dos grupos mais radicais, que se traduz em assaltos a bancos, sequestro a autoridades diplomáticas estrangeiras e atividades de guerrilha urbana. Tais circunstâncias geram condições propícias ao estado de exceção ²⁸ (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 126).

²⁷ Silke Weber é professora do Depto de Pós-graduação em Filosofia da UFPE, foi Secretária de Educação de Pernambuco; citação extraída de entrevista à pesquisadora, no Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH/UFPE, 12º andar, sala 12.15, no dia 19.02.2014. O termo “cátedra” citado pela professora, refere-se ao mais alto cargo do magistério numa instituição de ensino superior ou universidade que tem caráter contratual permanente, destinado ao ensino e pesquisa e coordenação de ensino de determinada disciplina. Sua origem remete ao modelo de mobiliário destinado ao assento de pessoa ilustre, símbolo do magistério episcopal.

²⁸ As passeatas organizadas pela UNE mobilizaram jovens em todo o país, numa delas realizada no Rio de Janeiro, um estudante, Édson Luís de Lima Souto é atingido por um tiro, foi o estopim para milhares de jovens tomassem às ruas em sinal de protesto contra sua morte. A UNE seria uma das primeiras entidades atingidas pelo regime de 1964.

Padres e trabalhadores se juntaram aos estudantes em protestos nas ruas; greves afetaram o setor industrial em todo o país e nova pressão do regime militar recaiu sob a forma do AI-5, com vigência até 1979. O Congresso Nacional foi fechado, instaurou-se a ditadura,

[...] se instala o “arbítrio total”, tendo lugar “a maior concentração de poder já vista na história do Brasil” (CALDEIRA, 1997, p. 323). Instala-se a censura à imprensa. A luta armada passa a ser uma proposta aceita por forças de esquerda reduzidas à clandestinidade. Processos de cassações e de perdas de direitos políticos se avolumam. Inquéritos Policiais Militares (IPMs) submetem a sociedade a um estado de medo e silêncio ²⁹ (LERCHE e FARIAS, 2007, p. 126-127).

O impacto dessas medidas políticas na sociedade foi registrado no livro “Brasil: Nunca Mais” ³⁰, “O manto dos Atos Institucionais e a autoridade absoluta dos mandatários militares serviram como proteção e salvaguarda do trabalho das forças repressivas, fossem quais fossem os métodos utilizados” (ARNS, 1985, p. 72).

Do ponto de vista da Diretriz de Segurança Interna, a presidência da república determinou, em setembro de 1970, que cada Comando de Exército teria um Conselho de Defesa Interna (CONDI), um Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e um Destacamento de Operações de Informações (DOI), com o objetivo de impedir e neutralizar os “movimentos subversivos” e restaurar a ordem. (USTRA, 1987, p. 130) Ao assumir o comando do DOI/CODI/II Exército, o então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra declarou que “iria lidar com vidas humanas” (USTRA, 1987, p.130). As medidas visaram reprimir de forma tática e estruturada a ação e a guerrilha dos manifestantes contrários à ordem.

Estávamos prontos para passar a atuar ofensivamente e para procurar os terroristas onde quer que eles estivessem. Agora o nosso Órgão permitia que trabalhássemos dentro de um minucioso planejamento, onde um Estado-Maior, estudava todas as situações, de modo que as decisões só fossem tomadas após uma análise profunda e cuidadosa. [...] Cabia a cada Seção de Busca e Apreensão efetuar missões, cobertura de “pontos”, neutralização de “aparelhos”, apreensão de material subversivo, coleta de dados, condução de presos ao DOPS, à Auditoria Militar, aos Hospitais, e as Presídios ³¹ (USTRA, 1987, p.140-141).

²⁹ Apud Caldeira, ver Sofia Lercher Vieira e Isabel Maria Sabino de Farias, em *Política educacional no Brasil: introdução histórica*, 2007, p.126-127.

³⁰ O projeto “Brasil: Nunca Mais” desenvolvido por Dom Paulo Evaristo Arns, Rabino Henry Sobel, Pastor presbiteriano Jaime Wright e equipe, foi realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 durante o período final da ditadura militar no Brasil, no ano de 1985, gerou uma importante documentação sobre a história do Brasil, sistematizou informações sobre a extensão da repressão política, cobrindo um período que vai de 1961 a 1979.

³¹ Carlos Alberto Brilhante Ustra, em *Rompendo o Silêncio*, 1987, p.130; traz nessa publicação relato documentado por fotos das ações de resistência e atentados atribuídos aos militantes, que demonstram o estado de guerra em que se encontrava o país. Ele descreve os mecanismos de combate aos classificados como terroristas, subversivos e comunistas; para restauração da ordem.

A concepção doutrinária que se seguiu em ideologia oficial das Forças Armadas, voltadas para a “caça ao inimigo interno” (ARNS, 1985, p. 78) impôs remodelações profundas na estrutura do sistema de segurança do Estado. O estudo realizado pelo projeto “Brasil: Nunca Mais” revelou que havia uma categorização dos tipos de crimes atribuídos aos cidadãos: “atividades de apoio ou de participação no governo Goulart; realização de propaganda subversiva; crítica e ataques às autoridades” (ARNS, 1985, p.155), registrados, nessa obra, em 15 anos de repressão, exercidos durante o regime militar (1964 – 1985).

Seviava-se antes, para perguntar depois. Criava-se desse modo, o clima psicológico aterrorizante, favorável à obtenção de confissões que enredassem, na malha repressiva, o maior número de pessoas. O inusitado, no caso brasileiro, era a aplicação de torturas antes que o capturado fosse recolhido a uma dependência policial ou militar, sem importar com a presença de vizinhos ou transeuntes ³² (ARNS, 1985, p.79).

Apoiada pelas classes média / alta e o investimento de capital estrangeiro, na sua corrida desenvolvimentista e anticomunista, a ditadura atingiu o auge da popularidade na década de 1970, com o chamado “milagre econômico.”

Economicamente, o regime militar representou um período de ajuste entre o modelo político inspirado em teses socialistas de João Goulart e o modelo econômico de base capitalista, como definiram Vieira e Farias (2007). Em plena Guerra Fria, os Estados Unidos buscavam fortalecer o capitalismo e minimizar as influências de esquerda que comungavam dos ideais marxistas partilhados pelo comunismo soviético e pela revolução cubana e apoiaram o golpe militar. O suporte financeiro necessário ao desenvolvimento de grandes projetos, oferecido pelos norte-americanos, solidificaram as ações.

Durante o regime militar avançam os projetos de industrialização, iniciados nos anos 30 e acelerados com JK. Em 1960, a população urbana é de 45%, elevando-se para 56% do total da população, dez anos mais tarde. Em 1968, a indústria responde por 38,7% do Produto Interno Bruto (PIB). Os bens de produção que, em 1960 representavam 38,1%, atingem 45,7%, em 1970. Também a produção de bens duráveis é incrementada. [...] Depois de uma fase inicial de ajuste estrutural, quando várias reformas do Estado são realizadas, a inflação é mantida sob controle, caindo de 91,9%, em 1964, para 24,1%, em 1967. Acelera-se o ritmo do desenvolvimento econômico e o país ingressa na fase do chamado “milagre econômico” (1968-1973). Projetos de desenvolvimento de grande porte são concebidos e realizados – Itaipu Binacional, Ponte Rio-Niterói, Rodovia Transamazônica, Usinas Nucleares. O Brasil abre espaço na agenda das grandes economias mundiais. A crise do petróleo (1973), contudo provoca recessão no ritmo do desenvolvimento, despertando, mais uma vez, insatisfação em vários segmentos sociais. Surgem as primeiras greves (1978),

³² O projeto Brasil: Nunca Mais, fala do desrespeito à Constituição pela prática sistemática do sistema repressivo, de detenções na forma de sequestro, sem mandado judicial, nem observância de qualquer lei. Ver D. Evaristo Arns, Brasil: Nunca Mais, 1985, p. 77-79.

preparando-se o caminho de volta à democracia (VIEIRA e FARIAS, 2007, p. 121-122).

Ao descrevermos o cenário sócio-histórico político fizemo-lo sob o âmbito nacional, pela própria amplitude dos fatos. Considerando termos um canal de TV concedido a uma autarquia como objeto de estudo, e que, às implicações decisórias aconteceram na esfera nacional. Entretanto sua funcionalidade e metodologia foram desenvolvidas localmente, ou seja, em Pernambuco.

Fez-se necessário então, apenas para contextualização, uma breve descrição do cenário local. Em 1962 Miguel Arraes de Alencar (Partido Social Trabalhista – PST) foi eleito governador de Pernambuco derrotando João Cleofas (União Democrática nacional – UDN) e Armando Monteiro Filho (Partido Democrático Trabalhista – PDT). Com a deflagração do golpe de Estado em 31 de março de 1964, deflagrado pelo militares, o Palácio do Campo das Princesas, em Recife, foi cercado no dia seguinte. Arraes defendeu a posse do presidente João Goulart, não desejada pelo regime militar, como foi citado anteriormente. O governador foi deposto, encarcerado no 14º Regimento de Infantaria do Recife, depois levado para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por onze meses. Posteriormente, foi encaminhado para as prisões da Companhia da Guarda e do Corpo de Bombeiros, no Recife, e da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

Seu pedido de *habeas corpus* (HC) no Supremo Tribunal Federal foi protocolado em 19 de abril, sob o número 42.108. Foi concedido, por unanimidade, fundamentado em questões processuais (foro privativo de governadores e necessidade de autorização da Assembleia Legislativa). Libertado em 20 de abril de 1965, exilou-se na Argélia.

[...] mas, devido a um manifesto com críticas formuladas aos inquéritos policias-militares do regime, é enquadrado na Lei de Segurança Nacional, no dia 20 de maio. Sob ameaça de nova prisão, consegue asilo na Embaixada da Argélia, em 24 de maio, e viaja para Argel no dia 16 de junho. Nessa época, é implantado o bipartidarismo no Brasil, passando a existir como partidos políticos apenas a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Arraes declara-se adepto do MDB, de oposição ao governo militar. A sua volta ao Brasil ocorreu em 15 de setembro de 1979, após 14 anos de exílio, tendo sido beneficiado pela Lei de Anistia, sancionada em 28 de agosto ³³ (GASPAR, 2009).

Observando o recorte temporal de nossa pesquisa, listamos a seguir os governadores de Pernambuco que ocuparam o cargo durante o governo militar na década de 1980.

³³ Fonte: Gaspar, Lúcia. Miguel Arraes de Alencar. Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2009. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 21.12.2014.

Sucedendo Miguel Arraes, o governador Paulo Pessoa Guerra (1964-1967), seguido de Nilo Coelho (1967-1971), quando da inauguração da primeira TV Educativa do Brasil, a TV Universitária, Canal 11, em Recife. Posteriormente tivemos Eraldo Gueiros Leite (1971-1975); José Francisco de Moura Cavalcanti (1975-1979); Marco Maciel (1979-1982); José Muniz Ramos (1982-1983); Roberto Magalhães (1983-1986); Gustavo Krause Gonçalves Sobrinho (1986-1987) e fechando o recorte temporal com o retorno de Miguel Arraes de Alencar (1987-1990). Essa descrição destinou-se apenas para ilustrarmos o cenário sócio-histórico político local.

Como resultante dessa trajetória, o modelo brasileiro de desenvolvimento político e educacional distinguiu-se em duas fases: uma que se iniciou em 1964, de “recuperação econômica”, quando o governo se ocupou da captação de recursos e investimento público; e a segunda fase de “retomada da expansão (1967/68), de desenvolvimento industrial”. (ROMANELLI, 2012, p. 200). Dentre outros aspectos, ressaltamos a Reforma Universitária, considerando o objeto de nossa pesquisa (TVU) ser um Órgão Suplementar de uma universidade federal, a UFPE, e ao mesmo tempo um canal aberto de TV.

Os elementos integrantes para a realização da reforma do ensino durante o governo militar tiveram como referência os aspectos específicos como a “profissionalização do ensino médio, a integração dos cursos superiores de formação tecnológica com as empresas e a precedência do Ministério do Planejamento sobre a Educação na Planificação” (SAVIANI, 2008, p. 343). Em meio a tantos conflitos sociopolíticos, como foi descrito nesse capítulo, pareceu-nos, num dado momento, contraditório que o governo militar tenha assumido a frente das mudanças, quando elas foram uma das maiores contestações da sociedade. Sobre a motivação e esse posicionamento tático, Florestan Fernandes fez a seguinte análise:

Sob a pressão constante de tendências modernizadoras que partiram do interior do país, dos Estados Unidos e dos organismos econômicos, educacionais e culturais internacionais, e sob o desafio crescente da rebelião estudantil, a reação conservadora preferiu tomar a liderança política da Reforma Universitária. Iria, portanto, modernizar sem romper com as antigas tradições, nem ferir interesses conservadores. Ao mesmo tempo, iria controlar a situação” (FERNANDES, F. apud ROMANELLI, 2012, p. 240).

Dessa forma, os militares se posicionaram no sentido de mudar para não mudar; numa lógica da dominação cultural, como afirmou Pierre Bourdieu (2013), que faz com que “o mais completo reconhecimento da legitimidade cultural possa coexistir, e muitas vezes coexista com a contestação mais radical da legitimidade política”, essa tomada de consciência política é solidária a uma reafirmação da dignidade cultural que implica “uma forma de submissão aos

valores dominantes e a alguns princípios em que a classe dominante baseia sua dominação” (BOURDIEU, 2013, p. 369).

Analizando o impacto do cenário político sobre a história das leis da educação e o avanço da política educacional, não podemos esquecer que a escola e a sala de aula, são espaços em que se concretizam as definições sobre a política e o planejamento que as sociedades estabelecem para si próprias, como projeto ou modelo educativo, onde “a política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, ação que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos” (BOURDIEU, 2000, p. 159).

O cotidiano escolar, dessa forma, “representa o elo final de uma cadeia que se monta para dar concretude a uma política” (AZEVEDO, 2001, p. 59). A educação universal e pública, como mecanismo de sustentação da própria ordem capitalista, vem se articular com as necessidades da reprodução do capital. Quando o poder de transformação da educação está na “escola, enquanto uma das principais agências socializadoras, ele tem por função incutir nos indivíduos normas, valores e atitudes que possibilitem a formação de agentes sociais e políticos, dentro dos marcos racionais requeridos pela modernidade” (ALMOND e VERBA, 1963, p. 15).

Resumidamente, nesse capítulo conhecemos um pouco da história das leis da Educação no Brasil, partindo da primeira citação do termo “Educação” em sua Carta Magna: a Constituição. Seguimos analisando a criação e o avanço das políticas educacionais, com destaque para a primeira LDB (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e a segunda LDB (Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971), que vigorou até a sua atualização, com a promulgação da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

No encaminhamento das políticas educacionais, passamos pela Reforma Universitária e os acordos MEC/USAID. Para fundamentação da nossa pesquisa, fez-se necessário analisarmos o cenário sócio-histórico político, acompanhando a evolução dos fatos nas rupturas que deram origem ao golpe de 1964. Ressaltamos a estruturação da política no governo militar e as mudanças na sociedade, durante os anos da ditadura, entendendo o cotidiano escolar como o elo final de uma cadeia que se monta para dar concretude na política. Destacamos, nessa trajetória, o ano de 1968, ano de criação da TVU.

No capítulo seguinte, avaliamos os valores que a fundamentaram e as normas de regulamentação da radiodifusão, essenciais para desenvolvermos uma pesquisa sobre a criação da primeira TV Educativa do Brasil.

2. HISTÓRIA DA REGULAMENTAÇÃO DA RADIODIFUSÃO NO BRASIL

À medida que avançamos com a nossa pesquisa fomos construindo o cenário que preconizou a criação da TV Educativa no país. Para tanto se fez necessário conhecermos um pouco sobre a história da regulamentação da radiodifusão no Brasil, sobretudo, da radiodifusão educativa, assimilando os valores que fundamentaram sua origem. Para complementar o panorama, tornou-se indispensável nos referirmos à legislação, no âmbito federal e aos principais órgãos que normatizaram as concessões públicas de canal educativo.

Para elucidarmos o conceito de TV Educativa, apresentamos uma discussão teórica sobre os diferentes tipos de TV's sem fins lucrativos que nos ajudaram a identificar o modelo público brasileiro.

2.1 Valores que fundamentaram a criação da TV Educativa

Por volta de 1952, quando a produção de aparelhos de TV começou a acelerar e a sua utilização se estendeu, foi possível pressentir a amplitude do novo veículo de comunicação e o papel que passaria a representar. A possibilidade da comunicação visual evidenciava sua superioridade, em termos de atrativos, em relação ao rádio. Essa característica, somada à sua penetração nos lares, permitiria a um grande número de pessoas sem acesso a livros e jornais participar da informação.

O Brasil de 1968, apesar da baixa renda per capita, “ocupava o 9º lugar entre 110 países, com aproximadamente 4,5 milhões de receptores, apresentando uma produção anual de cerca de 500 mil unidades”³⁴ (SOUZA, 1969, p. 293). Considerando, dentre outros aspectos, os inúmeros problemas existentes nas áreas da educação, saúde e agricultura, também o alto nível de crescimento demográfico, como citamos anteriormente, trazendo a

³⁴ Dado relativo a 1968, de acordo com as estatísticas, possuem maior número de aparelhos de TV (receptores) que o Brasil: Estados Unidos, Inglaterra, Japão, União Soviética, Canadá, Itália e França. Ver Paulo Dias de Souza, Intercâmbio e cooperação numa política para a TVE (TV Educativa) no Brasil, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 116, 1969, p.293.

necessidade imediata de integração nacional dentro das metas do governo militar, coube-nos uma reflexão sobre a potencialidade do uso da TV na minimização dos mesmos.

A educação brasileira teria como objetivos primordiais a formação de uma estrutura de recursos humanos capaz de atender às necessidades econômicas do País e ao aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, indispensável a seu aperfeiçoamento político e social. [...] Não alcançaremos, entretanto, em toda a plenitude e a prazo razoável, as metas desejáveis se utilizarmos o sistema tradicional – a escola ³⁵ (SARAIVA, 1969, p. 266).

A afirmação de Maria Terezinha Tourinho Saraiva (1969), então assessora do Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica, no Setor de Educação, baseou-se também no percentual de crescimento das matrículas: “76% no ensino primário; 206% no ensino médio e 228% no ensino superior” (SARAIVA, 1969, p. 266). Para essa autora, fez-se urgente tornar a educação realmente acessível a todos, democratizando-a, preparando o sistema de modo a atender às centenas de milhares de indivíduos que ultrapassaram a idade para o ingresso no sistema formal e que tinham o direito à educação, quando dentro da realidade brasileira da época, cerca de 40% da população era de analfabetos. ³⁶

Há que partir para o estudo e para a pesquisa da possibilidade de alterar-se a tecnologia da educação brasileira, utilizando-se os meios de comunicação de massa à base, principalmente, da inclusão da TV no processo de transmissão de conhecimentos (SARAIVA, 1969, p. 267).

Do ponto de vista histórico, o Brasil entrou tarde no campo da TV Educativa, pois observamos que países como Estados Unidos, Japão e Itália já tinham vasta experiência com esse veículo de comunicação para atender às carências educacionais, de acordo com suas peculiaridades e diversidade de aplicações. Lembramos que a televisão brasileira foi implantada em 1950, por Assis Chateaubriand. Adotou um modelo comercial copiado dos norte-americanos, totalmente financiado pelas empresas nacionais, sem vínculos políticos com a sociedade e as políticas públicas.

³⁵ Ver Maria Terezinha Tourinho Saraiva, Organização e planejamento para a TVE, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 116, 1969, p.266. Essa edição traz diversos artigos a respeito da TVE, além do registro de documentos, projetos e traça perspectivas.

³⁶ Em seu discurso de posse como Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho, ao suceder Tarso Dutra (Ministro dessa pasta durante o governo Costa e Silva), declarou que havia cerca de 30 milhões de brasileiros analfabetos, entre os 14 e 30 anos de idade; e que apenas pouco mais de 0,3% dos alunos ingressos na escola primária chegavam a concluir o ensino superior, devido aos altos índices de evasão escolar. Ver Jarbas Passarinho, Uma Política de Ciência e Tecnologia para uma Sociedade Humanizada, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 116, MEC-INEP, 1969, p. 343.

Citamos também a Inglaterra, porém como um caso à parte; diferentemente dos demais canais, a *British Broadcasting Corporation* – BBC ³⁷ se destacou no desenvolvimento das aplicações da TV para fins educacionais e culturais. Fundada em 2 de novembro de 1936, foi o primeiro serviço público de televisão, teve suas atividades suspensas em setembro 1939 com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, retomando as atividades em junho 1946 (ininterruptos até os dias atuais), reconhecido tecnicamente pela alta resolução de imagem e qualidade de conteúdo.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a TV Educativa adotou duas denominações: TV Educativa e *Instructional TV*. A primeira, englobava programas de conteúdo cultural e informativo, cursos independentes que não davam direito a notas (créditos) e que foram transmitidos por emissoras comerciais ou educativas, como os programas da estação WGBH de Boston, como o curso *Parlons Français*, ou o *Channel 13* de Nova York, com uma programação do tipo de aula de enriquecimento. Esses programas eram gravados em *vídeo-tape* e distribuídos pelo país.

Já a TV Curricular (*Instructional TV*)³⁸ não apresenta esse caráter informativo. Abrange apenas programações de conteúdo estritamente didático, preparadas pro faculdades ou escolas, visando a uma determinada audiência, e, muitas vezes, contando créditos. A *Chicago City Junior College* foi pioneira nesse campo, possibilitando aos alunos acompanhar cursos completos, equiparados aos cursos regulares, em suas próprias casas, prestando exames finais e recebendo notas. Após dois anos, os alunos se encontravam aptos a se matricularem numa universidades e prosseguirem os estudos. [...] A programação da TV Curricular pode compreender 3 modalidades: o *ensino integral* (em que a aula é ministrada somente pelo professor no estúdio), as *aulas complementares* e as *aulas de enriquecimento* ³⁹ (BECKER, 1967, p. 282-283) .

Vantagens e desvantagens caracterizaram o uso da TV Educativa de então. Como fatores positivos estavam a capacidade de centralizar a atenção do aluno-espectador, ultrapassar os limites da sala de aula, criar uma atmosfera de participação imediata e íntima, ao captar a audiência pelo seu poder visual; em compensação, questionou-se a eficiência da

³⁷ Corporação Britânica de Radiodifusão, tradução Michael John McCarthy, TV Como Instrumento de Cultura e Educação em Cidades do Reino Unido, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 116, MEC-INEP, 1969, p. 328.

³⁸ Trata-se de expressão consagrada nos Estado Unidos para designar cursos completos dotados de currículos equivalentes aos cursos regulares. Esses cursos substituem o professor e são mantidos por entidades reconhecidas. Ver Gretchen Becker, TV's Educativas balanços das realizações e perspectivas; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 108, 1967, p. 282.

³⁹ Grifos do autor.

programação, pela rigidez de horários como uma limitação e ausência de *feedback* imediato. Esses questionamentos levaram à modificação prévia de métodos para o desenvolvimento de uma TV Educativa que contemplasse as particularidades do Brasil.

Os cursos transmitidos pela *Telescuola* italiana, onde os programas visaram a erradicação do analfabetismo, são outro exemplo bem sucedido de ensino integral.

A *Telescuola* inclui também cursos de treinamento industrial de nível médio. Um fator característico do sistema de ensino italiano é a ênfase dada a personalidade do professor no estúdio, já que considera de importância decisiva o estabelecimento de boas relações humanas para garantia do resultado desejado ⁴⁰ (BECKER, 1967, p. 286).

Segundo Gretchen Becker (1967), a experiência italiana, em termos de TV Educativa, foi a que mais se aproximou de uma perspectiva para o modelo brasileiro, pela analogia entre as condições existentes e as necessidades a serem supridas em ambos os países. Numa análise publicada na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (periódico do MEC-INEP, 1967, V. 48, nº 108) sobre as perspectivas e realizações, essa autora relatou que, até 1967, as atividades da TV Educativa no Brasil restringiram-se a experiências isoladas em escala bastante reduzida, cujo discurso e linguagem ainda se encontravam em construção, em desenvolvimento contínuo, e ressaltou que a LDB (1961) não se pronunciou “quanto à utilização da TV na educação, apesar de serem dignas de notas iniciativas anteriores a sua promulgação” (BECKER, 1967, p. 289). Ressaltando que o emprego do termo TV Educativa aqui se refere à produção de conteúdo educativo transmitido pela TV, do que a denominação do tipo de concessão de Canal.

A primeira tentativa de se instalar uma emissora de TV Educativa, no Brasil, aconteceu no Rio de Janeiro (então Guanabara) em 1952, porém não se concretizou (como veremos mais adiante) e até 1960 só foram encontrados poucos registros de programas de natureza cultural ou educativa nas grandes cidades do país. A partir desta data é que identificamos cursos com objetivos mais amplos. Dentre os cursos e experiência em produção (e transmissão) de conteúdo educativo para a TV citados, destacamos, em São Paulo, a Prof^a Dulce Salles, que lançou um programa de combate ao analfabetismo direcionado para um público entre 9 e 11 anos de idade, com o objetivo de preparar os alunos para o exame de Admissão (necessário para a conclusão do Curso Primário – atual Ensino Fundamental I, e ingresso no curso ginásial – hoje Ensino Fundamental II).

⁴⁰ Grifo do autor.

No Rio de Janeiro, criou-se a Fundação João Batista do Amaral, voltada para a educação de adultos e a cultura popular. Os primeiros cursos realizados por essa entidade foram exibidos entre novembro de 1962 e julho de 1963, em aulas trimestrais, com 50 minutos de duração. Elaboradas por uma equipe de professores, incluíram nos temas linguagem, matemática, educação sanitária, noções básicas de Geografia, História, Cidadania, Economia e Ciências transmitidos pela TV-Rio (RJ), TV-Record (SP) e a emissora de Brasília (DF). O primeiro curso teve a participação de nada menos que 700 alunos; depois controlado para grupos de 261 alunos, cujos resultados da avaliação revelaram um aproveitamento de 80% em relação à leitura e à escrita. “Organizaram-se TV-Escolas e TV-Clubes em fábricas, igrejas, estabelecimentos de ensino, agremiações, sindicatos e penitenciárias” (BECKER, 1967, p. 290).

O programa de extensão “Universidade Sem Paredes” foi outra experiência inovadora, realizada no Rio de Janeiro e reuniu um grupo seleto do mundo da arte e da educação, que formatou cursos que incluíram História da Liberdade no Brasil, Educação Familiar e Mistérios da Pintura Moderna, transmitidos em horário nobre pelo Canal 9. Além desse programa, foi lançado um segundo “destinado ao preparo de alunos nas matérias exigidas no Artigo 99, da LDB 1961. Inscreveram-se mais de seis mil alunos em quatro estados e foram distribuídas apostilas das aulas ministradas” (BECKER, 1967, p. 290).

Em São Paulo, em 1963, a TV Cultura, Canal 2 (emissora comercial, órgão das Emissoras Associadas – Diários Associados) e a Secretaria de Educação assinaram um convênio garantindo a transmissão de programas educativos por dois anos. Criou-se a Secretaria de Formação e Tecnologia (SEFORT), à qual coube o preparo de apostilas e material didático, e a inscrição dos alunos e as respectivas escolas. Foram cursos de educação de base e, mais a diante, programas da TV-Escola como cursos de Admissão, intensivos de férias, Inglês, Português, Geografia e Ciências, além de cursos de extensão cultural e de educação musical; e, posteriormente, preparação para o exame de Madureza (que dava acesso ao Ensino Médio).

Os programas também foram gravados, prevendo sua distribuição pelo país. A então recém-criada Fundação Padre Anchieta – Centro Paulista de Rádio e TV Educativa impulsionou o ensino pela TV, facilitado pela autonomia financeira da instituição. Destacamos ainda como experiência dessa época a inauguração do canal de circuito fechado,

utilizado como laboratório do Curso de TV da Escola de Comunicações da Universidade de São Paulo, direcionado para a realização de programas de cursos básicos universitários.

Todas essas iniciativas assinalaram um caminho para a Teleducação no Brasil, ao considerarmos o reduzido número de escolas de Ensino Médio em contraponto ao crescimento econômico e populacional. Diante disso a Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação adotou medidas que criaram uma maior expansão do ensino para atender aos maiores de 16 anos que não cursaram escolas regulares, através do Setor de Rádio e Televisão Educativa (SERTE). Como atividade prioritária, foram realizados cursos de preparação para os Exames de Madureza, previstos no artigo 99 da LDB (1961), elaborados por equipes de professores em cada estado. Coube ao SERTE a orientação e instalação dos cursos, a coordenação do trabalho, a distribuição de verbas e assinaturas de convênios com órgãos interessados. Os programas tinham a duração do 1º ciclo, variando de cinco a doze meses, abrangendo as cinco matérias obrigatórias, num total de 400 a 500 aulas.

No Recife, constaram dos programas iniciais aulas de Inglês e Matemática, por falta de recursos não tiveram continuidade. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais do INEP, em 1963, realizou uma pesquisa sobre o alcance das emissoras de televisão do Recife, cujo raio de ação atinge, em âmbito teórico, 300 Km, em torno da cidade, abrangendo ao estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Além da receptividade ou não dos 2 canais, estudou-se ainda a situação educacional dos municípios daquela região, levantou-se o número de aparelhos televisores, examinou-se a aceitação de problemas ligados ao aproveitamento dos televisores particulares, bem como a quantidade de televisores disponíveis ⁴¹ (BECKER, 1967, p. 291).

Em 1965, foi criado o Serviço de TV da Secretaria de Educação de Pernambuco, com a finalidade de atender programas de ensino, orientação sanitária e agrícola. No biênio 1966 / 67 foram instituídos Cursos de Preparação aos Exames Madureza, coordenados pelo Setor de Rádio-TV Educação (SERPE-PE). Outras iniciativas marcaram essa fase em que se desenhava um modelo de TV Educativa no país, como o I Curso Rápido de Iniciação Técnica “Aprenda pela TV”, realizado no Rio Grande do Sul em 1966, com 9 mil inscritos que assistiram aulas em telepostos sob a orientação de monitores; o II Curso de Iniciação Técnica de Mecânica de Automóveis, retransmitido pela TV Brasília, por iniciativa da Universidade Nacional de Brasília, em coordenação com a Faculdade de Comunicação; o mesmo curso foi lançado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social, em Belo Horizonte, pela TV Itacolomi.

⁴¹ Os dois canais de TV a que Gretchen Becker se referiu foram TV Jornal do Commercio – Canal 2 e TV Rádio Clube de Pernambuco – Canal 6

Até aqui pudemos observar que prevaleceu no planejamento para a TV Educativa (no sentido de produção de conteúdo educativo para veiculação na TV), a preocupação com programas de combate ao analfabetismo e de educação de base, permitindo um conhecimento mínimo para uma participação ativa no desenvolvimento do país. Tais ações mostraram-se como um alicerce mais real às aspirações para a melhoria do nível educacional, com os programas de habilitação e cursos Madureza.

O próximo passo foi preparar profissionais de TV e professores. Em janeiro e fevereiro de 1966, realizou-se no Rio de Janeiro, o primeiro Curso de Preparação para a TV Educativa, promovido pelo Departamento Nacional de Educação, em colaboração com o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). O objetivo foi avaliar as perspectivas da TV Educativa, com aulas práticas e teóricas, reunindo um grupo de 56 bolsistas vindos do Pará, Pernambuco, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Distrito Federal.

Em julho de 1967, foram discutidos os problemas e direcionamentos ligados à TV Educativa. No segundo semestre do mesmo ano, o Instituto de Educação da Guanabara promoveu um curso destinado à formação do magistério para a TV Educativa. “O desenvolvimento até agora observado indica que, num futuro próximo, Guanabara, São Paulo, Recife e Porto Alegre se devem tornar centros produtores de material televisionado a ser distribuído nos demais estados” (BECKER, 1967, p. 293). Estava criado o cenário para a o nascimento da primeira emissora educativa do Brasil, com outorga de canal público, ou seja, ligada a um órgão federal.

2.2 História da criação da TV Educativa no Brasil – Normas e leis de regulamentação da radiodifusão

Para complementar o panorama da criação da TV Educativa no Brasil e a regulamentação da radiodifusão, tornou-se indispensável nos referirmos à legislação, no âmbito federal, e aos principais órgãos que normatizaram as concessões de canais educativos (públicos e privados). Entendendo radiodifusão como a difusão feita por meio de ondas de rádio, a televisão e o rádio são meios de comunicação que utilizam essas ondas para a sua

difusão⁴². No caso da televisão, esse tipo de difusão também é conhecido como *broadcasting* ou televisão aberta.

Antes de tratarmos sobre as leis, é necessário explicitar que a radiodifusão educativa é o serviço de Radiodifusão sonora (rádio) ou de sons e imagens (TV) destinado à transmissão de programas educativo-culturais, que, além de atuar em conjunto com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade, visa à educação básica e superior, à educação permanente e à formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional.⁴³

Podem pleitear a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos as pessoas jurídicas de direito público interno, inclusive universidades, que terão preferência para a obtenção da outorga, e fundações instituídas por particulares e demais universidades brasileiras. É admitida, na radiodifusão educativa, apenas a transmissão de programas educativo-culturais. Os programas de caráter recreativo, informativo ou de divulgação desportiva poderão ser considerados educativo-culturais se neles estiverem presentes elementos instrutivos ou enfoques educativo-culturais identificados na sua apresentação (LOPES, 2011, p. 8).

As leis e decretos que originaram o modelo atual de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão no Brasil tem precedência em dois decretos publicados no início do governo de Getúlio Vargas. Um deles, o Decreto 20.047 de 27 de maio 1931, determinava que os serviços de radiodifusão fossem de interesse nacional. Desse modo, era função exclusiva do Poder Executivo Federal regulamentar, autorizar, fiscalizar e permitir seu funcionamento, que deveria levar informação, cultura e educação a sociedade, especificando em seu Artigo 12: “O serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.”⁴⁴

Em 1º de março de 1932, o Decreto 21.111 aprovou o regulamento⁴⁵ para a execução dos serviços de radiocomunicação no território nacional (incluindo a radiodifusão como radiocomunicação de sons ou imagens destinados a ser livremente recebidos pelo público).

⁴² Definição de Alexandre Fradkin, no artigo A TVE ou não é? Uma tentativa disciplinada de explicar a caótica legislação da Radiodifusão Educativa, principalmente na área da televisão; radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br, 2007.

⁴³ Definição baseada em: Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999.

⁴⁴ Decreto 20.047, de 27 de Maio de 1931. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional.

⁴⁵ Usando das atribuições do Decreto anterior, que lhe conferem os arts. 1º e 4º do Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930.

Esses dois decretos definiram os primeiros procedimentos e regras para outorga de canais, até 1962.

Após esses dois decretos novas regras se seguiram modificando uma legislação já fragmentada, até que em 1953 o governo federal enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que contemplasse os serviços de telefonia e radiodifusão numa só legislação, num código para as telecomunicações. Seguiram-se nove anos de debate até a redação final e a publicação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), ainda em vigor.

Do ponto de vista normativo, a Lei que rege a radiodifusão no Brasil é o Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117, promulgada em 27 de agosto de 1962. Embora ela seja anterior à revolução de 1964, alguns analistas a consideram um reflexo do regime militar, por só ter sido regulamentada em 1967. Essa regulamentação impôs restrições que caracterizam a separação entre Radiodifusão Comercial e Educativa:

Art. 13 - A televisão educativa se destinará à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates”.

§ único: A televisão educativa não tem caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, bem como o patrocínio dos programas transmitidos, mesmo que nenhuma propaganda seja feita através dos mesmos.

Mais à frente, o § 2º do art. 14 estabelece que: “Art. 14 (...) § 1º (...) § 2º A outorga de canais para a televisão educativa não dependerá da publicação do edital previsto no art. 34 do Código Brasileiro de Telecomunicações.” Tornou-se, portanto, dispensável a comunicação a eventuais interessados de que o Poder Público pretendia outorgar uma determinada emissora de radiodifusão educativa.⁴⁶ Naquela época, também não era necessária a realização de licitação para a outorga de emissoras comerciais. “Contudo, nesse último caso, deveria haver uma publicação de edital, conclamando todos os interessados a apresentarem a documentação necessária, sendo discricionária a decisão sobre quem seria agraciado com uma outorga”⁴⁷ (LOPES, 2011, p.12).

⁴⁶ Segundo o MC, a outorga para a execução dos serviços de radiodifusão com finalidade exclusivamente educativa ocorre por meio de procedimento administrativo seletivo com início pela publicação periódica, no Diário Oficial da União, dos chamados Avisos de Habilitação, abrangendo, cada um deles, certo número de municípios, convidando os interessados a apresentarem suas propostas. A ação é gerenciada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

⁴⁷ Cristiano Aguiar Lopes, em estudo realizado em março de 2011, sobre a Regulação da Rádio Difusão Educativa, Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, ressaltou que, por força do § 1º do inciso XV do art. 13 do Decreto nº 2.108, de 1996, é dispensável a licitação para a outorga de serviço de radiodifusão com fins exclusivamente educativos. Não há um procedimento específico para a outorga

Os decretos seguintes trouxeram poucas mudanças (Decreto 52.026, de 20 de maio e, posteriormente, Decreto 52.795, de 31 de outubro, ambos de 1963). Regulamentaram os serviços de radiodifusão e confirmaram alguns itens já validados pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, como a competência exclusiva da União em dispor sobre a radiodifusão, a finalidade educativa e cultural dos serviços outorgados, ainda que em caráter comercial, os aptos a explorar os serviços de rádio e televisão. Estabeleceu também a outorga de radiodifusão por meio de concessão ou permissão e os prazos de funcionamento das outorgas (10 anos para os serviços de radiodifusão sonora – rádio - e 15 anos para os de radiodifusão de sons e imagens - televisão), entre outros.

Como resultante do impacto do cenário sócio-histórico político sobre as leis da radiodifusão, o Decreto 236 de 28 de fevereiro de 1967 promoveu alteração no CBT. Foram inseridos artigos ao CBT que reforçaram o caráter nacional da radiodifusão e ratificaram a não-execução dos serviços de rádio e televisão por estrangeiros e por pessoas jurídicas. Determinaram condições econômicas e financeiras às entidades interessadas em explorar o serviço; estabeleceram limites nacionais, regionais e locais de propriedade às entidades para permitir a concessão de serviços de radiodifusão; e condicionaram a renovação da outorga de radiodifusão ao cumprimento de critérios educativos e culturais e outras obrigações legais, entre outros artigos.

No tocante à Radiodifusão Educativa, durante o regime militar, o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL) estabeleceu, através da Decisão 54, de 14 de julho de 1965, a reserva de canais para Televisão Educativa (TVE), sem finalidades comerciais. No mesmo ano, em novembro, a Decisão 119 fixou as normas para inscrição de entidades para se candidatarem à execução de Radiodifusão Educativa, com objetivo de cobertura para todo o território nacional em canais VHF e UHF. “Em dezembro de 1965 foi instituída no MEC a Rede de Telecomunicações com a finalidade de assegurar intercomunicações desse órgão com as entidades educacionais localizadas nos estados, e delas entre si” (BECKER, 1967, p. 294).

Considerando que a reserva de canais VHF de TV para a Educação previu a reserva de um canal nas cidades que, pelo Plano de Atribuição e Distribuição⁴⁸ de canais dispusessem de

estabelecido na legislação, sendo a escolha dos agraciados com concessões e permissões arbitrária do Ministro das Comunicações.

⁴⁸ A distribuição para a reserva dos canais para TV Educativa está detalhada na Decisão 54, de 14 de julho de 1965, e cita 4 canais para Pernambuco / Petrolina (com chave para Juazeiro).

mais de um canal ainda não concedido; e que a reserva deixou de contemplar cinco cidades que satisfaziam tal critério, através da Resolução nº 1 de 11 de janeiro de 1966, o CONTEL resolve:

1. Reservar para a Televisão Exclusivamente Educativa, não comercial:
 - o canal 5 de Londrina, no Estado do Paraná;
 - o canal 11 de Recife, no Estado de Pernambuco;
 - os canais 6 de Alegrete e 3 de Bagé, no Estado do Rio Grande do Sul;
 - o canal 5 de Bauru, no Estado de São Paulo.⁴⁹

Considerando que o critério para a reserva de canais de TV VHF para a educação previu um canal a mais para cada cidade, que pelo Plano de Atribuição e Distribuição ainda dispusesse, houve uma intenção do governo de preservar pelo menos um canal VHF nas cidades de maior população. Dessa forma passou também a disponibilizar um canal VHF para cidades ainda não contempladas cuja concessão tivesse sido cassada ou perdida por caducidade, possibilitando ampliar a reserva de canais para a educação.

Quanto aos canais UHF, foi estabelecido o critério para atribuição de canais de TV nessa frequência pela Resolução nº 2, de 5 de janeiro de 1967; e de acordo com o CONTEL resolve:

Aprovar em caráter provisório, até que seja realizado o Plano Nacional de Televisão, os seguintes critérios para atribuição de canais de TV em UHF:

I-Quando as capitais:

1. Ficam reservados para as capitais dos estados e territórios os seguintes canais de TV em UHF:
 - Canal 14 – TV Comercial
 - Canal 26 – TV Comercial
 - Canal 26 – TV Educativa
 - Canal 38 – TV Educativa
 - Canal 44 – TV Comercial
 - Canal 77 – Reservado para uso futuro
 - Canal 83 – Reservado para uso futuro.⁵⁰

⁴⁹ A Resolução nº 1, de 11 de janeiro de 1966, fez essas ratificações baseada no artigo 25 do Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), complementando a Decisão nº. 54 de 14 de julho de 1965, assinada pelo Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), Capitão de Mar e Guerra Euclides Quant de Oliveira.

⁵⁰ De acordo com o Ministério das Comunicações (MC), o Plano nacional de Outorgas (em vigor desde 2011) estabelece, dentre outros pontos, visando à consecução do interesse público que, a outorga para a execução de serviços de radiodifusão com fins exclusivamente educativos só pode ser pleiteada por entidades que não tenham finalidade lucrativa, sendo reservada à execução da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, conforme preceitua o art. 14 do Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Posteriormente, em 28 de fevereiro de 1967, o Decreto 236 definiu a radiodifusão com fins exclusivamente educativos, seja de rádio ou de TV voltada à transmissão de programas exclusivamente educativo-culturais, não podendo ter caráter comercial nem fins lucrativos. Previu a reserva de canais para a TVE em todas as capitais dos estados, territórios e cidades com população igual ou superior a 100 mil habitantes; também dispôs sobre a obrigatoriedade de transmissão de programas educacionais nas emissoras comerciais, estipulando a duração máxima de cinco horas.

Essas medidas criaram as condições favoráveis para o desenvolvimento da TV Educativa, possibilitando a obtenção das concessões de canais educativos. Entretanto, coube à União e aos Estados arcar com os custos de montagem e manutenção das emissoras, esperando-se também, na época, a colaboração da iniciativa privada no incremento para fazer funcionar uma rede em larga escala, à altura das exigências da educação pela TV. Quanto ao aporte financeiro que garantisse a sustentabilidade das emissoras, o Decreto 236 estabeleceu, como foi citado acima, que as televisões e rádios educativas não têm caráter comercial, sendo vedada a transmissão de qualquer propaganda, direta ou indiretamente, o que gerou uma total dependência de dotação orçamentária dos órgãos a que estavam ligadas. Esse aspecto limitador iria causar o declínio e sucateamento das emissoras ao longo dos anos.⁵¹

Foram concedidas reservas de 128 canais para TVE, sem finalidades comerciais, sendo três para as capitais de estado, na faixa UHF (*ultra high frequency*) ou seja, ondas decimétricas perfazendo um total de 75. Os demais 53 se distribuem pelos estados, sendo estes de VHF (*very high frequency*) ou seja, ondas métricas, número que poderá ser elevado⁵² (BECKER, 1967, p. 293-294).

Uma vez criada a Radiodifusão Educativa, coube ao Ministério da Educação (MEC), a criação do Programa Nacional de Teleeducação (PRONTEL), com o objetivo de coordenar as

⁵¹ Décadas mais tarde, abriu-se um caminho para sobrevivência financeira, o Art. 19 da Lei 9.637, de 15 de maio de 1998, trouxe o enunciado: “As entidades que absorverem atividades de rádio e televisão educativa poderão receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado, a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos, vedada a veiculação remunerada de anúncios e outras práticas que configurem comercialização de intervalos. Assim, as entidades de radiodifusão educativa qualificadas como organização social, de acordo com a Lei 9.637, podem veicular publicidade, desde que essa se enquadre no conceito de apoio cultural.”

⁵² Grifos do autor.

atividades de Teleducação do país. Competiu à Radiobrás, criada posteriormente, “implantar e operar as emissoras e explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal”⁵³.

A primeira tentativa de se criar uma emissora educativa no Brasil aconteceu um pouco antes, mas não foi adiante. Em 1952, o Decreto 30.832 outorgava à prefeitura do Distrito Federal (localizada então na Guanabara – RJ), estabelecer uma estação de radiotelevisão, por intermédio da Fundação Roquette Pinto.

Além da emissora do DF, também foram premiados com outorgas de canais de televisão educativa, a Rádio Nacional (em nome da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional – Decreto 29.254), os Ministérios da Educação e Saúde (Dec. 30.814), e a Fundação Rádio Mauá, do Ministério do Trabalho (Dec. 30.815). Juntavam-se a essas concessões para uso educativo, outros canais para emissoras comerciais como as da Rádio Mayrink Veiga e da Rádio Continental. [...] Mas essas concessões “educativas” tiveram sua caducidade decretada cinco anos depois, no governo de Juscelino Kubitschek, conforme o Decreto 42.939 de dezembro de 1957. Na redistribuição feita por Juscelino, o canal 2, que deveria ter hospedado a primeira emissora exclusivamente educativa, acabou sendo concedido ao grupo Excelsior, que acabaria comprando a Mayrink Veiga (MILANEZ, 2007, p. 13).

O Canal 2 só voltou de fato a ser um canal educativo em 1973, através de Decreto 72.634, de 16 de agosto, que outorgou à Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa (FCBTVE) a concessão do canal antes ocupado pela TV Excelsior, que passaria a ser chamada de TVE-RJ. De acordo com Liana Milanez (no livro *TV Brasil, cena de uma História*, 2007), a televisão pública brasileira “perdeu quase duas décadas de sua aplicação em benefício da educação e a primeira emissora educativa a entrar efetivamente em operação foi a TV Universitária de Pernambuco, em 1967” (MILANEZ, 2007, p. 33).

Em 4 de fevereiro de 1966, o presidente Humberto Castelo Branco assinou o Decreto 57.750 que oficializou à Universidade Federal de Pernambuco a concessão de uma estação televisora – VHF.

Art. 1º Fica outorgada a concessão à Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do Art. 28 do Regulamento dos Serviços de Rádio, para estabelecer, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (TV) utilizando o canal 11 (onze).⁵⁴

No contrato entre o CONTEL e a UFPE, que foi assinado em 28 de fevereiro do mesmo ano, em sua cláusula primeira destacamos tratar-se de “uma estação de sons e imagens

⁵³ A Lei 6.301, de 15 de dezembro de 1975 instituiu a política de exploração de serviço de radiodifusão de emissoras oficiais, pela criação da Empresa Brasileira de Radiodifusão – RADIOBRÁS.

⁵⁴ Decreto 57.750 de 4 de fevereiro de 1966, publicado no Diário oficial de 15 de fevereiro de 1966. Ver Anexo A.

(TV), destinada a executar o serviço de radiodifusão com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do país e subordinadas às obrigações instituídas neste Ato.”⁵⁵

Em 22 de novembro de 1968 foi inaugurada a primeira TV Educativa do Brasil: TV Universitária-Recife, emissora da UFPE, construída em terreno da Av. Norte, no bairro de Santo Amaro na capital pernambucana, cedido em comodato pelo Exército, uma história que do ponto de vista legal começou agora, mas que detalharemos nas próximas páginas. Lembrando que isso ocorreu seis meses antes da inauguração da TV Cultura-SP, mantida pela Fundação Padre Anchieta.

O Canal 2 – SP (concessão comercial, canal privado) foi vendido por Assis Chateaubriant ao Governo do Estado de São Paulo, atendendo às novas medidas da reforma do Código de Telecomunicações que limitava o tamanho das redes nacionais. Imediatamente após a venda, a TV Cultura encerrou suas atividades. “Preocupado em implantar uma TV Educativa de alto nível, o Governo paulista decidiu dedicar-se ao planejamento e à atualização técnica, para só depois iniciar as atividades da “nova” TV Cultura, agora pública” (CUNHA LIMA, 2008). A inauguração da emissora foi no dia 15 de junho de 1969.

Entre 1968 e 1974 foram criadas nove emissoras educativas de televisão, sendo três ligadas ao Ministério da Educação e outras seis a secretarias estaduais de educação, comunicação ou cultura: TV Universitária-PE (TVU, a pioneira, como detalharemos mais adiante), TV Cultura-SP, TVE-AM, TVE-CE, TVE-ES, TVE-MA, TVE-RJ, TV Universitária-RN e TVE-RS.

A razão social e a vinculação de cada uma delas tinham raízes as mais diversas, algumas federais ligadas ao MEC, outras estaduais ligadas às Secretarias de Cultura, Educação ou Comunicação. Todas atuavam de forma independente. Foi assim até 1978. Como resultado da primeira Reunião das TV's Educativas, por iniciativa do PRONTEL, elas formaram uma pequena rede. O objetivo foi transmitir a Copa do Mundo de Futebol, cujos direitos de transmissão couberam à TV Cultura-SP.

O PRONTEL transformou-se na Secretaria de Aplicações Tecnológicas (SEAT/MEC), em 1979. No mesmo ano, uma nova reunião dessas emissoras resultou na criação de Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED), “cuja coordenação político-administrativa ficou

⁵⁵ Termo de contrato celebrado entre o CONTEL e a UFPE, publicado no Diário Oficial de 15 de março de 1966. Conforme Anexo B.

a cargo da SEAT/MEC, enquanto a coordenação operacional ficou sob a responsabilidade da TVE-RJ (uma unidade da Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa – FCBTVE)”⁵⁶ (FRADKIN, 2007).

E em consequência, o SINTED acabou se transformando em SINRED (Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa), ato formalizado pela Portaria MEC Nº 344, de 09/08/1983, cujo texto oficializava, em seu parágrafo 2º do art. 3º que: *A coordenação do Sistema caberá à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa [...] O SINRED tinha como objetivo permitir que as emissoras integrantes veiculassem uma programação constituída por programas produzidos por todas, diferentemente do que ocorria, e ainda ocorre, com as redes comerciais, onde há uma ou duas emissoras cabeças de rede, e as demais meramente retransmitem a programação por elas produzida. Constituiu, na verdade, a primeira rede nacional de televisão pública* (FRADKIN, 2007).⁵⁷

Em 1983 entrou em funcionamento o satélite Brasilsat 1, a TVE-RJ foi a primeira emissora a ter acesso, o que a colocou na posição de coordenadora operacional.

Durante esse período surgiram novas emissoras educativas, como a TV Cultura do Pará, a TVE do Piauí, a TVE de Alagoas, a TV Aperipê de Sergipe, a TVE da Bahia, a TV Minas Educativa e Cultural, a TVE do Paraná, a TVE do Mato Grosso do Sul, além da TVE de Alfenas e da TVE de Juiz de Fora, que foram as primeiras geradoras não localizadas em capital de Estado. Essas dez novas emissoras vieram se juntar às nove iniciais e, por muitos anos (até 1994), integraram o SINRED, até a sua extinção, em 1996 (FRADKIN, 2007).

Com a promulgação da nova Constituição em 1988, houve no Regulamento dos Serviços de Repetição e Retransmissão de Televisão que marcou o futuro da Televisão Educativa, em seu Art. 1º do Decreto 96.291, de 11 de julho de 1988, estabeleceu:

[...] as estações retransmissoras de programas gerados por televisões educativas poderão realizar inserções locais da programação definida na alínea “f” do art.4º”. Essa alínea “f” estava assim definida: “Programas de Interesse Comunitário – são programas noticiosos ou de outra natureza de interesse da comunidade servida por retransmissora de televisão educativa.”⁵⁸

Com essa alteração no *status quo*, as emissoras geradoras de programação (cabeça de rede) não precisaram mais implantar retransmissoras para aumentar seu alcance de sinal e chegar a mais localidades, pois havia a possibilidade de inserção da programação local,

⁵⁶ Alexandre Fradkin trabalhou com radiodifusão desde 1977, no SINRED, depois na TVE. Durante mais de 40 anos em TV educativa, foi assessor da TV Brasil, onde se aposentou em 2013.

⁵⁷ Grifo do autor, artigo sobre Legislação da radiodifusão educativa, 2007; ver <www.radiodifusaoeducativa.blogspot.com.br>.

⁵⁸ Como explicou Alexandre Fradkin, ex-gerente do SINRED, esse decreto foi inicialmente regulamentado pela Portaria Minicom nº 93, de 19/07/1989, que determinava que o conteúdo da programação a ser inserida obedecesse aos critérios estabelecidos na Portaria Interministerial MEC/Minicom nº 162, de 20/08/1982 e que o tempo de inserção dos programas locais não ultrapassasse a 15% (cerca de duas horas diárias) do total da programação da estação geradora a que a retransmissora estivesse vinculada.

atraindo interessados em implantar estações retransmissoras, denominadas tecnicamente mistas. Por ser a única emissora até então com acesso ao Brasilsat, a TVE-RJ foi a maior beneficiada com a retransmissão mista, embora não houvesse nenhum aparato legal que regulamentasse.⁵⁹ Embora a história da regulamentação da radiodifusão no Brasil tenha sua continuidade até o presente, a nossa análise se estabeleceu até este ponto, devido ao recorte histórico da pesquisa, delimitado até o início da década de 1980.

Para melhor compreensão, esclarecemos que hoje a TV Brasil, “cabeça de rede”, ou seja, geradora de programação para várias emissoras educativas inclusive a TVU em Pernambuco, que formam a rede pública de televisão, é uma emissora gerida pela Empresa Brasileira de Comunicação – EBC. Esta, por sua vez, foi criada em 2007, através do Decreto 6.246 de 24 de outubro de 2007; da união dos patrimônios e do pessoal da Empresa Brasileira de Comunicação S/A (Radiobrás) e dos bens públicos da União que estavam sob a guarda da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP, antiga FCBTVE), que coordenava a TVE-RJ.

Com o Marco Regulatório para a Televisão Pública no Brasil, proposto a partir da implantação da tecnologia digital, estruturou-se o Sistema Brasileiro de Comunicação Pública, que tem suas origens legais na Constituição de 1988. Em seu Artigo 223, a Carta Magna estabeleceu que a concessão de outorga deveria observar a complementaridade dos sistemas públicos, estatal e privado. Criou-se aí a ideia de um sistema público, diferenciado tanto do privado quanto do estatal. O uso do termo público em questão se deu como uma forma de resistência ao termo estatal, associado à experiência do regime militar. Dessa forma o modelo institucional das comunicações brasileiras (entenda-se em televisão) passou a ter

[...] o que poderíamos chamar de “duas Camadas” de regulação: uma presente na Carta Magna, que estrutura o modelo em sistemas; e outra, no plano da regulamentação dos serviços da radiodifusão, que distingue as modalidades de comunicação pelas suas outorgas (comercial, educativa e comunitária) (INTERVOZES, Coletivo Brasil de Comunicação Social, 2009, p.44).

Como foi descrito acima, se na década de 1960 o papel da TV Educativa foi o de informar e disseminar o conhecimento contribuindo para a educação do cidadão e o desenvolvimento regional, a nova televisão (de acordo com a Constituição de 1988) assumiu novos papéis na formação da cidadania. Tal transformação foi observada seja na formatação

⁵⁹ Por iniciativa da TVE do Rio de Janeiro, foi baixada a Portaria Interministerial MEC/Ministério da Infra-Estrutura (nome do Ministério das Comunicações àquela época) nº 236, de 29/10/1991 para regulamentar a retransmissão mista.

de conteúdo e redirecionamento da sua grade; seja na abertura de gestão com a “participação da sociedade inserida no processo de construção social” (INTERVOZES C.B.C., 2009), em diversas instâncias, de caráter consultivo ou deliberativo expresso no conceito de TV Pública (que pressupõe uma gestão participativa, como detalharemos mais adiante).

Para compreender a construção social desta nova realidade foi preciso entender o processo histórico em que foi produzida, integrada aos fenômenos sociais e à legitimação dos novos papéis nas relações de poder e suas representações, no objeto de estudo desta pesquisa, a TVU.

Elucidado o aspecto da regulamentação da radiodifusão, é fundamental analisar a missão social do veículo TV, sob o caráter “educativo” de uma concessão pública de canal aberto (destinado então, a um órgão de governo, autarquia), dentro de uma ferramenta que se inseria na sociedade como grande avanço tecnológico da época. Sob essa ótica, apurar o olhar cotidiano, em diferentes perspectivas teóricas, “possibilitará estabelecer as correlações necessárias para a elucidação da problemática sob análise” (FERNANDES, 2009, p.13).

A educação no que diz respeito aos meios de comunicação, mais especificamente, à televisão, contribui para a construção de uma identidade com o telespectador e as relações humanas que se estabelecem e se configuram a partir de então, seja entre os grupos sociais e estes, entre o veículo, quando a criação da primeira emissora de TV Educativa, a TVU, guarda uma relação com a imensa cultura e o papel que desempenhou antes do bloco de 1964, o Serviço de Extensão Cultural, que foi pensado, trabalhado por um conjunto de professores da universidade e de intelectuais da sociedade coordenado pelo nosso Paulo Freire. O serviço de Extensão Cultural que tem a revista Estudos Universitários, criada naquele momento em 1960 e 1962, no reitorado João Alfredo, responde a um momento de efervescência cultural e de busca por um Brasil de uma independência tecnológica, de um caminho próprio. Isso certamente se refletiu depois em 1968 [...] A Televisão Universitária surge num momento de fechamento do país, mas ao mesmo tempo de efervescência em todas as áreas de artes e cinema, de teatro e ela vai justamente fortalecer uma visão de cultura e de sociedade brasileira ⁶⁰ (BRASILEIRO, 2014).

Dentre os movimentos culturais ressaltados pelo Reitor da UFPE, Anísio Brasileiro, que se antecederam à criação da TVU, destacamos também o Movimento de Cultura Popular, que buscava ampliar o acesso à escola da população do Recife. Sua origem se baseou numa pesquisa realizada por Anita Paes Barreto juntamente com Paulo Freire e Paulo Rosas, cujo resultado revelou que cerca de 80 mil crianças estavam fora da sala de aula. Essa foi uma das bandeiras da campanha eleitoral de Dr. Miguel Arraes para o governo de Pernambuco, eleito em 1962, como destacou a Profª Silke Weber:

⁶⁰ Entrevista cedida à pesquisadora em Recife – PE, em 13 de janeiro de 2014.

[...] houve um apoio muito grande da sociedade pernambucana na época e foram contratados professores etc., e foi aí que se originou a rede municipal de educação de Recife. Aliado a isso tinha todo aquele trabalho que era fundamental, que era o trabalho de educação de adultos, que foi inicialmente feito pelos ciclos de cultura e depois pela escola radiofônica. Bem como toda a ação cultural propriamente dita: de um lado dá visibilidade a cultura popular e de outro tinha que trazer peças com que a plateia pensasse sobre os problemas brasileiros (WEBER, 2014).

Fazendo uma análise dos valores e leis que fundamentaram a criação da TV Educativa no Brasil, ressaltamos que o imediatismo da TV a eleva ao status de que o que “é visto e ouvido, é admitido como verdade absoluta” (SILVERSTONE, 2005), quando seu aparato tecnológico, literalmente, invade a rotina familiar e passa a atribuir-lhe um papel quase que de membro da família. A televisão exerceu um fascínio, e ainda o exerce, sobre o telespectador, com seu forte apelo visual. Referimo-nos a uma época em que a audiência era crescente, enquanto também novidade tecnológica que se apresentava como reforço para minimizar os altos índices de analfabetismo,

[...] a uma proporção muito importante de pessoas que não leem nenhum jornal que estão devotadas de corpo e alma à televisão como fonte única de informações. A televisão tem uma espécie de monopólio de fato sobre a formação da cabeça de uma parcela muito importante da população (BOURDIEU, 1997, p.23).

Dentro desta caixa mágica, um discurso dominante pelo efeito massivo dos *media*, segundo Michel Foucault (1996), “há vários procedimentos dentro da sociedade para organizar, controlar, direcionar e redistribuir um discurso” (FOUCAULT apud FERNANDES, 2009). Uma afirmação que pressupõe ausência de senso crítico, numa organização social, onde alfabetizar é saber assinar o nome. Referimo-nos ao período quando o conteúdo veiculado era regido pelos grilhões da censura, numa época em que a sociedade clamava por educação superior, em que houve simultaneamente à criação da primeira emissora de TV Educativa, o aumento do número de universidades federais no país em meio a novos aprendizados e novas tecnologias. Desse modo, enquanto Órgão Suplementar da UFPE, a TVU representou e representa em 2014 para esta universidade, de acordo com o Reitor Anísio Brasileiro:

Ter um canal de televisão possibilita que o conhecimento gerado através das metodologias científicas possa ser de acesso livre e possam ser ampliados para os lares da comunidade pernambucana, nordestina e brasileira. Então, nós entendemos que a universidade cumpre o seu papel, enquanto instituição formadora de recursos humanos de qualidade e entendo uma televisão historicamente tão importante como a nossa, para que possa difundir conhecimento, articular melhor as formações que nós temos nas graduações em todas as áreas de conhecimento, nas pós-graduações e esse conhecimento ser transformado em cultura, ser transformado em mais cidadania para

que as pessoas possam ter mais consciência dos direitos, ter mais consciência do seu papel na sociedade ⁶¹ (BRASILEIRO, 2014).

Conforme descrito acima, abordamos os princípios que fundamentaram a TV Educativa, como a superioridade da TV em termos atrativos, para sua utilização como ferramenta de educação, em comparação ao rádio; e o cenário da educação no final da década de 1960. Pudemos conhecer algumas experiências em TV Educativa, desenvolvidas em outros países, que foram somadas ao desenvolvimento dos primeiros conteúdos educativos a serem transmitidos através da televisão.

A narrativa transitou entre leis e decretos, dando origem ao modelo atual de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviços de radiodifusão no Brasil e, conseqüentemente, à radiodifusão educativa. Nesse percurso destacamos a outorga do Canal 11 à UFPE. Traçamos cronologicamente a criação de outras emissoras educativas; sua operacionalização em rede até a transmissão via satélite, sem, no entanto, perder de vista sua missão social. Dessa forma, buscamos construir em seus valores e aspectos legais a história da regulamentação da radiodifusão no Brasil.

Criada a radiodifusão educativa, como foi descrito acima, seguimos adiante com uma discussão teórica sobre os diferentes conceitos das emissoras não comerciais, portanto, sem fins lucrativos. Essa conceituação nos auxiliou a entender o modelo público brasileiro.

2.3 TV Educativa: Uma discussão teórica

Antes de abordarmos a história da TV Universitária propriamente dita, foi necessário esclarecer os termos que classificam as emissoras que não são comerciais, portanto sem fins lucrativos. Alusivos também à TV Educativa se diferenciam em diversos aspectos legais e ideológicos como veremos a seguir. Dessa breve explanação, a pesquisa buscou identificar o

⁶¹ Em entrevista a pesquisadora, o Reitor Anísio Brasileiro, destacou a importância das emissoras de TV e Rádios Universitárias para a instituição, seu papel e desafios; Entrevista realizada em Recife, PE, em 13 de janeiro de 2014.

modelo de canal público brasileiro de uma concessão educativa, baseado nas perspectivas da época de sua criação.

Para melhor entendimento sobre as diferenças entre concepções teóricas, fizemos uma divisão na classificação das emissoras de televisão que não são comerciais, portanto sem fins lucrativos, na tentativa de elucidar os aspectos que as diferenciam entre si. Essas designações nos ajudaram a analisá-las conceitualmente e teoricamente na busca de uma associação ao modelo público brasileiro. Lembrando que de acordo com o Ministério das Comunicações, em relação à radiodifusão (ou *broadcasting*) só existem dois tipos de concessões de TV no Brasil: comercial e educativa.

- **TV Educativa**

Como foi citado, no Brasil temos a TV Educativa sem fins lucrativos voltada à transmissão e produção de programas exclusivamente educativo-culturais. São emissoras que visam à educação básica e superior, à educação permanente e formação para o trabalho, além de abranger as atividades de divulgação educacional, cultural, pedagógica e de orientação profissional, sempre de acordo com os objetivos nacionais, atuando em parceria com os sistemas de ensino de qualquer nível ou modalidade. Essas concessões de serviço público podem ser outorgadas a instituições públicas (por exemplo: TV's Educativas ligadas aos governos federal, estadual e municipal, órgãos, autarquias) ou privadas (por exemplo: Canal Futura, da Fundação Roberto Marinho). “É o único termo que consta de todos os instrumentos legais referentes a conteúdo educativo e abarca todos os outros tipos de emissoras, exceto as estatais e as comunitárias.” (FRADKIN, 2007).

Dentro da denominação “TV Educativa” coube-nos especificar também duas concepções contidas nesse conceito: A TV Cultural, que educa a população através da cultura na valorização da temática regional, no enfoque do esporte como elemento construtivo na sociedade, ou ainda, no resgate da cidadania. Embora seu conteúdo seja em sua essência didático, é apresentado sem cunho formal, englobando programas de conteúdo cultural e informativo; como por exemplo: a TV Cultura-SP e a BBC – Londres.

Outra modalidade de TV Educativa é a TV Instrutiva ou TV Curricular. A *Chicago City Junior College* foi pioneira nesse campo, a emissora WGBH de Boston é também um exemplo, cabendo a essas o programa de TV atrelado ao plano de aula, onde os conteúdos transmitidos são aproveitados como créditos de disciplinas. Também denominada TV Pedagógica ou Institucional, refere-se ainda a todas as transmissões destinadas às salas de

aula e para o grande público. Não apresenta o caráter informal com conteúdo de educação formal em circuito aberto ou fechado, produzindo aulas em vídeo e conteúdo para sala de aula, como explicitou o Prof. Luiz Maranhão Filho, em entrevista à nossa pesquisa:

Hoje o EAD — o Ensino a Distância - isso está difundido, mas há 20 anos atrás a gente já estudava pela formação na TV, então Alice Rolim criou um sistema de teleposto onde a gente fornecia um televisor da Toshiba e as pessoas tinham um monitor que era treinado para dar aula tradicional (MARANHÃO, 2014).

- **TV Estatal**

Televisão Estatal é a denominação das emissoras que são aparelho do Estado, de canais públicos de televisão em outorgas cedidas aos estados, ao governo e autarquias. No conceito geral faz prestação de serviços do governo e apresenta à população o ponto de vista do governo, como componente da variedade de pontos de vista da democracia na mídia (exemplos: CCTV na China, VTV Venezuela e RTP Portugal). No Brasil são 21 emissoras, sob a responsabilidade da Radiobrás. É também, segundo Alexandre Fradkin (2007), ex-gerente do SINRED, termo utilizado para definir as emissoras de outorgas comerciais que pertencem a governos, das três esferas federal, estadual e municipal, (por exemplo: a TV Pernambuco). “Algumas emissoras educativas, embora veiculem uma programação diversificada, podem ser consideradas estatais por obedecerem integralmente aos governos aos quais estão vinculadas” (FRADKIN, 2007).

- **TV Comunitária**

A TV Comunitária, de acordo com Cicilia M. Krohling Peruzzo (2000, p.01),⁶² se subdivide em quatro tipos: TV Comunitária UHF, TV Comunitária VHF, TV de Rua e a TV Comunitária no Cabo, como detalhamos a seguir.

A TV Comunitária UHF funciona em nível local. Ela retransmite parte da programação de alguma Televisão Educativa. No caso do canal comunitário, na prática, ele poderá caracterizar-se como canal de acesso público. São chamadas de Comunitárias, mas de fato são TVs locais educativas, “há alguns anos atrás foi a autodenominação utilizada pelas retransmissoras mistas, aquelas que podiam inserir programação local. Hoje, o termo é usado, exclusivamente, para designar as emissoras criadas em função da Lei da Cabodifusão” (FRADKIN, 2007).

⁶² Professora da Pós-Graduação em Comunicação Social da UMESP - Universidade Metodista de São Paulo, Brasil.

O segundo tipo opera na frequência VHF, com potência de transmissão de aproximadamente 150 watts, cujo alcance atinge comunidades específicas.

Ainda não está regulamentada em lei, portanto são transmissões clandestinas. Entram no ar em caráter ocasional, até pelos riscos decorrentes de sua ilegalidade. Trata-se de experimentos que objetivam exercitar a liberdade de expressão e contestar o sistema de concessão de canais de televisão no país, bem como sua programação essencialmente marcada por interesses mercadológicos. E, em casos específicos, objetivam democratizar técnicas de produção e transmissão televisiva junto a grupos populares. Em última instância, o que se pretende é forçar mudanças na legislação dos meios de comunicação de massa no país (PERUZZO, 2000, p.03).

O terceiro tipo de TV Comunitária, descrito por essa autora, é a TV de Rua, que consiste mais em um núcleo de produção audiovisual do que um canal de TV. São emissoras móveis que apresentam sua programação em praças públicas, colégios, associações (por exemplo: a TV Viva)⁶³, caracterizando-se pela realização em vídeo

[...] produzidos com a participação da população e transmitidas em espaços públicos abertos (praças e ruas) ou fechados (postos de saúde, creches, escolas, centros comunitários, associação de bairro, sindicato, ginásios esportivos, hospitais etc.) destinados a recepção coletiva (PERUZZO, 2000, p.06).

O quarto e último tipo é a TV Comunitária no Cabo, ou seja, canal transmitido por meio físico. Sua legalização se deu através da Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995, regulamentada pelo Decreto-Lei 2.206 de 14 de abril de 1997, que estabeleceu:

[...] a obrigatoriedade das operadoras de TV a Cabo, beneficiárias da concessão de canais para, na sua área de prestação de serviços, disponibilizar seis canais básicos de utilização gratuita, no sentido dos canais de acesso público, como denominados nos Estados Unidos. Pelo Artigo 23 são três canais legislativos – 16 Outros sistemas de transmissão de TVs por assinatura são: MMDS – *Multichannel Multipoint Distribution System*, através de antena micro-ondas (por ar e terra); DBS – *Direct Broadcasting Satellite*, por satélite e exige parabólica para recepção; STV – *Subscription Television*, por satélite; DTH – *Direct To Home*, o satélite (digital), utilizados pela Sky e Direct TV. [...] Pessoa jurídica que atua mediante concessão que através de seus equipamentos e instalações recebem, processam e geram programas e sinais, (destinados ao Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas/Câmaras de Vereadores). Um canal universitário (para uso compartilhado das universidades sediadas na área de prestação do serviço), um educativo-cultural (reservado para uso dos órgãos que tratam de educação e cultura do governo federal, governos estaduais e municipais) e um comunitário (aberto para utilização livre por entidades não governamentais e sem fins lucrativos) (PERUZZO, 2000, p.12).

• TV Legislativa

⁶³ Outros exemplos de TV de Rua, além da TV Viva de Recife/Olinda/PE: TV Mocaranga de Santarém/PA, TV Liceu de Salvador/BA, TV Sala de Espera de Belo Horizonte/MG, TV dos Trabalhadores de São Bernardo do Campo/SP, TV Maxambomba do Rio de Janeiro/RJ, Bem TV de Niterói/RJ, TV Olho, TV Tagarela, TV Égua-92 e TV Pinel, todas do Rio de Janeiro/RJ, TV Mangue de Recife/PE, TV Memória Popular de Natal/RN e a TV Mandacaru de Teresina/PI, segundo Alexandre Fradkin; radiodifusão educativa.blogspot.com.br, 2007.

A TV Legislativa é o canal institucional (no sistema de TV a Cabo ou internet) ligado a Câmaras, Assembleias Legislativas e Senado (nas esferas municipais, estaduais e federais), constituindo-se instrumentos de informação e ampliação da cidadania para a população. Foi criada através da Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995, regulamentada pelo Decreto-Lei 2.206 de 14 de abril de 1997.

- **TV Universitária**

Refere-se às emissoras de TV em canal aberto ou fechado, cujas outorgas foram concedidas às universidades; em sua maioria encontram-se no sistema de TV a Cabo. Dois exemplos de TV Universitária em canal aberto (*broadcasting*) são: a TV Universitária – Recife, a TV Universitária – Natal.

Podemos classificá-las também quanto à linha de programação como: TV Instrutiva abrange apenas conteúdo formal estritamente didático; TV Cultural que apesar de ser educativa, não restringe seu conteúdo ao ensino formal, incluindo documentários, musicais, teleteatro, informações, e diversas manifestações da cultura e da arte e desporto, como forma de educar. “Algumas emissoras nasceram com essa denominação, enquanto outras a adotaram mais tarde, principalmente por considerarem o termo “educativa” um estigma, sinônimo de chatice e falta de criatividade” (FRADKIN, 2007).

- **Televisão pública**

A TV Pública apresenta o predicado de porta-voz da sociedade (da pluralidade de opinião e da diversidade cultural) sem intermediação do governo ou dos interesses da TV privada. Traz como principal característica a participação da sociedade na sua gestão e construção da programação, voltada para o interesse da comunidade, em prestação de serviço de comunicação em informação em diversas áreas. Trata-se de um termo complexo, atualmente muito em uso.

Não se trata de uma contraposição ao termo “privada” pois algumas televisões públicas são privadas. A classificação está ligada ao modo de organização da emissora, caso seja administrada por um Conselho que tenha em sua composição representantes dos diversos segmentos da sociedade, coisa que na prática dificilmente ocorre. Pouquíssimas emissoras podem, realmente, usar essa denominação (FRADKIN, 2007).

A designação “pública” consolidou seu significado associado à independência tanto de mercados quanto de governos; o termo vem sendo buscado pelas emissoras educativas “como um título para aquelas que conseguissem alcançar essa condição” (INTERVOZES, 2009,

p.44). Com a aprovação da Lei 11.652 de 7 de abril de 2008, que criou a EBC, criou-se também a figura do serviço de radiodifusão pública,

[...] mas apenas como aquele prestado pelo Poder Executivo no âmbito federal, incluindo entidades de sua administração indireta. Entre esses princípios estão aqueles referentes à programação já previstos na Constituição Federal (preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas, promoção da cultura regional e estímulo à produção independente), a autonomia em relação ao governo federal e a “participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira (INTERVOZES, 2009, 44-45).

A dificuldade para se definir a missão e os desafios da comunicação pública tem raízes na própria Constituição Federal de 1988, onde o termo “público” aparece pela primeira vez, no Capítulo V: “Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.”

O conceito de TV Pública passou integrar as discussões em torno da TV Educativa a partir Carta de Brasília de 2007, documento fruto do I Fórum de TV's Públicas, juntamente com as resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação de 2009. Nessa conferência, realizada pelo governo federal, a questão foi abordada devido ao fato de que o Artigo 223 apontou a complementaridade dos sistemas público, estatal e privado, sem que houvesse uma definição deles.

Como resultado das discussões realizadas com ampla participação social, na I Conferência Nacional de Comunicação de 2009, foi proposto um entendimento a partir dos modelos de gestão. Desse modo foram definidos os sistemas de comunicação: Público é o que é gerido de maneira participativa e com controle social, a partir da possibilidade de acesso universal dos cidadãos à estrutura dirigente; Privado é o sistema formado pelas entidades privadas, sejam comerciais ou não, com formato de gestão restrito; Estatal é o sistema constituído pelos serviços controlados pelas instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação.

Sob a ótica da Comunicação, analisando as concepções teóricas acima, especificamente a TVU, relacionamos que a TV Educativa no Brasil tramita pela definição educativa e cultural, baseada em premissas iluministas, onde conhecimento e razão são fundamentais para o entendimento e inserção no mundo de maneira emancipadora, cujos objetivos da mídia pública - cultura e conhecimento - gerados pela elite política e cultural impunham sua visão do mundo sobre o povo. De caráter não-comercial, como instrumento de

ampliação da formação da população, massificando a educação em conteúdos educativos, culturais e jornalísticos, contribuindo para o desenvolvimento regional.

Inegável em sua origem, a aproximação com a classificação de TV Estatal, que segue o modelo educativo, numa visão marxista em que são aparelhos do Estado, controlados pelo poder governamental, baseado nos direcionamentos e controle social impostos durante o regime militar. E mais recentemente, assume características da TV Pública, que difere das anteriores pela estrutura de gestão mais participativa, onde a sociedade civil participa do controle da aplicação dos princípios, no direcionamento de uma programação de serviço e de interesse público em formatos e gêneros. Um modelo buscado pela atual gestão da TV Universitária, Canal 11.

Essa expropriação do Estado, na definição de Max Weber, “como agente que reivindica o monopólio dos meios de coerção e do uso deles em seu território soberano”, vem da percepção da globalização, em seu significado: “a produção da ordem numa escala universal, verdadeiramente global” (BAUMAN, 1999, p.75), diz respeito ao que está acontecendo a todos nós na atualidade.

2.4 O modelo público brasileiro

Basicamente os modelos de radiodifusão no Brasil, de uma maneira geral, estão entre o privado e o estatal (ORTIZ, 2000). A partir de 2007 e da Constituição de 1998, o conceito de TV Pública passou a integrar as discussões na esfera da radiodifusão educativa, como foi visto. Apesar de ser considerado como um serviço público, explorado através de concessões de outorgas pelo Estado, a radiodifusão privilegiou os interesses privados de grupos econômicos e políticos. Tecnicamente, entretanto, no país só existem dois tipos de concessão: comercial e educativa.

Nesse cenário é que nasceu a televisão brasileira na década de 1950, tendo como referência um modelo de empreendimento comercial, com a inauguração da TV Tupi, emissora dos Diários Associados. Quando a TV já havia se consolidado como instrumento da indústria cultural brasileira, 18 anos depois é que surgiu a TV Educativa.

Quando, nos anos 60, a televisão apareceu como um fenômeno novo, certo número de “sociólogos” (com muitas aspas) precipitou-se em dizer que a televisão, enquanto meio de

“comunicação de massa”, ia “massificar”. Supostamente, a televisão ia nivelar, homogeneizar pouco a pouco os telespectadores. De fato, era subestimar as capacidades de resistência. Mas, sobretudo, era subestimar a capacidade que a televisão teve de transformar os que a produzem e, de maneira mais geral, os outros jornalistas e o conjunto das produções culturais (através do fascínio irresistível que exerceu sobre alguns deles). O fenômeno mais importante, e que era bastante difícil de prever, é a extensão extraordinária da televisão sobre o conjunto das atividades da produção cultural, aí incluídas as atividades de produção científica ou artística ⁶⁴ (BOURDIEU, 1997, p. 51).

Os projetos de TV's Educativas como vimos anteriormente, surgiram da ideia de que as mídias públicas massificariam a educação, atingindo as populações excluídas dos circuitos oficiais num país de dimensões continentais. Foram estabelecidas altas expectativas, com perspectivas nacionais publicadas em artigos, como, por exemplo, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1967), onde se vislumbrou a criação de uma rede integrada de Televisão Educativa, capaz de interligar todo o território nacional.

Como instrumento eficiente na educação escolar sistemática, a TVE foi idealizada para atender aos ensinos Primário, Ginásial (hoje respectivamente, Fundamental I e II), Médio e ciclo básico do ensino superior; educação permanente focada na alfabetização de adultos e educação técnica agrícola; desenvolvimento comunitário; educação moral e cívica, transmissão de cultura no sentido clássico; e divulgação de novas técnicas abrangendo milhões de brasileiros. Buscou-se uma televisão educativa muito mais de efeito quantitativo e em termos qualitativos, semelhante ou superior à educação transmitida pelos meios convencionais.

Em relação à produção do conteúdo, essas perspectivas destacaram a valorização lógica do que era importante e educativo, em detrimento aos acessórios ou efeitos técnicos. Entretanto, ressaltando a sua realização por equipe profissional que permitisse condições favoráveis para manter a atenção do espectador, revelando as contradições e tensões entre a linguagem e o meio,

[...] qualquer método em televisão educativa vale até o ponto em que é aceito e compreendido pelo que assiste. Quando um simples girar de botão pode fazer desaparecer o melhor método escolhido, é necessário ter certo cuidado com afirmações categóricas de métodos ativos ou autodidáticos. [...] O futuro trará maiores experiências e com elas novos métodos surgirão, condicionados ao desenvolvimento da técnica e da telecomunicação ⁶⁵ (ASSUNÇÃO, 1967, p. 282).

⁶⁴ Grifos do autor.

⁶⁵ José Teixeira Assunção, em seu artigo Pedagogia para a TVE, Revista brasileira de estudos pedagógicos, MEC-INEP, 1967; ressalta a formação de pessoal para a produção de programas educativos de TV.

Com essa premissa, chegou-se à conclusão de que a produção para a TV Educativa exigiria condições especiais de trabalho que a emissora comercial nem sempre poderia oferecer. Outro aspecto relevante, ressaltado pelos autores da década de 1960, é que

[...] uma aula por televisão não é o simples televisionamento de uma aula de classe. O próprio apresentador não pode esquecer certas condições peculiares a sua função.[...] qualquer ator de televisão recebe instruções que o tornam mais apto para o seu trabalho. Já existe mesmo uma literatura sobre o assunto (SOUZA, 1967, p.287).

Tais observações podem parecer lugar comum atualmente, porém à época, fundamentavam a tese da necessidade de se treinar o professor para atuar diante das câmeras, enquanto conhecedor e senhor das técnicas didáticas. Foi, então, sugerida a realização de cursos para preparação de professores, incluindo desde linguagem técnica, até elaboração de roteiros, expressão corporal, maquiagem etc.

Na prática houve também uma atuação no sentido contrário, para que profissionais da mídia assimilassem o conceito de TV Educativa e os programas passaram a ser produzidos por equipes interdisciplinares. A equipe pedagógica, geralmente composta por educadores ligados às Secretarias Estaduais de Educação, trazia o conteúdo e os profissionais de Comunicação o formatava em programas ou teleaulas. Estas eram apresentadas também por um ator representando um professor, e não apenas por professores.

No caso da TV Educativa os aspectos didáticos e técnicos encontraram-se dialeticamente entrelaçados, levando-se em consideração que para cumprir as metas propostas e obter resultados satisfatórios, foi preciso aprender a pensar e planejar o conteúdo desde o horário de exibição dos programas na distribuição na grade de programação,

[...] um curso se transforma em objeto de “interesse” para as donas de casa, quando transmitido pela manhã; ou serve de agradável enriquecimento para alunos de ginásio, quando pode ser visto a tarde, depois das aulas ⁶⁶ (GOTTMANN, GOTTMANN-ELTER, GOMES FILHO, 1971, p. 83).

Os princípios para a TV Educativa que se desenvolveram em seus primórdios, ressaltaram a necessidade de uma política de educação norteadora; uma nova visão do professor muito mais como moderador, de maneira que o conteúdo sobressaísse à sua personalidade; ao mesmo tempo em que alertou sobre o uso excessivo de efeitos técnicos e demais recursos que poderiam tirar a atenção do aluno. Nesse modelo que se instituiu, além

⁶⁶ Guenther Gottmann, Christa Gottmann-Elter e Antônio Gomes Filho, fizeram uma análise sobre os princípios para a TV Educativa em 1971, apontando críticas e direcionamentos, registrados na revista Educação, publicação oficial do Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Apoio da Diretoria de Documentação e Divulgação.

da educação formal, buscou-se levar cultura ao telespectador, também como forma de enriquecimento do “Capital Cultural” (BOURDIEU, 2013, p. 73), fazendo parte da programação a exibição de concertos musicais, teleteatro, por influência e herança do modelo radiofônico, além de programas de debates informativos, com o objetivo de elevar a cultura da população através da arte.

Particularmente em Pernambuco a TV Educativa, ou melhor, a TVU fundada e idealizada pelo professor Manoel Caetano Queiroz de Andrade, entrou no ar em pleno Ato Institucional AI-5. Emergiu em uma época aparentemente contraditória ao período mais duro de censura à imprensa e cerceamento dos direitos políticos. Por outro lado, seu caráter de canal público destinava-se a levar a cultura ao homem do Nordeste, como preceito, mas essa história foi contada mais adiante.

Como vimos, as concepções teóricas sobre os diferentes tipos de emissoras não comerciais, ou seja, sem fins lucrativos, nos auxiliaram a estabelecer diferenças quanto à sua conceituação. A demanda originada pelos valores e princípios apresentados para a sua fundamentação gerou o suporte legal para a regulamentação. Ampliando a discussão teórica sobre a TV Educativa, buscamos elucidar o modelo público brasileiro, que originou a emissora pioneira, ressaltando as contradições e os aspectos didáticos e técnicos encontrados dialeticamente entrelaçados. Passamos então, para próximo capítulo, onde analisaremos a história da TV Universitária, Canal 11, a partir da sua implantação, detalhando os primeiros anos de funcionamento no final da década de 1960; a década de 1970 e os avanços e retrocessos observados pela nossa pesquisa na década de 1980.

3. ANÁLISE: HISTÓRIA DA TV UNIVERSITÁRIA, CANAL 11

Empiricamente, o caminho percorrido pela nossa pesquisa passou por diversos departamentos da UFPE, pelo Ministério das Comunicações, bibliotecas, e arquivos de órgãos públicos e privados. Transitou entre leis e decretos, somados às dez entrevistas como registro da História Oral, para contar a história da criação da TV Universitária, Canal 11.

Nesse último capítulo, especificamente, esses relatos foram essenciais para confrontação à documentação reunida. Os depoimentos trouxeram-nos valiosas informações que comprovaram a História Oficial, revelaram o inusitado e apontaram novas linhas investigativas para a análise teórica. O critério de escolha dos entrevistados baseou-se nas funções por eles exercidas na UFPE e na TVU, considerando também sua contemporaneidade ao recorte histórico. Por ordem alfabética os entrevistados foram⁶⁷:

- Anísio Brasileiro de Freitas Dourado (Reitor da UFPE);
- Damião Cristovam Silva (cenógrafo, trabalhou na TVU de 1969 até 2004);
- Giovanni Lira Mastroianni (jornalista e advogado, começou a trabalhar na TVU em 1968 até 1984, ocupou as funções de produtor, cronista esportivo, chefe do Departamento de Jornalismo e diretor administrativo);
- José Mário Austregésilo (professor da UFPE, trabalhou na TVU de 1968 até 1987, foi apresentador, ator, produtor de telecuriosos e programas, e diretor geral da emissora).
- Lenita Almeida Amaral (Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da UFPE);
- Luiz Beltrão Cavalcanti de Albuquerque Maranhão Filho (Jornalista, advogado e professor da UFPE; trabalhou na TVU de 1971 a 2002 como jornalista, produtor de telecuriosos e programas, chefe do Departamento de Cinema e Jornalismo e coordenador de projetos especiais);
- Maria de Jesus Baccarelli (atriz e professora da UFPE; trabalhou na TVU desde 1968 até 1980, como atriz e apresentadora de teleaulas e programas de TV e Rádio);
- Otávio José Carneiro de Melo (trabalhou na TVU por mais 36 anos, começou como vigia do terreno durante a construção da TVU, foi iluminador, montador de filme, foi

⁶⁷ Ver fotos dos entrevistados, conforme Anexo L.

responsável pela manutenção do equipamento de Cinema, operador de telecine e chefe de serviços gerais; aposentou-se em 2003);

- Silke Weber (professora Emérita da UFPE, onde começou a trabalhar em 1968, foi Secretária de Educação de Pernambuco 1987/1990 e 1995/1998);
- Vilma Maria Pereira Guimarães (trabalhou na TVU de 1982 até 1987, cedida pela Secretaria de Educação de Pernambuco, na Assessoria Educacional da emissora sob a chefia de Alice Rolim, atual Gerente de Educação da Fundação Roberto Marinho).

Incluimos ainda, depoimentos valiosos do Prof. Manoel Caetano de Andrade, idealizador da primeira TV Educativa do Brasil e do engenheiro Nédio Cavalcanti. Ambos foram extraídos de programas do acervo da TVU e do documentário “30 Anos da TVU”, de autoria da pesquisadora (fruto de estudo da disciplina Técnica de Pesquisa Jornalística, do curso de Jornalismo na UFPE, ministrada pelo Prof. Luiz Maranhão Filho, em 1999).

Para a análise e construção da narrativa subdividimos o tema em três partes, sendo a primeira sobre a implantação da TVU e as relações de poder resultantes da política educacional da época. Seguindo com nossa pesquisa pela década de 1970, destacamos a sistematização dos elementos da educação, cultura e comunicação de massa na Teleducação e a pedagogia aplicada. Na terceira parte, na década de 1980, analisamos se houve e como se deu a contribuição para a educação, a consolidação da TV Educativa em seus avanços e retrocessos, incluindo depoimentos pessoais sobre a censura. Teoricamente buscamos detalhar os mecanismos pelos quais a televisão exerce uma violência simbólica.

3.1 A implantação da TVU: Educação, comunicação e as relações de poder

A ideia para o projeto da TV Universitária surgiu do pioneirismo do professor Manoel Caetano Queiroz de Andrade ⁶⁸, catedrático de Engenharia e de Desenho Geométrico do curso de Arquitetura da UFPE, que se empolgou com o uso de vídeo para ensinar Artes e Ofícios

⁶⁸ Manoel Caetano Queiroz de Andrade foi um visionário, apaixonado pelos recursos audiovisuais, principalmente televisão, como recursos educacionais, catedrático em Geometria Descritiva e projetista das Escolas de Engenharia e de Belas-Artes da UFPE; e o primeiro diretor da TV Universitária. Ver Jorge José B. Santana, em *A Televisão Pernambucana*, por quem a viu nascer, 2007, p.97

através da tese “Como Ensinar Desenho pela Televisão”, da professora Fernanda Ferracini, cuja pesquisa mostrou o uso da TV de forma institucional. Isso ocorreu no mês de outubro de 1963, durante I Congresso Brasileiro de Professores de Desenho, evento patrocinado pela congregação de Escolas de Belas Artes de todo o país, com o apoio do reitor Murilo Guimarães e do vice-reitor Jônio dos Santos Lemos.

Em julho do ano seguinte, em São Paulo, o professor Manoel Caetano pôde observar a constatação desse trabalho. Sob a orientação da Professora Marília Antunes um programa de TV obtinha melhoria dos níveis de aprendizado, como relatou o catedrático:

Voltando ao Recife, o Prof. Jônio Lemos, então Vice-Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, se entusiasmou pela ideia e consultou o Reitor Murilo Guimarães, a respeito da possibilidade da instalação de uma estação aqui em Recife. Logo de pronto o Prof Murilo Guimarães reagiu de uma forma favorável, achando que seria muito interessante, muito importante a realização de um trabalho desse tipo ⁶⁹ (ANDRADE, 1999).

A iniciativa para pleitear a outorga de um canal educativo foi levada ao Conselho Universitário e dividiu opiniões na comunidade acadêmica já fragmentada pela crise do ensino e as mudanças sobrevindas da Reforma Universitária. Em pauta, prioritariamente, estava o projeto de reestruturação da universidade pública brasileira, amplamente discutida em sua imposição legal, que em meio à tensão sociopolítica provocou reações contrárias à sua aplicação:

[...] planos profundamente teóricos e inteiramente divorciados da realidade brasileira, o que a meu ver vai provocar, em lugar de melhoria de eficiência, uma determinação da universidade como centro de estudos e de pesquisas. Prevendo a série de problemas que advirá para a universidade e a diminuição de sua eficiência à proporção que a presente reformulação for sendo aplicada, quero me eximir de responsabilidades no futuro quando a universidade não for capaz de fornecer ao país em desenvolvimento os técnicos e os cientistas de que o país necessitará. Assim como cidadão. Como professor catedrático concursado e como conselheiro, participo dos debates sobre a reformulação apenas para diminuir, atenuar os males que a reformulação trará a esta universidade e conseqüentemente ao Nordeste e ao Brasil ⁷⁰ (CORREIA, Manoel apud ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1967, p.106).

Como foi detalhado anteriormente, a Reforma Universitária foi realizada. Exigiu mudanças estruturais que envolveram, dentre outros aspectos, a reorganização das tabelas

⁶⁹ Depoimento do Prof. Manoel Caetano de Andrade extraído do documentário realizado pela pesquisadora, “30 Anos TVU”, como trabalho do curso de Jornalismo da UFPE, para a disciplina Técnica de Pesquisa para Reportagem 3, ministrada pelo Prof. Luiz Maranhão Filho, em 1999.

⁷⁰ Declaração do Prof. Manoel Correia, registrada em Ata da 12ª sessão extraordinária do Conselho Universitário, em 16 de agosto de 1967 retrata a divergências de opiniões que circundavam a Reforma Universitária, dentro da própria UFPE.

analíticas de distribuição do pessoal docente, a distribuição das disciplinas tanto na grade curricular, quanto na sua alocação junto aos novos respectivos departamentos e Centros Acadêmicos, e a distribuição dos Órgãos Suplementares, passando, claro, pela reforma filosófica e estatutária. O prof. Manoel Caetano levou adiante a ideia com o apoio do então Reitor Murilo Humberto de Barros Guimarães e “em fins de 1964 foi encaminhado o ofício ao presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações – CONTEL, com a proposta de concessão de um canal que chegasse à UFPE”⁷¹ (ANDRADE, 1998).

Partimos também para um compromisso pessoal com ele (o Reitor) no sentido de, estagiando em várias televisões nacionais, fazendo um programa de estudo de tudo o quanto existia de Televisão no país, produzindo até um *tape* nacional dublado em Inglês, a respeito das origens do Carnaval em Pernambuco, para podermos partir para uma segunda etapa de especialização nossa, que seria exatamente realizada em vários países do exterior⁷² (ANDRADE, 1999).

No dia 5 de novembro de 1965 foram discutidas, no Conselho Universitário, as exigências legais, impostas pelo CONTEL, para a implantação do canal educativo na UFPE, como constou no inciso “a)” da Ata do Conselho Universitário, página 23, desta data:

a) que a presente convocação foi feita em caráter de urgência, e em virtude da necessidade de proceder à reforma do Artigo 2º, inciso V da EUFP (Estatuto da Universidade Federal de Pernambuco), visando atender os planos de trabalho da Universidade através da criação de uma estação de televisão, que se encarregará de desenvolver atividades educativas. Para tanto, todavia, o CONTEL (Conselho Nacional de Telecomunicações) exige que conste do Estatuto da Universidade, de modo expresso, este tipo de atividade.

Na mesma reunião foi criada uma Comissão formada pelos professores Jônio Lemos, Gilberto Osório e Palhares Moreira Reis, para discussão da matéria e posterior submissão para aprovação final.⁷³ Dentro do processo de reorganização estatutária da UFPE, os Órgãos Suplementares, criados a partir de então, foram definidos de natureza técnica e cultural, do

⁷¹ Depoimento do Prof. Manoel Caetano Queiroz de Andrade, registrado no Documentário: 30 anos TVU (1998), realizado pela pesquisadora (então aluna da graduação), para a Disciplina Técnica de Pesquisa Jornalística, ministrada pelo Prof. Luiz Maranhão Filho, no curso de Jornalismo da UFPE.

⁷² Prof. Manoel Caetano de Andrade participou do primeiro curso de preparação para TV Educativa em fevereiro de 1966 e foi membro efetivo do Seminário Internacional de Comunicações, realizado em *Atwood Lake, Ohio*, nos Estados Unidos. Em seu currículo constava também que tinha sido bolsista em 1967 do *Department of Heath, Education and Welfare*, no *Educational Television Programming of Ineted States of America*; estagiário da *TV South, Carolina*, Canal 35 e dos setores de televisão e audiovisual da Universidade de *Indiana, Bloomington*. Ver Jorge José B. Santana, em *A Televisão Pernambucana*, por quem a viu nascer, 2007, p. 97. Depoimento registrado em documentário, ver Item Nota 69.

⁷³ O estatuto da Universidade Federal de Pernambuco exigia, nos termos do Parágrafo 2º, do seu Artigo 16, a criação de uma Comissão para qualquer alteração dos estatutos da instituição.

ponto de vista administrativo diretamente vinculados à reitoria e sem dispor de lotação de pessoal docente própria, estariam a serviço das unidades de natureza afim, para efeito de ensino e pesquisa e assistência técnica, dentre eles, a TV Universitária.

O retorno veio pelo assessor de Rádio e Televisão Educativa do MEC, general Taunay Drumond Coelho dos Reis, que garantiu a reserva do canal à Universidade (em 11 de janeiro de 1966, como foi citado no Capítulo 2). Em 4 fevereiro de 1966, o CONTEL cedeu a outorga de concessão do Canal 11 VHF, à UFPE.⁷⁴

O contrato entre o CONTEL e a UFPE foi assinado no dia 28 de fevereiro de 1966, tendo como representante do Governo Federal o Capitão-de-Mar-e-Guerra, Euclides Quandt de Oliveira; representando a UFPE, Manoel Caetano Queiroz de Andrade e pelo CONTEL, o Tenente Coronel Alvaro Pedro Cardoso Avilla (Chefe de Gabinete) e Lucy de Mello (Chefe do Setor de Atos da Divisão Jurídica). O contrato especificou:

Clausula primeira – fica assegurado a Universidade Federal de Pernambuco, o direito de estabelecer sem exclusividade na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (TV), destinada a executar o serviço de radiodifusão com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do país e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Cláusula segunda – a presente concessão é outorgada pelo prazo de quinze (15) anos e entrará em vigor na data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas da União, não se responsabilizando o Governo federal por indenização alguma, caso o contrato, por qualquer motivo não venha ser registrado.⁷⁵

Um *pool* de emissoras se desprende a oferecer equipamentos. Elas tomaram conhecimento da demanda através de edital de concorrência pública; para fornecimento e montagem, habilitaram-se as fabricantes das marcas Toshiba, Pye Co., Marconi e Mesbla. A comissão especial encarregada da apreciação das propostas formada por: Jânio Santos Pereira de Lemos (vice-reitor), Manoel Caetano Queiroz de Andrade, Jarbas Augusto Ribeiro Maciel e George Brown e assessorada por Nédio Cavalcanti (engenheiro eletrônico, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA) e Gildarte Giambastiane da Silva (Oficial de Comunicações do Exército), indicou como vencedora a Toshiba.

[...] a Toshiba apresentou aparentemente mais dispendiosa. Todavia, a firma em questão, ofereceu igualmente um equipamento mais completo e com maior número de material sobressalente. A comissão, excluindo o material suplementar proposto pela firma Toshiba, considerou apenas comum do equipamento a todas as propostas. Desse

⁷⁴ Conforme Anexo A, foi publicado no Diário Oficial da União, o Decreto 57.750, de 4 de fevereiro de 1966, publicado dia 23 de fevereiro do mesmo ano, seção I, parte I, conforme Anexo A.

⁷⁵ Conforme Anexo B, contrato firmado entre o CONTEL e a UFPE foi publicado no Diário Oficial da União em 15 de março de 1966, seção I, parte I.

modo, foi constatado que a proposta daquela firma era a mais econômica. Ademais além de vencedora, no que concerne à proposta, convém salientar que a aludida firma, após a concorrência e com auxílio do convênio japonês, ofereceu vantagens altamente proveitosas para a Universidade, tais como: sobressalentes para todas as peças do equipamento a ser instalado; fornecimento gratuito de 500 aparelhos de televisão à Universidade e, finalmente, no que concerne ao pagamento, as condições oferecidas pela Toshiba, foram: um (1) ano de carência e oito (8) de financiamento ⁷⁶ (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.146-147).

Na ocasião foi questionada se a oferta de peças sobressalentes feita pela Toshiba indicaria fragilidade na qualidade do material, os esclarecimentos a essa questão vieram do engenheiro Nédio Cavalcanti:

Com relação ao grande número de peças de reposição cotado pela Toshiba, temos a informar que o mesmo se faz necessário para a boa manutenção da emissora que nas demais propostas também constavam cláusulas especificando que 5% do total da proposta deveria ser investido na compra de material de reposição. Por outro lado, as peças mais utilizadas na manutenção de uma emissora de rádio e TV são resistores, capacitores e válvulas, sendo que as primeiras (resistores e capacitores) já são fabricados, em sua maioria, no Brasil e as válvulas do tipo americano são também encontradas na praça (quer importadas, quer fabricadas no Brasil) com relativa facilidade, e são estes tipos de válvulas que são utilizadas nos equipamentos Toshiba, pois a referida firma, utiliza circuitos da General Electric Americana. Com relação à manutenção dos televisores oferecidos, pela Toshiba, posso afirmar que não haverá problema, pois os circuitos dos televisores japoneses obedecem ao mesmo sistema dos televisores americanos e, conseqüentemente, aos circuitos utilizados na maioria dos televisores nacionais e, deste modo, as peças de reposição serão encontradas na praça com facilidade, e, portanto, bastará um técnico devidamente capacitado para este fim ⁷⁷ (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.149).

Após a discussão da matéria, o Conselho Universitário aprovou por unanimidade a instalação da TV Universitária na UFPE, indicando neste ato uma supervisão e orientação da emissora. Para ilustrar a expectativa da comunidade acadêmica em relação à implantação de um canal de TV aberta, coube-nos resgatar a declaração do conselheiro Jorge Glasner:

No momento em que o Conselho Universitário da U.F.P. vota a instalação de sua TV, o representante dos professores adjuntos deseja fazer uma declaração de voto, na esperança de que esta Universidade ofereça às populações e às comunidades, esclarecimentos e cultura nas ciências, nas artes, na tecnologia e nas letras. Que este poderoso meio de difusão seja nesta Universidade, valioso subsídio à instrução e ao desenvolvimento. Que seja a esperança de milhares de pessoas, até então sem facilidades para o conhecimento da verdadeira ciência, da verdadeira arte e da tecnologia. Esta declaração de voto é também a esperança nas responsabilidades universitárias, no sentido de que, agora, tão preciosos meio sirva tão somente ao nosso soerguimento cultural, não permitindo deixar cair em esquecimento os grandes vultos

⁷⁶ De acordo com a Ata da reunião da 6ª sessão extraordinária do Conselho Universitário de 5 de agosto de 1966, p.149, as demais firmas concorrentes para instalação e manutenção dos equipamentos para a TVU propuseram as seguintes condições de pagamento: seis meses de carência e cinco anos de financiamento.

⁷⁷ Declaração de Dr. Nédio Cavalcanti, na Ata da reunião da 6ª sessão extraordinária do Conselho Universitário de 5 de agosto de 1966, p.149.

do pensamento científico e artístico universal ⁷⁸ (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1966, p.149).

Quanto à dotação orçamentária que garantisse o pagamento dos equipamentos e demais despesas, foi solicitada verba própria para instalação da emissora e incluída nos orçamentos da UFPE de 1967 a 1970. Destacamos que cabe a cada universidade fixar suas diretrizes quanto à aplicação das verbas, através de seus planos de trabalho.

Os estudantes universitários aqui se revoltaram: Como é que vai trazer uma TV Universitária para aqui e a gente vai ficar sem verba para a saúde, vai ficar sem verba para engenharia, para eletrotécnica? E se revoltaram. Aí Manoel Caetano foi diretamente ao Ministro da Educação, na época Jarbas Passarinho, pediu verba e ele liberou verba e deu apoio total ao professor Manoel Caetano Queiroz de Andrade, para que ele colocasse a televisão no ar. O professor Murilo Humberto Guimarães passou por poucas e boas com o alunado daquela época, que fazia greve, fazia revolta contra a TV Universitária, mas nem por isso ele deixou de manter a TV Universitária. Quando inaugurou, foi a primeira TV Educativa do país, depois vieram as outras TV's como a TV Cultura e outras afiliadas⁷⁹ (CARNEIRO, 2014).

As divergências de opiniões também se manifestaram entre alguns professores da instituição não se restringindo ao alunado, como vimos na declaração do Prof. Marcos Aguiar, registrado na Ata do Conselho Universitário, de 23 de agosto de 1968:

[...] a posição dos estudantes a respeito da Televisão Universitária é por demais conhecida, de modo que vota contra, não contra a proposta de louvor ao Magnífico Reitor, mas contra a orientação do governo no sentido de exigir Televisões Educativas e de dispensar verbas específicas para este fim, havendo problemas educacionais, no seu entender, muito mais urgentes. O presidente declarou que é justamente por causa desses problemas educacionais que a TVU deveria ser construída porque ela tem uma extraordinária função social, a saber, levar a cultura a toda a comunidade pobre que não pode ingressar na universidade, [...] em seguida, o presidente convidou a todos os conselheiros para visitar a TVU e renovou seu pedido de que sejam apresentadas sugestões para a programação da referida TV ⁸⁰ (ATA CONSELHO UNIVERSITÁRIO UFPE, 1968, p.121).

As etapas de realização do projeto foram registradas nos boletins oficiais da UFPE, descrevendo no Plano de Trabalho para 1967, desde a destinação orçamentária até o registro do andamento das atividades, como, por exemplo, a expectativa da comunidade acadêmica em

⁷⁸ Integrante o Conselho Universitário da UFPE, o professor Jorge Glasner, fez essa declaração de voto na Ata 6ª sessão extraordinária do Conselho Universitário, do dia 5 de agosto de 1966, p.149-150. Essa declaração foi convertida em declaração do plenário por unanimidade.

⁷⁹ Otávio Carneiro foi o primeiro funcionário da TVU, ele era vigia da obra da construção do prédio e, posteriormente, trabalhou durante 36 anos na emissora, na maior parte do tempo ligado ao Departamento de Cinema.

⁸⁰ O conselheiro Francisco Higino Barbosa Lima propôs voto de congratulações ao Magnífico Reitor Murilo Guimarães pelo início das atividades da TV Universitária; Ata do Conselho Universitário, 4ª sessão ordinária, de 23 de agosto de 1968, p.121.

relação ao encaminhamento das atividades, publicada no boletim datado de 6 de março de 1967:

A Televisão Universitária – TV CANAL 11 – cujos trabalhos já foram iniciados, é um dos mais importantes veículos de que a Universidade disporá, em breve, para os seus trabalhos de divulgação cultural e de educação em todos os níveis, primário, secundário, industrial e agrícola, com a colaboração de outros organismos de ensino – e universitário, com a participação de todo o seu corpo docente. Com sua implantação, a Universidade poderá levar a cerca de 30.000 ou 40.000 espectadores os benefícios que, atualmente, pode distribuir a cerca de 5.000 estudantes, isto somente se for considerada a área cultura de ensino superior.⁸¹

Os trabalhos da comissão de implantação atingiram os objetivos de sua primeira fase, “tendo concluído a concorrência do fornecimento do equipamento e iniciado a construção do edifício de estúdio e transmissores.”⁸²

Abrimos aqui um parêntese para destacar alguns detalhes em relação à aquisição do terreno onde foi erguido o prédio da TVU, conforme a pesquisa nos revelou e que estão intrinsecamente ligados ao futuro da emissora e ao cenário sócio-histórico e político.

A escolha da localização para a construção da TVU elencou alguns pontos importantes, que consideraram o terreno situado na Av. Norte, esquina com a Rua da Fundação, uma escolha estratégica. Um dos pontos foi a situação privilegiada de amplitude do sinal, observando-se também que

[...] em virtude de as torres do Canal 2 e do Canal 6, estações comerciais que funcionavam há cerca de oito anos, estarem próximas, o que permitiria ao telespectador, com um simples movimento do “seletor de canais”, escolher qual emissora desejar sintonizar (SANTANA, 2007, p. 96).

Outro ponto relevante foi o descarte da ideia de instalação da emissora no Campus, que implicaria no uso de um transmissor mais potente, houve limitações do Setor da Aviação também para instalação da antena para transmissão de micro-ondas, por tratar-se de rota de aviões.

O terreno em questão pertencia ao Exército Brasileiro, como patrimônio da União. O Decreto 9.760, de 5 de setembro de 1946, que dispõe sobre bens da União, previa a mudança de titularidade, portanto, foi necessário a UFPE solicitar sua transferência do Ministério da Guerra para o Ministério da Educação. O processo percorreu um longo caminho, de maio de 1966 até janeiro de 1967.

⁸¹ Registro no Boletim Oficial da UFPE, V.2, L.5, 1/15 março 1967, p.41.

⁸² Publicado em nota do Boletim Oficial da UFPE, V.2, L.5, 1/15 março, 1967, p.39.

A sua tramitação incluiu diversos setores do Ministério da Guerra, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação e Cultura. O primeiro passo foi identificar e desmembrar o lote específico para transferência. Assim, em 11 de maio de 1966, o Diretor de Patrimônio do Exército, o General de Brigada Elysio Carlos Dale Coutinho, especificou em ofício:

[...] versando sobre a transferência de jurisdição do Ministério da Guerra para o Ministério de Educação e Cultura, de uma área de terreno com 3.169m², a ser desmembrada do imóvel cadastrado no Almanaque Cadastral dos Imóveis sob a jurisdição do Ministério da Guerra, sob o N° PE-0048-D – Anexo do Quartel Regional/7^a, situado na Rua da Aurora, Bairro de Santo Amaro, Cidade de Recife, PE, com a finalidade de instalação de uma estação de televisão, para a Universidade Federal de Pernambuco.⁸³

Na época, o Chefe do Estado-Maior do Exército, Gal. Décio Palmeiro de Escobar, considerou de alta finalidade a utilização da área em causa, no Recife, e observou, no estudo em processo, entendimentos posteriores a 5 de abril de 1966, que a localização do local pretendido pela UFPE para construir as instalações da estação de TV – Canal 11, com seus estúdios, transmissores e antena, na área mínima necessária a essa finalidade se encaixava nas dimensões do terreno. A Diretoria do patrimônio do Exército notificou ao Comandante da 7^a Região Militar, Antonio Carlos Muricy, que esse terreno se encontrava pendente de julgamento de embargos no Tribunal de Recursos, apostos por Júlio Carneiro Maranhão (conforme apelação cível nº 17761/62). Posteriormente, esses embargos foram rejeitados pelo Tribunal, desimpedindo a liberação do terreno.

Ainda no decorrer do processo, a Comissão Regional de Escolha de Imóveis avaliou o terreno em Cr\$ 391.332.480,00 (trezentos e noventa e um milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros). As etapas seguintes incluíram as aprovações e emissão de parecer a respeito.

Em Pernambuco, o Comando da 7^a Região Militar manifestou-se favorável à transferência, por se tratar da montagem de uma estação de TV Educativa e não afetar o plano de obras, conforme descrito em ofício nº 16-SPR, de 19 de abril de 1966. A Diretoria de patrimônio do Exército e o Ministério da Fazenda também opinaram favoravelmente à cessão gratuita, com a ressalva de que esta seria anulada, se fosse dada ao terreno, no todo ou em

⁸³ Ofício nº130 SS1/S1, Ministério da Guerra, Diretoria de Engenharia e Comunicações, Diretoria do Exército – enviado do Dir. do Patrimônio do Exército para Gen Dire Geral de Engenharia e Comunicações, 11 de maio de 1966 e demais documentos referentes à doação do terrenos, estão arquivados na SPU-PE, como parte integrante do processo nº 10480.006628/86-24.

parte, utilização diversa àquela a que se destinava, devendo nesse ocorrido, o terreno retornar ao Exército.

Dessa forma no dia 2 de janeiro de 1967, foi assinado o termo de Cessão Gratuita do terreno acrescido de Marinha, situado na Av. Norte, esquina com a Rua da Fundação, com as seguintes dimensões, de aproximadamente: 77,00 (Norte – com Av. Norte) x 42,00 (Leste – com terreno sob a jurisdição do Ministério da Guerra) x 39,00 (Oeste – com rua da Fundação) x 79,50m (Sul – com terrenos acrescidos de Marinha, pertencente a terceiros, pretendido à Fábrica da Crush), numa área total de 3.169,00m² (conforme planta em anexo). O Termo de Cessão Gratuita especificou na Cláusula Terceira:

- a) O imóvel será utilizado na construção de uma emissora de televisão, com finalidades educacionais a cargo da assecionária, constituído de estúdios, transmissores e antenas;
- b) A Cessão a que se alude este contrato torna-se á nula, independentemente de Ato Especial e sem direito a qualquer indenização, se ao terreno for dada utilização diversa da que é destinado; se dentro de 3 (três) meses não lhe for dada aplicação ou ainda, se ocorrer inadimplimento de cláusulas contratuais; [...]⁸⁴

O projeto arquitetônico original previu a construção 4,133m², projetados para atender às necessidades operacionais, entre salas, oficina técnica, marcenaria/cenografia, biblioteca, *switcher*⁸⁵, *master*⁸⁶, ilhas de edição, videoteca, cinematografia, auditório, além de dois estúdios com capacidade para abrigar 375 pessoas. Os arquitetos Marlene Picareli, Valdecir Pinto e Antonio Didier, assessorados pelos engenheiros Alberto Maluf, Nédio Cavalcanti e Manuel Caetano Queiroz de Andrade, elaboraram a estrutura, projetada especialmente para atender às necessidades operacionais de uma emissora de televisão. Observamos que o prédio da TVU, em si, foi (e continua sendo) um marco da história da criação da TV Educativa no Brasil, seja no processo referente à doação do terreno, que envolveu os poderes da nação na época; ou no seu estilo arquitetônico e sua estrutura, caracterizada nas dimensões dos seus estúdios e divisões departamentais.⁸⁷

⁸⁴ Conforme Anexo C, cópia do Termo de Cessão Gratuita, datado de 2 de janeiro de 1967, registrado no Livro de Atas nº 2 – Termo de Entrega – 27.02.1966 a 12.11.1975, páginas 16-18. Anexo C, planta de locação.

⁸⁵ Switcher – Controle de corte, local onde fica o *switch*, ou mesa de corte, ligada aos estúdios de gravação e ao Master. Ver SABOYA, Jackson, em Manual do Autor Roteirista, Rio de janeiro, Record, 1992, p. 139.

⁸⁶ Master – Forma abreviada de Master Control – Controle Mestre. É o setor que comanda a emissão dos programas no ar. Ver SABOYA, Jackson, em Manual do Autor Roteirista, Rio de janeiro, Record, 1992, p. 132.

⁸⁷ Conforme Anexo E, Plantas originais do prédio da TVU datadas de 1966, cedidas pelo Memorial Dennis Bernardes da UFPE. Ver cópias em imagens nos anexos.

“No início de 1968 começava o desembarque dos equipamentos no Porto do Recife, eram câmeras, transmissores, *video-tapes*,⁸⁸ aparelhagem para película em 16 e 35mm, telecine⁸⁹ e uma antena de 135 metros de altura, vindos do Japão”⁹⁰ (ANGEIRAS, 1999), como destacou Otávio Carneiro, ex-servidor da TVU:

Eu comecei no barracão que ficava ali na Rua da Aurora (esquina com a Av. Norte) e a televisão começou tocando a obra, os equipamentos estavam vindo do Japão para a televisão que era o equipamento Toshiba e houve um naufrágio com o transmissor, com todo o equipamento e o seguro teve que mandar outro equipamento. Foi o primeiro transmissor valvular. Com esse transmissor passou-se quase 30 anos com ele no ar [...] (CARNEIRO, 2014).

Junto com o equipamento Toshiba do Japão veio também o engenheiro japonês Sakurai,⁹¹ acompanhado de sua família. Ele passou dois anos trabalhando com a equipe de profissionais brasileiros, na montagem e treinamento para utilização e manutenção de toda a parte de transmissão e operação da emissora, incluindo o equipamento de Cinema, usado na época também para reportagens.

Embora já existissem aqui em Recife duas estações de televisão, a TV Jornal do Commercio e a TV Rádio Clube, já há oito anos, o número de técnicos nessa área de televisão de *broadcasting* era muito escasso e na realidade não havia nenhuma escola de eletrônica aqui. A própria Escola Técnica, naquela ocasião, não formava ainda técnicos em eletrônica, então, tivemos que realizar um treinamento durante sete meses para melhorar o nível de alguns técnicos, que naquela ocasião foram recrutados aqui em Recife, principalmente técnicos em conserto de televisão⁹² (CAVALCANTI, 1998).

Com a conclusão das obras de construção do prédio, começaram os testes de transmissão; e em 28 de julho de 1968, foi para o ar pela primeira vez, em fase de

⁸⁸ Video-Tape – equipamento que grava imagens em fitas ou o mesmo que fita, de acordo com Jackson Saboia, em o Manual do Autor Roteirista, 1992, p. 139.

⁸⁹ Telecine é o equipamento que decodifica imagens transpondo-as de suporte, da película de cinema para fita de vídeo. Só existem dois equipamentos desse tipo no Brasil, um está na TV Cultura-SP e o outro encontra-se em desuso desde a aposentadoria de Otávio Carneiro, em 2003.

⁹⁰ Documentário 30 Anos TVU, realizado pela pesquisadora em 1999, pesquisa, texto, produção, direção e apresentação, para a Disciplina Técnica de Pesquisa e Reportagem 3, e posteriormente exibido na TVU em novembro de 1999.

⁹¹ Ver foto do engenheiro japonês Sakurai e família, equipe Toshiba, conforme Anexo M.

⁹² Depoimento do engenheiro Nédio Cavalcanti, extraído do acervo da TVU, da série de TV Pernambuco Imaginário, programa nº 08, gravada em 1998. Ver PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº 30/582.

experimentação que durou até 21 de novembro, “o ainda hoje “milagre” da imagem e do som conjugados no mais poderoso Meio de Comunicação: a emissão de TV.”

Finalmente, no dia 22 de novembro de 1968, foi inaugurada a TV Universitária – Canal 11, “o braço mais longo da Universidade Federal de Pernambuco.”⁹³ O evento foi muito prestigiado, com a presença do governador de Pernambuco Nilo Coelho, prefeitos de várias cidades do interior do estado, além de convidados especiais da área de educação e cultura, de organismos governamentais das esferas federal, estadual e municipal.⁹⁴

Vários programas constaram dessa programação, ao longo dos dias 22 e 23 de novembro, que foi encerrada com uma externa diretamente do Teatro de Santa Isabel, com José Maria Marques, Maria de Jesus Baccarelli, Guido de Souza, Vanda Lúcia, Tereza Cunha, Dolores Portela, Valdemar de Oliveira, Carmela Matoso, José Carrioni, Cussy de Almeida, Salomé Parísio, Vicente Cunha, Eliana Caldas e a Orquestra de Câmara da TVU, sob a regência do maestro Fittipaldi (SANTANA, 2007, p. 99).

A inauguração da emissora repercutiu na sociedade de forma positiva, como relatou, em entrevista à nossa pesquisa, a Prof^a Maria de Jesus Baccarelli:

Muito moderna para a época, era uma televisão diferente das outras, porque era uma televisão preocupada com a parte educativa, com a parte de arte em si, e não tinha esse negócio de comercial, patrocínio não sei de quê, de fazer concessão a aquilo ou aquilo outro. Era uma televisão muito, não sei bem se o termo seria esse, era uma televisão pura. Quando a TV Universitária começou foi um impacto mesmo, porque todo mundo queria ver, foi um negócio! A festa de inauguração foi um arraso (risos), como diz a história. Ela tinha uma boa estrutura técnica, os equipamentos eram os melhores que tinham, tudo muito bom. Câmeras maravilhosas, tinha muitos funcionários que haviam trabalhado em outras emissoras, chegaram lá ficaram encantados, era uma beleza o equipamento, tudo novo, tudo do bom, o estúdio, tudo funcionava⁹⁵ (BACCARELLI, 2014).

Analisando a implantação da TVU, destacamos que a outorga da concessão do canal foi concedida baseada na Lei 4.117, promulgada em 27 de agosto de 1962, e regulamentada em 1967, que rege a radiodifusão (ainda vigente, como vimos anteriormente). Essa regulamentação impôs restrições que caracterizaram a separação entre radiodifusão Comercial e Educativa, cabendo a esta última a transmissão de aulas, conferências e debates, ao mesmo tempo em que vetou a transmissão de propaganda e patrocínio. A viabilização financeira das emissoras educativas se estabeleceu através do desenvolvimento de projetos mediante verbas oriundas de convênios, além de serem prioritariamente mantidas pelo orçamento da União.

⁹³ Relatório 1971 – Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU, p. 01, cedido pelo Arquivo Geral da UFPE.

⁹⁴ Ver fotos da construção e inauguração da TVU, conforme Anexo M.

⁹⁵ Entrevista realizada pela pesquisadora, dia 11 de setembro de 2014, em Recife, PE.

Nos fatos observados durante a sua implantação, os direcionamentos transitaram pelo campo político, onde este “é pois, o lugar de uma concorrência pelo poder que se faz por intermédio de uma concorrência pelos profanos, ou melhor, pelo monopólio do direito de falar e de agir em nome de uma parte ou totalidade dos profanos” (BOURDIEU, 2000, p. 185). A força das ideias que ele propõe mede-se não pelo seu valor de verdade, mas sim pela força de mobilização que elas encerram. Isso se dá pela força do grupo que as reconhece, nem que seja pelo silêncio, na abstenção de opinião pessoal.

As batalhas ideológicas travadas durante a Reforma Universitária e as divergências de opiniões entre os “contra” ou “a favor” da criação da TVU na comunidade acadêmica, docentes e discentes, refletem que não é por acaso que a sondagem de opinião manifesta contradição entre dois princípios de legitimidade antagonistas, a ciência tecnocrática e a vontade democrática, alternando questões que convidam ao juízo de perito ou ao desejo de militante. Como afirmou Bourdieu (2000), “é o que faz com que o campo da política oscile sempre entre dois critérios de validação, a ciência e o plebiscito” (BOURDIEU, 2000, p. 185). “Afinal dirigir a palavra “ao poder” significa reconhecer-se também como poder e até mesmo contrapoder” (MONTENEGRO, 2007, p. 47), onde no palco das práticas discursivas o campo minado é atravessado.

Ao contrário do capital pessoal, inerente que desaparece com a pessoa do seu portador o capital delegado a uma autoridade política é produto da transferência limitada e provisória de um capital detido e controlado pela instituição. Desse modo, Bourdieu (2000) definiu o capital político como uma forma de capital simbólico, crédito firmado na crença e no reconhecimento, onde o poder simbólico “é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce” (BOURDIEU, 2000, p. 188). O registro da História Oral, obtido através das entrevistas, tornou-se, ao longo da pesquisa, e mais enfaticamente neste capítulo, elemento norteador para desdobramentos investigativos. Em alguns momentos percebemos que o resgate da memória foi imbuído do capital pessoal contido na subjetividade dos sentimentos de pertencimento ao objeto de estudo e à própria história.

Na instância federal, a legitimação do projeto nacional de Televisão Educativa concretizou-se a partir da iniciativa individual do professor universitário, e passo-a-passo foi assumindo contornos políticos nas inúmeras operações de trocas simbólicas. Na escalada dos degraus na hierarquia do poder, situaram-se o Conselho Universitário e os respectivos órgãos públicos ligados às especificidades operacionais, da elaboração e realização propriamente

dita, transitando pelos Ministérios da Educação e Cultura, das Comunicações, da Fazenda, da Justiça e Ministério da Guerra.

O modelo da TV Educativa adotado pela TVU, na prática, foi constituído muito mais guiado pela experimentação, em alguns momentos distanciando-se do ideário teórico contido nas perspectivas até então teorizadas. A análise da grade de programação, que exibiu aulas do tipo telecurso, sincronizadas com as ações do telepostos⁹⁶ ou como complementação de currículo previsto na LDB⁹⁷, e os demais espaços ocupados por cultura, esporte e informação, como descreveu Luiz Maranhão Filho, a seguir, refletiram uma TV Educativa que nasceu, a exemplo das emissoras comerciais, copiando o modelo radiofônico:

Daí o primeiro modelo de TV-Universitária no Brasil não ter sido a rigor um “modelo educativo” e sim eclético. O recrutamento de toda uma equipe de profissionais no mercado de trabalho existente à época, as televisões comerciais de Pernambuco já em processo de esvaziamento diante do novo conceito de Rede que começava a nascer no Brasil por insinuação estrangeira, completou a distorção. E o público aceitou de pronto a nova televisão que fazia tudo o que as outras faziam sem ter o inconveniente dos intervalos de publicidade; música, teatro, programa de auditório, jornalismo, variedades e... eventualmente, algumas aulas (MARANHÃO, 1985, p. 2).

Concluída a fase da implantação, como foi vista no texto acima, seguimos adiante na história da criação da primeira TV Educativa do Brasil, analisando a trajetória da TVU nos primeiros anos de funcionamento e na década de 1970.

3.2 Educação, cultura e comunicação de massa na Teleducação: formação x *fast food* cultural

Iniciamos a partir daqui a história da TV Universitária – Canal 11, do ponto de vista de seu funcionamento, especificamente nos primeiros anos e no decorrer da década de 1970. Pela ausência de material bibliográfico, mas, principalmente, pelo resgate histórico obtido através da História Oral, prevaleceu como fonte de pesquisa o uso de depoimentos resultantes de dez

⁹⁶ Os telepostos eram pontos de recepção da TVU, onde foram instalados os 500 televisores doados pela Toshiba, para transmissão de teleaulas monitoradas pela equipe da Secretaria Estadual de Educação. Os programas foram desenvolvidos em parceria entre a Secretaria e os profissionais, técnicos, roteiristas, apresentadores e produtores da TVU.

⁹⁷ Inserem-se nesta categoria aulas de Estudos dos Problemas Brasileiros – EPB, e línguas estrangeiras, como Inglês e Francês.

entrevistas com professores da UFPE, jornalistas produtores de conteúdo e técnicos da TVU, além do Reitor e da Pró-Reitora da PROGEPE.

O critério estabelecido para a escolha dos entrevistados obedeceu à atuação de cada um nas suas respectivas funções, para compor o cenário e os fatos na construção da trama narrativa. Essa contribuição foi confrontada à documentação de fontes diversas como atas, portarias, leis, ofícios, contratos, relatórios e material bibliográfico oriundo de vários autores, incluindo ainda vídeo documentário e programas de TV do acervo da emissora.

Os depoimentos possibilitaram a observação da prática contida nos depoimentos como matizes reais da prática, seja enquanto fonte primária de informação, seja como documento em si, quando “a memória se apoia na história” (MONTENEGRO, 2007, p. 126) e/ou se apresenta como memória autobiográfica. Durante as entrevistas, a “história enquanto representação do real se refaz e se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos ou fontes” (MONTENEGRO, 2007, p. 18).

Na elaboração da história da criação da primeira TV Educativa do Brasil, construímos um mosaico reunindo as narrativas resgatadas do que foi vivido e em alguns momentos fomos levados a novas linhas de investigação, conscientes de que “o controle do discurso histórico permanece firmemente nas mãos do historiador” (MONTENEGRO, 2007, p. 21).

Simultaneamente à narrativa da história da TVU retratada aqui na década de 1970, a pesquisa trouxe a sistematização dos elementos relacionados à educação, cultura e comunicação de massa na Teleducação e formação se contrapondo à tecnicidade do *fast food* cultural, e, em outros momentos, se completando.

No caso da TV Educativa, os aspectos didático e técnico encontram-se dialeticamente entrelaçados. Na Teleducação evidenciou-se uma dependência limítrofe, embora benéfica, imposta à pedagogia. Trata-se do uso da técnica a serviço da finalidade didática que, entretanto, não é autônoma, mas subordinada à criação e à estética, na construção de uma linguagem audiovisual para a realização de um produto ou programa de televisão. A informação é produzida, embalada e distribuída de forma massiva.

A ubiquidade da televisão possibilita inovações curriculares em curto prazo e sua imediata aplicação, onde a função do professor na TV “é muito mais de um moderador do que de um professor propriamente dito, mais que informador neutro e servidor de um material

previamente preparado, do que um pedagogo compenetrado” (GOTTMANN, GOTTMAN-ELTER, GOMES FILHO, 1971, p. 87).

Objetivamente, métodos de produção tornam inevitável a disseminação de bens padronizados para a satisfação de necessidades iguais. Se tais padrões têm sua origem nas necessidades dos consumidores, são aceitos sem resistência, isto é, há uma penetração maior da mensagem decodificada de pronto. “O que não se diz é que o terreno no qual a técnica conquista seu poder sobre a sociedade é o poder que os economicamente mais fortes exercem sobre a sociedade” (ADORNO, HORKHEIMER, p. 114).

Na linguagem audiovisual nada é por acaso, seja o detalhe da imagem que traz à tona a percepção despercebida do olhar ou o movimento intencional no deslocamento da imagem que descortina o inusitado. Dessa forma o conhecimento, enquanto conteúdo educativo para a televisão tornou-se também produto, cujo objetivo final obedeceu aos direcionamentos pré-estabelecidos pelas políticas educacionais, em se tratando do foco da nossa pesquisa, o déficit da educação destoante do “milagre brasileiro.”

Sob os aspectos abordados acima, a primeira TV Educativa do Brasil nasceu com a missão baseada na “alta fidelidade de ampliar os horizontes da educação e de elevar o nível da cultura do povo do Nordeste e do Brasil.”⁹⁸

A pacífica arma poderosa havia sido engatilhada naquele momento. Justa nos parece essa imagem forte, de certa violência, na evocação deste instante. Porque para uma luta que seria declarada, quatro meses depois, pelos homens intrépidos da implantação do moderno meio: a televisão aplicada ao método e, já agora, à Filosofia da Educação e Aprendizagem (nas obras teóricas da pedagogia mais avançada).⁹⁹

Dados apresentados em estatísticas oficiais, de acordo com o relatório “Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU” (1971), revelaram dois aspectos que favoreceram o uso da tecnologia dos meios de comunicação de massa como ferramenta de educação e, conseqüentemente, fortaleceram a criação da emissora em Pernambuco. De um lado, os números mostravam que havia cerca de 200 mil aparelhos de televisão no Nordeste; de outro, havia em Recife, 24.530 crianças e adolescentes – entre 7 e 17 anos – que não frequentavam a

⁹⁸ Inscrição na placa comemorativa de fundação da TV Universitária – Recife, Canal 11, localizada no *hall* de entrada da emissora.

⁹⁹ Relatório 1971 – Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU, p. 03, cedido pelo Arquivo Geral da UFPE.

escola; na Zona da Mata do estado de Pernambuco, eram 121.373, igualmente sem escola. Nascia o ideal multiplicador da televisão educativa.¹⁰⁰

Para tanto, a TVU contou inicialmente com uma estrutura funcional em equipamentos e estrutura técnica, composta de quatro câmeras Orticons (duas com lentes zoom, considerada *hightech* para época), mesa de corte, luz cênica para estúdio e mesa de som, Unidade Móvel para gravações externas, *video-tape* – um VTR 1100 Ampex, e dois VTF 7800 Ampex, dois telecines, dois transmissores de 5Kw cada, três estúdios – sendo um deles o maior de Recife até hoje. Em janeiro de 1972, houve um aumento desse potencial eletrônico com a chegada de dois conjuntos de câmera, gerador de efeitos especiais, monitores, dentre outros equipamentos, no valor total de US\$ 46 mil, cuja verba foi originada do USAID, proveniente de projeto firmado com a OEA. Paralelamente o raio de transmissão foi ampliado, com a instalação de repetidoras, de maneira que o sinal da TVU alcançava os limites Norte, Sul, Oeste e Sudoeste, e Noroeste de Pernambuco, ou seja, respectivamente nas capitais: João Pessoa, Maceió e Recife; incluindo no interior Souza, Palmeira dos Índios e Gravatá.¹⁰¹

Quanto à estrutura operacional da emissora, encontramos nos relatórios anuais da UFPE o organograma que nos mostrou a configuração hierárquica.¹⁰²

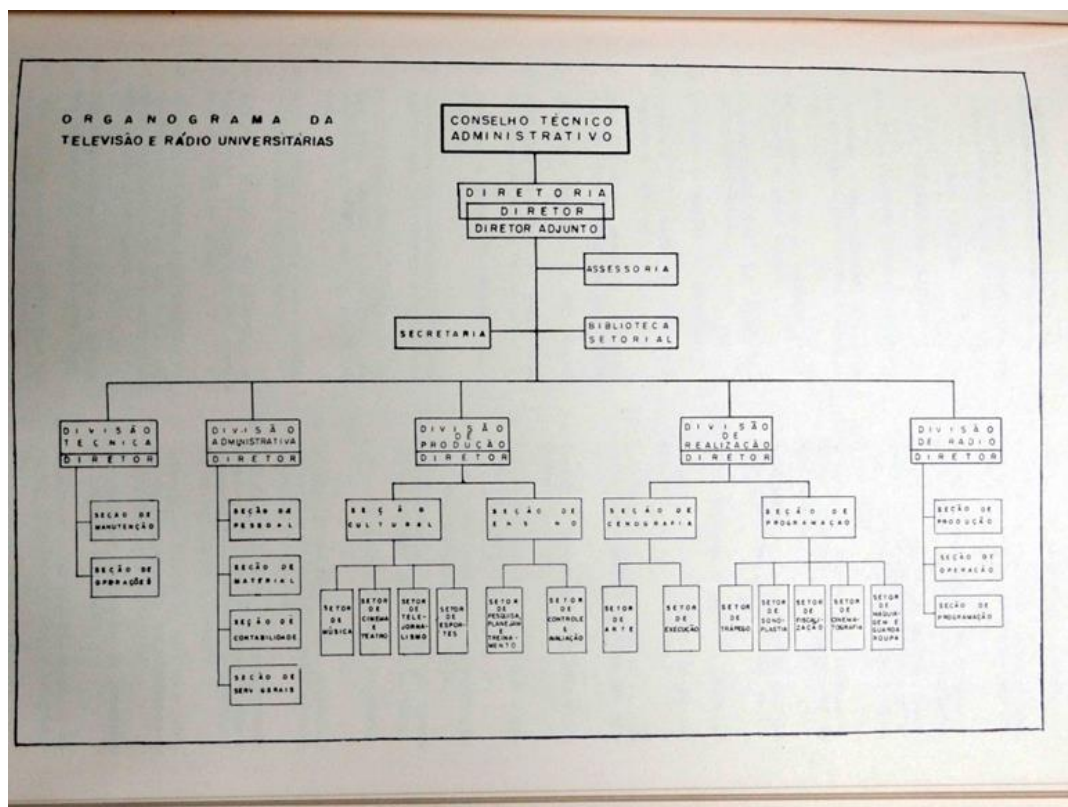
Acima do Diretor (ou Coordenador Geral da TVU), o Conselho Técnico Administrativo; abaixo, as Divisões, com seus respectivos diretores, alguns eram servidores da UFPE, outros egressos do mercado de trabalho. Dessa forma, encontramos como Coordenador Geral da TVU o Prof. Manoel Caetano de Andrade; na Divisão Técnica, Nédio Cavalcanti; na Divisão Administrativa, José da Costa Porto, que foi secretário da prefeitura do Recife, deputado federal, ministro da agricultura, diretor presidente do Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (BANDEPE), superintendente dos jornais, rádios e emissoras associadas do Recife, professor de direito romano da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e da Faculdade de Direito do Recife (UFPE); na Divisão de Realização (Programação), Mayeber de Carvalho, formado em ciências contábeis, “era jornalista, teatrólogo, realizador e produtor da TV Jornal do Commercio. Tinha também

¹⁰⁰ Os números representaram cerca de 50% da população em idade escolar no final da década de 1960; dados registrados nos relatórios Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU – 1971 e Relatório das Atividades -1972.

¹⁰¹ Dados registrados nos relatórios Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU – 1971 e Relatório das Atividades -1972.

¹⁰² Ver organograma e gráfico de programação, conforme Anexo F.

experiência como assistente comercial e como diretor do Cine Arte Estúdios S.A., empresa cinematográfica, e recebera vários prêmios ao longo de sua carreira” (SANTANA, 2007, p. 98).



Organograma. Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Boletim Oficial, v.2, L.5, p. 01-15, março 1967.

Dentre as Divisões até aqui apresentadas, seguimos detalhando apenas a Divisão de Produção (devido ao objetivo de nossa pesquisa), que ficou sob a responsabilidade de Jorge José de Santana. Esta diretoria se subdividiu em Seção Cultural, incluindo os setores de Música, Teatro, Telejornalismo e Esportes; e Seção de Ensino, contendo os setores de Pesquisa, Planejamento e Treinamento, e o setor de Controle e Avaliação.

Assumia, assim, a direção de produção, que tinha a função de planejar a estratégia de ação da emissora, criando produtos adequados ao formato e aos novos conceitos de um veículo voltado para a educação e a cultura. Tive que fazer revisão em tudo quanto aprendera até então, esquecer muitas coisas vivenciadas na televisão comercial, absorver uma nova linguagem e compartilhar com educadores a execução dos objetivos básicos desse novo empreendimento. Estavam coligadas à direção de produção as diretorias de programação e realização, esta supervisionando as iniciativas das divisões de cinema, reportagem, fotografia, filмотeca, teleteatro, música, arte, com as suas divisões de maquilagem, cenografia, contra-regra e iluminação (SANTANA, 2007, p. 98).

Na Seção de Ensino, voltada para o segmento de programas educativos, os trabalhos ficaram a cargo da professora Alice Rolim, com supervisão geral do professor Manoel Caetano e a colaboração da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Os programas foram desenvolvidos mediante convênios com a Secretaria de Educação e o MEC, cujos conteúdos foram formatados em cursos e teleaulas exibidas sob o acompanhamento de monitores, estabelecendo uma audiência dirigida em telepostos, como descreveu, em entrevista à nossa pesquisa, o Prof. José Mário Austregésilo:

Funcionavam com um televisor recebendo a imagem e os monitores preparados para conduzir as aulas. [...] Naquele horário o programa era recebido. Tive uma experiência com o Senac muito produtiva, que foi o curso Técnico de Vendas. Um material produzido para aquele curso e o departamento de ensino supletivo da Secretaria de Educação trabalhava também, com a TV Universitária fazendo. [...] O que se combatia na época muito, logo no início, era que a televisão ia acabar com o professor. Então um dos problemas que a televisão enfrentava era... você tinha três tipos de problemas; primeiro aquele monitor que dizia “bom, acabou a aula, então vamos desligar aqui e começar realmente a aula”; você tinha professor-monitor que dizia “isso aqui não adianta de nada e vamos realmente para a aula”; e você tinha aquele monitor preparado que dizia: “vocês acabaram de ver uma aula em que a televisão mostrou muitas coisas para vocês em que aqui a gente não poderia mostrar, numa forma mais rica e agora nós vamos aproveitar isso aqui”. Isso era a maioria dos monitores, a televisão não acabou nem vai acabar nunca¹⁰³ (AUTREGÉSILO, 2015).

Antes de nos aprofundarmos nos conteúdos educativos e sua contribuição efetiva que abordaremos mais adiante, citamos ainda, por sua contribuição cultural, o Setor de Teatro (teleteatro), sob a chefia de Milton Baccarelli,

[...] paulista, radicado em Pernambuco e dono de um histórico internacional extraordinário. Estudou o colegial e o científico no *Collège de Aix-Marseille*; fez curso de língua e literatura francesa na *Sorbone*, Paris e fora aluno da Escola Dramática de São Paulo. Atuava naquele momento, também, como professor de interpretação e direção de cursos de teatro da Escola de Artes da Universidade Federal de Pernambuco (SANTANA, 2007, p. 99).

E destacamos ainda, como integrante da Seção Cultural o Setor de Música, sob a batuta do Prof. Nicolas Gosse Valle, que produziu programas variados de expressões folclóricas e populares à música clássica erudita. Como assistente do Setor de Música, a Prof^a Dolores Portela Maciel, ficou encarregada da parte clássica.

Com estrutura técnica avançada, em comparação às demais emissoras à época, uma equipe multidisciplinar, composta por professores e profissionais de televisão, e o slogan “Som e imagem a serviço da cultura”, a TVU tinha como princípios fundamentais o entretenimento selecionado e desenvolvimento cultural. Essa diversidade na composição do

¹⁰³ Entrevista de José Mário Austregésilo à pesquisadora, realizada dia 19.01.2015, em Recife.

quadro funcional influenciou também na elaboração do conteúdo, como ressaltou o Prof. Luiz Maranhão Filho:

[...] o grupo que foi chamado das emissoras comerciais não tinha nenhuma experiência em educação, então a TV era muito heterogênea, eu dizia até que era um “saco de gatos”, porque havia um departamento de pedagogia, havia um departamento de música com toda a sua independência, havia um departamento artístico e ninguém e ninguém sabia realmente qual era a linha de comportamento dessa TV, porque era a primeira TV educativa do Brasil. A segunda, que é a TV Cultura de São Paulo, tinha sido comprada do sistema comercial, então cada uma tinha o seu projeto diferente. A primeira missão mais árdua foi organizar a estrutura, a linha mestra de como essa TV iria se comportar. Então, eu tive muita participação nessa estrutura, que não se tornou definitiva, mas foi a estrutura que prevaleceu durante o processo (MARANHÃO, 2014).

A presença local da TVU está diretamente relacionada à contribuição da emissora para a educação, seja na formação, com a realização de aulas e cursos nos telepostos ou na produção e veiculação de programas culturais como modo de expressão do capital cultural, definido por Bourdieu (2013, p.10). Esta análise pressupõe o detalhamento da grade de programação da emissora, simultaneamente às ações afins, realizadas em paralelo com a programação cultural.

Na fase inicial da emissora sua grade de programação incluía: “Eis a Questão: O Cinema”; “Tempo de Turismo”; “Sala de Visitas”; “No Mundo das Artes”; “Panorama Industrial”; “Mundo Infantil”; “Isto é Universidade”; “Arte e Decoração”; “Artes Plásticas”; “O Grande Júri”; “Catedráticos do Futebol” e o “Curso Madureza,”¹⁰⁴ conforme descreveu Jorge José de Santana (2007, p. 99). Atrelado às diretrizes educacionais da época, o Curso Madureza, também conhecido outrora como “Artigo 99”, foi uma das prioridades da direção, tinha sua base pedagógica construída mediante pesquisas para identificar as necessidades de seu público-alvo.

O trabalho realizado na Seção de Ensino, que se subdividia em Setor de Pesquisa, Planejamento e Treinamento, e no Setor de Controle e Avaliação, foi baseado no projeto da OEA, com atuação nos telepostos criados pela professora Alice Rolim; fez-se o TV escola e o rádio instrutivo propriamente dito. Houve recepção organizada de audiência dirigida, para controle de frequência e aproveitamento, com mensuração dos resultados (ação semelhante é hoje utilizada pela Fundação Roberto Marinho, na equipe de mobilização do Canal Futura). Vale salientar que, na época, a equipe japonesa da Toshiba, ao instalar a TVU disponibilizou aparelhos de TV, que foram distribuídos pela Divisão de Telepostos, criada em 1969,

¹⁰⁴ Ver fotos ilustrativas dos programas, conforme Anexo N.

observando-se que um aparelho de TV era artigo de luxo nas décadas de 1960 e 1970, ao contrário de hoje, quando existem mais TV's do que geladeiras nos lares brasileiros.

Nós tínhamos telepostos nas casas penitenciárias, nas associações de bairros, porque quando compramos o transmissor Toshiba ganhamos 500 televisores de brinde, como se fosse um chaveirinho. Então veio o curso alfabetização e foi uma grande missão. Conseguimos alfabetizar muita gente. Depois vieram os telecurso que hoje passam na televisão de Roberto Marinho. Nós tínhamos o telecurso e vinham os filmes gravados no Rio de Janeiro para a gente passar aqui na televisão e enxertar nossos objetivos¹⁰⁵ (CARNEIRO, 2014).

Os cursos oferecidos tinham seus recursos oriundos de convênios: da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco – Curso Madureza, voltado para o ensino médio e aulas de Inglês e Francês, de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB, dentro do conteúdo de Educação Moral e Cívica, gravados nos estúdios da TVU, desde a inauguração da emissora; do SENAI – Curso de Técnica e Supervisão, para gestores de vários níveis, em telepostos de centro de treinamentos e serviços de assistência à indústria. Além de convênio com a SUDENE – viabilizando cursos de Assessoria Técnica de Produção de Rádio e TV; Operador de Rádio e TV.

As aulas de Educação Moral e Cívica e de Organização Social e Política do Brasil eram obrigatórias no currículo e deviam funcionar como uma espécie de patrulhamento ideológico, a fim de se evitar a análise crítica em relação ao regime implantado. A concepção de educação imperante era a do treinamento, da memorização e da mecanização dos conhecimentos. Os conteúdos deveriam ser ensinados com base no rigor científico próprio de cada área do conhecimento, bastando como aprendizagem a repetição memorizada de definições e conceitos. As avaliações eram instrumentos de controle, julgamento e responsabilização dos alunos pelos próprios resultados¹⁰⁶ (BRAGA, 1970, p. 02).

Essa mecanização tem seus princípios na pedagogia tecnicista baseada na racionalidade, eficiência e produtividade, cujo elemento principal é a organização racional dos meios, cabendo “à Educação proporcionar um eficiente treinamento para a execução de múltiplas tarefas demandadas continuamente do sistema social” (SAVIANI, 2008, p. 382). Como definiram Adorno e Horkheimer (1947), a fórmula substitui a obra, no processo de industrialização da cultura produzida para a massa e os imperativos do sistema. Nesse processo de comunicação, a televisão exerce uma forma perniciososa de violência simbólica nas relações sociais e nas relações de comunicação pela mídia, como afirmou Bourdieu (1997), “a

¹⁰⁵ Entrevista de Otávio Carneiro, a pesquisadora, realizada em 22 de janeiro de 2014, em Olinda.

¹⁰⁶ Ver Maria Helena Costa Carneiro Braga, Supervisora pedagógica de programas do Instituto Qualidade no Ensino, SP, artigo A educação brasileira nas década de 1960 e 1970, www.iqe.org.br.

violência simbólica que se exerce com a cumplicidade tácita dos que sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida que uns e outros são inconscientes de exerce-la ou de sofrê-la” (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Os programas, produzidos por equipes interdisciplinares de professores conteudistas e equipe de produtores da TVU, foram fruto de parceria entre a Secretaria de Educação de Pernambuco, professores da UFPE e equipe de profissionais da TVU.

Os produtores recebiam o conteúdo programático e o transformavam em roteiro televisivo com linguagem própria e elementos da dramaturgia. Em seguida, devolviam ao professor responsável pela matéria para revisão e somente após ser examinado colocava-se em prática a realização (SANTANA, 2007, p.100).

Dentre as professores conteudistas estavam: Gerusa Passos e Lúcia Uchôa (Português), Mário Duarte Costa (Matemática), Bento Magalhães Neto (Ciências), Roberto Mota e Potiguar Matos (História) e Janise Peres (Geografia); esse grupo foi supervisionado por uma equipe de assessoria universitária composta pelos professores: Jônio Lemos (Matemática), Marcionilo Lins (Ciências), José Lourenço (Português), Manuel Caetano de Andrade (Geografia) e Paulo Miranda (História). Já no quadro funcional da TVU produtores e jornalistas formatavam o conteúdo disciplinar em programa televisivo exibido em determinado horário, cuja receptividade programada com a comunidade, tinha acompanhamento de monitores da Secretaria de Educação.

As práticas televisivas e métodos pedagógicos nos foram revelados pela História Oral, como detalhado nesse capítulo. Também encontramos registro de um amplo estudo realizado no primeiro ano de funcionamento da TVU (1969) que buscou, além da teleaudiência, identificar o perfil do telespectador, enquanto telealunos.

A Divisão de Pesquisas Sociais (DEPS) do Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (CRPER) preparou para a TVU um projeto de pesquisa, cujo objetivo geral teve como enfoque a teleaudiência no Recife; a área de recepção em Pernambuco, Paraíba e Alagoas; e um perfil dos telealunos dos tele cursos e a preferência da programação.

Esse projeto foi disponibilizado como modelo para as demais televisões educativas, redes ou mesmo programas como subsídio para trabalhos semelhantes, de maneira a contribuir com estudos relativos à teleaudiência em seus aspectos socioeducacionais ainda não explorados na época.¹⁰⁷

¹⁰⁷ De acordo com o documento, a primeira tentativa de um estudo científico sobre TV no Nordeste foi realizada pelo CRPER, em 1964, publicado sob o título “Televisões de Pernambuco – estudos sócio-educacionais.” O

O pioneirismo da TVU despertou o interesse em conhecer as características específicas de sua receptividade, ou não, além do tipo de programação que atraiu o interesse do público. Outro fator que justificou a escolha de Recife para o início de um estudo desse tipo foi o fato de que na cidade não só havia três estações de televisão, como também a maior concentração populacional do Nordeste do Brasil.

A metodologia adotada para a coleta de dados incluiu levantamento por amostragem da audiência da TVU no Recife; carta circular a todos os prefeitos de Pernambuco e questionário aplicado aos alunos dos telecursos da TVU. Foram enviadas 425 cartas circulares e questionários às prefeituras municipais de PE (163), Paraíba (167) e Alagoas (95), para obtenção de dados referentes ao alcance e qualidade do sinal transmitido pela emissora.

Ao levantar a área estendida e analisar seu alcance socioeducacional, foi observado que a deficiência da redistribuição da energia elétrica (da Chesf ou através de gerador) e o relevo apareceram como fatores negativos que impossibilitaram a captação do sinal em 17 municípios dentro do universo da amostra (PE, PB e AL). Como solução foi apontada a distribuição de torres de retransmissão ou micro-ondas.

A área de possível bom atendimento, mapeada pelo estudo para fins educacionais, estabeleceu, segundo o zoneamento: a Zona do Grande Recife; litoral, Zona da Mata Norte e Vale do Capibaribe; Zona da Mata Sul, Vale do Una e do Pirangi e eixo central compreendendo Zona da Mata Centro e Agreste Oriental.¹⁰⁸

De acordo com os dados do CRPER (1969, p. 53), dentre os programas mais comentados e discutidos da TVU foram identificados: o Curso Madureza e os programas didáticos (64%); o programa “O Grande Juri” (14%); seguidos de “Mundo Infantil”, “Panorama Francês” e filmes (7%).

Sobre a audiência da TVU, os dados do estudo do CRPER (1969, p. 54) revelaram que 35% dos municípios não assistem à TVU; e classificaram a programação como boa (50%); regular (25%); e ótima (25%).

Para identificar as necessidades do perfil socioeducativo, baseado no perfil dos alunos dos telecursos, foram avaliados os níveis educacionais em que deveriam ser os programas da

estudo realizado pela CRPER sobre a TVU foi publicado no Cadernos Região e Educação, V. 9, n. 17, de junho de 1969.

¹⁰⁸ Conforme Anexo G, o mapa de alcance da TVU mostra a área de cobertura da emissora nos três estados PE, PB e AL.

TVU. Os números registrados pelo CRPER (1969, p. 56), mostraram os interesses e necessidades no universo pesquisado: nível Médio (57%), sinalizando a pressão social nessa área na época; para o nível Primário, hoje Ensino Fundamental I (44%) e nenhum apontou o nível Superior.

A CRPER (1969, p. 87) concluiu o estudo, sugerindo uma lista de municípios, com os respectivos endereços, para implantação de telepostos: em Pernambuco (16 localidades); Paraíba (9 localidades) e Alagoas (7 localidades). Citamos aqui este estudo para ilustrar e auxiliar na compreensão do impacto das atividades desenvolvidas na TVU, que detalharemos a seguir.

Quanto à produção dos programas, ressaltamos o depoimento do professor José Mário Austregésilo, que começou a trabalhar na TVU em 1968, iniciando suas atividades como apresentador de aulas de matemática do Prof. Mário Duarte; posteriormente, por sugestão de Milton Baccarelli, fez curso para Produção com Jorge José Barros de Santana. Ele participou de cursos e intercâmbio em televisão educativa e foi galgando cargos na emissora. Passou a Diretor de Produção, chegando a diretor da TVU, onde ficou no cargo até 1987, sobre o Curso Madureza, revelou à nossa pesquisa:

Bom aí a TV entrava com os produtores de conteúdo, os produtores de televisão. Quando era o caso da Secretaria de Educação, SENAI, Senac, PIPIMOR geralmente a gente tem, por necessidade, até mesmo para fazer uma pedagogia correta teria que ter um produtor e conteúdo, que trazia aquela aula escrita e era traduzida em linguagem de televisão. Quando não se tinha a imagem apropriada para ilustrar aquele conteúdo que estava sendo exibido, usava-se muito a imagem fixa quando não se tinha aquela imagem apropriada para ilustrar o conteúdo a transmitir, mas se aproveitava muito filmes. Isso é interessante porque a gente não tinha nem a autorização, mas se aproveitava muito trechos de filmes; desses filmes que os consulados mandavam nos remetiam para exibir sobre as mais diversas matérias, Geografia, História (AUSTREGÉSILO, 2015).

O desenvolvimento das teleaulas baseou-se nos estudos realizados na época, como foi abordado no segundo capítulo, e se aprimoraram com a prática do fazer televisão, empiricamente, observando quais técnicas funcionavam na melhor obtenção de resultados. Tais técnicas incluíram desde a capacitação de professores para elencar os conteúdos que melhor se adaptariam para o veículo, sem se distanciar das diretrizes educacionais estabelecidas; incluindo a elaboração dos roteiros e programas realizados pelos profissionais de TV; até seleção de recursos técnicos como, por exemplo, o uso de slides, filmes e os diversos enquadramentos de câmera retratando o apresentador na figura do professor, que por si só, se constituem numa linguagem a parte. Entendendo o apresentador como mensageiro do

discurso a ser decodificado pelo telespectador, na prática, tinha-se diante da tela a figura do professor e, do outro lado, o aluno.

Havia na época certo receio por parte dos pedagogos de que houvesse um esvaziamento da função do professor, levando-se em conta a deficiência do quadro nas Secretarias para atender à demanda nacional, ao utilizar a televisão como meio massivo para educar a população, com conteúdos instrutivos como propunha a OEA. Judith Brito de Paiva e Sousa (1969), do Instituto de Educação da Guanabara, no artigo intitulado “Preparação de Professores para a TV Educativa”¹⁰⁹, trouxe à tona questões específicas quanto à forma de atuação dos professores para a produção de conteúdos educativos para a TV. Dentre os pontos destacados no artigo, ressaltamos a preocupação com o emissor da mensagem ser ou não um professor, ou a presença de monitores nos acompanhamentos dos telepostos.

[...] uma aula por televisão não é o simples televisionamento de uma aula de classe. O próprio apresentador não pode esquecer certas condições peculiares à sua função. Na sala de aula, ainda que nada tenham de atraentes, por exemplo, o físico ou a voz do professor, ele pode, por suas qualidades profissionais ou morais, ou quaisquer outros atributos, chegar a constituir-se, ele próprio, um fator de motivação do trabalho de classe. No vídeo, no entanto, as coisas não se passam de igual forma, e dificilmente haverá possibilidade de tais compensações num mero *close-up* (enquadramento de câmera que retrata o rosto) ou mesmo um *meduim shot* (plano médio que enquadra o apresentador da cintura para cima). Então, é preciso que o apresentador tenha presentes todos os recursos e restrições de sua situação diante das câmeras e do microfone, para que sua atuação seja um fator positivo na realização do programa. [...] No Brasil, no entanto, o que atualmente ocorre, no ensino pela TV, é a substituição, na maioria das vezes, de professores por monitores, junto aos alunos, por serem aqueles, ainda, em número deficitário (PAIVA E SOUSA, 1969, p. 287).

Sobre essa percepção considerando o ponto de vista do aluno-telespectador, em relação à figura do professor, a professora da UFPE e atriz, Maria de Jesus Baccarelli, que começou a trabalhar na TVU desde a sua inauguração, como foi citado anteriormente, foi apresentadora de vários programas de TV e de Rádio e casada com o diretor e professor Milton Baccarelli; relatou sua experiência à nossa pesquisa:

O programa de alfabetização de adultos foi a glória naquela Televisão Universitária. Fizemos um programa que era uma beleza, tinha um departamento que ficava só com aquilo ali. Eles produziam as aulas, viam as aulas e a gente depois pegava tudo aquilo e era dramatizado também. Muito bom e teve uma receptividade muito boa do público e quando terminava o curso, quando terminava um período de aula, se fazia avaliação. Esse tipo de avaliação eu não sei dizer a você, porque aí já era a parte educativa que eles faziam lá, porque tinha monitor não sei aonde, em vários locais para fazer isso, juntavam os resultados, depois os alunos iam para receber o diploma. Aí era onde tinha a festa lá na TV Universitária para entregar a todos os fulanos de tal, era uma coisa emocionante de ver aquele povo ali ficar esperando nome por nome. O

¹⁰⁹ Publicado na Revista Brasileiras de Estudos Pedagógicos, INEP/MEC, outubro / dezembro 1969, V. 52, n. 116, p. 291-299. Essa edição foi toda sobre a TV Educativa.

engraçado é que eu era uma mera apresentadora do programa, mas para os alunos eu era a professora, parecia que eu é quem tinha ensinado tudinho a eles. Deixa que era tudo apresentando não é?! (risos)¹¹⁰ (BACCARELLI, 2014).

Por outro lado, encontramos registros em publicações da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (periódico produzido pelo INEP/MEC, 1969), de que houve uma preocupação também com a capacitação dos professores que trabalhariam como conteudistas de programas educativos. No direcionamento proposto, dentro das ações norteadoras para o desenvolvimento da TV Educativa no país, houve sugestões para integrar conhecimento técnico em TV ao programa do curso de preparação para professores em TV Educativa. De acordo com o artigo, esses cursos seriam elaborados em vários centros, com base na experiência realizada pelo Instituto de Educação no Estado da Guanabara.

Concomitantemente, vêm funcionando também, estágios de produção e, em 1969, foi realizado um curso de operação. Para a parte prática dos cursos e as atividades curriculares e extraclases, dispõe o Instituto de dois estúdios, sala de operação e salas de recepção para circuito fechado (PAIVA E SOUSA, 1969, p. 289).

Paralelamente, caminhava o desenvolvimento da indústria do rádio e da TV e o avanço em estudo do universo da Comunicação no âmbito das Ciências Sociais, como reflexo surgiram às primeiras escolas de Comunicação Social de nível superior. Dentre as expectativas relativas à Radiodifusão Educativa, emergia a necessidade da especialização do profissional de rádio e TV, ponderando-se então, numa forma positiva, humanitária, que não existia área que não pudesse ser afetada pelo uso eficiente da Comunicação.

Assim como o futuro cientista pode ir ao MIT (*Massachusetts Institute of Technology*) ou ao Cal Tech (*Califórnia Technological Institute*), não deveria o futuro especialista em comunicações e radiodifusão também dispor de uma Universidade de alta qualidade para aprender, num campo que é pelo menos tão importante para o futuro do mundo como o das disciplinas agora ensinadas numa e noutra daquelas instituições? Propusemos, há um ano a criação primeiro de uma Universidade de Comunicações de alta qualidade para proporcionar educação e serviços necessários. [...] Creio que um dos mais significativos investimentos que podemos hoje fazer é uma Universidade de Comunicações, mantendo padrões acadêmicos os mais elevados, e serviços não só para transmitir ideias, mas também para relacionar pessoas, e atingir o público com ambas as motivações, de ensino ou não ¹¹¹ (HILLIARD, 1969, p. 387).

¹¹⁰ Entrevista com Profa. Maria de Jesus Baccarelli à pesquisadora, realizada dia 11 de setembro de 2014, em Recife.

¹¹¹ Robert Hilliard, Diretor do *Educational Broadcasting Branch da Federal Communications Commission*, destacou a importância das Comunicações para o futuro do país e para o mundo, no artigo “Expectativas para a Radiodifusão Educativa”, originado da palestra realizada no *Institute of Electrical and Electronics Engineers*, por ocasião da *International Conference on Communications*, em 13 de junho de 1968, no Sheraton Hotel de Filadélfia, na Pensilvânia (Estados Unidos). Tradução de Letícia Maira Santos faria, técnica em educação do CBPE, artigo publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, cujo nº 116, V. 52, de outubro / dezembro de 1969, é todo sobre TV Educativa. Grifos do autor.

Em Pernambuco, embora houvesse uma proposta encaminhada à reitoria para a implantação do curso desde 1955, por iniciativa da Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), a UFPE só iniciou seu curso de Comunicação Social (com habilitações em Polivalente e Publicidade e Propaganda) em 30 de novembro de 1970.

Nesse contexto a TV passou a ser vista além de um mero veículo de educação supletiva, mas efetivamente como um meio de comunicação integrante do processo educativo e do desenvolvimento nacional. Vislumbrava-se, então, a formação de uma rede de recepção de emissoras educativas em escolas com programas de “alfabetização de adultos, cursos Madureza (para ingresso na faculdade), de Admissão (para ingresso no ginásio, hoje Ensino Médio), e cursos técnicos e profissionalizantes” (PAIVA E SOUSA, 1969, p. 290).

Para a realização dos programas produzidos na TVU e exibidos nos telepostos, dedicados à alfabetização de adultos, o método pedagógico utilizado foi criado por Paulo Freire, adotado por pedagogas seguidoras do educador como a Profª Astrogilda Paz de Andrade da Secretaria Estadual de Educação, juntamente com Alice Rolim e posteriormente com Vilma Guimarães.

Em sua pedagogia da autonomia, o educador criticava o sistema tradicional que utilizava a cartilha como ferramenta central da didática para o ensino da leitura e da escrita. Ele se referiu ao método de repetição de palavras soltas, do tipo “boi baba” ou “vovô viu a uva”, como a utilização de frase sem sentido, distantes da realidade. “A realidade social, objetiva, que não existe por acaso. Se os homens são os produtores dessa realidade e se esta na “invasão da práxis”, se revolta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é a tarefa histórica é a tarefa dos homens” (FREIRE, 1970, p. 20).

No primeiro ano já de funcionamento da Televisão Universitária foi colocado no ar um programa que teve uma grande repercussão. Primeiro porque foi o programa, na realidade, de alfabetização de adultos. Foi a primeira experiência realizada no país para um processo de alfabetização de adultos pela televisão, uma alfabetização em massa e o processo utilizado, o método de ensino utilizado foi o método que tinha sido desenvolvido pelo educador Paulo Freire. Um fato interessante é que não se podia dizer que era do Paulo Freire o processo, na ocasião Paulo Freire tinha sido exilado e era inimigo do governo na ocasião. Então, o método não era de Paulo Freire, saiu como de outra educadora, mas na verdade era o método completo de Paulo Freire. E a grande eficiência desse processo foi que exatamente a televisão, na ocasião, a Toshiba doou cerca de 500 receptores de televisão e esses receptores foram colocados para a formação de telepostos em toda a região metropolitana e municípios limítrofes; de forma que todos aqueles que, na ocasião, não tinham nenhuma condição de assistir televisão podiam assistir televisão naquela localidade acompanhando esse programa de alfabetização em quase todas as escolas públicas e clubes de serviço tipo Lions,

Rotary, etc.; foram colocados telepostos exatamente para essa programação que surtiu um grande efeito na alfabetização de adultos¹¹² (CAVALCANTI, 1998).

Resumidamente, apenas para elucidar o conceito, o método criado por Paulo Freire foi composto por fases de aplicação que consiste em primeiro lugar em identificar as palavras geradoras, no reconhecimento do universo vocabular dos alunos. Isso é feito em conversas informais, quando é selecionado um conjunto de 18 a 23 palavras e apresentadas ao grupo de alunos com imagens e cartazes; e nos “Círculos de Cultura” inicia-se uma discussão para associá-las à realidade desse grupo.

Na etapa seguinte, a silabação. É feita a divisão silábica dessas palavras e as sílabas são identificadas em suas respectivas famílias silábicas. O próximo passo é a formação de palavras novas, a partir das famílias silábicas agora conhecidas, trazendo para a discussão as questões da comunidade. E, por fim, a conscientização, dentro da dinâmica que seguiu: os critérios de riqueza fonética, dificuldades fonéticas - numa sequência gradativa das mais simples para as mais complexas, do comprometimento pragmático da palavra na realidade social, cultural, política do grupo e/ou sua comunidade.

Desse modo são criadas situações existenciais características do grupo de alunos (ou alfabetizando), com o intuito de abrir perspectivas para a análise crítica consciente de problemas locais, regionais e nacionais.

Esse método foi desenvolvido enquanto Paulo Freire foi Diretor do Departamento de Extensões Culturais da Universidade do Recife (hoje UFPE). Em 1963, ele alfabetizou mais de 300 cortadores de cana, na cidade de Angicos – RN, em apenas 45 dias, com 40 horas/aula e sem uso de cartilha. Em resposta aos eficazes resultados, o governo brasileiro do, então presidente João Goulart, que se empenhava na realização das reformas de base, aprovou a multiplicação dessas primeiras experiências num Plano Nacional de Alfabetização (PNA). O PNA previa a formação de educadores em massa e a rápida implantação de 20 mil núcleos pelo país, nos chamados "círculos de cultura." Após o golpe de 1964, com a implantação do regime militar descrito no cenário sócio-histórico e político, Paulo Freire foi considerado subversivo, preso e exilado no Chile.

¹¹² Depoimento do engenheiro Nédio Cavalcanti, extraído do arquivo da TVU, da série de TV Pernambuco Imaginário, programa nº 08, gravada em 1998.

De acordo com esse autor, “quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir a sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente” (FREIRE, 1970, p. 22).

[...] esse projeto de alfabetização de adultos seguiu porque a televisão entrava puramente como uma motivadora para que as pessoas, em sala de aula, ficassem motivadas para aquele tema. Agora, dentro da sala de aula, o material trabalhado era exatamente segundo a linha de Paulo Freire. Aquela questão do levantamento das palavras-chave, palavras dominadas pelas pessoas, pelos trabalhadores, etc. Depois o como escrever, o como ler. O interessante é que, por sugestão nossa, nós pedimos que incluíssem a palavra “televisão”. E fizemos uma aula muito bonita, muito emocionante até. Maria de Jesus Baccarelli era a apresentadora e ela recebeu os alunos na porta da televisão e como o método é a palavra de ler que você mostrava a palavra “televisão”, isso aqui é palavra “televisão”, leia. Então ela saía mostrando a televisão para os alunos e em todo canto tinha a palavra “televisão”. Quando chegou no estúdio, a palavra estava escrita e ela pediu que eles lessem aquela palavra e imediatamente eles identificaram que a palavra era televisão. Claro que, quem conhece Paulo Freire, sabe que depois é partido em sílabas te-le-vi-são, depois eles formam novas palavras, “visão”, e aquela parte escrita de ir copiando a palavra e as frases que são formadas a partir de um universo criado por eles. Mas foi uma experiência muito gratificante, muito boa (AUSTREGÉSILO, 2015).

A pedagogia libertadora difundida por Paulo Freire, além de alfabetizar a partir de elementos comuns ao universo de cada um, leva os alunos a uma tomada de consciência dos elementos a sua volta e de seu papel na sociedade. Essa reação é baseada no diálogo entre educadores e educandos, partindo da premissa que os fatos se dão à realidade social em que se encontram os alfabetizandos.

Mais que escrever e ler que “a asa é da ave”, os alfabetizandos necessitam perceber a necessidade de um outro aprendizado: o de “escrever” a sua vida, o de “ler” a sua realidade, o que não será possível se não tornam a história nas mãos para, fazendo-a, sem efeitos e refeitos (FREIRE, 1981, p. 13).

Nesse sentido, Freire afirmou:

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá pois, dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação (FREIRE, 1970, p. 23).

A experiência pioneira do curso de alfabetização de adultos na TVU contou em 1971 com 70 telepostos no interior de Pernambuco e 30 na capital, em recepção organizada, para controle de frequência e aproveitamento.¹¹³ Outros cursos também foram exibidos nesta época como o Curso de Eletricidade, Curso de treinamento para Assessoria Técnica em Produção de

¹¹³ Dados do relatório Marco de Amplitude nos trabalhos da TVU, 1971, p. 15. Ver, no Anexo N, fotos dos telepostos.

Rádio e TV, ambos em convênio com a SUDENE; cursos de Inglês e Francês; “...havia o programa do Fisk (aulas de Inglês), e outros que nós gravávamos aqui e mandávamos para todas essas cidades, não só do interior de Pernambuco, como também para esses outros estados, como eu disse, Paraíba, Alagoas e proximidades”¹¹⁴ (MASTROIANNI, 2014).

Também encontramos registro de apoio do então reitor, Marcionilo Lins, para a implantação de um Centro de Produção Regional, com a criação de um Centro de Audiovisuais na UFPE, cuja demanda seria ligada aos currículos universitários, numa extensão dos trabalhos da emissora. O Curso Madureza manteve a continuidade, em convênio com a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, de acordo com o relatório do Marco de Amplitude dos Trabalhos na TVU (1971). Anos depois, alguns desses cursos deixaram de ser realizados em Pernambuco, como descreveu em entrevista o Prof. Luiz Maranhão:

A gente fazia as aulas do Curso Madureza na realidade nordestina. Enquanto isso, houve um conchavo político e transferiram todas as verbas para a TV Cultura de São Paulo. Então, na Cultura de São Paulo foi gravado com subsídios da SUDENE que deveriam ser nossos e a gente foi obrigado a passar as aulas de São Paulo, em que se falava de bandeirantes e tudo e não se falava de guerra holandesa, ainda sobre protesto e tudo. Mas a gente teve que entrar no conchavo político e perdemos excelente material produzido aqui, com excelentes conteudistas que vinham da universidade, professores como José Lourenço de Lima, como Potiguar Matos – a parte de história. Fiz um curso de história com ele onde ele dava conteúdo e eu dava linguagem de televisão. Então isso foi uma perda muito grande para a TV (MARANHÃO, 2014).

Nossa pesquisa não encontrou no acervo da emissora os programas produzidos nas décadas de 1970 e 1980, realizados em película cinematográfica ou em formato U-matic (tipo de fita utilizada em equipamentos de *video-tape* para gravação e reprodução de programas). Em 2014, parte do acervo contendo algumas fitas antigas da TVU que ainda restaram desse período, foi transferido para o Memorial Dênis Bernardes, ligado à Pró-reitora de Comunicação Informação e Tecnologia da Informação (PROCIT) para ser incluído num projeto de restauro, e encontrou-se sem condições de ser manuseado, devido ao mofo.

No tocante, especificamente, ao curso de alfabetização de adultos, de acordo com Maria de Jesus Baccarelli:

A notícia que eu tenho é que apagaram tudo, porque precisavam de vídeos porque eles tinham um contrato para fazer futebol. Isso foi o que eu soube, eu não estava mais lá, graças a Deus não tive essa tristeza, porque o programa de alfabetização de adultos mesmo, foi levado para muito canto, ia para lá e para cá, eram muitos elogios que se recebia. Quando Zé Mário (José Mário Austregésilo) entrou como diretor e quis

¹¹⁴ Giovanni Lira Mastroianni, professor, jornalista e advogado, ingressou na TVU em 1968, trabalhou como cronista esportivo, repórter, chefe do Setor de Jornalismo e Diretor Administrativo, até 1984. Ver fotos de sua atuação nos programas esportivos da emissora e reportagens, conforme Anexo N.

levantar isso, mais aí foi difícil, ele veio até aqui para ver se eu tinha alguma coisa, mas não tinha nada mais, acabou tudo. Inclusive os programas de teleteatro, como eu disse a você, a gente montou “Leonor de Mendonça” de Gonçalves Dias, que foi um sucesso. A peça foi muito boa, muito bem e foi enviada para o aniversário da TV Cultura (SP), a gente mandou como presente; a TV Cultura nos mandou uma peça que não me lembro qual foi, mas era com Cacilda Becker, e a gente mandou isso para lá, nem isso se tem, não se tem nada... Acabou (BACCARELLI, 2014).

A estruturação da TVU estabeleceu em sua grade de programação, assim como em sua divisão de departamentos, a realização de programas com conteúdo voltado para educação formal, como foi visto acima, mas também, de forma eclética, contemplava seus espectadores com informação, cultura, arte e esportes.

O pioneirismo da TVU também foi revelado pela nossa pesquisa na cobertura de eventos esportivos. Encontramos relatos, sobre o aparato técnico utilizado na época e os desdobramentos desse trabalho, como relatou o prof. Luiz Maranhão Filho:

A TVU foi a emissora que teve melhores lentes de alcance para transmitir futebol, então o equipamento japonês, o Toshiba, de primeiro mundo, era um equipamento que permitia uma transmissão excelente. Eu me lembro de que as emissoras comerciais compravam as imagens que a TV Universitária gravava nos estádios de Pernambuco. Foi o desenvolvimento de várias as áreas assim, todas elas com sucesso e a gente não teve nenhum insucesso [...] (MARANHÃO, 2014).

Inicialmente chefiado por Fernando Machado, o Setor de Esportes, subordinado à Divisão de Produção, dispunha de uma Unidade Móvel (UM) equipada com duas câmeras, botoneira (equipamento equivalente, em função, a mesa de corte dos anos 1980). Esse maquinário de última geração à época era do tipo híbrido, ou seja, possuía válvulas e transistores. Essa UM para gravações externas tinha o formato de micro-ônibus adaptado, dispunha de dois aparelhos de ar-condicionado central, um gerador de 10 KWA e demais equipamentos para captação de sons e imagens, da marca Toshiba. Ao todo doze pessoas operavam esse estúdio portátil completo de TV.¹¹⁵

Tinha até um foguete, porque se esse ônibus se perdesse na mata ou qualquer coisa, a gente soltava o foguete e localizava esse ônibus. [...] Era raro outra emissora fazer isso por aqui, não tinha nem a Globo ainda, a TV Jornal se arrastava entrando em processo de falência, aí a gente era o campeão. A Tupi (TV Rádio Clube) era uma televisão que divulgava esporadicamente alguma coisa, não se interessava muito por esse tipo de evento. Como a nossa parte era mais educativa, então a gente corria atrás do que realmente interessava ao público, era a parte de educação “Esporte é cultura, esporte é lazer”, então vamos fazer esporte. Isso podia ser nos times oficiais ou nos times amadores (CARNEIRO, 2014).

¹¹⁵ Ver fotos de coberturas realizadas com UM, Conforme Anexo N.

O jornalista e professor Giovanni Mastroianni, começou a trabalhar na TVU em 1968, na área de produção; depois foi cronista esportivo e chefiou o Departamento de Jornalismo, chegando até a ocupar o cargo de Diretor Administrativo, quando se desligou da emissora em 1984. Ele relembrou essa fase de desenvolvimento da TVU em entrevista a nossa pesquisa, ao afirmar sobre o Setor de Esportes da TVU:

[...] também trabalhavam conosco o Jaime Ubiratan e o Zé Bezerra. [...] nós éramos ainda insipientes e não dispúnhamos, assim, de um acervo que pudesse dar uma ilustração muito boa, mas nós dispúnhamos de um caminhão. Graças a esse caminhão de transmissão é que nós conseguíamos ir para o Geraldão e para os estádios daqui do Recife e até Caruaru, nós fazíamos as gravações e jogos. Esse caminhão era muito bem equipado, com material japonês e inclusive servia para fazer alguns convênios com algumas escolas, com faculdades e até com outras emissoras, que não dispunham de um material técnico tão útil como aquele que nos fora presenteado. Eu digo presenteado porque veio do governo japonês (MASTROIANNI, 2014).

Em relação ao cenário esportivo, historicamente, eram os anos 1970, do Brasil Tri-Campeão de futebol, cujo lema “Pra frente Brasil” impulsionou mais que o escrete de ouro. Além de programas de estúdio como o “Em Cima do Lance” e “Esportes no 11”, a emissora realizou transmissões esportivas. Os jogos eram gravados na UM e exibidos no Canal 11.

[...] nós fizemos de tudo principalmente na área esportiva e sempre que alguma seleção vinha aqui a Recife ou mesmo os integrantes principais, integrando evidentemente os clubes que jogavam contra o Sport, contra o Náutico ou Santa Cruz, nós tínhamos o prazer de ir buscá-los no hotel onde eles estivessem hospedados e fazíamos entrevistas com eles. No caso, Pelé foi um deles, como foram Jairzinho, Tostão e tantos outros. Eu tive a oportunidade, certa vez, de entrevistar Dario, ele era conhecido aqui como uma figura folclórica, conhecido como “Dario peito de aço” (MASTROIANNI, 2014).

O material esportivo produzido aqui também foi veiculado para outras emissoras. “Era um intercâmbio que havia aqui entre as do Sul, como do Rio e São Paulo, tanto que muitas gravações que eu fiz, principalmente comentando jogos de futebol, eram vistas lá em São Paulo e eu passei a ser tão conhecido, à época, lá como era aqui” (MASTROIANNI, 2014). Com apresentação direta dos estúdios da TVU, os programas de debate traziam para a tela as tensões e emoções ao vivo da rivalidade esportiva do futebol pernambucano. Mastroianni complementou:

Eu tive a oportunidade de entrevistar todos os jogadores do Náutico, naquela época, Lála, Pita, Nado e todo esse pessoal da época também do Sport. Eu entrevistava inclusive o técnico Leão e muitos outros. O treinador Duque foi um dos que me indispus com ele e quase que vou a vias de fato em pleno programa de entrevista, porque eu fiz uma pergunta capciosa e ele não gostou e partiu para me agredir, à época fazia parte da mesa um dirigente do Santa Cruz que interveio e não permitiu que a briga se realizasse...(risos) Havia muito nomes famosos, técnicos como Yustrick, Antoninho e muitos outros; como Silvio Pirillo que foi quem revelou Pelé para o futebol e o levou para a seleção. Então eu tive a oportunidade de entrevistar

esse pessoal todinho, tenho uma galeria enorme de fotografias e autógrafos, principalmente dos tricampeões mundiais ¹¹⁶ (MASTROIANNI, 2014).

O esporte começou a despontar no cenário nacional, também em outras modalidades. Iniciavam-se também as coberturas de eventos culturais, que ao longo dos anos 1980 tornaram-se a marca registrada da TVU, passando a ser reconhecida pela sociedade como a emissora que expressava a cultura local e regional, como nos relatou o Prof. José Mário Austregésilo:

Olha, nós fizemos algumas transmissões esportivas importantes. Eu me lembro que em um ano o Luciano Du Valle nos procurou para transmitir uma partida de voleibol, ele foi um homem muito importante na difusão do esporte brasileiro. E ele chegou aqui e ninguém quis transmitir a partida Brasil e Rússia que foi feita aqui no Geraldão. Depois ele fez no Rio de Janeiro, no Maracanã, chovendo. E ele chegou lá e eu acreditei na ideia. Ele bancou toda a parte de transmissão, eu achei que era importante para a TV Universitária participar de uma transmissão desse tipo, participar de uma transmissão de esportes que nessa época já era transmitida a cores. Agora já o Carnaval a gente tinha um apoio muito grande de Prefeitura e de Estado porque era um Carnaval muito grande e precisava pagar diárias aos funcionários. Para a Universidade era muito caro bancar para um grupo que ficava envolvido (AUSTREGÉSILO, 2015).

Ligados à Divisão de Produção, os Setores de Música e Teatro, levaram ao ar, inicialmente, programas de debates, de auditório, concertos clássicos e populares, e o teleteatro. Na chamada faixa cultural exibida a partir das 21h, demandou-se a segunda linha de produção da emissora, inserindo-se neste contexto o seu caráter informativo. Com o advento do *video-tape*, a produção audiovisual ganhou fôlego com os recursos de “montagem do *tape*”, ou seja, a edição dos programas gravados, possibilitando a seleção das melhores cenas captadas e, conseqüentemente, a exclusão dos erros de gravação.

Entre os programas produzidos nessa fase estão “O meio é a mensagem”, abordou cinema, música popular e a própria TV; “Concerto Opus 11”, como o nome sugere trouxe a música em destaque, com jovens executantes como o maestro Eleazar de Carvalho e Izaac Karabtchevsky que executaram peças clássicas. A Orquestra Armorial também foi destaque apresentando temas da música sacra pernambucana do século XVIII.

A faixa recreativa constituiu o espaço da programação infantil na TVU, foi estruturada com fins pedagógicos, acrescida de iniciação musical. Sob a coordenação de Invanise Palermo foi ao ar um Jornal mirim e também o programa “Mundo Infantil.” Os jovens tiveram seu espaço em “A Noite é do 11”, uma espécie de competição com a participação de

¹¹⁶ Ver fotos de entrevistas e apresentação de programas esportivos, realizadas por Giovanni Mastroianni, conforme Anexo N.

colégios, sob a orientação da Divisão de Ensino do Estado. Os esportes se encaixaram nessa categoria, em cobertura de competições amadoras e jogos universitários. Outro destaque da grade de programação foram os programas de debate como “O grande Júri” e “Estudium.”

Aos domingos, o teleteatro entrou em cena na tela da TVU, com exibição de peças gravadas nos estúdios da emissora como “Lisbela e o Prisioneiro”, “Casa Grande e Senzala”. Integrando esse gênero televisivo, foram exibidos ainda séries como “Brasil esse Desconhecido”, “Música Popular”, “Homens em Crise”, “Tempo de Cinema”, dentre outros. A teledramaturgia buscou popularizar autores de peças clássicas, como descreveu Luiz Maranhão Filho:

[...] nessa época a gente usava Quadruplex, o videotape quando chegou aqui era para grandes produções, então a era tela bastante larga e o Departamento de Produção Artística teve a presença do mestre do teatro Milton Baccarelli, esse departamento produziu algumas obras primas. Eu me lembro de “El Cid”, de “Cornélio”, um clássico da tragédia francesa, no caso, então, foi uma das grandes apresentações que Baccarelli conseguiu. Houve também a produção de Oscar Wilde, o programa de “Salomé” foi uma montagem espetacular. Eram montados grandes cenários, a gente tinha o apoio logístico da melhor qualidade. Por exemplo, um cenarista nosso José Teixeira Sobrinho, foi o cenarista do filme de Anselmo Duarte “O Pagador de Promessas”. Teixeira construía grandes castelos, eu me lembro do “Fantasma de Cantherville”, foi produzido pelo saudoso companheiro Ruy Cabral. Também chamou a atenção, porque pela primeira vez na televisão se usava miniaturas, foi construído um autêntico castelo e o programa na edição era muito complexo, porque tinha Planos Gerais pegando todo o castelo, de todo acesso e de repente a gente fechava num cenário que tinha apenas uma janela e uma porta para fazer uma cena, então foi uma produção riquíssima (MARANHÃO, 2014).

O cenógrafo Damião Cristovam trabalhou na TVU por 35 anos. Segundo ele, a metodologia do trabalho de construção dos cenários baseava-se no *script*, ou roteiro do programa. A Seção de Cenografia, subordinada à Divisão de Realização (Programação), se subdividia em Setor de Arte e Setor de Execução e atendia a todas as realizações da emissora. Os cenários eram construídos com acompanhamento da equipe técnica para planejamento da luz cênica, como descreveu à nossa pesquisa.

Naquela época trabalhava um grupo de umas dez pessoas na cenografia. Existia o departamento de contra-regra, que ornamentava os cenários; tinham os carpinteiros que montavam os cenários e confeccionavam as tapadeiras. O meu departamento era montar a cenografia e a concepção do cenário saía entre duas pessoas,.. (risos) um que Deus levou e o outro está falando com você... (risos) [...] e se tinha necessidade de se fazer um *set* para as entrevistas que davam nos telepostos, isso aí era com a cenografia (CRISTOVAM, 2014).

A professora e atriz Maria de Jesus Baccarelli atuou na apresentação de programas educativos e no teleteatro. Considerado uma atração de grande envergadura o Setor de Teatro, reuniu trabalhos de autores nacionais e internacionais, sob a direção de Milton Baccarelli.

“Com experiência e conhecimento, deu grande contribuição à arte cênica em Pernambuco” (SANTANA, 2007, p.103). Os espetáculos eram exibidos precedidos de uma breve apresentação sobre o autor.

A peça ia inteira. Os intervalos eram assim, primeiro ato, segundo ato, parava um pouquinho. Não tinha esse negócio de comercial, mas entravam notícias e coisas da Universidade, rapidinho para entrar o próximo ato. Era enquanto a gente se mexia lá dentro para se arrumar, porque não tinha esse negócio de cortar e fazer de novo, era ao vivo, eles gravavam, mas a gente fazia ao vivo. Se a gente errasse ali ouvia “ah não volta, a cabeça do tape...”, uma confusão, então a gente esquecia que estava sendo gravado e fazia como se fosse ao vivo (BACCARELLI, 2014).

Através das produções do teleteatro talentos foram formados e revelados pelo trabalho na emissora, destacando-se nomes como Fátima Marim, José Pimentel, Carmem Peixoto, June Sarita, Tereza campos, Vanda Lúcia, Jane Mendes, Maria de Jesus Baccarelli, Marcos Macena, Renato Phaelante, José Mário Austregésilo e o próprio Milton Baccarelli¹¹⁷.

Foi na TVU, também, a primeira montagem para a TV da obra “Lisbela e o Prisioneiro”, de Osman Lins, que trouxe José Pimentel, no papel de “Cecéu”, como afirmou Luiz Maranhão Filho, “esse tipo de programação chamava a atenção do público, era de primeira. Infelizmente esse arquivo está todo perdido, porque os Quadruplex antigos gravados em carretéis dez polegadas não foram recuperados, a gente não tinha no Brasil como recuperar esse material” (MARANHÃO, 2014).

O Prof. José Mário Austregésilo, descreveu o ritmo de trabalho da seção de teatro:

A televisão não ficava 24 horas no ar. Agora trabalhava 24 horas porque muitos teleteatros lá nós amanhecíamos gravando. Lembro-me de muitos teleteatros que nós começávamos à noite e saíamos pela manhã, o Sol já tendo nascido. Agora não tinha uma condição de exibição de programação somente porque nesta época, uma boa época da TV Universitária, trabalhava-se com o VT Quadruplex. Era um VT muito bom da Ampex, um vídeo caro. O que se usava muito eram os filmes, filmes que nossas fontes fornecedoras eram os consulados, o Consulado Americano, o Consulado da Holanda, o Consulado Inglês. Então muita coisa vinha daí, filmes, documentários. O restante era produção própria, era uma produção pesada, própria, de programas de teatro, programas de música, música popular e erudita. Eram duas divisões, programas educativos, instrucionais, *Istrictu Sensu* mesmo, aulas das mais diversas linhas, educação formal e informal, mas aulas, aulas, aulas e depois programas educativos, programas de debate, programas de entrevista, programas de música. Como eu já disse, música erudita, música popular, esportes e, pouco tempo depois, acho que com a chegada de Luiz Maranhão, é que se começou a fazer um pouco de jornalismo e documentário. A TV sempre teve uma produção muito boa nessa linha (AUTREGÉSILO, 2015).

¹¹⁷ Ver fotos de peças exibidas no Teleteatro e programas culturais, conforme Anexo N.

Educação, cultura e esportes absorviam grande parte da demanda de produção. A partir de 1971 a informação começou a ganhar espaço na grade de programação, como descreveu o Prof. Luiz Maranhão:

[...] havia um desprezo, um esquecimento (que eu digo) que era o jornalismo, a informação, a notícia e aí eu entrei com toda força em cima do Jornalismo... a fazer jornal falado sem recursos, sem câmeras quase. Eram filmados em 16mm, filmes de 16mm revelados precariamente, mas a agente conseguiu construir uma estrutura. O Jornalismo em determinada época, passou a engolir toda a programação propriamente dita, desde a hora do almoço com um jornal falado chamado “Conversa de Redação”, até os noticiários da noite, o programa de esportes que também entrou nessa fase (MARANHÃO, 2014).

As produções e coberturas realizadas pelo Setor de Jornalismo, subordinado à Divisão de Produção, foram realizadas na década de 1970 com o equipamento de Cinema,¹¹⁸ como descreveu Otávio Carneiro, servidor da UFPE que trabalhou na TVU por 36 anos, começando como vigia do terreno durante a construção da emissora, posteriormente absorvido no quadro funcional, como nos descreveu:

[...] eu fui guarda-de-fiscalização, que é o popular vigia, mas botaram um nome bonito, né? Não tinha vaga para outra coisa, eu fiquei por ali. Aí surgiu uma vaga de iluminador no Departamento de Cinema, iluminador é aquele cara que sai com o pau de luz para iluminar o entrevistado, iluminar o artista, o pau de luz era de quatro lâmpadas, uma cruzinha e um bocado de fio enrolado. Eu fazia esse serviço. Com o passar do tempo eu aprendi a montar filme, aí passei a montador de filme, mas passei pouco tempo. Chegou um diretor administrativo lá, o professor Luiz Maranhão Filho que gostava de Cinema, ele adorava o equipamento. Ele disse “Otávio esse equipamento está parado aí vai se enferrujar, vai se acabar. Não vamos deixar se acabar, vamos movimentar.” Aí foi quando ele me deu apoio, me botou com o chefe do Departamento de Cinema para movimentar o equipamento. Todo o equipamento eu mexia, consertava e alinhava. Tinha uma máquina muito boa, a Arriflex, que ninguém tinha aqui em Pernambuco, uma Arriflex muito boa, óptica e magnética. Gravava documentários fabulosos” (CARNEIRO, 2014).

Segundo o Prof. Luiz Maranhão Filho (2014), essa câmera Arriflex foi conseguida por ele, através da Fundação Konrad Adenauer, da Alemanha. Ainda não havia uma linha editorial de jornalismo definida, as pautas eram realizadas mediante solicitação da Universidade, o filme era então gravado, revelado e exibido com a narração de Adelmo Cunha. “A Arriflex também foi usada pela equipe da Rede Globo, sendo alugada a essa emissora, inclusive até pelo Amaral Neto para produção de programa Globo Repórter” (MARANHÃO, 2014).

¹¹⁸ As câmeras usadas nos estúdios da TVU, não eram apropriadas para gravações de reportagens externas. Além de funcionarem ligadas a uma fonte de energia, seu tamanho e peso impossibilitaram a agilidade necessária. Conforme fotos no Anexo N, registrou-se equipe durante gravação externa para o jornalismo.



Câmera Arriflex, usada para reportagens externas na TVU na década de 1970, com o Prof. Luiz Maranhão.¹²⁰



Câmera de estúdio da TVU, década de 1970.¹¹⁹

Os fatos registrados por esse equipamento ficaram marcados na memória de Otávio Carneiro:

[...] eu fiz a inauguração, eu me lembro, com o finado Ferreira que era o chefe do Departamento de Cinema, que era um cinegrafista muito bom. A gente fez a inauguração do Hospital da Restauração véspera de Ano Novo (1969) e me lembro do primeiro paciente que chegou lá, Eriberto Gueiros, irmão do Ministro Eraldo Gueiros, que foi governador do estado de Pernambuco. E quando eu cheguei em casa, 4h30 da manhã, morto de cansado, chateado (entendeu). Ele tinha um jipe, o desastre foi no jipe, lá na Vila do Ipsep, aí a gente fez toda a cobertura (CARNEIRO, 2014).

A autonomia operacional da TVU teve, na época, como sistemática “as gravações realizadas no período da manhã e a transmissão normal a partir das 16h”, encerrando entre 22h e 23h. Semanalmente a programação incluiu a faixa infantil (artes, gincanas, educação musical), instrutiva/curricular (telepostos e programas recreativos com fins pedagógicos), informativa/esportiva (telejornalismo, esportes incluindo futebol, esporte amador e universitário, faixa informativa/cultural (debates e programas de auditório); fechando a programação diária com a faixa cultural/musical (concertos e peças teatrais). Aos finais de semana eram exibidos filmes de longa metragem, séries de documentários (provenientes de convênios), programa sobre cinema, música e teleteatro.¹²¹

Sendo a primeira emissora educativa do país, ainda não havia operação em rede, isto é, quando uma estação de TV (a cabeça de rede) gera uma grade de programação de base para ser exibida em diversas emissoras de várias localidades (ou praças), complementada pela

¹¹⁹ Foto: CARNEIRO, Otávio José, M. Fotos acervo pessoal sobre TVU.

¹²⁰ Foto: ANGEIRAS, Maria Clara de A. Acervo pessoal fotos TVU. Entrevistados para pesquisa sobre TVU.

¹²¹ Fonte: TVU. Televisão Universitária – Relatório das Atividades 1972. Recife, PE, 1972 [20], p. 17.

produção local. Desse modo, a TVU foi ao ar exibindo uma programação essencialmente local, produzida pelos seus vários departamentos. Essa liberdade de produção foi descrita por Luiz Maranhão:

[...] depois eu passei a ser o diretor de *broadcasting* (1974), como se dizia na época, e conseguia conciliar a produção dos departamentos aos horários e cada um fazia a sua linha de programação. Melhorou muito porque era uma grade que chegava a concorrer até com as emissoras comerciais muito apegadas a compromissos comerciais e a gente não tinha essa compromisso, então a gente podia botar a câmera na rua. Por exemplo, a parada de 7 de setembro, quem transmitiu em primeiro lugar foi a TV Universitária e vários outros eventos aqui que a gente conseguiu fazer com independência e liderando praticamente a audiência (MARANHÃO, 2014).

Como foi visto até aqui, as práticas desenvolvidas em TV Educativa, pela TVU, desde sua inauguração e durante a década de 1970, tanto no desenvolvimento de conteúdo de programas culturais, esportivos, informativos / jornalísticos, educativos na concepção formal como cursos e teleaulas, quanto na formação e capacitação de profissionais, abrangeram ações de âmbito internacional, regional e nacional, além de local.

No âmbito internacional a implantação do Centro Multinacional de Teleducação na emissora, em 1971, financiada pela OEA contou com a colaboração dos outros quatro centros já existentes – na Argentina, Chile, Colômbia e México –, juntamente com os representantes do MEC, SUDENE, UFPE, TVU e Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa (FCBTV). A Emissora da UFPE passou a responder pelo objetivo de “desenvolver capacidade para uma utilização mais eficiente dos recursos da tecnologia, ao serviço dos objetivos educativos, em cada um dos Estados Membros da Organização dos Estados Americanos.”¹²²

Eu fui coordenador do Centro da OEA durante dois anos e a gente era remunerado em dólar e não era nada desagradável (risos). Semestralmente, vinha um contingente de 20 bolsistas de vários países da América do Sul para aprender a fazer televisão conosco no Recife. A gente não podia evitar, por exemplo, que a política dos outros países mandasse pessoas sem qualificação, mas vieram alguns excelentes profissionais do Haiti, da Venezuela, da Colômbia, da Argentina que foram formados aqui no nosso Núcleo. Eles faziam programas para a TV Educativa em seus países e na base com esse feito não havia preocupação de fazer apenas aula, fez-se muito documentário nessa linha, então o Centro funcionou excelentemente sob o comando de John Clayton, que era um americano que falava espanhol. Nós tivemos alguns especialistas da América Latina como Hipólito Gonzalez, era um engenheiro químico da Colômbia que entendia muito de televisão, passou esse período todinho conosco aqui; John Tif, era um produtor da BBC de Londres, deu vários cursos eu trabalhei muito com ele.

¹²² A implementação do Centro Multinacional de Teleducação foi baseada em estudo realizado pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife (INEP-MEC), segundo o relatório Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU, que relata desde sua fundação em 1968 até o ano de 1971 e o relatório das Atividades de 1972, concluído com a mudança de nomenclatura para Núcleo de TV e Rádios Universitárias, com a anexação da Rádio Universitária AM (criada em 1962); anos mais tarde, passou a funcionar no prédio a Rádio Universitária FM, em 1979.

Roy Charles, que era um pesquisador norte-americano, especialista em pesquisa de audiência, antes de existir IBOPE e tudo. Esse cidadão deu um curso muito bom para a gente aqui. Havia esse intercâmbio, a TV foi enriquecida com a presença desse pessoal, inclusive de equipamentos que a gente recebeu (eu não me lembro de tudo). No princípio não havia a externa gravada, com a câmera gravada e as primeiras câmeras que chegaram para se fazer gravações externas foram para nós, vieram dos Estados Unidos ¹²³ (MARANHÃO, 2014)

A área de atuação desse centro foi o desenvolvimento de recursos humanos no campo da tecnologia educativa, realizando cursos de produção audiovisual em Teleducação, promovendo intercâmbios entre os demais centros. De Recife foram enviados profissionais ao México, capacitando um especialista em avaliação e recepção organizada e dois produtores para curso em *Dirección General de Educación A.V.Y.D.*, na capital mexicana; e à *INRAVISION*, na Colômbia; para a Argentina, foi um produtor ligado ao Curso de Alfabetização de Adultos, buscando novas experiências no modelo adotado naquele país; e um produtor bolsista seguiu para os Estados Unidos, na Flórida, para o Curso em *Tallahassee* que capacitava profissionais em todos os setores da TV Educativa, e em *Minnesota*. Também foram enviados servidores ao Japão para curso de treinamento em televisão educativa na *N.H.K.*, a convite do governo Japonês. Como nos relatou em entrevista o Prof. José Mário Austregésilo:

Para mim, fui muito bom ter feito a minha formação em televisão na TV Universitária. Eu fui para lá como uma pessoa de rádio, facilmente me engajei nas Rádios Universitárias AM, FM, mas o meu aprendizado todo foi lá dentro. Tive uns estágios fora, Colômbia, Venezuela e México e Argentina, mas de formação, de receber aulas de professores de altíssimo nível, como eu já disse, Inglaterra, Alemanha, França, México, Estados Unidos e trabalhar com os técnicos do OEA, técnicos de tecnologias educacionais. Chegamos a fazer um curso de tecnologia educacional a distância. Um curso de formação superior pela OEA ¹²⁴ (AUSTREGÉSILO, 2015).

Simultaneamente, foram recebidos na TVU, enquanto Centro Multinacional de Teleducação, professores e profissionais da Colômbia, da Argentina, do México, Japão, Alemanha e dos Estados Unidos, que ofereceram cursos em produção de TV Educativa, *broadcasting management*, iluminação em televisão, aplicação de leis, além de retreinamento do pessoal da casa. “Roy Charles, que era um pesquisador norte-americano, especialista em pesquisa de audiência, antes de existir IBOPE e tudo esse cidadão deu um curso muito bom para a gente aqui. Havia esse intercâmbio, a TV foi enriquecida com a presença desse pessoal,

¹²³ Entrevista realizada com Luiz Maranhão Filho, em 13 de fevereiro de 2014, em Olinda.

¹²⁴ Entrevista realizada com José Mario Austregésilo, em 19 de janeiro de 2015, em Recife.

inclusive de equipamentos que a gente recebeu (eu não me lembro de tudo)” (MARANHÃO, 2014).

As atividades foram estendidas à elaboração de cursos de técnicas audiovisuais para 70 professores da Secretaria de Educação e Cultura do Estado, também para o Centro de Comunicação do Nordeste - CECOSNE, localizado na Rua José Osório, bairro da Madalena em Recife, que abrigou inicialmente os cursos de Comunicação da UFPE. Com habilitação em Polivalente (que dava direito ao registro de Jornalismo e Relações Públicas) e Publicidade e Propaganda, os cursos de Comunicação passaram a funcionar no Centro de Artes e Comunicação, no final da década de 1970.

As ações na emissora eram acompanhadas pela OEA, que periodicamente enviava observadores do projeto, ao mesmo tempo em que a TVU marcou presença nas reuniões internacionais em Washington e no México, representada por Valter Teles Moreira e Nédio Cavalcanti.

No sistema educacional pela TV, com abrangência nacional e regional, ainda em planejamento no Brasil, nos primeiros anos de funcionamento da emissora, foram encontrados registros de realização de cursos de alfabetização e treinamento em idiomas, que possibilitou maior integração aos participantes de intercâmbios. A troca de experiências foi um caminho para a formação dos profissionais e de emissoras, diante de nova tecnologia aplicada a um novo conceito de ensinar, de formar, considerando que alguns estados só experimentavam esse formato em circuito fechado, embora tivessem desenvolvido infraestrutura para *feed-back*, essencial para mensurar a eficácia da TV a serviço da educação.

Como resultado, foram firmados convênios com a Legião da Boa Vontade (LBA) e a Fundação Padre Anchieta – mantenedora da TV Cultura SP; ainda a filiação à Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT). Dos seminários nacionais realizados, entre 1968 e 1971, em São Luís do Maranhão, Rio de Janeiro, Curitiba, Bahia e Brasília, resultaram a atualização do pessoal técnico e de produção, criando um diferencial nas faixas curricular e cultural da grade programação da emissora.

Antes de analisarmos as práticas desenvolvidas pela TV Educativa em relação à cultura e à comunicação de massa na Teleducção, em que se interligam na prática e se contrapõem teoricamente formação e *fast food* cultural, abrimos aqui um parêntese com relação à composição do quadro funcional da TVU. Referimo-nos a implicações várias de ordem legal e estatutária, que surgiram a respeito do pagamento de gratificações ou omissões

a qualquer título que passaria a integrar a remuneração do empregado. Muitas dessas disposições ainda são válidas em 2014.

O problema maior se deu em relação ao aumento da demanda devido à formalização de convênios para projetos que exigiam complementação do quadro para que a TV cumprisse as metas com qualidade.¹²⁵ De um lado se tinha a vinculação empregatícia, que não pode ser negada por força do disposto no Art. 457 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que acabaria por se tornar parte da remuneração para efeitos legais. De outro o Art. 196, que vedava a participação de servidores públicos no produto de arrecadação de tributos e multas, inclusive dívida ativa. Não seria admissível o pagamento de tais gratificações referente a demanda extra de mão-de-obra para os projetos, considerando que o termo “servidor público” atinge também os prestadores de serviço à autarquia sob o regime da CLT.

No tocante às disposições estatutárias, o Estatuto da UFPE previa entre seus recursos financeiros a retribuição de atividade remunerada por quaisquer serviços prestados (Art. 134, inciso IV). Mas no seu Art. 137, proibia a retenção de renda por parte da unidade universitária, devendo o produto de toda a arrecadação ser recolhido ao Órgão Central da Tesouraria.

Como solução para o dilema, previa também esse Estatuto (Art. 141) que, mediante proposta encaminhada da Reitoria à Câmara de Assuntos Financeiros, poderiam ser criados fundos especiais destinados ao custeio de determinadas atividades e programas existentes. Foi elaborada uma proposta que possibilitasse certa “autonomia financeira”, e que atendesse às peculiaridades de uma emissora de televisão, onde os recursos gerados através de convênios pudessem constituir um fundo especial destinado à extensão da TVU, naquilo em que seus serviços se vinculassem com a Extensão Cultural em consonância com os estatutos da instituição.

E como o regime contábil desse fundo será o de gestão, nada melhor do que sua movimentação através do Departamento de Extensão Cultural. Com isso se estará, inclusive, proporcionando condições, a que a TV Universitária cada vez mais se integre nesse trabalho de extensão, que visa a elevação do nível de cultura e desenvolvimento da comunidade. [...] Em termos práticos de atendimento que se pretende dar ao pessoal da TV Universitária, por solicitação do Coordenador Executivo da emissora, o Departamento de Extensão Cultural providenciará o pagamento ao servidor da quantia que for indicada, pelo serviço prestado na execução do convênio, mediante recibo do qual conste ser lançada a despesa à conta do Fundo Especial, sem constituir vinculação empregatícia de acordo com o Art. 111, do

¹²⁵ Conforme Anexo H, mostra o quadro de convênios firmados pela TVU com parceiros detalhado no Relatório das Atividades 1972.

Decreto de Lei Nº 200/67 (BOLETIM OFICIAL, V.7, L.3, 5 de fevereiro de 1972, p.49-50).

Após parecer favorável da Procuradoria (Pró-Reitor Nildo Carneiro Leão) e do Reitor Marcionilo de Barros Lins, essa proposta foi encaminhada para a Asseplan (Assessoria de Planejamento) e, a partir de janeiro de 1972, a questão foi resolvida. Ressaltamos que o quadro funcional da TVU era formado por professores da própria UFPE e profissionais egressos do mercado de trabalho, principalmente de outras emissoras de televisão, em regime celetista.

Vamos lembrar um pouco, que a Universidade (UFPE), como autarquia, anteriormente tinha 80% de seu quadro de celetistas, que em 1990 migraram para o regime jurídico único. Mesmo assim esse número de autorização de contratos celetistas ou de concursos celetistas se dava a partir de autorização do Ministério da Educação. A Universidade, até então, não tinha autonomia para contratações ou concursos, senão após a autorização do Ministério do Planejamento e do MEC. A partir de 1990, passamos ao regime jurídico único, transformamos empregos celetistas em cargos previstos no decreto 94.664/87, a portaria 475/87, o chamado “puclice”. Então, esses cargos estavam lá estabelecidos, que já naquela época não condiziam com os equivalentes a da iniciativa privada. A partir de 2005, passamos a ter a Lei 11.091/2005, que foi uma reestruturação do plano de cargos e carreiras dos servidores técnicos-administrativos das instituições federais de ensino, então há divergência entre os cargos do CBO da iniciativa privada, para os cargos públicos das Universidades ¹²⁶ (AMARAL, 2014).

Esclarecida a questão, retomamos a análise sobre as práticas desenvolvidas pela TV Educativa para a Teleducção e formação técnica.

A definição tradicional do “sistema de educação” como o conjunto de mecanismo institucionais ou habituais pelos quais se encontra assegurada, segundo a expressão de Durkheim, “a conservação de uma cultura herdada do passado”, ou seja, a transmissão entre gerações da informação acumulada, permite às teorias clássicas dissociar a função de reprodução cultural que cabe a qualquer sistema de ensino, de sua função de reprodução social (BOURDIEU, 2011, p. 296).

Segundo Bourdieu (2011), os bens culturais enquanto bens simbólicos, só podem ser apreendidos por aqueles que dispõem do código para decifrá-lo. Nesse sentido, tanto a família (de diferentes classes sociais), como a escola através de suas ações pedagógicas, colaboram harmoniosamente na transmissão de um patrimônio cultural, como uma propriedade indivisa do conjunto da sociedade.

Partimos do pressuposto de que educação e aprendizagem se efetivam via comunicação de massa, nos referimos à Teleducção para mediatização da sociedade e, “se a escola vai além da sala de aula”, como afirmou Brayner (2008), como instituição social

¹²⁶ Lenita Amaral, Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da UFPE, em entrevista realizada pela pesquisadora, em 04 de abril de 2014, em Recife.

responsável pela educação formal, a educação está situada num lugar protegido onde se opera uma relação pedagógica. Entenda-se esse lugar protegido na transmissão da palavra, no acesso a determinados saberes, numa rede de relações afetivas e intelectuais, num lugar de socialização e de individualização. Dessa forma a escola está implícita na relação direta de poderes públicos, políticos e ideológicos. Quando inserida no espaço público da comunicação, sob o formato televisivo de conteúdo educativo, ou seja, no modelo de TV Educativa, a escola também se insere nessa relação através de seus mecanismos, no universo em que se dá a comunicação. Nesse contexto, o Relatório Marco de Amplitude da TVU (1971) se referiu à produção em massa de conteúdo educativo e sua transmissão:

O meio maior da Comunicação de Massa – a televisão – começava, portanto, naquele momento, impulsionado por alguns professores da U.F.P. despertados para a ampliação geométrica de “consumidores” do “produto” Educação (e nisto compreendidos, largamente apoiados pelo então reitor, prof. Murilo Humberto de Barros Guimarães), começava, dizíamos, seu complexo itinerário de sinal eletrônico, varando os céus e veículo de promoção do homem, pela educação e no plano intelectual.¹²⁷

Este processo de comunicação ou de “consumo” só ocorre se as condições de recepção são preenchidas, ou seja, se quem escuta ou assiste possui o código para decodificar o que esta sendo transmitido. “Quando emitimos uma ideia feita é como se isso estivesse dado; o problema está resolvido. A comunicação é instantânea, porque, em certo sentido ela não existe” (BOURDIEU, 1997, p. 40). Segundo o autor, pela sua banalidade o lugar-comum é conhecido por ambos: emissor e receptor. Ao contrário, se o pensamento é por definição subversivo, oposto a “ideias feitas”, requer tempo para desenvolver-se.

Se a televisão privilegia um *fast-food* cultural¹²⁸, pré-digerido, dentre outros fatores, faz parte da submissão à urgência, e sem o senso crítico, torna-se verdade absoluta, onde o processo de industrialização da cultura, descrito por Theodor Adorno e Marx Horkheimer (1947), teóricos da Escola da Frankfurt,¹²⁹ é produzir para a massa e os imperativos

¹²⁷ Relatório Marco de Amplitude nos Trabalhos da TV Universitária, 1971, p. 02.

¹²⁸ O uso do termo *fast-food Cultural* a que Pierre Bourdieu se refere, buscou contextualizar a análise em questão para os dias atuais, embora a terminologia utilizada na época seja outra. A massificação da informação empacotando o conteúdo educativo em formato de programas de TV, buscava também educar o povo através da cultura, um modelo adotado pelo Rádio e seguido inicialmente pelo então novo veículo de Comunicação de massa.

¹²⁹ Escola de teoria social interdisciplinar neomarxista, particularmente associada com o Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt; muitos desses teóricos admitiam que a tradicional teoria marxista não poderia explicar adequadamente o turbulento e inesperado desenvolvimento de sociedades capitalistas no século

comerciais que impeliam o sistema. “A indústria cultural desenvolveu-se com o predomínio que o efeito, a performance tangível e o detalhe técnico alcançaram sobre a obra, que era outrora o veículo da ideia e com essa foi liquidada” (ADORNO, HORKHEIMER, 1947, p. 59).

Os teóricos críticos analisavam todas as produções de massa no contexto da produção industrial, em que os produtos da indústria cultural apresentavam as mesmas características dos outros produtos fabricados em massa: transformação em mercadoria, padronização e massificação. Os produtos das indústrias culturais tinham a função específica, porém, de legitimar ideologicamente as sociedades capitalistas e de integrar os indivíduos nos quadros da cultura de massa da sociedade (KELLNER, 2001).

A adoção do modelo econômico norte-americano, durante o governo militar, importou o modelo organizacional também no campo da educação,

[...] difundiram-se então, ideias relacionadas à organização racional do trabalho (taylorismo, fordismo), ao enfoque sistêmico e ao controle do comportamento (behaviorismo), que, no campo educacional, configuraram uma orientação pedagógica que podemos sintetizar na expressão “pedagogia tecnicista (SAVIANNI, 2008, p.368-369).

Prevaleceu a mentalidade empresarial de tecnocratas influenciando a política educacional adotada: “Desenvolvimentismo, eficiência, produtividade, de um lado; controle e repressão, de outro” (ROMANELLI, 2012, p. 227). A tendência tecnicista foi delineando-se mais claramente em métodos e recursos audiovisuais, observando-se o processo de comunicação. A pedagogia tecnicista buscou planejar a educação de modo que a dotasse de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que colocassem em risco a sua eficiência, e sob certos aspectos mecanizar o processo. “Daí a proliferação de propostas pedagógicas tais como enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar etc” (SAVIANI, 2012, p. 382).

Fazendo uma analogia, de acordo com Demerval Saviani (2012) na pedagogia tradicional o professor era ao mesmo tempo o sujeito do processo, onde a questão central é “aprender”; na pedagogia nova a iniciativa desloca-se para o aluno numa relação interpessoal, intersubjetiva, o que significa “aprender a aprender”; na pedagogia tecnicista o elemento principal passa a ser a organização dos meios, onde o que importa é “aprender a fazer”,

XX. Preocupados com as condições que permitiam mudanças sociais e o estabelecimento de instituições racionais, foram críticos tanto do capitalismo e do socialismo da União Soviética. Os seus escritos apontaram para a possibilidade de um caminho alternativo para o desenvolvimento social. Muitos conceitos tratados por Adorno, em relação à Indústria Cultural, em meados do Século XX, aplicam-se hoje no Século da Comunicação onde “o mundo é uma imagem” e “o homem torna-se substitutivo de si mesmo.”

[...] ocupando o professor e o aluno posição secundária, relegados que são à condição de executores de um processo, cuja concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos, imparciais. A organização do processo converte-se em garantia da eficiência, compensando e corrigindo as deficiências do professor e maximizando os efeitos de sua intervenção (SAVIANNI, 2012, p. 382).

A escola passou a pensar numa organização fabril, um ensino mecanizado, muito mais voltado para o treinamento do que para a formação. Entendendo que a educação é um dos espaços de mediação da formação do sujeito histórico que só se realiza na relação com o outro e nesse processo atua também como produtor da realidade social, a formação humana é, portanto, contrária à repetição e padronização.

A pesquisa, entretanto nos revelou outro caminho, em relação à pedagogia trabalhada nos programas educativos na TVU, através dos depoimentos do engenheiro Nédio Cavalcanti e de Vilma Guimarães, transcritos anteriormente. Esse direcionamento nos deu a compreensão de que

Todo trabalho histórico padece da desvantagem inevitável de ter que trabalhar a partir de casos reais disponíveis e não de experimentos especialmente criados [...] (e por isso) os historiadores têm que testar suas ideias com um processo lógico muito semelhante ao da prova jurídica, sempre vulnerável à descoberta de evidência subsequente (THOMPSON, 1998, p. 322).

Destacamos aqui que o método pedagógico adotado na produção de material para Teleeducação, mais especificamente no curso de alfabetização de adultos baseou-se na pedagogia de Paulo Freire, ressaltando que, para o filósofo brasileiro, a educação é um processo civilizatório, um espaço de recriação e ressignificação da cultura, seja herdada ou apreendida, que quando transmitida como repetição, inibe a criatividade e seu potencial como ação cultural. A sua prática didática fundamentou-se na crença de que o educando assimilaria o objeto de estudo fazendo uso de uma prática dialética com a realidade. Diferentemente da educação tecnicista, o educando criaria sua própria educação, fazendo ele próprio o caminho e não seguindo um já previamente construído; libertando-se de chavões rumo ao seu próprio aprendizado, voltado tanto para a escolarização como para a formação da consciência política.

Compreendendo a TV Universitária – Canal 11 como um Órgão Suplementar da UFPE, e o fato de Paulo Freire ter desenvolvido a sua pedagogia da autonomia (também conhecida como pedagogia da libertação), enquanto foi Diretor de Extensões Culturais da Universidade do Recife (hoje UFPE), a didática foi aplicada por seus seguidores também professores da Universidade e pedagogos ligados à Secretaria, contrapondo-se historicamente às pressões políticas que resultaram em seu exílio no Chile. Os fatos e relatos nos indicaram

essa aplicação como um legado levado adiante na TVU por pedagogos como Astrogilda Paes de Andrade, Alice Rolim, Vilma Guimarães, e Silke Weber. O uso da pedagogia de Paulo Freire buscou os resultados concretos, eficientes em curto espaço de tempo, como foi em Pernambuco nos “Círculos de Cultura” e como houvera sido, anteriormente, em Angicos.

O slogan “som e imagem a serviço da cultura”, expressou os produtos culturais desenvolvidos nas seções de música, teatro, esporte e jornalismo, fundamentando uma grade de programação que visou corresponder à missão da emissora de “alta fidelidade de ampliar os horizontes da educação e de elevar o nível da cultura do Nordeste e do Brasil.” A transferência desse capital cultural se deu na popularização de obras clássicas e na valorização da cultura popular, ajudando a construir uma identidade cultural de regionalismo junto à sociedade.

Essa reprodução, mediada pela sociologia da cultura como ciência das relações entre a reprodução social e a reprodução cultural, obedece à lógica de forma dissimulada no plano das significações, nos seus aparelhos de produção simbólica, onde se constituem suas linguagens e representações por meio das quais ela ganha uma realidade própria. Esse caminho percorrido por Bourdieu (2013) alia o conhecimento da organização interna do campo simbólico a uma percepção da sua função ideológica e política, e legitima a ordem arbitrária que mantém o sistema de dominação vigente, onde o consenso se tornou a ilusão que conduz o sistema de regras capazes de ordenar os significantes.

No processo da comunicação de massa descrito acima, a proximidade da linguagem televisiva somada à curiosidade tecnológica de então, de acordo com os depoimentos registrados, tornou a TVU atrativa aos olhos do público. De um lado, as mesmas características dos canais comerciais da época, em que a programação diversificada do seu modelo empírico de Televisão Educativa como espelho da cultura local na exibição de teleteatro, concertos colaboraram na transmissão do capital cultural, sem os intervalos publicitários do modelo comercial de TV. De outro, os programas educativos (na conceituação formal) com aulas e cursos, constituíram-se, nesses primeiros anos, o início da materialização das perspectivas formatadas em cursos e ações nos telepostos, que alimentavam o sistema dominante. Analisaremos a seguir a consolidação, avanços ou retrocessos resultantes dessa fase.

Fechamos esse tópico sobre educação, cultura e comunicação de massa na Teleducação destacando os aspectos da formação que em alguns momentos se alinharam ao

fast food cultural e em outros se contrapuseram, como foi visto. Trazemos também, encontrados na pesquisa documental da década de 1970, dois registros inesperados com os quais nos deparamos ao longo da investigação. A descoberta desses documentos, embora não tenham ligação direta com a contribuição pedagógica da TVU, nos revelaram parte da história da própria UFPE.

Curiosamente, ao investigar os registros em 06 de agosto de 1971, a reunião da 6ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário, tratou, dentre outros assuntos, do Projeto de Resolução a respeito da denominação de logradouros e Órgãos da universidade. Considerando ter sido esta a última reunião desse conselho no reitorado de Murilo Guimarães, sendo substituído por Marcionilo de Barros Lins. Durante a reunião foi ressaltada a contribuição daquela gestão, destacando o crescimento extraordinário da UFPE, o avanço da construção do Campus e a criação da TVU. Oportunamente, a passagem do Jubileu de Prata da instituição, esta resolução:

[...] estabeleceu que a Cidade Universitária passasse a se denominar “Campus Universitário Reitor Joaquim Amazonas”, a sala de reuniões dos colegiados superiores, “Auditório Reitor João Alfredo” e a Televisão Universitária, “Televisão Universitária Reitor Murilo Guimarães”. [...] O projeto de resolução foi aprovado por aclamação prolongada, nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão ¹³⁰ (ATA, 1971, p. 29-30).

Outro aspecto inusitado, descoberto no decorrer da pesquisa documental, foi observado na Ata de 20 de setembro de 1972, que fez alusão a Televisão e Rádio Universitária (AM), e ao Regimento Interno do Órgão Suplementar citando, “tal como foi apresentado, necessita de correções e modificações [...] com as modificações propostas, somos de parecer que o regimento deve ser aprovado.” O Conselho aprovou o pedido de vista, como consta na Ordem do Dia número 2953/72 – parecer 08/72. Essa informação revelada na nossa pesquisa é até então, desconhecida dos servidores do NTVRU, quando em 11 de maio de 2012 foi apresentado à comunidade acadêmica o Regimento Interno do Núcleo de TV e Rádios Universitárias. Esse documento foi elaborado em processo conjunto com a PROCIT (então SEGIC), a PROGEPE, a PROEXT e os servidores do NTVRU, partindo do pressuposto do desconhecimento, por parte dos servidores, de não ter existido um Regimento Interno que contemplasse o Órgão Suplementar, até aquele ano.

¹³⁰ Foi aprovada por aclamação a mudança de denominação da TV Universitária, para TV Universitária Reitor Murilo Guimarães, registrada na Ata da reunião da 6ª sessão ordinária do Conselho Universitário, de 06 de agosto de 1971, p. 29-30.

O “Regimento da Televisão e Rádio Universitárias”, assim intitulado e publicado no Boletim Oficial da UFPE, de 05 de abril de 1972, nos revelou aspectos de sua estruturação administrativa, financeira, operacional e institucional. O documento descreveu o Órgão e sua desígnio, que além de funcionar como veículos de *mass media*¹³¹, destacamos em sua finalidade a proximidade com a reitoria e aos demais Centros Acadêmicos, incluindo “funcionar como laboratório para os corpos docente e discente da Universidade, em trabalhos relacionados com atividades específicas no Órgão”¹³², reafirmando, desde sua origem, o caráter de TV-Escola (Rádio) e sua contribuição na capacitação de alunos de Comunicação e demais atividades afins para o mercado de trabalho.

Outro ponto relevante encontrado no Regimento foi o detalhamento de sua composição, que incluiu todas as divisões, Seções e os respectivos Setores, a descrição do Conselho Técnico-Administrativo com atribuições deliberativas e consultivas para as questões técnicas administrativas e financeiras.

De uma maneira geral, nas demais subseções (Diretoria, Divisão Técnica, Assessoria, Administrativa, Produção, e Realização, etc.), denominador comum na descrição da atribuição de função foi a organização e o controle de levantamento de custos, planejamento de ações (ações ou programas de TV e Rádio, equipamentos e planejamento de manutenção sistemática), com aprovação prévia antes da realização de projetos e programas, assim como a emissão de relatórios periódicos de avaliação; e, anualmente, a obrigatoriedade da Direção de gerar um relatório final para ser entregue ao Reitor até 31 de janeiro do ano subsequente. Incluindo pesquisas de audiência e alcance de transmissão e recebimento de sinal da TV e da Rádio.

Em sua parte final, o Regimento estabeleceu normas para execução de convênio, anexando um modelo de contrato para prestação de serviço, sem vínculo empregatício, que buscou atender a questão da contratação dos profissionais envolvidos em projetos, conforme descrito anteriormente.

¹³¹ Veículo de comunicação de massa.

¹³² O capítulo I do Regimento da Televisão e Rádio Universitárias trouxe em seu Art 1º - “A televisão e Rádio Universitárias constituem um órgão Suplementar a serviço da Universidade na tarefa de cooperar na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, visando ao desenvolvimento regional e nacional.” Ver documento na íntegra no Anexo P.

Narrativas sobre a organização administrativa e operacional, incluindo o detalhamento e prestação de contas de receita, descrição de projetos, metas e avaliações da contribuição dos programas educativos realizados de acordo com o contexto nacional foram encontrados por nossa pesquisa em relatórios da TVU, enviados a reitoria conforme determinou o Regimento. Encontramos relatórios referentes aos anos de 1971 (que alude desde o período de implantação da emissora até o ano citado) e 1972;¹³³ incluindo planilhas financeiras de convênios firmados com a TVU e diversos parceiros. Não foi localizada documentação dos demais anos, devido a uma enchente que ocorreu no Arquivo Geral da UFPE e destruiu muitos documentos antigos.

3.3 Missão da TVU, a contribuição para a educação, a consolidação da TV Educativa e a censura

Seguimos analisando a missão da TVU e sua contribuição para a educação, destacando o que foi consolidado, o que foi abandonado, ou melhor, superado por novo modelo e nesse processo os avanços e retrocessos de ordem interna e externa que influenciaram os caminhos da emissora, percorridos na história da educação. Na linha do tempo de nossa pesquisa passamos pelo final da década de 1960, quando da criação da emissora, seguimos pela década de 1970, com o desenvolvimento dos primeiros programas. Continuamos nosso estudo neste último capítulo analisando o que foi consolidado e as realizações e direcionamentos da TVU que resultaram na programação da década de 1980.

Nossa análise toma como ponto de partida a missão inicial da TVU, com o slogan “Som e imagem a serviço da Cultura”, e na continuidade da década seguinte, trouxe-nos em destaque na capa de seu Catálogo de Produção (1986) “TVU 18 anos de cultura regional.” Como indicador temos o conteúdo das grades de programação das duas décadas que nos sinalizam sobre o trabalho desenvolvido, junto com os depoimentos captados nas entrevistas.

A escolha da historicidade oral como documentação do nosso objeto de estudo e construção da narrativa não poderia deixar de estar associada ao momento histórico. Ao longo

¹³³ Fonte: Relatório 1971 – Marco de amplitude nos trabalhos da TVU e Relatórios das atividades 1972. Ver referências.

dos depoimentos nos deparamos com situações como, por exemplo, práticas pedagógicas que foram desenvolvidas na época, com relação direta ao cenário sócio-histórico político, que se posicionavam, à primeira vista, contrárias à linha tecnicista da pedagogia nacional.

As narrativas foram se revelando com sua bagagem emocional no resgate da memória, trazendo, como afirmou Antonio Torres Montenegro (2007):

[...] possibilidade de um resgate descritivo, analítico de um momento ou de um processo, por outro, as informações cognominadas de autobiografias vêm fornecer maiores elementos que ajudam a compor um amplo quadro de razões, de informações, de associações do depoimento registrado (MONTENEGRO, 2007, p. 21).

A partir das experiências dos nossos entrevistados, destacamos aqui professores, produtores / jornalistas e técnicos que, efetivamente, trabalharam na produção de conteúdo para TV Educativa, na TVU. Obtivemos relatos que descreveram, sob os seus pontos de vista, a missão e a contribuição da emissora (se realmente houve) para a educação, através das atividades realizadas. Como ressaltou na entrevista Otávio Carneiro:

A TVU fez muita diferença, porque ela divulgava o Carnaval de Pernambuco, eram 8 dias de Carnaval. A TVU transmitindo com o professor José Mário, que era o coordenador. O folclore total, total, total, na época de São João transmitia tudo, então o povo assistia por isso, porque via o Carnaval detalhe por detalhe não era nada superficial não. Carnaval, São João, futebol e entrevistas com as autoridades de Pernambuco. Isso era o papel da TVU” (CARNEIRO, 2014).

São depoimentos como os do Prof. Luiz Maranhão Filho que nos revelaram desdobramentos da Teleducação, ao longo da história da emissora registrada nas décadas de 1970 e 1980:

[...] era uma TV que produzia aula, conteúdo para sala de aula. Hoje o Ensino à Distância (EAD), isso está difundido, mas há 20 anos atrás a gente já estudava pela formação na TV, então Alice Rolim criou um sistema de telepostos onde a gente fornecia um televisor da Toshiba e as pessoas tinham um monitor que era treinado para dar aula tradicional (MARANHÃO, 2014).

O termo Teleducação compreende “um fluxo contínuo de informações entre aquele que aprende e um agente mediador, que pode ser um “meio de comunicação.”¹³⁴ Seu significado é atribuído nesse processo, quando a mensagem educativa é veiculada a distância, seja pela televisão, o cinema, o computador e outros que a ciência e a tecnologia ainda desenvolverão, podendo ser usados isoladamente ou conjugados uns com os outros, como multimeios.

O ensino pela televisão, o Ensino a Distância, existia há muitos e muitos anos e nunca acabou com a televisão. Hoje as universidades todas aí, as particulares, estão

¹³⁴ Ver PLANATE; Ministério da Educação e Cultura, RJ, 1973, p. 12.

oferecendo cursos e graduação à distância e com uma grande vantagem: você pode entrar na internet hoje. Naquela época não tinha internet, a televisão não estava na internet, a interação era muito pouca, mas eu acho que a televisão foi aos poucos dobrando essas dificuldades e sobreviveu até hoje. Você tem aí canais educativos continuando a ministrar aulas. Você tem inclusive o exemplo do Canal Futura que produz o Telecurso Primeiro e Segundo Grau que se mantém, que é o nosso antigo Curso Madureza, que depois passou a ser o curso Supletivo. Se a pessoa quer, a televisão mostra com muita riqueza (AUTREGÉSILO, 2015).

Uma das conquistas da Teleducção foi o reconhecimento de que “o professor é fator intrínseco da aprendizagem do aluno” (DEMO, 1998, p. 54), mesmo que do ponto de vista da televisão e, portanto, fora da sala de aula. O importante é manter uma presença maiêutica, cujo processo pedagógico indutivo consiste em multiplicar as perguntas para obtenção de um conceito geral do objeto estudado. Nessa forma de se relacionar, o principal não é a relação institucional ou instrucional, mas o processo de autoformação.

Parece claro que ir à escola ou à universidade todo dia vai se tornar coisa do passado. É preciso estudar todo dia, no sentido de pesquisar, elaborar, reconstruir, mas não no sentido de estar presente em alguma instituição. Por outra, a função instrucional do professor vai regredindo em favor de sua função orientadora, de teor maiêutico. Não se aprende bem sozinho ou largado no mundo, ainda que possa fazer estudos interessantes também assim. Quando menos, perde-se o horizonte pedagógico político da formação da cidadania, que exige o confronto com a sociedade. Encher a cabeça de informação, pode se fazer sozinho. Mas discutir o que fazer com ela na sociedade, só pode ser um processo coletivo (DEMO, 1998, p. 54-55).

Através do Ensino a Distância, pesquisa e elaboração passaram a integrar o processo de aprendizagem, onde pesquisar e educar não são sinônimos, mas educar pela pesquisa. Onde só se aprende o que se elabora, pois fica como uma conquista do que se consegue internalizar. Esse pode ser o perfil do professor moderno no uso dos multimeios, inovando nos procedimentos metodológicos, como explicou o Reitor da UFPE, Anísio Brasileiro:

O que significa inovar nos procedimentos metodológicos? É reduzir a presença estudantil em sala, é mudar a cultura de que o professor sabe tudo e o estudante não sabe nada. É mudar a cultura de que só o professor fala e o estudante recebe passiva e mecanicamente uma informação que é transmitida. É justamente retomar a concepção de Paulo Freire onde aprendemos mutuamente. Por exemplo, nós tivemos recentemente aqui na UFPE numa discussão com a professora Ana Cabral, nossa Pró-reitora Acadêmica, para darmos prioridade à redefinição, adequação, atualização para modernizarmos os projetos pedagógicos, o que significa aumentar o número de horas de trabalho em equipe; os estudantes terem a oportunidade de dialogar mais entre si, de responderem coletivamente a projetos e perguntas científicas, passando mais a serem atores do processo de aprendizado (BRASILEIRO, 2014).

O que em 2015 vivenciamos com o uso crescente de ferramentas digitais, o Ensino a Distância passou com a introdução da televisão, nos idos tempos dos telepostos, nos primórdios da TV Educativa, quando a aprendizagem também não dispensou a ambiência

humana que tinha, de um lado, o processo reconstrutivo do aluno e de outro, a orientação do professor (monitor ou conteudista pedagógico).

Retomando o modelo de TV Educativa, adotado no Brasil, descrito anteriormente, a TVU, dentro do “modelo misto brasileiro”¹³⁵ (INTERVOZES, 2008), construiu uma grade de programação reunindo cultura que personificava sua missão e educação nos parâmetros políticos propostos pelo cenário da época.

Esse é um momento muito interessante de se pesquisar porque também que o Brasil se desenvolve as cidades crescem, a urbanização do país se acelera, há emergência dos setores de classe média do país, clamando por educação superior, então é quando nós vamos ter a Universidades Federais sendo criadas, sendo desenvolvidas e como uma forma também de fortalecer a educação como um todo. Então eu acho que a Televisão Universitária ela surge num momento de efervescência, de cultura, de necessidade de novos aprendizados, de novas tecnologias, de respostas das demandas oriundas dos vários segmentos da sociedade. É um momento muito rico, nós louvamos e nós reconhecemos o pioneirismo daqueles, que, naquela época, em condições adversas contribuíram para essa autonomia, para esse papel instigante e desbravador de sonhos que é a Televisão e as Universidades (BRASILEIRO, 2014).

Esse equilíbrio de forças nas relações de poder resultou no estabelecimento de metas para a contribuição efetiva na Educação, sobretudo para a redução dos índices de analfabetismo, que representavam cerca de 50% da população em idade escolar. Também se somava a máxima de ampliar a oferta de educação em larga escala, de maneira a preparar a população para a expansão econômica do país, como foi identificado nos dados contidos nos relatórios “Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU” (1971) e “Relatórios das Atividades” (1972).

A pesquisa revelou até esse ponto a atuação da TVU através dos projetos realizados, dos tipos de programas e das parcerias institucionais. E dessa forma observou as metas e diretrizes da UFPE em acordo com os trabalhos realizados pela emissora no período em estudo, que competem a um canal público de televisão com uma característica peculiar de estar ligado a uma Universidade pública,

[...] se ele é público, necessariamente deve ser educativo, porque a televisão pública assim como a universidade pública, como uma instituição pública o nome já está dizendo, ela pertence ao público, ou melhor, ela atende ao público e quem o público? São aquelas pessoas que pagam imposto, são aquelas pessoas que pelo seu trabalho geram riqueza e essa riqueza é que vai garantir que a universidade pública tenha, por exemplo, equipamento, laboratórios, cursos de graduação e pós-graduação a exemplo da UFPE. Nós somos (em 2014) uma universidade com 32 mil estudantes na graduação, 6 mil estudantes na pós-graduação, ou seja, nós temos aproximadamente

¹³⁵ Esse modelo misto se situa entre a TV Instrutiva (dita Educativa) e a TV Cultural, descrita por Luiz Maranhão (2014) e também esclarecido a diferenciação conceitual em INTERVOZES, C.B.C. Sistemas Públicos de Comunicação no mundo. SP, Paulus, 2009.

38 mil a 39 mil estudantes, temos 106 graduações em todas as áreas de conhecimento, 78 programas de pós-graduação, defendemos anualmente cerca de 1.350 teses e dissertações (BRASILEIRO, 2014).

Essa condição de autarquia agrega valor à TVU, vale a pena esclarecer, não por ser uma emissora da UFPE, mas porque ela é a UFPE. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, entretanto, as barreiras legais impostas pela administração pública, sobretudo em relação à autonomia financeira, foram um dos fatores que contribuíram para a estagnação tecnológica da emissora, impossibilitando-a de acompanhar, na mesma proporção, o desenvolvimento científico na área da telecomunicação, na mesma velocidade que as demais emissoras comerciais.

[...] ela (TVU) teve uma contribuição muito grande no ensino médio, o fortalecimento do ensino médio, da cultura pernambucana. Você tem nos arquivos daqui uma documentação vasta, entrevista com Gilberto Freyre, com Paulo Freire, com Hermilo Borba Filho, com Ariano Suassuna, a documentação da cultura pernambucana, do Carnaval pernambucano, as séries, os documentários sobre maracatu, frevo, música, os costumes, ela foi uma pioneira nisso. Pena que ela, como todas as outras, não foi a única no sistema, sofreu o problema de sucateamento, de desinteresse do estado pela televisão educativa (AUTREGÉSILO, 2015).

Buscamos em documentos oficiais informações sobre a continuidade das ações desenvolvidas na TVU, como o Plano Nacional de Tecnologia Educacionais (PLANATE) realizado em 1973. Este documento foi elaborado como fruto da filosofia, política e plano operativo, coordenado e executado pelo PRONTEL, através do Sistema Nacional de Teleducação (SINATE) formado pelos subsistemas MEC de Teleducação, pelo sistema de entidades públicas (incluíam-se as universidades) e pelos sistemas de entidades privadas como fundações (coordenadas pelo PRONTEL). Elencou no seu plano operativo os projetos e atividades, metas e fontes de recursos, propondo a transformação do Brasil numa potência e articulando a utilização dos meios de comunicação com a política de educação, baseado no Decreto 70.185 de 23 de fevereiro de 1972.

Como meta para 1974, o PLANATE propôs, dentre outras coisas, que o “planejamento, a coordenação, a veiculação e a compatibilização de programas dar-se-ão a nível nacional, mas sua utilização será, em princípio, implementada em termos de subsistema” e “constituir uma Rede Nacional de Radiodifusão Educativa, de forma a servir às necessidades nacionais e diversidades regionais.”¹³⁶ Houve, na época, a constatação da

¹³⁶ Ver PLANATE 1973, p. 23; Ministério da Educação e Cultura, assinado pelo coordenador do PRONTEL João Batista de Oliveira.

existência de várias entidades ligadas à Teleducção que operavam assistematicamente, sem inter-relacionamento, mais em função dos meios de comunicação que dos fins da educação propriamente ditos, ocasionando dispersão de recursos.

Os projetos educativos nas áreas de rádio, cinema e televisão a serem integrados, de acordo com o documento, incluíram 15 entidades de diferentes vinculações política e administrativa, nas instâncias federais e estaduais, da administração direta, indireta e fundações. Eram elas: Serviço de Radiodifusão Educativa; Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa; Departamento do Filme Educativo/INC; Televisão e Rádio Universitária da Universidade Federal de Pernambuco; Televisão e Rádio Universitária da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia; Fundação Cultural do Espírito Santo; Fundação Padre Anchieta; Canal de televisão Educativa da Guanabara; Fundação Pandiá Calógeras; Fundação Educacional Padre Landell de Moura; Fundação Maranhense de Televisão Educativa; Fundação Televisão Educativa do Amazonas; INEP/Projeto SACI; e Secretarias de Educação.¹³⁷

Dessa forma, o desenvolvimento de ensino fora da escola previu para o ano de 1974 a produção de 1.200 horas de rádios, 600 horas de televisão e 50 horas de cinema, sob a gerência do PRONTEL. Mas essa integração só aconteceu no início da década de 1980.

Nessa direção foi criado, em 1974, o Projeto SACI (Satélite Avançado de Comunicação e Interdisciplinaridades, isto é, comunicação e educação). Em seu planejamento, descrito em 1969 e publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (INEP/MEC, 1969), previu a instalação de vinte e cinco estações de TV.

Esse registro citou as experiências até então desenvolvidas nos programas da TVU, como modelo inicial a ser desenvolvido. “Talvez seja interessante considerar a possibilidade de começar este tipo de instrução com a estação de TVE existente em Recife. Com isso grande experiência seria ganha e tornaria possível uma especificação mais clara das necessidades no caso do satélite SACI” (REIS, 1969, p. 361).

Numa apresentação para a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CNAE), o General Taunay Drumond Coelho dos Reis, do CONTEL, observou que a instalação dessas emissoras poderia servir a 70% da população do Brasil.

¹³⁷ Conforme Anexo I, ver o quadro de vinculação política e administrativa das emissoras e órgãos e fundações articuladas ao PLANATE.

Esperamos conseguir a colaboração dos centros e agências brasileiras de pesquisa educacional que produzem material instrucional gravado para rádio e televisão. Conversações informais com o pessoal da Fundação Padre Anchieta de TVE, em São Paulo, e Canal 11 da Universidade Federal de Pernambuco, em Recife, têm sido muito encorajadoras. Através de instalações repetidoras a última estação poderá fornecer sinais de televisão para algumas partes da zona experimental em Paraíba e Rio Grande do Norte (REIS, 1969, p. 366).

O projeto SACI forneceu aulas pré-gravadas, transmitidas via satélite, com suporte em material impresso, para alunos das séries iniciais e professores leigos, do então Ensino Primário no estado do Rio Grande do Norte - onde foi implantado um projeto piloto. “Em 1976, registrou um total de 1.241 programas de rádio e TV, realizados com recepção em 510 escolas de 71 municípios” (MENEZES, 2002). Foi interrompido em 1978 sob o argumento dos altos custos de manutenção de satélites e das diferenças culturais entre o perfil dos programas, produzidos no interior do estado de São Paulo. Esse projeto ficou sob a responsabilidade da CNAE, localizada em São José dos Campos-SP.

Como foi citado anteriormente, entre os anos de 1968 e 1974, foram criadas nove TV's Educativas, incluindo a TVU, que atuavam de forma independente.

Essa situação perdurou até 1978, quando, por iniciativa do PRONTEL, foi realizada a primeira Reunião das TVs Educativas, em Nova Friburgo, RJ. O resultado deste encontro inicial foi a formação de uma pequena rede de emissoras (constituída por essas nove emissoras) com o objetivo de transmitir a Copa do Mundo de Futebol de 1978, pois a TV Cultura de São Paulo detinha os direitos de transmissão e se dispôs a compartilhá-los (FRADKIN, 2007).

No ano seguinte (1979), também por iniciativa do PRONTEL, aconteceu um novo encontro das emissoras em Natal, que resultou da criação do Sistema Nacional de Televisão Educativa (SINTED) e se iniciaram efetivamente as operações em rede das emissoras de Televisão Educativa. Devido a alterações político-administrativas e operacionais, o SINTED acabou se transformando no SINRED em 1983. Como este assunto já foi detalhado no capítulo sobre a História da Regulamentação da Radiodifusão no Brasil, citamos aqui resumidamente apenas para contextualização das nomenclaturas dos respectivos órgãos de gerenciamento.

Com operação de transmissão em rede as emissoras passaram a ter uma programação de base gerada pela “cabeça de rede.” Os programas eram recebidos pelas emissoras em cada estado com uma semana de antecedência, em média, via Embratel e gravados para exibição posterior.

Me lembro muito bem que nessa época a programação da TV universitária, a programação nacional, vinha toda gerada e madrugada pela rede terrestre da Embratel e nós gastávamos muitas cabeças de vídeo-tape e as cabeças eram muito caras. Então

eu impus que houvesse uma colaboração nesse sentido e os que se negaram, tenha santa paciência, mas nós não tínhamos como manter. Outros não, começaram a participar e até cenário, eu digo: por que a TV tem que fazer os cenários de vocês? Vocês fazem os seus cenários. E aí começamos a retomar essa visão do custo benefício até que em alguns programas foram saindo do ar e realmente não ficou mais nada, nenhum programa religioso, porque todos os parceiros privados achavam era vantagem para televisão estar ali. Não, não era, era uma desvantagem muito grande porque a televisão gastava para fazer aquilo. No caso das transmissões Carnaval, do Carnaval local de Pernambuco, nós procurávamos o Governo do Estado para bancar os custos (AUSTREGÉSILO, 2015).

Em 1987 a instalação do Brasilsat possibilitou a transmissão via satélite, conforme ressaltou o ex-gerente do SINRED, funcionário aposentado da antiga TVE que dedicou 30 anos a causa da TV Educativa, Alexandre Fradkin:

O SINRED tinha como objetivo permitir que as emissoras integrantes veiculassem uma programação constituída por programas produzidos por todas, diferentemente do que ocorria, e ainda ocorre, com as redes comerciais, onde há uma ou duas emissoras cabeças de rede, e as demais meramente retransmitem a programação por elas produzida. Constituiu, na verdade, a primeira rede nacional de televisão pública (FRADKIN, 2007).

Com a formação da primeira rede nacional de televisão pública, consolidou-se o ideário da TV educativa, iniciado em 1968 com a TV Universitária – Canal 11.

Havia um conselho do qual nós participávamos, nós tínhamos presença. Aliás, nós tínhamos duas presenças. Nós tínhamos a presença do rádio e a presença da televisão. Lá nós discutíamos a política da transmissão da TV educativa através de rede. Era muito bom porque a gente formava um bloco muito forte no Norte e Nordeste. Nós tínhamos mais força dentro do conselho do que o Centro-Sul. Porque tinha Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo. Nós tínhamos subindo desde a Paraíba até o Amazonas, nós tínhamos TV Educativa. Então a gente tinha um poder e decisão muito grande sobre distribuição de recurso para equipamento. Foi com o SINRED que nós conseguimos transformar a TV Universitária de preto e branco para cores e comprar equipamentos de melhor qualidade, unidades portáteis de captação e por aí nós fomos conseguindo evoluir (AUSTREGÉSILO, 2015).

No final da década de 1970 e início da década de 1980 a programação da TVU criou uma identidade cultural, passando a ser reconhecida pela sociedade local como emissora que mais expressava a cultura regional. O fato de não estar atrelada às imposições comerciais imperadas pela audiência, a exemplo das emissoras comerciais, foi um dos fatores que permitiu uma maior flexibilização da sua grade de programação e a experimentação de formatos diversos, como explicou José Mário Austregésilo, ex-diretor da TVU:

Nós evitávamos e evitamos por muito tempo, eu acho até que alguns gestores depois da minha passada por lá ainda conseguiram isso, era que a TV não imitasse a TV comercial comum, o programa do tipo comercial comum que a TV Universitária chegou a fazer isso, nós não passamos por isso. Nós passamos por programas educativos com recursos para a televisão e aí eu diria que a minha gestão foi uma gestão de transição, mais de reerguer a televisão estruturalmente. Por exemplo, o transmissor da televisão ainda era o Toshiba da origem e a TV Universitária tinha dois transmissores de 5kg que funcionavam em paralelo, um estava totalmente zerada, o

outro estava transmitido em 1 ½. Não adianta tratar disso agora, a verba já tinha vindo há muito tempo atrás para se recuperar esse transmissor e essa verba foi desviada para outra obra da Universidade. Então eu tive uma dificuldade muito grande em convencer o engenheiro da rede TV do SINRED a bancar de novo, reerguer o transmissor, porque sem transmissor você não vai longe. E felizmente eu consegui reacreditar a televisão junto ao SINRED, colocar todas as dívidas em dia com projetos, porque também tinha um problema naquela época: a inflação galopante. Você recebia uma verba para fazer um projeto de dez programas, quando o dinheiro chegava para usar não dava nem para fazer dois programas, quanto mais dez, quinze ou vinte (AUSTREGÉSILO, 2015).

A operação em rede representou um avanço do ponto de vista tecnológico, foi montada uma grade de programação que se tornou nacional, por ser vista simultaneamente em vários estados, com alguns horários destinados às inserções de programas produzidos localmente. Entretanto, sob o aspecto político e financeiro, reduziu o investimento nas emissoras públicas / educativas de uma maneira geral. Do ponto de vista político centralizou o discurso, e otimizou a distribuição financeira, como previsto no PLANATE.

[...] nesse momento também do Governo Militar, da ditadura, se organizam as televisões universitárias e educativas, com uma cabeça de rede, passa a transmitir uma programação nacional e você traz o discurso, via TV Universitária para Pernambuco do Brasil. É uma grade, é muito bom que seja uma grade, porque é uma grade mesmo, que estava ali amarrada e você tinha que passar aqueles programas, isso também engessava, isso também foi uma forma de o governo militar impor uma informação nacional, garantir um discurso diário (nos anos 1980), porque a gente não tinha TV Universitária em todos os estados, não eram muitas e eles precisavam garantir essa saída ¹³⁸ (GUIMARÃES, 2014).

Essa fase marcou também o sucateamento da emissora, um retrocesso na TVU do ponto de vista técnico e, conseqüentemente, operacional e produtivo. Evidenciou-se na diminuição da dotação orçamentária da UFPE, principal mantenedora do Canal 11, como lembrou o Prof. José Mário Austregésilo, durante nossa entrevista:

Com o tempo a Universidade foi retirando. A Universidade foi tendo necessidade de aplicar em outras áreas do ensino e a televisão foi colocada numa situação gravíssima. A questão da redução, eu diria assim que a televisão ficou reduzida ao custeio: água, luz e telefone e em pagamento de folha de pessoal. Isso fez com que, não só em Recife, não só em Pernambuco, no Brasil todo, com exceção do Rio, de São Paulo, houve um verdadeiro sucateamento. O Maranhão talvez, talvez não com certeza, foi a televisão educativa de maior relevância no Brasil. Maranhão e Ceará trabalhavam com a rede de ensino formal. A televisão chegava nas salas de aula. Eu visitei o maranhão e visitei o Ceará quando a televisão chegava às salas de aulas em várias escolas do estado. Depois isso ficou impossível com o sucateamento, é preciso recurso. A tecnologia avançava, os equipamentos mudavam e os equipamentos mudam numa velocidade muito grande (AUSTREGÉSILO, 2015).

¹³⁸ Vilma Guimarães trabalhou na TVU, cedida pela Secretaria de Educação de Pernambuco, de 1982 até início de 1987, quando voltou para a secretaria a convite de Silke Weber, que assumira a pasta com a volta de Miguel Arraes ao governo, em 1986.

Desde a sua inauguração em 1968, a TVU passou por várias fases da evolução tecnológica, melhoramentos e dificuldades. Do preto e branco para cores, do Quadruplex para o Super VHS e deste para U-matic. O impacto das transformações dos equipamentos, em contraponto ao processo burocrático a que estão subordinadas as autarquias, afetou a evolução tecnológica, de modo que, quando finalmente a TVU conseguiu trocar seu transmissor de válvulas e transistores Toshiba de 5 Kw, por um transmissor Harris de 30 Kw¹³⁹ e seus equipamentos para o formato Beta-Cam, em 1996, todas as outras emissoras (comerciais) já se preparavam para a substituição de seus equipamentos para o sistema digital.

Retomando a questão da manutenção da TVU e o impacto sobre a produção de conteúdo, a partir de recursos pleiteados junto ao SINRED, o então diretor José Mário Austregésilo procurou novas frentes que possibilitassem suprir a ausência financeira da UFPE:

[...] então, Luiz Maranhão Filho me ajudou nisso, Carlos Benevides da Rádio FM me ajudou também, os dois me ajudaram muito nisso, que foi a elaboração de projetos, de documentários, e programas de rádio, disso, disso para Brasília e para o Rio de Janeiro, à direção do SINRED, e vender esses projetos, vender entre aspas, e buscar também apoio político. Eu me lembro que na época o grupo político dominante na época, o senador José Jorge, que era Ministro da Educação, a Ministra atual do TCU, Margarida Cantareli, o ex-vice presidente Marco Maciel, Jorge de Holanda. E eu encontrava com esse pessoal e dizia a situação da TV Universitária é muito grave, ajudem a TV Universitária a chegar às fontes de recurso. Inclusive foi na minha gestão que eu consegui que a tabela de funcionários da televisão, que era uma tabela provisória, os câmeras eram chamados de auxiliar administrativos, eu consegui com a ajuda desse pessoal que eles fossem reconhecidos como profissionais da televisão. Quando eu digo eu consegui, foi uma equipe por trás porque nós fomos muitas vezes a Brasília e era permanentemente em Brasília, batendo na porta de todos os Ministérios, atrás de Ministérios que quisessem fazer programas educativos que interessassem a eles, não só ao da Educação (AUTREGÉSILO, 2015).

De um lado diminuiu a receita proveniente do governo federal (na condição de autarquia) e de outro impactou na transformação do conteúdo veiculado, aumentando a produção de várias séries de documentários, como ressaltou o Prof. Luiz Maranhão Filho:

[...] a TV Universitária, numa determinada época, entrou nessa linha na produção de documentários. O Doc-TV era um documentário que a gente fazia de 15 em 15 dias, mostrando a cultura do Nordeste e a gente teve duas experiências excelentes, foi uma série realizada em conjunto, aí já havia uma Rede Educativa, chamada “Meu Brasil Brasileiro”, cada estado mostrava seu lado brasileiro. A outra era a segunda série chamada “Coisas Nossas”, onde a gente mostrava o folclore nordestino e pernambucano, o frevo, a sanfona e todo o contexto cultural que a gente tinha aqui que o resto não tinha. Essa linha, que eu defendo até hoje, que a TV tem que ser Cultural, não precisa ser eternamente Educativa. Ela pode ser um centro de produção de aula que passe em circuitos acadêmicos, mas não que leve para todo o público, e aí aquilo se perder, daí os baixos índices de audiência na TV (MARANHÃO, 2014).

¹³⁹ Kw – abreviatura de Killowat, é a unidade de medida da potência do transmissor.

Na década de 1980 a TVU passou a adquirir mais características de TV Cultural, como foi evidenciado nos depoimentos dos professores e jornalistas / produtores, Luiz Maranhão Filho e José Mário Austregésilo. Diversos convênios viabilizaram a produção de diferentes projetos, programas e séries culturais, que foram incluídos na grade de programação da TVU entre os anos de 1982 e 1986, voltados para o ensino de 1º, 2º e 3º grau (respectivamente, hoje, ensinos Fundamental, Médio e Universitário). Essa transformação conceitual, expressa no regionalismo da cultura local, foi refletida na identidade visual do Canal 11. Sua logomarca, que trazia as iniciais “TVU” entrelaçadas, formando uma seta, foi modificada para a figura de um mandacaru estilizado, árvore cactácea símbolo da Caatinga no Sertão de Pernambuco, junto com as iniciais da emissora.



Logomarca 1968 – década de 1970.



Logomarca 1986 – décadas de 1980 e 1990.¹⁴⁰

Através de convênio entre MEC / FUNTEVE / UFPE-NTVR foram realizados os curso de extensão: “História de Pernambuco”, “História da Arte Pernambucana” e “Literatura Brasileira”. Também os programas: “Saúde para Todos” e “Léguas Tiranias do Nordeste.”¹⁴¹

O convênio entre MEC / FNDE / FUNTEVE / UFPE-NTVR possibilitou a realização dos programas: “O que Temos o que Somos”, “A Universidade na Comunidade”, “Memória”, “O Saber da Casa”, “Nordestinadas”, “Alma Encantadora das Ruas”, e “Artesão às suas

¹⁴⁰ Fonte: TVU. Núcleo de TV e Rádios Universitárias – Acervo de programas de TV, Recife, 2015, Logomarcas [04]. Ver Anexo Q.

¹⁴¹ Fonte: Catálogo de Produção da TVU, 1986. Neste documento há detalhamento de cada projeto, relação dos programas realizados com e sem financiamento pelas TV e Rádios Universitárias, além da relação completa dos funcionários do NTVRU.

Ordens.” Além do projeto “Violência Não”, em convênio com o Ministério da Justiça / UFPE-NTVR.¹⁴²

Encontramos ainda registros de programas dessa época que integraram a faixa infantil da emissora como o “Roda Pião”, fruto de convênio UFPE / Secretaria de Estadual de Educação; e “Criança, Movimento e Vida”, em parceria com NTVR / Departamento e Núcleo de Educação Física e Desportos-UFPE, como nos relatou Vilma Guimarães,

Nós fizemos programas muito ousados para atividade física, como “Criança Movimento e Vida”, com Michele Ortega, Luceri, do Departamento de Educação Física da Universidade, para ressignificar aquelas brincadeiras que a gente fazia na beira-mar ou em tantos outros locais e aquilo era a nossa cultura, excelente para o nosso corpo, para a saúde corporal. Acho que a ali foi o celeiro de grandes ideias, grandes ensaios, formatos, do uso dessa linguagem e acho que a gente fez grandes obras ali, para Pernambuco e para o Brasil. Com certeza trouxe uma contribuição muito grande em tudo que aprendi e que pude fazer ali com os pares, com a nossa equipe e com toda a equipe de programação, que virou um grande grupo, todo mundo queria o melhor para a TVU e a gente sofria muito quando algo estava em risco, todo mundo vestia fortemente a camisa. Trouxe e eu levo e carrego na minha memória afetiva, no meu conhecimento, na minha bagagem pedagógica, muito dessas nossas experiências. Foram muitos frutos (GUIMARÃES, 2104)!

Outro ponto forte na grade de programa da TVU foram as transmissões de eventos. Nesse quesito, mais uma vez, a TVU foi a primeira emissora a transmitir os desfiles de Carnaval, as festividades do São João e a cobertura dos espetáculos da Paixão de Cristo, em Fazenda Nova. Inicialmente o material era todo gravado utilizando a UM¹⁴³ e anos depois a emissora passou a realizar as transmissões ao vivo. Como recordou o ex-diretor José Mário Austregésilo:

A TV Universitária foi a primeira a transmitir ao vivo o desfile das Virgens do Bairro Novo, na íntegra. O Carnaval da TV Universitária era um Carnaval fortíssimo, era toda a programação. Eu me lembro que eu tenho por aí, não sei por onde, uma foto e um outdoor da TV Universitária “Carnaval o tempo todo no ar”. Nós púnhamos o estúdio para funcionar com entrevistas, com músicos se apresentando, reportagens externas e depois nós começamos transmitindo desfile na Dantas Barreto (AUSTREGÉSILO, 2015).

Ao detalharmos a programação da TVU na década de 1980, encontramos no Catálogo de Produção da TVU¹⁴⁴, além da relação de programas citados acima, o registro da Série de

¹⁴² O catálogo de Produção da TVU 1968 – 18 Anos de cultura regional, trouxe a relação das produções realizadas entre 1982-1986, conforme Anexo J.

¹⁴³ Conforme fotos no Anexo O.

¹⁴⁴ Catálogo de Produção da TVU, elaborada a sua segunda versão em 1986, trouxe em destaque na capa a logomarca da TVU e a frase “18 anos de cultural regional.”

reportagens sobre o Ciclo do Fumo em Arapiraca (Alagoas); e o Documentário sobre a transferência da população de Canindé do São Francisco para Nova Canindé. Também constam dessa relação depoimentos de Gaston Manguinho e do Radialista Abílio de Castro, além de documentos e vídeo de Cenas do Carnaval Recife / Olinda (convertidos de filme Ekta Chrome).

O acervo do jornalismo citado nesse catálogo incluiu ainda filmes originalmente em película do cinema mudo, convertidos em VT (Video-Tape). São filmes que datam do Ciclo do Recife, como “A Filha do Advogado” (de Jota Soares), “Jurando Vingar”; “Retribuição”; “Aitaré da Praia”; e “Dança, Amor” e “Ventura” (Aurora Filmes), como resgate cultural dos filmes produzidos entre 1923 e 1931.

[...] ela cumpriu com seu papel fazendo com que o conteúdo da história de Pernambuco, das expressões pernambucanas fosse colocado numa tela pernambucana com uma preocupação com a qualidade daquela informação, sem popularizar, sem mistificar, sem estereótipos. Quando ele (o canal TVU) estava falando da história de Pernambuco, do escritor pernambucano, que ele próprio falava enquanto pernambucano, criou uma relação de identidade, de significado e de sentido, de pertencimento de Pernambuco com pernambucanos, e de pernambucanos com Pernambuco, que eu acho que naqueles tracinhos que a gente tinha de audiência essa pernambucanidade estava acesa, era forte. Acho que essa contribuição de tocar o frevo na rádio Universitária todo sábado, o ano inteiro, sem ser Carnaval, Hugo Martins estava ali e ainda está... eu acho que esse toque pernambucano, da cultura pernambucana, da alma pernambucana, de cobrir o Carnaval pernambucano, que você vê o Galo na rua, você vê a forma como o pernambucano colocava para fora sua revolta com a própria ditadura, como ele criou seus blocos “Nós sofre mais nos goza”, “Eu acho é pouco”, então você tem os foliões gritando por liberdade na rua. Aquilo habitava a TV Universitária, dava um sentimento ao telespectador pernambucano, ao povo pernambucano de pertencimento e de tem luz no túnel, temos como manter acesa a luz da liberdade de uma comunicação livre, de uma comunicação que atende a pluralidade da cultura pernambucana, acho que essa contribuição a TV Universitária deu (GUIMARÃES, 2014).

Outro aspecto relevante nas entrevistas foi a contribuição da TVU na trajetória dos profissionais que passaram pela emissora, incluindo também nessa época a formação e capacitação de estudantes para o mercado de trabalho. Por iniciativa do professor Luiz Maranhão Filho, estudantes de Comunicação Social da UFPE tiveram a oportunidade de desenvolver atividades nas diversas áreas, desde a produção de pautas, reportagens, até a apresentação de programas. Esse trabalho se consolidaria na década de 1990 com a criação do departamento Rádio-TV Escola (RTV-Escola) na emissora que passaria a receber, a partir de então, estudantes dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Cinema, Comunicação Social e outras áreas afins.

Teve gente muito boa, teve dois profissionais que estavam praticamente esquecidos na lista da universidade (UFPE), que foi o jornalista Manoel Neto Teixeira, um grande

analista político e o escritor Raimundo Carrero, que ainda não tinha despertado como romancista, como veio depois; era uma pessoa que tinha experiência de rádio comercial como saxofonista num conjunto de “Tê iê iê”, como ele dizia e que estava encostado na universidade. Junto com Ariano Suassuna trabalhava na Editora Universitária. Eu fui buscá-lo para ser o comentarista de cultura, então com esse trio a gente conseguia fazer o jornal de meio-dia, com meia hora de duração e foi a grande abertura para os estudantes de Comunicação, foram os primeiros repórteres jogados na rua assim no fogo... as críticas que eu recebia da universidade: “o pessoal está errando” e eu dizia: a onde é que eles vão errar? Dentro da universidade, dentro da sala de aula e não a emissora comercial que vai demiti-los após o primeiro erro. Então essa parte do jornalismo foi marcante com esses três profissionais (MARANHÃO, 2014).

Ao mesmo tempo em que cresceu o regionalismo, o foco das ações educativas locais migrou da alfabetização de adultos para diversos níveis de ensino, ou seja, os programas de TV voltados para educação formal adquiriram outro formato. Do mesmo modo os concertos e tele-teatro deram espaço aos documentários e séries culturais. Deixaram de existir os telepostos (que haviam migrado para o eixo Rio de Janeiro / São Paulo, como foi dito), os programas passaram ser direcionados, prioritariamente, a outras faixas de público-alvo nos ensino Fundamental e Médio, atingindo os jovens. Iniciou-se uma fase que marcou a emissora por mais de 30 anos, que trouxe como destaque o Vestibular.

A gente teve uma experiência muito bem sucedida, modestia parte criação minha, chamada Televestibular. Numa época em que os cursinhos cobravam fortunas aos alunos para passar no vestibular, nós abrimos com os professores que trabalhavam comigo no Colégio das Damas, na Academia Santa Gertrudes, as diversas matérias, a gente fazia aulas pela TV para o povão. A TV chegou a ter dentro do seu prédio cinco salas de aula, nós chegamos a fazer aulas para mais de 1.300 alunos no prédio da Escola de Engenharia, todos participando de um simulado de vestibular, então o televestibular foi um sucesso. Há um episódio curioso que foi uma lista. Com o apoio do reitor Marcionilo Lins a gente era o primeiro a divulgar o resultado do vestibular, eu e vários companheiros varamos várias madrugadas lendo o listão de aprovados na TV que parava a população do Recife. Quando a minha filha passou em engenharia química, eu diante das câmeras, não aguentei e abri no choro. Todo mundo dizia: ninguém assiste a TV Universitária e todo mundo viu e comentou o choro de Luiz Maranhão; então isso marcou muito essa época e a TV saiu dessa linha de divulgar com exclusividade, porque os cursinhos hoje dominam tudo, os colégios dominam esse grande marketing do vestibular e a TV perdeu seu grande espaço (MARANHÃO, 2014).

Dentre outros programas educativos (termo aqui aplicado no sentido de conteúdo para educação formal), foram realizados documentários em experiência educacional como “Aprender Pensando – Área de Alfabetização” (experiência desenvolvida na Escola Pio XII, com alunos de 4 a 6 anos); “Economia Brasileira em Debate”; “Estudos dos Problemas Brasileiros” (EPB) e “Ensino Noturno – Alternativa de Solução.”

A TVU tinha então na sua equipe educacional Alice Rolim Pontes Costa, Cláudia de Carvalho Barbalho, Josenete José Apolônio, Josival Ferreira Gomes (estagiário), Maria de

Fátima Porto Carvalho (bolsista da UFPE), Osvaldo Pinheiro de Lira (Secretaria de Educação – à disposição), Vilma Maria Pereira Guimarães (Secretaria de Educação – à disposição) e Zuleide Castello Branco Batista Costa Fernandes.

Os programas produzidos por essa equipe educacional na década de 1980 foram desenvolvidos pela Assessoria Educacional da TVU (antiga Divisão de Ensino), que atuou com equipes mistas, compostas em parte por servidores da TVU e em parte por pessoal cedido pela Secretaria de Educação.

Dentre eles, nossa pesquisa entrevistou Vilma Guimarães, hoje Gerente Geral de Educação da Fundação Roberto Marinho, que trabalhou na TVU de 1982 até início de 1987.¹⁴⁵ Nesse departamento foi desenvolvido um projeto pedagógico com as secretarias e outras instituições para otimizar e dinamizar o material produzido pela emissora a serviço da qualidade e da aprendizagem nas escolas da rede pública.

A ideia era que a gente conseguisse colocar a programação da Televisão (TVU) a serviço da educação em Pernambuco, então fomos buscar articulações com a Secretaria Estadual da Educação, de onde eu vinha e fomos trabalhar com muitas escolas utilizando o material de que a Televisão Universitária já dispunha; e fomos também pensar em novas produções com a própria Secretaria de Educação que viesse atender demandas educacionais específicas da Secretaria. Com isso, estreitar os laços das relações da educação básica com as famílias desses estudantes e com os professores da educação básica, considerando que a relação mais imediata e legítima era com a própria Universidade (UFPE), porque era um canal da Universidade, então ali estavam mais presentes as demandas de conteúdo, as temáticas e os públicos da Universidade. O que constava nesse momento, sobretudo com minha chegada, vinda da Secretaria de Pernambuco e tudo com a educação básica na cabeça, de uma escola pública era tentar levar aquela programação para dentro da sala de aula (GUIMARÃES, 2014).

Na prática, a Assessoria Educacional trabalhava em conjunto com os demais departamentos da emissora e da produção de séries como “História de Pernambuco”, “Literatura Brasileira”, dentre outros, como Vilma Guimarães descreveu sobre a dinâmica desse trabalho:

[...] a gente começou a participar com o pessoal da programação, da produção das séries tipo história de Pernambuco, literatura, e a gente começou a participar da formatação e da definição, junto a toda uma equipe, do que seriam as prioridades temáticas, o que seria interessante enquanto linguagem, enquanto narrativas, para que aquele de programa pudesse dar conta e respostas às aprendizagens necessárias nas escolas. (Então...) Foi um exercício muito bacana de uma equipe inter e transdisciplinar, entre comunicadores e educadores, na busca da gente ter um produto que, em sendo pernambucano, ele pudesse também ultrapassar os limites do estado. Pudesse ser usado por outras redes que pudessem trocar e aprender, se reconhecer em outro estado, mais brasileiros conhecendo mais a literatura, a arte, a história de Pernambuco. Quer dizer, o que estava em jogo era não só levar aquela programação

¹⁴⁵ Vilma Guimarães, atualmente, é Gerente de Educação da Fundação Roberto Marinho.

para dentro de Pernambuco, mas também aquele desejo de fazer com que aquele conteúdo circulasse no Nordeste e, se possível, fosse levado para o Brasil todo e com isso trazia algo de fora para dentro de Pernambuco também (GUIMARÃES, 2014).

O desafio maior foi driblar a falta de recursos para que novos projetos pudessem se tornar realidade, como nos relatou Vilma Guimarães:

Foram experiências muito ricas e inspiradoras e que depois vieram originar tantas outras. Talvez para mim, quando eu me sentei para escrever o projeto do Canal Futura, estando aqui já (no Rio de Janeiro), como Gerente de Educação da Fundação Roberto Marinho, eu trazia essa experiência do fazer televisivo em Pernambuco, na TV Universitária, com os desafios de uma Televisão dentro da Universidade que não significa “a prioridade” da Universidade. Então era comum, muito comum os nossos dirigentes lutarem muito por recursos para que você tivesse o programa garantido, porque não estava na lista de nenhum reitor a Televisão ser a primeira opção. A primeira opção era a demanda de docentes, dos Centros Acadêmicos de uma grande Universidade como a UFPE, era uma luta para você conseguir aquela manutenção. Ao mesmo tempo você estava dentro de uma televisão pública que tinha todos os limites legais financeiros. Você não podia fazer comercial, você não podia fazer publicidade, você não podia fazer parcerias e precisava de muita criatividade para sobreviver. Uma coisa que eu não vou esquecer nunca era o sofrimento quando faltava fita e você tinha que apagar grandes entrevistas, grandes programas. Dava vontade de chorar, apago quem Gilberto Freyre ou... (ai)... e a gente corria para salvar e comprar fita. Teve momentos em que inevitavelmente essa memória foi vencida pela falta de condição. Havia um grupo muito militante lá dentro que queria fazer com que aquela Televisão fosse bacana. Ela foi muito bacana em muitos aspectos, apesar das grandes dificuldades (GUIMARÃES, 2014).

Dois programas realizados na TVU em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco marcaram a época em que Vilma Guimarães deixou a TVU. No início de 1987, a educadora retornou à Secretaria Estadual de Educação a convite de Silke Weber, que assumira a pasta com o retorno de Miguel Arraes ao governo de Pernambuco, como nos relatou durante a entrevista para nossa pesquisa:

Nesse meu tempo na Televisão Universitária, quando eu saio e volto para a Secretaria de Educação de novo a convite de Silke Weber aconteceu uma coisa muito legal. Eu volto com aquele conhecimento potencial que tinha a TV para a educação, com aquela certeza de que aquele equipamento instalado poderia facilitar e muito o trabalho da Secretaria de Educação, no sentido de sua política pública de educação. Todo aquele ousado programa que Silke Weber e toda a equipe conseguiram naquele momento, para a escola pública pernambucana, e a gente foi novamente parceira da TVU, para realizar programas dentro da emissora que iam diretamente para a rede, ou seja, eu saio da Secretaria para a TVU, depois volto trazendo a minha história. A história das necessidades para dentro da Televisão e volto da Televisão para o sistema, com o potencial que tinha a Televisão Universitária para oferecer à rede pública (GUIMARÃES, 2014).

O primeiro programa lembrado foi o “Educação Informa”, com vinte minutos de duração,

[...] que era de conteúdos complexos relevantes, polêmicos da atualidade para que a gente pudesse, numa formação em rede, levar para todos os professores do estado esses conteúdos. Eram programas sobre informática educativa, sobre a questão da

inclusão, sobre sexualidade, sobre mediação pedagógica. Paulo Freire gravava um programa por mês com a gente, então você discutia a questão da linguagem artística na sala de aula, a questão das tecnologias que naquele momento já começavam a ter força. Os primeiros laboratórios de informática nós implantamos em Pernambuco e sábado e domingo nós abríamos para as comunidades e aquilo que estava dentro do “Educação Informa”, o conteúdo, o novo, o computador vai para sala de aula, você tinha aquilo gravado [...] (GUIMARÃES, 2014).

O segundo programa foi o “Sábado Livre”, realizado ao vivo nos estúdios da TVU. Contava com a participação de estudantes na plateia, como descreveu Vilma Guimarães:

[...] no sábado, duas horas de programa ao vivo com aquele auditório, aquele estúdio fantástico lotado, a gente tinha pelo menos 120 estudantes, era uma animação, era um espetáculo! Foi, talvez, o programa de TV que promoveu a maior relação de saberes, aquele saber científico sistematizado que estava dentro da escola, com os saberes e prazeres que circulavam no entorno da escola. (Então...) A gente tinha o famoso raizeiro de Caruaru, mostrando como aquelas raízes eram boas para curar ameiba (e tarará), e a gente tinha Celerino Carrecondi, médico da medicina formal explicando por que o princípio ativo do hortelã era o mesmo que estava lá na (tarará tarará). Havia uma relação de saberes que desmistificava onde o conhecimento estava sendo colocado e você tinha livremente, durante aquele programa inteiro, os estudantes desenhando, os pescadores fazendo a rede de pescar e os telespectadores podiam acompanhar aquele fazer sendo reconhecido como um ato de criar, um ato de produzir conhecimento e disseminar práticas educativas. Era um grande laboratório ao vivo, durante duas horas. Começamos com três horas de duração, a TVU disse assim: “Temos três horas, ou a Secretaria assume três ou não tem programa.” E a gente começou com três e depois acho, que com quase um ano de programa (dez meses), a gente passou para duas horas (GUIMARÃES, 2014).

Embora os programas desenvolvidos na TVU, na década de 1980, se baseassem em um projeto pedagógico, não houve uma avaliação interna ou externa, ou ainda uma sistematização na mensuração de resultados de impacto e mérito. Dessa forma a análise foi muito mais do ponto de vista da audiência livre, com opiniões coletadas de professores e alunos em visitas nas escolas e participação no estúdio, como esclareceu Vilma Guimarães:

[...] eu não lembro e acho que não houve naquela época uma avaliação que fizesse um registro sistematizado com uma metodologia científica de impacto e de mérito, isto estava muito fora da “Agenda Brasil”, da televisão brasileira e da própria educação brasileira. Isso só aparece depois na década de 1990, com as políticas federais de avaliação, a partir do meio da década talvez de 1995 ou 96... as avaliações o Sistema SAEBE, da Prova Brasil, tudo isso que o nosso país avançou no processo de avaliação. A gente tinha a preocupação de saber se as pessoas estavam usando (os programas de TV), se estavam gostando, qual era a crítica, o que eles queriam mais; mas isso num registro oral, no registro da observação direta em sala e não como uma metodologia científica (GUIMARÃES, 2014).

Indissociável falarmos do período do governo militar sem citarmos a censura, sobretudo se considerarmos que a TVU foi criada em 1968, em pleno AI-5. Inserida na filosofia e conceito de ampliar a cultura, a TVU exibia inicialmente séries documentais de culturas diversas de diferentes países, distribuídas pelo PRONTEL, além da produção local de

teleteatro, aulas e debates, ampliando posteriormente a sua programação cultural, como visto. Vale ressaltar que, tudo antes de ser exibido passava pela análise do censor.

De acordo com a legislação vigente, havia procedimentos para a liberação dos programas de TV, com sua categorização por faixa etária recomendada e horário de exibição, além de licenciamento do conteúdo, como relatou Otávio Carneiro:

Naquela época havia censura, toda a programação ia para o Departamento de Polícia Federal, para ele ver o que podia e o que não podia entrar. O que podia entrar ele botava em caneta azul, o que não podia ele botava a vermelha,... caneta vermelha, se tivesse alguma coisa que fosse contra a censura ele riscava em caneta vermelha. Toda a programação tinha por obrigação de passar pela Polícia Federal. Nós tínhamos até carteirinha de identificação “Departamento de Diversões da Polícia Federal.” Quando chegava lá a gente levava o *script* pronto, porque aquele *script* ia ser aprovado ainda pela Polícia Federal, se eles aprovassem entrava tudo, se não aprovassem você tinha que se virar, era aquilo mesmo e acabou-se (CARNEIRO, 2014).

No teleteatro as peças teatrais que eram gravadas para serem exibidas aos domingos, tinham antes que passar pela aprovação da censura. Se houvesse algum termo em desacordo, teria que ser excluído do texto original; como descreveu a Prof^a Maria de Jesus Baccarelli:

[...] a gente tinha que fazer um ensaio com todo aquele pessoal que ficava lá com umas caras muito bonitas assim sentadas, uns intelectuais que não sabiam nada, eram os censores. Ficavam lá e a gente tinha que fazer todo o espetáculo como se fosse para eles, como se fosse ir “para o ar.” Só que não era teatro, ia ser para o estúdio, a gente tinha que ir para uma sala fazer toda a peça e explicávamos: “para aqui, aqui vai fazer não sei o quê”, íamos dizendo tudinho e eles sentados lá assistindo. Muitos estavam até cochilando, nem olhavam, nem prestavam atenção. Teve um fato que ficou muito marcado que era uma brincadeira lá, uma gozação; tinha uma peça de um autor português eu não lembro mais qual foi, mas só sei que tinha uma história que falava: “A rapariga!” E quando falou na rapariga o cara riscou de vermelho e a gente teve que tirar essa palavra do texto. Isso foi o que me marcou mais, porque ficou por muito tempo como gozação, tudo que a gente ia fazer depois disso era “e a rapariga” e a gente sabia que ia ser a censura (risos) (BACCARELLI, 2014).

De um modo geral houve a chamada “política da boa vizinhança”, resultando na ausência de interferências diretas registradas pela nossa pesquisa, como explicou o Prof. Giovanni Mastroianni:

Havia a política de boa vizinhança, realmente nunca nós tivemos o menor incidente com problemas ligados à Ditadura Militar; tanto assim, que eu mesmo fui ao Comandante da 7^a Região Militar pedir que ele nos cedesse, por empréstimo evidentemente, um terreno ao lado da própria Televisão Universitária, que nós nos valíamos dele para a guarda dos nossos automóveis que possuíamos. Ele não criou o menor obstáculo, pelo contrário, o Coronel José Maria de Andrade Serpa nos cedeu sem qualquer problema e ainda hoje esse terreno existe lá, só que ocupado por outro órgão público ou privado, eu não sei (MASTROIANNI, 2014).

Esse terreno foi usado como estacionamento pelos funcionários da TVU até o final da década de 1980, chegando inclusive a ser questionada a titularidade da sua posse pelos

servidores da emissora, que desconhecem esse fato. De acordo com o Prof. Luiz Maranhão Filho, a TVU mantinha boas relações com o poder:

A gente não sofreu censura porque havia oficiais militares de excelente comportamento que se davam muito bem com a TV Universitária. Eu me lembro bem do General Bento Bandeira de Melo, que sempre entrava em entendimento com a TV para divulgar matérias. Nós fizemos alguns documentários envolvendo a vida militar, a censura nunca atrapalhou nem na parte de jornalismo, os conteúdos pedagógicos eram liberados porque vinham com a chancela do MEC, então a gente não teve esse problema (MARANHÃO, 2014).

Com relação aos conteúdos educativos, Vilma Guimarães complementou:

Nós trabalhávamos ali na Televisão com bastante liberdade, talvez porque as nossas temáticas não interessavam aos de plantão da censura. Eram temáticas culturais, educacionais. Não ameaçavam aqueles que ainda estavam com a bandeira da ditadura na mão, eles não se sentiam mais ameaçados. Eu fui bater na TVU porque eu fui tirada da escola que eu dirigia ainda por perseguição político-partidária. Foi esse o meu passaporte para chegar na TVU, porque eu fui retirada da escola que eu dirigia, mas na Televisão não houve, no meu trabalho na Assessoria eu não senti nenhuma interferência deles (GUIMARÃES, 2014).

Apesar da política da “boa vizinhança”, alguns questionamentos foram feitos pela censura, conforme lembrou o Prof. José Mário Austregésilo:

Nós não tivemos nenhum mártir, nenhuma vítima dentro da televisão, mas nós tivemos pessoas que foram investigadas. O saudoso Milton Baccarelli foi uma pessoa que foi investigada, nós sabíamos quem eram os espiões da ditadura, eles nem escondiam. Baccarelli, numa entrevista, usou a palavra “elite”, “programa para elite”, uma coisa assim. Qual o problema de você usar a palavra elite? A palavra “burguesia”? Ou foi “burguesia” ou foi “elite”, ele foi questionado com relação a isso, o que ele queria dizer com isso? Não houve prisão. [...] É, a censura não tinha capacidade de... o caso Baccarelli mesmo, o termo “elite”, a TV fazer um programa de elite, uma programação de elite, mais popular, e eles já viram aí uma conotação, uma subversão, tudo era subversão. E aí um falso moralismo, a palavra “rapariga”... eu não vi nada grave assim (AUSTREGÉSILO, 2014).

Não foram encontrados registros de intervenção da Polícia Federal na TVU, embora na Rádio AM tenha havido pressão e indiciamento de alguns servidores. Deparamo-nos com relatos de ocorrências na Rádio AM, como nos descreveu a Profª Maria de Jesus Baccarelli, que trabalhou tanto na TVU quanto na Rádio AM:

Na Rádio a gente foi tudo preso (risos), mas isso foi antes da TV, ainda não tinha a TVU não. Era a Rádio AM dentro da Cidade Universitária, dentro dos matos. A gente ia para lá gravar e fazia os programas todos. O diretor era Laurino Silva, e Laurino foi considerado comunista, então eles (a censura) entraram lá. A gente ficou sabendo que “a polícia vinha aqui de madrugada” e foi aquilo de “toca fogo em tudo”, porque a gente não sabia de nada, mas ficamos com medo de que Laurino fosse preso. Ele era uma pessoa maravilhosa, Ave Maria, que homem bom! Depois eles falaram que a Rádio Universitária transmitia para Cuba (risos), a gente cochichava para o Engenho do Meio, não tinha força de transmissão, a Rádio não falava direito nem para o Recife. Acabaram com a programação, com tudo. Nessa época, foi quando eu casei e fui passar a lua de mel em São Paulo, porque Milton era de lá; aí, quando eu voltei estava aqui, a intimação. A gente foi para aquele quartel ali na Visconde de Suassuna, eu,

Carlos Reis e outros colegas, um dia inteirinho ali sob tortura psicológica, a gente com fome e ninguém para nos ouvir, só foram falar conosco lá pelas tantas da noite. Foi uma confusão! Depois teve um outro inquérito dentro da Universidade, mas a gente não sabia de nada, pois a gente ia para lá só para fazer rádio. Não tinha programação comunista nem que se sonhasse, era como eu disse: a Rádio AM cochichava para o Engenho do Meio. Na TV, pelo menos durante a época que eu trabalhei lá, a gente nem sentiu isso desse jeito (BACCARELLI, 2014).

Importante falarmos das rádios da Universidade Federal de Pernambuco e oportuno, quando ambas integram o Núcleo de TV e Rádios Universitárias (NTVRU). Abrimos aqui um parêntese para explicar que, em 1973, o prédio que originou a primeira TV Educativa do Brasil assumiu a nomenclatura de NTVRU com a anexação da Rádio Universitária AM, criada em 1962, e posteriormente ampliado com inauguração da Rádio Universitária FM, em 1979.

Falar da Rádio Universitária é fundamental. A Rádio Universitária tinha um canal de AM desde 1963, sofreu muita perseguição no Golpe de 1964, então esse canal de AM era um estúdio gravando na Avenida Norte e o material ia ser transmitido da Cidade Universitária, a partir de meio-dia, então a Kombi levava todas as gravações para lá e a gente não tinha autonomia para cortar o sinal e fazer alguma coisa ao vivo. Com a chegada da Rádio AM para o prédio da Avenida Norte, onde funcionava a TV Universitária, eu fiz um projeto pedindo ao Ministério das Comunicações para fazer um enlace, era com FM, era um transmissor FM que transmitia da Avenida Norte para o transmissor localizado na Cidade Universitária, [...] (MARANHÃO, 2014)

Equivocadamente, de acordo com Luiz Maranhão (2014), o Ministério das Comunicações, em vez de dar uma frequência para fazer enlace, deu um canal aberto de FM, foi o primeiro canal concedido à Universidade, porém, devido à falta de verbas, uma emissora comercial ficou com essa concessão; somente em 1979 a UFPE passaria a ter uma Rádio FM,

[...] foi a segunda emissora FM que entrou no Estado, foi a Universitária FM. “Ela foi para o segundo andar do prédio junto com a Rádio AM, então a gente tinha uma programação diversificada, a AM seguiu o padrão normal de uma emissora eclética e a FM era mais dedicada à música a uma programação cultural. Desses dois canais, apenas a FM sobrevive, a AM está fora do ar, é uma perda irreparável para Pernambuco (MARANHÃO, 2014).

Resgatado esse ponto na história que reúne Educação e Comunicação, dentro da UFPE, retomamos os depoimentos sobre a censura. Trouxemos também relatos pessoais, como o do professor e jornalista Luiz Maranhão Filho:

Eu, pessoalmente, tive problema com a censura, mas fora da TV Universitária. U ma peça minha chamada “A Farsa do Bode Expiatório” levou um carimbo da censura: “interditada pelo serviço da censura.” Eu ganhei um prêmio e a publicação do livro foi cassada na justiça e eu recuperei o livro depois. Na TV Universitária nunca ousei colocar conteúdo assim, embora nos documentários a gente não tinha o que esconder, mas havia uma preocupação em mostrar um Brasil bom, o Brasil realizável e nada de crítica aberta ostensiva. Eu lembro até que a gente fez um convênio com a CHESF – Companhia Hidroelétrica do São Francisco, fizemos a série chamada “Um dia

Itaparica.” Lá da Rádio Itaparica nós documentamos, com 16 documentários, toda a construção da barragem. Eu tive a visita do vice-presidente Aureliano Chaves, tudo foi gravado para que a CHESF não fosse acusada depois de ter destruído patrimônio. Está tudo nos arquivos da CHESF, mostrando que tudo o que a água cobriu foi documentado antes (MARANHÃO, 2014).

Ressaltando que a TVU, antes de ser uma emissora aberta de TV, é um canal público ligado a uma autarquia e, como tal, parte também do governo, registramos o uso da TVU para a gravação de depoimento captado pela Polícia Federal. Conforme nos descreveu o Prof. José Mário Autregésilo, houve pessoas integrantes do quadro funcional que colaboravam com o sistema de repressão imposto pela censura:

Agora eu me lembro de um dos... esse pessoal da resistência, militante que quer fazer suas confissões, renegar o que fez, eu não sei quem foi, porque a televisão ficou toda interdita na hora. Eu sei que chegaram dois e gravaram o depoimento deles na televisão. Eu sei que eu vi isso acontecer lá, naquele dia blindaram o corredor e os caras chegaram, entraram no estúdio, gravaram, pegaram as fitas e levaram. Não houve nada tão grave, ninguém foi preso. [...] A TV foi usada para gravar só. Não vi mais nada de sério, de grave, nem presos. Agora havia sim, isso aí a gente sabia, inclusive eram pessoas que trabalhavam lá. Não eram mandadas para lá para olhar não, eram pessoas de lá, que a gente sabia que era, porque eles nem escondiam que eram Eles ficavam olhando as coisas (AUSTREGÉSILO, 2014).

Encerramos os depoimentos sobre esse período com o resgate pessoal do Prof. José Mário Austregésilo:

Tem um detalhe importante que pouca gente sabe. O Vladimir Herzog, antes de ser preso lá na TV Cultura de São Paulo, ele esteve um tempo trabalhando na TV Universitária. O que é interessante é que, apesar dele ter sido preso pela ditadura militar, ele veio para Recife para fazer o curso de alfabetização. Depois ele tentou fazer outros cursos. Agora, como ele era um profissional preparado, me lembro dele em reunião dizendo que “não faço nada sem ter o dinheiro, sem ver o dinheiro para fazer”. Então, ele não demorou muito tempo e foi embora. Depois ele era Diretor de Jornalismo já da TV Cultura em São Paulo e ele veio para Recife para fazer a transmissão da passagem de um dos generais da ditadura militar, não sei se era o Geisel. Ele veio para conduzir a transmissão da passagem dele por aqui. Eu pensei: que coisa esquisita! E de repente ele foi visto como comunista e teve esse final trágico de ser preso. Eu inclusive trabalhei com ele um tempo para fazer a seleção do pessoal que ia participar dos projetos, mas ele não demorou muito porque ele via que não ia ter orçamento específico para aquilo. Nós tivemos bons momentos lá, nada assim pitoresco. A TV Universitária, pelo contrário, ela tem uma história para contar (AUSTREGÉSILO, 2015).

História Oral e documentos alinharam-se onde, segundo Montenegro, “a história construída a partir das experiências de vida e trabalho ressurge da memória” (MONTENEGRO, 2007, p.74). O uso dos depoimentos trouxe a possibilidade de um resgate, em certos momentos descritivo, analítico compondo um amplo quadro de razões e informações. Percebemos nos relatos autobiográficos, que através da memória descortinaram

uma visão histórica, apesar de terem conteúdos distintos, a memória pessoal se apoia na histórica, ambas muitas vezes parecendo dissociáveis.

A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista (THOMPSON, 1978, p. 25).

A organização do mundo e a fixação de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante, numa dada formação social, cumprir sua função psico-ideológica de legitimar e sancionar um determinado “regime de dominação” (BOURDIEU, 2011), segundo este autor, neste sentido o consenso é uma ilusão que conduz qualquer sistema de regras capazes de ordenar os materiais significantes de um sistema simbólico. Bourdieu encontra em Durkheim a fundamentação empírica da teoria do consenso. Explica que as divisões internas, por que passam os diversos grupos, são recuperadas numa situação de equilíbrio, como na geração de produtos midiáticos que contemplassem a demanda da Universidade e impactassem na sociedade atingindo simultaneamente dois alvos: o benefício à população e as metas governamentais sem, no entanto, deixar integrar a “Indústria Cultural” (ADORNO, 2002).

No cenário político vigente em 1968, o resgate da cidadania na tentativa de construir uma “educação republicana” (BRAYNER, 2008), utilizando-se também dos meios de comunicação de massa, evidencia que “o lugar por excelência das lutas simbólicas é a própria classe dominante: as lutas pela definição de cultura legítima” (BOURDIEU, 2013, p. 237), estão entre os aspectos das dissonâncias das frações dessa classe, pela definição do princípio de dominação legítima – capital econômico, capital escolar ou capital social.

Quanto à composição da grade de programação como um indicador da contribuição da TVU para a educação, importante destacar que ela é composta de programas televisivos que como tal possuem linguagem e mecanismo próprios. Analisamos, então, os mecanismos que fazem com que a televisão exerça uma violência simbólica, descritos por Pierre Bourdieu (1997) como: ocultar mostrando, a circulação circular da informação, a urgência e o *fast thinking*, debates verdadeiramente falsos ou falsamente verdadeiros e, por fim, contradições e tensões.

Para esse autor a violência simbólica

[...] é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la. A sociologia, como todas as ciências, tem por função desvelar coisas ocultas; ao fazê-lo, ela pode contribuir para minimizar a

violência simbólica que se exerce nas relações sociais e, em particular, nas relações de comunicação pela mídia (BOURDIEU, 1997, p. 22).

Para a compreensão da televisão como veículo massivo de comunicação, diferentemente do Século XXI, cujo acesso à informação é ilimitado através internet, é preciso lembrar que esse veículo no século passado representava a única fonte de informação, para uma proporção muito importante de pessoas que não liam jornal. Ao analisarmos esse poder fez-se necessário desmontarmos os mecanismos categorizados por Pierre Bourdieu (1997).

O primeiro deles é “ocultar mostrando.” São coisas menos visíveis que paradoxalmente mostram o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que se torna insignificante, ou construindo um sentido que não corresponde absolutamente à realidade. Desta forma a informação é construída em estruturas invisíveis que organizam o percebido. Essa construção é produto da nossa educação, da história, etc. Esse princípio da seleção segue a busca do sensacional, do espetacular, quando “a televisão convida à dramatização no duplo sentido: põe em cena, em imagens, um acontecimento e exagera-lhe a importância, a gravidade, o caráter dramático, trágico” (BOURDIEU, 1997, p. 24). Essa busca pelo extraordinário pode ter instruções diretamente políticas ou de autocensura.

A “circulação circular da informação” se baseia no princípio de que os produtos jornalísticos são muito mais homogêneos do que se acredita, segundo Bourdieu (1997). Tal afirmação do autor refere-se ao fato de que as diferentes redações onde são produzidas as notícias estão sujeitas às mesmas restrições, às mesmas pesquisas de opiniões ou fontes comuns; e o que está em questão é “quem é o sujeito do discurso” (BOURDIEU, 1997, p. 31). Na manipulação do discurso, segundo esse autor, existe uma espécie de jogo de espelhos refletindo-se mutuamente, que produz um efeito de barreira, de fechamento mental.

Dessa forma, as escolhas que se produzem na televisão são, de alguma maneira, escolhas sem sujeito. Isso é facilmente percebido nas emissoras comerciais atreladas aos ditames da concorrência pela audiência, quando apenas por diferenças mínimas, que passam despercebidas ao telespectador, os jornalistas atribuem valor como diferencial. Esse círculo só é rompido com as transgressões através da própria mídia, ao produzir um choque de interesse na produção de conteúdo que, a princípio, possam parecer estranhas “porque não vão ao encontro das expectativas do seu público, mas que, com o tempo, são capazes de criar seu

público” (BOURDIEU, 1997, p. 38), como por exemplo, a criação de uma identidade regional.

Outro mecanismo descrito por Bourdieu (1997) é “a urgência e o *fast thinking*”, que diz respeito ao imediatismo da televisão, o pensar rápido ou não fazê-lo. De acordo com o autor a televisão não é um veículo de comunicação propenso ao pensamento, considerando que há um elo entre pensamento e tempo, que este é subversivo e necessita de tempo para análise e contrapontos para formação de juízo. Para pensar em velocidade acelerada é preciso pensar através de ideias feitas como os *fast-thinkers*, através de ideias já aceitas “atreladas ao *fast-food* cultural, alimento cultural pré-digerido, pré-pensado, não é apenas porque (isso faz parte também da submissão à urgência)” (BOURDIEU, 1997, p. 41).

É preciso, entretanto, que as condições para que haja a comunicação sejam estabelecidas, ou seja, o código para decodificação da mensagem é conhecido por ambos: emissor e receptor. Desse modo, quando se emite “ideias feitas”, a comunicação é instantânea, porque em certo sentido, ela não existe; se contrapondo ao pensamento que se processa por desmontar ideias e refletir para, em seguida, demonstrar num espaço de tempo que a televisão não dispõe, quando o que é visto e ouvido torna-se verdade absoluta.

Sobre os “debates verdadeiramente falsos ou falsamente verdadeiros” (referindo-se aos programas de debates), resumidamente citamos os aspectos destacados por Bourdieu (1997) que podem revelar ou ocultar tais intenções como, por exemplo, o universo dos convidados a participar do programa ser permanente, ou seja, as mesmas pessoas para determinados assuntos. O apresentador também exerce influência, desde que sua figura deve impressionar o telespectador (acredita-se no mensageiro e não na mensagem), quando este faz intervenções restritivas, impõe limite de tempo, distribui os tempos da palavra ou até mesmo no tom de expressão (desdenhoso, atencioso ou impaciente); intervindo pela linguagem inconsciente na maneira de fazer perguntas. Como porta-voz do público o apresentador manipula a urgência.

Na análise dos mecanismos de manipulação que incidem sobre os debates, a composição do estúdio também é determinante porque pressupõe a imagem do equilíbrio democrático do “cara a cara” (BOURDIEU, 1997, p. 48), ou quando dispostos numa mesa de frente para as câmeras numa representação do absolutismo da palavra.

Para exemplificarmos os mecanismos descritos neste capítulo, não nos foi possível usarmos aqui o recurso do vídeo. Entretanto, ao observarmos abaixo as fotos de programas

produzidos e exibidos pela TVU deparamo-nos com diferenças no posicionamento de câmera e na distribuição das pessoas nos respectivos cenários. Nas duas primeiras fotos, temos um programa de debate, que fez parte da programação informativa/cultural da emissora. Esse registro revelou o posicionamento dos participantes sentados à mesa cenográfica, estando todos de frente para a câmera. Seu posicionamento coloca-os como sujeitos do discurso, interlocutores da verdade, cuja bancada participam um militar, professores e políticos. O tema é Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e Nacionalidades. Não por acaso os apresentadores de telejornais também se posicionam de frente para as câmeras.



Programa Problemas Brasileiros Fórum.¹⁴⁶



Programa Nacionalidades.¹⁴⁷

A terceira foto retrata um programa de entrevista, o ambiente remeteu a uma sala de visita, com apresentação de temas amenos e de entretenimento. Os participantes posicionaram-se em ângulos diferentes, sugerindo pontos diferentes de opinião e de atuação em cena.



Programa Sala de Visita.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Programa Problemas Brasileiros com a participação do Gal. Evandro de Souza Lima. Foto: CRISTOVAM, Damião S. Fotos acervo pessoal sobre TVU.

¹⁴⁷ Ao fundo militares fardados posicionam-se no cenário. Foto: CRISTOVAM, Damião S. Fotos acervo pessoal sobre TVU.

Na quarta foto, num programa de debate, abordando diversos temas de informação e cultura, as pessoas foram dispostas em círculo, entendendo a cultura como um patrimônio apreendido, repassado e partilhado; também o ilustrou o debate “cara a cara.”



Programa Cadeira Giratória.¹⁴⁹

O último mecanismo destacado por Bourdieu (1997) tratou das “contradições e tensões.”

[...] quando nos anos 60, a televisão apareceu como um fenômeno novo, certo número de “sociólogos” (com muitas aspas) precipitou-se em dizer que a televisão, enquanto “meio de comunicação de massa”, ia “massificar”. Supostamente a televisão ia nivelar, homogeneizar pouco a pouco todos os espectadores (BOURDIEU, 1997, p. 51).

O que não se previu foi a capacidade de resistência do pensamento em transformar também os que a produziram. Sob este ponto de vista, a televisão estendeu um conjunto de influência sobre as atividades de produção cultural, científica ou artística. Nesse conjunto a contradição se sobressaiu nas obras chamadas de “puras”, ou melhor, consideradas autônomas em relação as pressões comerciais. Nesse sentido a Prof^a Maria de Jesus Baccarelli se referiu ao nosso objeto de estudo como “a TVU era uma TV pura” (BACCARELLI, 2014). Diante dos mecanismos como instrumento da conservação da ordem simbólica, a contradição está no caráter libertador da Comunicação em relação ao controle social.

De um lado a TVU, através de sua programação cultural, representou uma forma de expressão do folclore e da cultura nordestinos, evidenciados na sua grade de programação

¹⁴⁸ O apresentador José Maria marques recebe convidados no programa. Foto: CRISTOVAM, Damião S. Fotos acervo pessoal sobre TVU.

¹⁴⁹ Programa “Cadeira Giratória”, com apresentação de Jose Mária Marques. Foto: CRISTOVAM, Damião S. Fotos acervo pessoal sobre TVU.

construindo uma relação de identidade com o público, ao tornar-se um ícone da expressão da cultura local (imagem que perdurou até a década 1980). Segundo Bourdieu (2000, p. 113), a identidade regional, como o sotaque é um modo de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer conhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social, onde o que está em jogo é o poder de impor uma visão de mundo.

O discurso regionalista é um discurso performativo, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a região assim delimitada – e como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora (BOURDEIU, 2000, p. 116).

De outro, abriu espaço na sua grade de programação oferecendo cursos, documentários, também no jornalismo para divulgar a imagem do “milagre brasileiro,” que alimentava o sistema de governo. Resultou assim como forma de expressão cultural e ferramenta de controle social, como analisou a Prof^a Silke Weber:

Tenho a impressão de que talvez seja as duas coisas. Eu não sei, mas me parece que seria mais uma forma de expressão, de qualquer forma mais uma fonte, digamos, de ampliação de informação e de discussão (não é?), e de outro lado, certamente, tendo em vista que a grade e o conteúdo dela são estabelecidos por uma equipe (quer dizer), dependendo da tônica da equipe, a tônica vai ser dada pela equipe, quem dirige etc.¹⁵⁰ (SILKE WEBER, 2014)

Neste último capítulo nossa pesquisa analisou a história da TV Universitária, Canal 11, a partir de sua implantação, quando nos foram revelados paralelamente, os conflitos ideológicos decorrentes da política educacional com a Reforma Universitária e o surgimento do curso de Comunicação Social da UFPE.

Simultaneamente à narrativa da trajetória da TVU na década de 1970, a pesquisa nos trouxe a sistematização de elementos da educação, cultura e comunicação na Teleducção. Através da grade de programação da emissora pudemos analisar também o conteúdo dos programas educativos e a metodologia pedagógica aplicada. Tecnicismo e pedagogia de Paulo Freire uniram-se, ora em contraponto e em outros momentos completando-se.

Buscou evidências, ao longo dos anos que se seguiram até da década de 1980, que nos conduziram a apontar avanços e retrocessos, mas também e principalmente comprovar se houve consolidação na linha dos programas educativos iniciados com os telepostos, por exemplo, e sua contribuição para a educação. Encontramos indícios nos relatórios,

¹⁵⁰ A professora Silke Weber faz uma referência às semelhanças com o projeto Praças de Cultura, do MCP, que desenvolvia cursos de alfabetização, inspirados por Freire e Rosas, onde os temas eram trazidos à discussão através da exibição de documentários originados dos Consulados, em aparelhos de TV.

documentos, fotos, vídeos e catálogo de produção, entretanto a maior contribuição veio dos depoimentos captados nas entrevistas para a reconstrução dessa história sob um novo olhar, sob a perspectiva de quem a viveu.

O desafio agora emerge da evolução tecnológica, impulsionando a TV Universitária para um novo dilema: a migração para o sistema digital. Não obstante a questão técnica, a emissora depara-se com mudanças estruturais e conceituais, integrando o Sistema Público de Televisão. Este foi estruturado com o Marco Regulatório para a Televisão Pública do Brasil, proposto a partir da implantação da tecnologia digital.

Tecnicamente no Brasil só existem dois tipos de concessões de canal de televisão: comercial e educativa; no que diz respeito à radiodifusão (entenda-se TV e rádio), as concessões dividem-se em: comercial, comunitária e educativa. A primeira vez que o termo “público” pareceu relacionado à televisão foi na Constituição 1998, Capítulo V, Art. 223: “Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.”

O conceito passou a integrar as discursões em torno da TV Educativa a partir Carta de Brasília de 2007, documento fruto do I Fórum de TV's Públicas, juntamente com as resoluções da I Conferência Nacional de Comunicação de 2009. Redigido para expressar a voz e reivindicar a vez de um conjunto de televisões à margem do sistema midiático brasileiro (as televisões públicas, educativas, comunitárias, universitárias e legislativas), o documento apoiava a proposta de criação de uma rede pública organizada pelo governo federal desde que pudesse “ampliar e fortalecer, de maneira horizontal, as redes já existentes”.¹⁵¹

A criação do Sistema Brasileiro de Comunicação Pública prevê, dentre outras coisas, a mudança de canal, a atualização dos equipamentos e transmissores e a mudança de conceito de TV Educativa para TV Pública, no momento em que as emissoras se realinham em rede e se abrem para a participação da sociedade através de conselhos consultivos e/ou deliberativos.

O canal analógico cumpriu um papel e evidentemente, o próprio progresso, a própria natureza humana que está sempre inquieta e permanentemente se transformando gera necessidades de novas tecnologias. Nós precisamos respeitar o passado, respeitar a história das pessoas e desses veículos que cumpriram o seu papel e dar um novo salto. Esse novo salto não se faz abruptamente, ou seja, se faz dentro de um contínuo, dentro de um processo histórico onde essas inovações começam a acontecer antes e só se clarificam algum tempo depois de modo que estão permanentemente se redefinindo.

¹⁵¹ Carta de Brasília, I Fórum Nacional de Tv's Públicas, em 11 de maio de 2007, <<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/carta-de-bras%C3%ADlia>>.

Dentro deste contexto, a televisão no sistema digital terá um papel estratégico pela modernização das tecnologias, mas isso vai nos ajudar muito e é um grande desafio da Universidade na inovação dos projetos pedagógicos (BRASILEIRO, 2014).

Os recursos da TV Digital, como a interatividade e a multiprogramação (na chamada banda larga é possível subdividir um Canal em quatro, utilizando, por exemplo, um canal para EAD), representam caminhos a serem explorados pela TV Educativa. Ao analisarmos que o atual modelo de negócio brasileiro de televisão (baseado na venda de intervalos comerciais e *merchandasing* inserido nos programas), esse potencial não tem despertado o interesse das emissoras comerciais ou tem se desenvolvido menos do que a expectativa em torno deles.

Provavelmente é a televisão que as pessoas mais se utilizam para se informar. O que nós temos que fazer, evidentemente, é utilizar essas tecnologias de EAD, por exemplo, enfim, para que o conhecimento possa ser mais acessível, melhor difundido, para que as atividades que são realizadas nas graduações sejam aqui no nosso Centro de Artes e Comunicação, seja em Letras, Arquitetura, em Teoria da Arte, em Cinema, em Dança; seja nas áreas de formação de professores, por exemplo; nas áreas ligadas à pesquisa, seja em Ciências Biológicas, Ciências do Mar; nas áreas de Engenharia, enfim, de uma maneira geral, esse conhecimento que é produzido na academia possa ser retrabalhado e possa ser mostrado à sociedade e ela possa ter mais possibilidade de entender. Como o conhecimento gerado pela Universidade pode colaborar? Pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, para reduzir os custos das empresas para que as pessoas, tendo acesso à cultura e à educação, tenham a visão de direitos e cidadania e nós possamos buscar um desenvolvimento mais inclusivo. [...]A televisão tecnologicamente mais avançada, quando for digital, vai ter um papel e uma contribuição muito importante, tanto na formação profissional dos jovens, mas sobretudo na formação do cidadão, reunindo ética e inovação. Alguém que seja capaz de se debruçar em problemas complexos e a capacidade de resolvê-los preservando o ambiente, sendo solidário, sendo cooperativo e com a consciência de que é através da educação e do trabalho em equipe que nós mudamos o nosso país (BRASILEIRO, 2014).

Com a migração para o sistema digital, imposto pela legislação, prevista para 2016, os canais analógicos serão desligados. Esse prazo foi adiado, em fevereiro de 2015, pelo Ministério das Comunicações em diversas regiões do país, estendendo-o até dezembro de 2018. Pelo novo cronograma a TVU tem até o dia 30 de julho de 2017 para concluir a migração para o sistema digital, quando a emissora passará a ocupar a faixa número 40 no espectro da banda larga.

O Canal 11 será apenas história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclusivamente, em resposta aos objetivos propostos, a contribuição da TVU para a educação, de acordo com o que nos foi revelado, do ponto de vista histórico desbravou os caminhos na legislação, na operação técnica e na capacitação de profissionais de televisão e educação. Um pioneirismo inerente ao fazer TV empiricamente e diariamente, testando formatos e linguagens para melhor obtenção de resultados.

Do ponto de vista pedagógico, não conseguimos obter respostas às solicitações enviadas à Secretaria de Educação de Pernambuco sobre documentação das décadas de 1970 e 1980, como contratos, convênios ou registro de dados sobre mensuração de resultados das aulas ministradas através dos telepostos ou dos programas e projetos desenvolvidos na década de 1980. Nosso referencial, como foi visto, baseou-se nos depoimentos obtidos, relatórios e pesquisa de audiência, que sinalizaram positivamente quanto à eficácia da atuação da TVU na Teleducação, reconhecendo seu papel como fundamental para a Teleducação em Pernambuco e no Brasil.

Essa contribuição pedagógica foi percebida pela demanda de produção da emissora, que desenvolveu programas infantis, instrutivos, informativos, esportivos e culturais de caráter pedagógico, baseados nas diretrizes educacionais e linhas pedagógicas adotadas nas respectivas etapas estudadas. Um trabalho que se iniciou com características na programação de uma TV Instrutiva, nos primeiros anos de funcionamento da TVU e na década de 1970, norteado pelos valores que fundamentaram a criação da TVE no Brasil. Destacando também nesse período a contribuição da TVU na formação dos profissionais de Teleducação.

Contudo, com o passar dos anos, a TVU passou a educar através da cultura como foi visto, reunindo aspectos na sua programação de uma TV Cultural. O regionalismo da produção local se refletiu na mudança da identidade visual do Canal 11 e também no formato dos programas educativos, que se modificaram de teleaulas e cursos, para programas de entretenimento, séries, contendo debates entrevistas, reportagens, jogos e quadros educativos.

Do ponto de vista teórico, a análise da História da criação da primeira TV Educativa no Brasil, a TV Universitária, Canal 11, trouxe à luz do conhecimento a criação das políticas educacionais e o impacto do governo militar sobre o seu desenvolvimento, que agregados à regulamentação da radiodifusão no país e aos valores que fundamentaram a TV Educativa,

completaram o cenário propício para a criação da TVU. Na discussão teórica pudemos elucidar os conceitos nos diferentes modelos de emissoras não comerciais, sem fins lucrativos e, a partir daí, entender o modelo público brasileiro de TV adotado pela radiodifusão educativa.

Contemplando nosso segundo questionamento, quanto à dicotomia de um canal de expressão cultural ou uma ferramenta de controle social, como veículo de comunicação de massa, a TVU foi definida em seus primeiros anos como uma “TV pura”, ao considerarmos como indicador a sua grade de programação. Pura, por ter um princípio libertador, presente na ideologia de sua equipe, refletida nos depoimentos de Maria de Jesus Baccarelli, José Mário Austregésilo, Luiz Maranhão e Vilma Guimarães; cujo conteúdo foi elaborado dissociado das amarras de audiência determinantes na TV comercial, sobressaindo-se aos olhos do público de então. Na década seguinte, ao adquirir características mais próximas ao conceito de TV Cultural, passou a ser a expressão da cultura local.

Entretanto, não podemos ignorar o fato de que analisamos um canal de TV cuja outorga foi concedida a uma autarquia, isso o tornou também parte da classe dominante. Como tal, os estudos e direcionamentos elaborados desde a sua concepção conceitual ao seu desenvolvimento na prática, foram pré-definidos em comunhão ao direcionamento político dos órgãos competentes relacionados tanto à Universidade quanto à telecomunicação ou às pressões do governo vigente. Desse modo a TVU foi, ao mesmo tempo, um canal para expressão cultural e ferramenta de controle social.

Pela interdisciplinaridade do tema recorremos a vários teóricos que embasaram nossa pesquisa. Dentre esses, e principalmente, Pierre Bourdieu (1997) nos auxiliou a analisar na trajetória do nosso objeto de estudo as relações de poder e as trocas simbólicas nesse universo durante a sua implantação; as linhas pedagógicas adotadas nos programas educativos; a construção da identidade através do regionalismo dos programas culturais e o poder da violência simbólica imbuído nos mecanismos de manipulação da TV. Destacamos também entre os autores, os teóricos da Escola de Frankfurt Theodor Adorno e Max Horkheimer (1947), que nos auxiliaram nos conceitos de Indústria Cultural e Cultura de Massa. Recorremos aos autores da Escola de Frankfurt pela contemporaneidade de suas teorias ao recorte histórico de nossa pesquisa e buscamos em Pierre Bourdieu trazer a discussão do tema para o século XXI, considerando que discernem sobre pontos comuns.

Autores como Otaíza Romanelli (2012), Demerval Saviani (2008) e Flavio Brayner (2008) fundamentaram a análise da história das políticas de educação, na compreensão do seu direcionamento, considerando o cenário sócio-histórico e político. Além disso utilizamos documentação em publicações do MEC/INEP (1967-1969), cujos artigos de diversos autores nos revelaram os princípios que originaram a TV Educativa no país. Através de livros de autoria do Movimento Tortura Nunca Mais, de jornalistas e até de militares, nos foi possível construir um breve cenário sócio-histórico e político referente ao período em estudo. E por fim, mas igualmente importante, buscamos em Antonio Montenegro (2008) o referencial para o desenvolvimento da pesquisa em História Oral, parte essencial dessa pesquisa; além de Paul Thompson (1998), na transferência de conhecimento através da oralidade para registro histórico.

Nesse contexto, respondendo aos objetivos específicos, no primeiro capítulo pudemos analisar como se deu a criação das leis da educação no Brasil a partir da Constituição, em seguida detalhando as duas primeiras LDB's: Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961; e Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, acompanhando os avanços das políticas de educação no país. Observamos que foi uma época de experimentação educativa, em que de um lado prevalecia a pedagogia tecnicista para obtenção de melhores resultados em curto prazo ao menor custo. Desenvolvimentismo, eficiência, produtividade, aliada ao controle e repressão, propondo uma sistemática onde o método se sobrepunha ao aluno: “aprender a fazer”. De outro a predominância da concepção pedagógica renovadora, motivada pela soma de esforços para libertar o povo da opressão capitalista, encontrada na pedagogia de Paulo Freire, objetivando o desenvolvimento crítico do cidadão.

Destacamos também, ao identificar as metas e políticas de educação no período a que se refere a pesquisa, as mudanças pelas quais passava o ensino superior, que resultaram da Reforma Universitária, regulamentada pela Lei 5.540, de 28 novembro de 1968. Constatamos que os debates referentes à criação da TVU ocorreram contemporaneamente à implantação da Reforma Universitária e à criação do curso de Comunicação Social da UFPE.

Através de breve descrição do cenário sócio-histórico e político foi possível compreender os avanços e direcionamentos que geraram acordos internacionais, influenciados pelas alianças que se estabeleceram com a implantação do regime militar. Em relação ao foco de nossa pesquisa, o impacto desse cenário influenciou movimentos como a Reforma Universitária, a pedagogia tecnicista e as demais ações que vislumbravam minimizar o déficit

educacional do país em pleno desenvolvimento industrial, que necessitava equiparar os índices de aprendizado às necessidades da demanda socioeconômica e que fizesse jus ao investimento de capital estrangeiro no país. Como resultado dessa época houve uma proliferação de propostas pedagógicas tais como enfoque sistêmico, o microensino, o telensino, a instrução programada, as máquinas de ensinar.

A partir daí passou-se a pensar a TV de modo instrucional, como vimos no segundo capítulo. Politicamente foi primordial a obtenção de resultados imediatos que o sistema educacional não tinha aporte, de modo a acompanhar o desenvolvimento econômico. Diante da necessidade de uma reforma estrutural na educação e de um país de dimensões continentais, o Ensino a Distância, ou melhor, o então telensino emergiu como ferramenta para auxiliar na alfabetização e formação cultural.

Criada a demanda, a legislação traçou o caminho para sua viabilização, como vimos ao analisar as normas, leis e regulamentações da radiodifusão no Brasil, que criaram a TV Educativa enquanto tipo de concessão de canal de TV, estabelecendo os tipos de radiodifusão no país como: comercial e educativa. Do ponto de vista normativo, a Lei que rege a radiodifusão no Brasil é o Código Brasileiro de Telecomunicações, Lei 4.117, promulgada em 27 de agosto de 1962. Em seu Art 13, estabelece as normas para a TV Educativa e caracteriza a separação desses dois modelos na radiodifusão do país. Posteriormente, regulamentada em 28 de fevereiro de 1967, (durante o regime militar) pelo Decreto 236, definiu a radiodifusão com fins exclusivamente educativos, seja de rádio ou de TV, como voltada à transmissão de programas exclusivamente educativo-culturais, não podendo ter caráter comercial nem fins lucrativos. Identificamos a outorga de concessão do Canal 11, cedida à UFPE através Decreto 57.750, de 4 de fevereiro de 1966.

Contemplamos nesse segundo capítulo a análise da história da regulamentação da radiodifusão no país e os valores que fundamentaram a criação da TV Educativa. Delineamos os princípios que conduziram à criação da TV Educativa no país, desde as primeiras experiências de desenvolvimento de conteúdo pedagógico até a estruturação das emissoras educativas em operação de transmissão em rede nacional.

Coube-nos também, nesse segundo capítulo, ampliar a discussão teórica sobre os modelos de TV's sem fins lucrativos em suas diferentes concepções teóricas. Desse modo nos foi possível analisar o modelo que foi desenvolvido pela primeira emissora educativa do país e compreender os atuais modelos existentes, em decorrência. Conclusivamente, a trajetória

percorrida até aqui, através da história da criação das leis da educação e da história da regulamentação da radiodifusão no Brasil, nos trouxe até a criação da primeira emissora educativa do país, de modo a vislumbrar novos formatos e conceitos das emissoras sem fins lucrativos, que mantiveram em sua essência o caráter educativo.

No terceiro e último capítulo, o conteúdo dos capítulos anteriores se encontraram unindo as duas vertentes: educação e comunicação. Como resultado das políticas educacionais, dos objetivos propostos nas LDB's, dos acordos internacionais firmados entre o governo militar e o MEC-USAID, e do suporte legal da regulamentação da radiodifusão no Brasil foi criada a primeira TV Educativa. A TV Universitária, Canal 11, outorga cedida a uma universidade pública, foi institucionalizada no organograma, resultante da Reforma Universitária, como um Órgão Suplementar da UFPE. Emergiu do cenário sócio-histórico e político a construção do prédio que abrigou essa emissora, quando o terreno onde se edificou foi doado pelo 4º Exército à UFPE.

Através do resgate e registro da história da TV Universitária, pudemos analisar a sua contribuição para a educação. Em resposta a esse objetivo específico, tomamos como indicadores a distribuição dos espaços na grade de programação por área (quanto ao conteúdo educação, cultura, esportes, informação, etc.), a demanda de produção dos programas e as linhas pedagógicas adotadas nos programas educativos, transmitidos pela primeira vez por um canal de TV criado com essa finalidade específica. Observamos que sua essência, enquanto Órgão Suplementar, foi atrelada à sua missão, tornando-se o braço mais longo da Universidade que se estendeu à sociedade. Ao assumir tal característica as atividades fins de ambas, Universidade e TVU, alinharam-se em torno da educação nas diversas formas de conteúdo.

Nesse capítulo, empiricamente resgatamos a história da TVU na elaboração de um mosaico de depoimentos obtidos através do registro (em áudio e vídeo) da História Oral, para transcrição e inserção na nossa pesquisa. Elencamos para tanto, jornalistas, produtores e técnicos que passaram pela emissora, desde a sua criação até o nosso recorte histórico que incluiu o final de década de 1960, e as décadas de 1970 e 1980. Também recorremos aos servidores da UFPE que contribuíram sobre o papel institucional da emissora, o cenário da Universidade na época de sua criação, além de questões específicas à sua funcionalidade administrativa.

A pesquisa de campo, além de relatos emocionantes e surpreendentes, nos trouxe também revelações contidas em documentos, quando em nossa conclusão a História Oficial comprovou a História Oral e vice-versa, se complementando.

Pela ausência de material bibliográfico a respeito do tema, os depoimentos foram fundamentais trazendo à pesquisa cenas do cotidiano no “fazer televisão”, que evidenciaram a metodologia pedagógica adotada nos programas educativos da TVU, as relações de poder e os mecanismos de violência simbólica exercida pelo veículo de comunicação. Mais que isso, nos transportaram no tempo, mostrando a face do controle social exposta tanto nos valores que fundamentaram sua criação, quanto nos relatos sobre a censura. Simultaneamente nos apresentaram a riqueza da cultura regional que foi registrada e exibida na grade de programação da TVU, ao longo desses anos.

Essa análise tornou possível perceber o lado benéfico da multiplicação da informação, embalada em conteúdo televisivo e sujeita aos mecanismos de manipulação. Parece-nos contraditória tal afirmação, entretanto o conteúdo em questão foi embasado no modelo pedagógico que buscou o desenvolvimento do cidadão crítico, cujo aprendizado foi relacionado ao seu papel dentro da sociedade, como parte integrante e atuante de um sistema político. Sob a égide tecnicista do telensino, a pedagogia de Paulo Freire foi adotada como metodologia para ampliar os horizontes do homem do Nordeste, como propunha a missão da TVU.

A cada etapa da pesquisa nos deparamos com revelações significativas e algumas vezes inusitadas. Relatórios e pesquisas de audiência (quando isso ainda nem tinha sido institucionalizado no país) ajudaram-nos a elaborar o quadro socioeconômico. As Atas do Conselho Universitário trouxeram à tona a complexidade da implantação da TVU no momento dramático da política nacional, quando a própria Universidade também se reestruturava com a Reforma Universitária e revelaram a nomenclatura oficial da emissora.

O inusitado veio com a descoberta do Termo de Cessão Gratuita do Exército para a TVU, que esclareceu as reais delimitações do terreno, pondo por terra suposições de posse e perdas de áreas antes usadas como estacionamento. Mas, sobretudo e principalmente, nos revelou a obrigatoriedade de utilização do terreno para uma TV Educativa da UFPE como determinante para a permanência da posse, que se tornaria nula ao seu descumprimento.

Reveladora a descoberta do Regimento Interno da Televisão e Rádio Universitárias, quando, até então se desconhecia sua existência, no momento em que o NTVRU reescreve um

novo Regimento. Foi interessante observar a sistematização dos processos descritos no documento e complementado pelos relatórios encontrados, que retrataram uma emissora planejada, estruturada e avaliada em seus objetivos. Curiosamente, em paralelo a esse planejamento, um fazer televisão empiricamente, testando formatos e linguagens na elaboração do novo. Analisando resultados e corrigindo práticas na transmissão do saber. Se permitindo usar a criatividade para suprir as limitações técnicas.

Surpreendente a pedagogia de Paulo Freire ter sido adotada como linha pedagógica nos programas educativos em pleno regime militar, quando ele foi considerado subversivo pela ditadura. À primeira vista pareceu-nos contraditório à pedagogia tecnicista vigente, mas compreendemos como o lado benéfico da comunicação de massa, nos preceitos da Indústria Cultural. Do mesmo modo fomos arrebatados pela riqueza de detalhes autobiográficos nos relatos sobre a censura, restaurados da memória. O aspecto mais relevante da pesquisa, entretanto, foi o resgate histórico de uma história não documentada.

Diante do que foi analisado e revelado, somado às características da TV brasileira aberta e gratuita, e agregado ao avanço tecnológico com a migração da TVU para o sistema digital abriram-se encaminhamentos advindos de nossa pesquisa em duas linhas para o doutorado. A primeira propõe um estudo em Ensino a Distância (EAD), vislumbrando as potencialidades tecnológicas da multiprogramação e interatividade, quando num futuro não muito distante, poderão ser aplicadas em programas educativos, no sentido amplo, pela emissora. A segunda considera a hipótese da análise teórica da diferença conceitual de discurso entre a TV Educativa e a TV Pública, no momento em que a comunicação pública passou a integrar o estatuto da UFPE.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor, HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1947.

ALENCAR, C., CARPI, L., RIBEIRO M. V. **História da Sociedade Brasileira**. Editora ao Livro Técnico, 14 edição.

ALMOND, Gabriel, VERBA, Sidney. **The Civic Culture**. Sage Publicatinos, Inc, 1963.

ALVES, Antônio de Brito. **O habeas-corpus de Miguel Arraes**. Recife: Mousinho, 1965.

AMARAL, Lenita Almeida. Entrevista 06. Realizada no Campus da UFPE, Gabinete da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEPE), Recife, PE, em 04.04.2014.

ANDRADE, Manoel Caetano Queiroz de. 30 ANOS TVU. Produção de Maria Clara Angeiras. Recife, PE, UFPE, 1999. Vídeo documentário realizado para a Disciplina Técnica de Pesquisa Jornalística, ministrada pelo Prof. Luiz Maranhão Filho, no curso de Jornalismo da UFPE, Recife, PE. (15':00"). DVD.

ANDRADE, Manoel Caetano Queiroz de. PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº30/582.

ANGEIRAS, Maria Clara de A.. Acervo pessoal fotos TVU. Entrevistados para pesquisa sobre TVU. 09 fotografias.

ASSUNÇÃO, Pedagogia e Produção para a TVE. . **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 279-283, out/dez. 1969.

AUSTREGÉSILO, José Mário. Entrevista 10. Realizada na Rua Astronauta Louis Armstrong 42, Apto 101, Parnamirim, Recife, PE, em 19.01.2015.

AZEVEDO, Janete M. Lins. **A educação como política pública**, Campinas, SP, Autores Associados, 2001.

BACCARELLI, Maria de Jesus. Entrevista 09. Realizada na Rua Jornalista Edmundo Bitencourt, 75, Apto 103, Boa Vista, Recife, PE, em 11.09.2014.

_____. **Fotos acervo pessoal de teleteatro TVU**. 06 fotografias.

BAPTISTA, Ruy Neves. **O Trabalho médico científico**. PE, Bagaço, 2013.

BAUMAN, Z. **Globalização, as consequências humanas**. RJ, Jorge Zahar, 1999.

BECKER, Gretchem. TV Educativa: Balanço das Realizações e Perspectivas. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.48, n. 108, out/dez. 1967.

BERGER, P, LUCKMANN. **A Construção social da realidade**. Petrópolis, Vozes, 1995.

BORGES, G., REIA-BAPTISTA, V. **Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão**. Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 693 –732.

_____. **Distinção: Crítica Social do Julgamento**. SP. Edusp, Porto Alegre, 2007, 2ª ed.

_____. **Economia das Trocas Simbólicas**. SP, 2005, 6ª ed.

_____. CATANI, Afrânio M., NOGUEIRA, Maria Alice (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis, Vozes, 2013.

_____. **Invenção do Cotidiano**. Petrópolis, 2012, 19ª ed.

_____. **Sobre a televisão**. Jorge Zahar Editor, RJ, 1997.

BRAGA, Maria Helena Costa Carneiro, artigo **A educação brasileira nas décadas de 1960 e 1970**, SP. 2012 Disponível em: <www.iqe.org.br>. Acesso em: 04.11.2014.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto 20.047, de 27 de Maio de 1931**. Regula a execução dos serviços de radiocomunicações no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11.10.2014.

_____. Decisão nº 54, de 14 de julho de 1965. Reserva canais para a Televisão Educativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 417, out/dez. 1969.

_____. Ministério das Comunicações. **Portaria Interministerial 651, de 15 de abril de 1999**. O Ministro de Estado da Educação e o Ministro de Estado das Telecomunicações, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a necessidade de estabelecimento de critérios para outorgas de concessões, permissões e autorizações para execução dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, com finalidade exclusivamente educativa, por parte do Ministério da Comunicações, resolvem que. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=127&cf_id=24>. Acesso em: 11.10.2014.

_____. Presidência da República, Casa Civil. **Constituição de 1824**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 07.10.2014.

_____. **Constituição de 1934**. Em, 16 de julho de 1934; nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 07.10.2014.

_____. **Constituição de 1967**. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil, em 15 de março de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 07.10.2014.

BRASIL. **Constituição de 1891**. Em 24 de fevereiro de 1891; nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República

dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm>. Acesso em:
07.10.2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto 464, de 11 de fevereiro de 1969.** Estabelece normas complementares à Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0464.htm>. Acesso em: 10.10.2014.

_____. **Decreto 2.108, de 24 de dezembro de 1996.** Altera dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e modificado por disposições posteriores. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2108.htm>. Acesso em: 12.10.2014.

_____. Presidência da República, Casa Civil. **Decreto 2.206 de 14 de abril de 1997.** Aprova o Regulamento do Serviço de TV a Cabo. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1997/d2206.htm>. Acesso em: 12.12.2014.

_____. **Decreto 6.246 de 24 de outubro de 2007.** Cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC, aprova seu Estatuto e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6246.htm>. Acesso em: 11.12.2014.

_____. **Decreto 9.760, de 5 de setembro de 1946.** Dispõe sobre os bens imóveis da União e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del9760.htm>. Acesso em: 26.11.2014.

_____. **Decreto 19.398, de 11 de novembro de 1930.** Institui o Governo Provisório do Brasil e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19398.htm>. Acesso em:
10.10.2014.

_____. **Decreto 57.750, de 4 de fevereiro de 1966.** Outorga concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora – VHF. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-57750-4-fevereiro-1966-398272-republicacao-42173-pe.html>>. Acesso em: 10.10.2014.

BRASIL. **Decreto 72.634, de 16 de agosto de 1973.** Outorga concessão à Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa para estabelecer na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (televisão), com fins

exclusivamente educativos. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D72634.htm>. Acesso em: 17.10.2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em: 10.10.2014.

_____. **Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962**. Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4117.htm>. Acesso em: 15.10.2014.

_____. **Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 10.10.2014.

_____. Presidência da República, Casa Civil. **Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1971/5692.htm>>. Acesso em: 10.10.2014.

_____. **Lei 8.977 de 6 de janeiro de 1995**. Dispõe sobre o Serviço de TV a Cabo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8977.htm>. Acesso em: 12.12.2014.

_____. **Lei 9.394, em 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 10.10.2014.

_____. **Lei 11.652 de 7 de abril de 2008**. Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou outorgados a entidades de sua administração indireta; autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa Brasil de Comunicação – EBC; altera a Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11652.htm>. Acesso em: 12.12.2014.

BRASIL. Presidência da República, Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0236.htm>. Acesso em: 10.10.2014.

BRASIL. Resolução nº 01 de 11 de janeiro de 1966. Reserva canais para a Televisão Educativa e faz retificações. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 414-415, out/dez. 1969.

_____. Resolução nº 02, de 5 de janeiro de 1967. Fixa critério para atribuição de canais de TV em UHF. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 418, out/dez. 1969.

BRASILEIRO, Anísio de, Freitas Dourado. Entrevista 01. Realizada no Campus da UFPE – Gabinete do Reitor, Recife, PE, em 13.01.2014.

BRASÍLIA, Carta de. **I Fórum Nacional de TV's Públicas, em 11.05.2007**. Disponível em: <www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/Leia-na-integra-a-Carta-de-Brasilia/5/13076>. Acesso em: 17.11.2014.

BRASÍLIA, Carta de. **I Fórum Nacional de TV's Públicas, em 11.05.2007**. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/tv-publica-ebc/carta-de-bras%C3%ADlia>>. Acesso em: 17.11.2014.

BRAYNER, Flávio. **Educação e Republicanismo**. Brasília, Liber Livro Editora, LTDA, 2008.

BUFFA, Ester, ARROYO, Miguel, NOSELLA, Paolo. **Educação e Cidadania: quem educa o cidadão?** Cortez Editora, SP, 1995.

CARNEIRO, Otávio José, M. Entrevista 02. Realizada na Rua Acapulco, 157 – Jardim Atlântico, Olinda, PE, em 22.01.2014.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU**. Equipe no switcher. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU**. Otávio e Casadinho. 01 fotografia.

COMUNICAÇÕES, Ministérios das. Disponível em: <www.mc.gov.br/www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05.10.2014.

CRISTOVAM, Damião S. Entrevista 07. Realizada na Rua Levino Ferreira, 03 – 1ª Etapa, Rio Doce, Olinda, PE, em 05.06.2014.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Cobertura Carnaval. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Família Sakurai. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Câmera estúdio TVU. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Programa Problemas Brasileiros Fórum. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Programa Nacionalidades. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Programa Sala de Visita. 01 fotografia.

_____. **Fotos acervo pessoal sobre TVU.** Programa Cadeira Giratória. 01 fotografia.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducção.** Petrópolis, RJ, Vozes, 1998.

EBC, **Conselho Curador.** Disponível em:

<http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/files/notas%20do%20conselho.pdf> . Acesso em: 15.11.2014.

FERNANDES, Edilson S. **Histórias e Memórias da Educação em Pernambuco**, Editora Universitária-UFPE, 2009.

FIORENTINI, Leda Maria Rangaro, CARNEIRO, Vânia Lúcia Quinito. **TV Escola e os desafios de hoje.** Cursos de Extensão. Brasília, DF, 2002.

FREIDMANN, George. Televisão e democracia Cultural. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 306-317, out/dez. 1969.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura.** Artes Médicas, Porto Alegre, 1993.

FRADKIN, Alexandre. **A TVE é ou não é?** Disponível em:
<www.radiodifusaoeducativa.blogspot.com> . Acesso em: 12.10.2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra S/A, 17ª ed., 1987.

_____. **Ação Cultural para a Liberdade**, 5ª Ed., RJ, Paz e Terra, 1981.

GUIMARÃES, Geomia. **TV e Escola – Discursos em confronto**. SP, Cortez, 2001.

GUIMARÃES, Vilma Maria Pereira. Entrevista 08. Realizada via Skype, entre a residência da pesquisadora , em Olinda, PE e a sede da Fundação Roberto Marinho, no Rio de Janeiro, RJ, em 11.09.2014.

GOTTMANN, Guentter, GOTTMANN-ELTER, Christa ,GOMES FILHO Antonio. Princípios para TV Educativa, In: **Educação**. Publicação Oficial do Ministério da Educação e Cultura – Departamento de Apoio – Diretoria de Documentação e Divulgação – Esplanada dos Ministérios – Bloco 1 – Brasília, DF, Brasil – Revista Trimestral – Abril / Julho, 1971 – Ano 1 – nº 1.

INTERVOZES, C.B.C. **Sistemas públicos de Comunicação no mundo**. SP, Paulus, 2009.

LIMA, Jorge da Cunha. **Uma história da TV Cultura**. SP, Fundação Padre Anchieta, 2008.

LOPES, Cristiano A. **Regulação da radiodifusão Educativa**. Estudo março 2011, Consultoria Legislativa, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2011. Disponível em:
<www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/tema4/2011_63.pdf> . Acesso em: 11.11.2014.

MARANHÃO, Luiz. **Breve Estudo Sobre a TV Educativa no Brasil**. Relatório de Reunião da Funtevê, Fortaleza, 1985.

MARANHÃO, Luiz Beltrão Cavalcanti de Albuquerque, Filho. Entrevista 03. Realizada no Instituto Histórico de Olinda, Olinda, PE, em 13.02.2014.

MASTROIANNI, Giovanni Lira. Entrevista 05. Realizada na Av. Cons. Aguiar 2286 – Edf. Jamaica – Bloco B, Apto 304, Boa Viagem, Recife, PE, em 28.03.2014.

MASTROIANNI, Giovanni Lira. **Fotos acervo pessoal sobre futebol TVU**. 03 fotografias.

MCCARTHY, John Michael. TV como Instrumento de Cultura e Educação no Reino Unido. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 328-334, out/dez. 1969.

MEC/INEP. Informe ao 3º Congresso Internacional de radiodifusão Educativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 347-354, out/dez. 1969.

_____. Legislação sobre TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.52, n. 116, p. 409-418, out/dez. 1969.

_____. Projeto Saci Educação via Sattélite. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v52, n. 116, p.355-376, out/dez. 1969.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Projeto Saci" (verbete). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=292>> . Acesso em: 08.12.2014.

MILANEZ, Liana. **TVE Brasil cena de uma história**. RJ, 2007.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **Seculum, Revista de História**. Janeiro/Junho, 2008.

MORAES, D. (org.) **A Sociedade Midiatizada**. Rio de Janeiro : Mauad, 2006.

MORRE Arraes, fica o mito. *Jornal do Commercio*, Recife, 14 ago. 2005. Caderno especial.

NORBERT, Elias. **Introdução à Sociologia**. SP, Edições 70, 2008.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural**. SP, Brasiliense, 1988.

OUTORGA Concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora – VHF. Decreto 57750, de 4 de fevereiro de 1966. **Diário Oficial da União**. 23 fev. 1966. Seção I, parte I.

PAIVA E SOUSA, Judith Brito de P. Preparação de Professores para a TV Educativa. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 284-290, out/dez. 1969.

PASSARINHO, Jarbas. Uma Política de Ciência e Tecnologia para uma Sociedade Humanizada. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 342-346, out/dez. 1969.

PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº 30/582.

_____. Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº 30/582. 02 fotografias (stills).

PERNAMBUCO. Secretaria de Patrimônio da União-SPU. **TV Universitária**. Livro de Atas Nº 2 – Termo de Entrega – 27.02.1966 a 12.11.1975, páginas 16-18. Consulta em 17.07.2014.

_____. Secretaria de Patrimônio da União-SPU. **TV Universitária**. Processo 10480.006628/86-24. Consulta em 17.07.2014.

_____. Secretaria de Patrimônio da União-SPU/PE. **TV Universitária**. Processo nº 10480.006981/86-50. Consulta em 17.07.2014.

PERUZZO, Cicília. **TV Comunitária no Brasil: aspectos históricos**. 2000. Biblioteca on-line de ciências da comunicação. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-tv-comunitaria.pdf>. Acesso em: 21.12.2014.

REIS, Taunay D.C. dos. Contribuição para o planejamento da TVE no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 272-277, out/dez. 1969.

_____. Projeto SACI: Educação via satélite. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 355-376, out/dez. 1969.

RODRIGES, José da Paz. **Skinner**, 2014. Disponível em: <ppl.gal/o-modelo-didatico-do-ensino-programado-segundo-b-f-skinner/>. Acesso em: 21.12.2014.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Petrópolis, Editora Vozes, 2012.

SABOYA, Jackson. **Manual do Autor Roteirista**. Rio de Janeiro, Record, 1992.

SANTANA, Jorge José B. **A Televisão Pernambucana, por quem a viu nascer**. Recife, Ed. Do Autor, 2007.

SARAIVA, Maria Terezinha T. Organização e Planejamento para TVE. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 262-272, out/dez. 1969.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP, Autores Associados, 2008.

SILVA, Hilo Lins e. Miguel Arraes de Alencar. In: Recife, conceitos e evocações. Recife, Ed. Do Autor, 1984.

SILVERSTONE, Roger. **Por que Estudar a Mídia?** Edições Loyola, SP, 2002.

SIMÕES, J.L. (org.) **Pesquisas em Teoria e História da Educação**. Recife, Editora Universitária UFPE, 2010.

SOUSA, Paulo Dias de. Intercâmbio e Cooperação numa Política para a TVE no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.52, n. 116, p. 291-299, out/dez. 1969.

SOUZA, Edilson Fernandes, **Histórias e Memórias da Educação em Pernambuco**. Recife, Editora Universitária UFPE, 2009.

STEVANIM, Luiz Felipe Ferreira. **O que temos o que podemos ser**. Disponível em: <<https://peicpesquisa.wordpress.com/2014/11/>> . Acesso em: 15.11.2014.

TERMO de Contrato elabora entre o Governo Federal e a Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora, em VHF, na cidade de Recife, Estado de Pernambuco. **Diário Oficial da União**. 15 mar 1966. Seção I, parte I.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta e consciencia de clase**. Barcelona, Critica, 1979.

THOMPSON, Paul. **The Voice of the Past.**(A Voz do Passado, História Oral). USA, Oxford University Press, 1998.

30 ANOS TVU. Produção de Maria Clara Angeiras. Recife, PE, UFPE, 1999. Vídeo documentário realizado para a Disciplina Técnica de Pesquisa Jornalística, ministrada pelo Prof. Luiz Maranhão Filho, no curso de Jornalismo da UFPE, Recife, PE. (15':00"). DVD.

TVU. **Acervo TVU fotos década 1980.** 04 fotografias.

_____. **Acervo TVU fotos inauguração.** 06 fotografias.

_____. **Acervo TVU fotos programas década 1970.** 06 fotografias.

_____. **Acervo TVU fotos programas infantil e artes década 1970.** 04 fotografias.

_____. **Acervo TVU fotos telepostos, projeto OEA década 1970.** 05 fotografias.

TVU. **Núcleo de TV e Rádios Universitárias** – Acervo de programas de TV, Recife, 2015, Logomarcas [04].

TVU. **Televisão Universitária – Marco de Amplitude nos Trabalhos da TVU** – Relatório 1971, Recife, PE, 1971. [19]p.

_____. **Televisão Universitária – Relatório de Atividades 1972**, Recife, PE, 1972. [20]p. UFPE. Disponível em: <www.ufpe.br> . Acesso em: 12.10.2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Ata da reunião da 4ª sessão ordinária do Conselho Universitário, de 23 de agosto de 1968.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1968 / out. 1968. p. 111 – 122.

_____. **Ata da reunião da 5ª sessão ordinária do Conselho Universitário, de 11 de fevereiro de 1969.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1969 / out. 1970. p. 51 – 52.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Ata da reunião da 5ª sessão ordinária do Conselho Universitário, de 20 de setembro de 1972.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1971 / set. 1974. p. 78 – 83.

_____. **Ata da reunião da 6ª sessão extraordinária do Conselho Universitário, de 5 de agosto de 1966.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jun. 1965 / out. 1966. p. 146 – 152.

_____. **Ata da reunião da 6ª sessão ordinária do Conselho Universitário, de 06 de agosto de 1971.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1971 / set. 1974. p. 25 – 31.

_____. **Ata da reunião da 12ª sessão extraordinária do Conselho Universitário, em 16 de agosto de 1967.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1968 / out. 1968. p. 106 – 110.

_____. **Ata da reunião da 13ª sessão extraordinária do Conselho Universitário, em 17 de agosto de 1967.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE. jan. 1968 / out. 1968. p. 110 – 117.

_____. **Ata da reunião da 19ª sessão do Conselho Universitário, em 13 de outubro de 1965.** Livro Conselho Universitário. Recife, PE, jun. 1965 / out. 1966. p. 21 – 26.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **Boletim Oficial**, v.2, N. 5, p. 01-15 março 1967.

_____. **Boletim Oficial**, v.7, N.7, p. 178-189 março 1972.

_____. **Prédio da TVU**, Av Norte, 68, esquina com Rua da Fundação, Santo Amaro, Recife. 1966. Plantas originais diversas.

VASCONCELOS, Myrian Brindeiro de Moraes. A Televidência da TVU. **Cadernos Região e Educação**, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, PE, nº 17, jun. 1969.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

VIERA, Sofia Lercher, e FARIAS Isabel M. Sabino de. **Política Educacional no Brasil**, Brasília, Líber Livro, 2007.

VILMA Guimarães. 01 fotografia, cor. In:
<edeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/09/projeto-travessia-muda-realidade-de-jovens-estudantes-de-pernambuco.html>. Acesso em: 11.09.2014.

WEBWER, Silke. Entrevista 04. Realizada no Campus da UFPE - CFCH – 12º andar, sala 1215, Recife, PE, em 19.02.2014.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura**. Editora Paz e Terra LTDA, SP, 2011.

ANEXOS

A) Outorga de concessão Canal 11 VHF.


ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DIÁRIO OFICIAL
SEÇÃO I — PARTE I
DECRETO Nº 46.237 — DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO CIV — Nº 22 CAPITAL FEDERAL TERÇA-FEIRA, 15 DE FEVEREIRO DE 1966

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 57.745 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1966
Transfere concessão e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 81, inciso I, da Constituição, e nos termos do art. 150, do Código de Águas, decreta:

Art. 1º Fica transferida ao Município de Japaraba, Estado de Minas Gerais, a concessão para o aproveitamento da energia hidráulica do desnível existente no rio São Domingos de que é titular o Município de Ituaçuama, em virtude do Decreto nº 27.072, de 24 de agosto de 1949.

Art. 2º Os bens transferidos, compreendendo a usina hidrelétrica e linha de transmissão, serão pagos à conta do destaque de Cr\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de cruzeiros) do crédito orçamentário do exercício de 1965, de conformidade com a Lei nº 4.539, de 10 de dezembro de 1964.

Art. 4º — Anexo 4 — Subanexo 4.19.00 — Ministério das Minas e Energia — Unidade Administrativa 4.19.06 — Departamento Nacional da Produção Mineral — 4.1.2.0. — C) Energia: 1) Programa especial de energia elétrica nos diversos Estados da União e incluindo unificação de frequência, estudos do potencial energético e dos mercados de energia — Cr\$ 6.200.000.000.

Art. 3º A energia produzida destina-se a serviço público, de utilidade pública e comércio de energia no Município de Japaraba.

Art. 4º O Município de Japaraba deverá assinar contrato disciplinar da concessão dentro do prazo de trinta (30) dias, contado da publicação do despacho de aprovação da respectiva minuta pelo Ministro das Minas e Energia.

Art. 5º As tarifas de fornecimento de energia elétrica serão fixadas e trienalmente revistas pela Divisão de Águas, do Departamento Nacional da

Produção Mineral, com aprovação do Ministro das Minas e Energia.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Mauro Thibau
(Nº 51.978 — 9-12-65 — Cr\$ 9.180)

DECRETO Nº 57.750 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1966
Outorga concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora — VHF.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o Art. 81, nº 1, da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no Art. 5º, nº XII, da mesma Constituição, e o que consta no Parecer nº 964-65, do Conselho Nacional de Telecomunicações, decreta:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do Art. 38 do Regulamento dos Serviços de Rádio, para estabelecer, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão de sons e imagem (TV), utilizando o canal 11 (come).

Parágrafo único. O contrato decorrente desta concessão obedecerá as cláusulas que com este baixam rubricadas pelo Presidente do CONTEL, e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação deste decreto no Diário Oficial sob pena de se tornar nulo, de pleno direito o ato de outorga.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 4 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Nº 348 — 1-2-66 — Cr\$ 6.120.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 9 de fevereiro de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

H. CASTELLO BRANCO
Octavio Bulhões
CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1966
(Em milhares de cruzeiros)

Legislação: Decreto nº 24.427, de 19 de junho de 1934 e Decreto-lei nº 8.455, de 26 de dezembro de 1946.

Receita	Parcial	Total
	Cr\$	Cr\$
1.0.0.00 — Receitas Correntes	76.300	
1.2.0.00 — Receita Patrimonial	3.423.750	
1.3.0.00 — Receita Industrial	3.755.800	
1.3.0.00 — Receitas Diversas	501.472	
"Deficit" do Orçamento Corrente	6.757.422	

Despesa	Parcial	Subtotal	Total
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
3.0.0.0 — Despesas Correntes			
3.1.0.0 — Despesas de Custeio			
3.1.1.0 — Pessoal	3.550.040		
3.1.2.0 — Material de Consumo	105.500		
3.1.3.0 — Serviços de Terceiros	998.812		
3.1.4.0 — Encargos Diversos	76.000		
3.1.5.0 — Despesas de Exercícios anteriores	32.000	4.762.352	
3.2.0.0 — Transferências Correntes			
3.2.2.0 — Inativos	20.000		
3.2.5.0 — Salário-Família	153.020		
3.2.8.0 — Contribuições de Previdência Social	422.050	595.070	
3.3.0.0 — Juros de Movimentação de Depósitos	1.400.000	1.400.000	6.757.422

Resumo

	Receitas	Despesas
	Cr\$	Cr\$
Receitas e Despesas Correntes	6.255.950	6.757.422
"Deficit"	501.472	—
Totais	6.757.422	6.757.422

Fonte: OUTORGA Concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora — VHF. Decreto 57750, de 4 de fevereiro de 1966. Diário Oficial da União. 23 fev. 1966. Seção I, parte I.

B) Contrato CONTEL / UFPE.

Terça-feira 18

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Março de 1966 2803

Cláusula Décima Terceira — O presente Convênio poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas ou parágrafos mediante cláusula aditiva.

Cláusula Décima Quarta — As despesas com o presente Convênio correrão à conta da rubrica 3.1.3.15.00 — Outros serviços de Terceiros — 2 Acórdãos e Convênios, para o exercício de 1966.

Cláusula Décima Quinta — O GTB se compromete a entregar concluídas as obras deste Convênio no prazo de 12 meses.

Cláusula Décima Sexta — As partes elegem como competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas do presente Convênio, o Fórum do Distrito Federal, renunciando expressamente a qualquer outro que tenham ou venham a ter direito.

Para firmeza e validade do que ficou ajustado, lavrou-se o presente termo em 12 vias iguais e para um só efeito, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes convenientes na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1966. — General Alvaro de La Rocha Couto, Dirigente do GTB. — Dr. Eudes de Souza Leão Pinto.

Testemunhas: Paulo da Silva Maia — Adrido Camilo Filho.

Conselho Nacional de Telecomunicações

Térmo de contrato celebrado entre o Governo Federal e a Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora em VHF, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco.

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, neste Conselho Nacional de Telecomunicações — CONTEL, — presentes o Senhor Euclides Quindim de Oliveira, Capitão-de-Mar-e-Guerra, como representante do Governo Federal, face à atribuição que lhe confere o artigo trinta e oito, alínea nove, do Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto número cinquenta e dois mil e vinte e seis, de vinte de maio de mil novecentos e sessenta e três e o Dr. Manoel Cautano de Queiroz Andrade, brasileiro, casado, Professor Universitário, residente na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, como representante da Universidade Federal de Pernambuco, conforme instrumento de procuração que apresentou. — Processo número quinze mil quatrocentos e quatorze de mil novecentos e sessenta e cinco do Protocolo deste Conselho, declarou o Senhor Presidente que, de conformidade com o disposto no Decreto número cinquenta e sete mil setecentos e cinquenta e quatro de fevereiro de mil novecentos e sessenta e seis, publicado no Diário Oficial de quinze de fevereiro do mesmo ano, republicado no Diário Oficial de 23 de fevereiro de mil novecentos e sessenta e seis, por ter sido publicado com omissão das respectivas cláusulas do Decreto, fica outorgada concessão à Universidade Federal de Pernambuco, nos termos do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Rádio, para estabelecer, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (TV) utilizando o canal 11 (onze), de acordo com as cláusulas a seguir enumeradas: **Cláusula primeira** — Fica assegurado à Universidade Federal de Pernambuco o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade do Recife, Estado de Pernambuco, uma estação de radiodifusão de sons e imagens (TV), destinada a executar o serviço de radiodifusão, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. **Clá-**

ula segunda — A presente concessão é outorgada pelo prazo de quinze (15) anos e entrará em vigor na data do registro deste contrato pelo Tribunal de Contas da União, não se responsabilizando o Governo Federal por indenização alguma, caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser registrado. **Cláusula terceira** — A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria e Quadro Social constituídos exclusivamente dos brasileiros a que se referem as alíneas I e II do art. 129 da Constituição Federal; b) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, permitida, porém, em caráter excepcional e com autorização expressa do CONTEL, a admissão de especialistas estrangeiros, em qualquer contrato, em qualquer hipótese, deverão ser observadas as qualificações técnicas e habilitações estabelecidas no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.755, de 31.10.63; c) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, dois terços (2/3) no mínimo, de pessoal brasileiro; d) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo; e) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras que regem a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões até ao recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; f) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; g) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas, em lei ou regulamento; h) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.755, de 31.10.63; i) irradiar, claramente, boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, sob a direção da Agência Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assuntos de relevância interesse nacional; j) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênera, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados por acontecimentos imprevistos; l) submeter, no prazo de seis (6) meses, a contar da data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas da União, à aprovação do Conselho Nacional de Telecomunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamento e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; m) inaugurar o serviço definitivo no prazo de dois (2) anos, a contar da data da aprovação de que trata a alínea anterior; n) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço da concessão; o) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem fazer transferência de ações ou cotas sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; p) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo CONTEL; q) manter a sua escrita e contabilidade padroni-

zadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CONTEL; r) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do CONTEL; s) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; t) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. **Cláusula quarta** — Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da sociedade, para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. **Cláusula quinta** — A frequência consignada à sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incluindo-se nessa frequência o direito de posse de União. **Cláusula sexta** — Em qualquer tempo são aplicáveis a concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. **Cláusula sétima** — A inadimplência de qualquer das estipulações contidas no presente contrato sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos, não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo CONTEL, observados os princípios do art. 63 do Código Brasileiro de Telecomunicações. **Cláusula oitava** — Findo o prazo a que se refere a cláusula II, será declarada perempta a concessão, se a concessionária deixar do direito à renovação. E, por estarem de acordo mandou o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Telecomunicações invalidar o presente contrato que, depois de lido e achado conforme, assina com a parte e com as testemunhas abaixo e vai, também, assinado por mim, Lucy de Mello, que o lavrei. **Euclides Quindim de Oliveira**, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Presidente do CONTEL. — **Dr. Manoel Cautano de Queiroz Andrade**, como representante da Universidade. — **Ten. Cel. Alvaro Pedro Cardoso Avila**, Chefe de Gabinete. — **Lucy de Mello**, Chefe do Setor de Atos da Divisão Jurídica do CONTEL. (Nº 9.359 — 9.3.66 — Cr\$ 30.630)

MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA

Gabinete do Ministro

Térmo de Convênio entre o Ministério das Minas e Energia, por parte do Governo da União e a Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, no Estado de Minas Gerais, visando emprego de recurso orçamentário nos termos da Lei nº 4.539, de 10-12-1964, na forma do § 3º do artigo 18 da Constituição Federal.

Aos 28 dias do mês de fevereiro de 1966, presentes na Secretaria de Estado das Minas e Energia, o Doutor Mauro Thibau, Ministro de Estado das Minas e Energia, por parte do Governo da União e o Senhor Euclides de Oliveira Castro, Prefeito Municipal de Carmo de Minas, por parte da mencionada Prefeitura, conforme credenciais apresentadas, deliberaram assinar o presente termo de Convênio, visando o emprego de recurso orçamentário, nos termos da Lei número 4.539, de 10-12-64, na forma do § 3º do artigo 18 da Constituição Federal, com observância da Lei número 1.489, de 10-12-51, do Decreto número 637, de 1-3-62 e das cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira — A Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, no Estado de Minas Gerais, de conformidade com o estabelecido no Orçamento Geral da União para o Exercício Financeiro de 1965, Lei nº 4.539, de 10-12-64, toma a seu cargo o emprego

de recurso orçamentário consignado no Artigo 4º — Anexo 4 — Subanexo 4.19.00 — Ministério das Minas e Energia — Unidade Administrativa — 4.19.06 — Departamento Nacional da Produção Mineral — Categoria Econômica — 4.1.2.0 — C) Energia — 2) — 1) Adendo "A" — Item K.14 — Minas Gerais — Subitem: 139) Obras da rede de energia elétrica em Carmo de Minas ... Cr\$ 5.000.000. — § 1º A Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, no Estado de Minas Gerais, obrigando-se, no caso de não executar diretamente os serviços aqui mencionados, contratar a sua execução ou o fornecimento dos materiais necessários, com firmas ou entidades especializadas e idôneas, habilitadas a total ou parcial realização do plano de aplicação, nos prazos previstos, condições técnicas e economicamente vantajosas.

§ 2º Os contratos com fornecedores de materiais ou equipamentos, com construtores ou locadores de serviços para a execução do plano de aplicação prevendo os pagamentos por material entregue ou obra feita.

Cláusula Segunda — O Governo da União por intermédio do Ministério das Minas e Energia, contribuirá com a importância de Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), para a execução do presente Convênio, imputando esta despesa na escrituração do Subsetor de Orçamento do Ministério das Minas e Energia.

§ 1º A contribuição do Governo da União correrá à conta de dotação anual registrada no Orçamento Geral da União para o Exercício Financeiro de 1965, de acordo com a Lei nº 4.539, de 10-12-64 — Artigo 4º — Anexo 4 — Subanexo 4.19.00 — Ministério das Minas e Energia — Unidade Administrativa — 4.19.06 — Departamento Nacional da Produção Mineral — Categoria Econômica — 4.0.0.0 — Despesa de Capital — 4.0.0.0 — Investimentos — 1.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial — C) Energia — 2) — 1) Adendo "A" — Item K.14 — Minas Gerais — Subitem: 139) Obras da rede de energia elétrica em Carmo de Minas ... Cr\$ 5.000.000 (cinco milhões de cruzeiros), inscritura em "Restos a Pagar" sob número de ordem 292.

§ 2º A entrega dos recursos pelo Ministério das Minas e Energia fica vinculada à aprovação do plano de aplicação correspondente, na forma do parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 53.511, de 11-1-65, comprometendo-se a Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, no Estado de Minas Gerais, a executá-lo fielmente, assim como as modificações que porventura sejam introduzidas pelo Ministério, obrigando-se a cumprir todas as determinações da vigente legislação aplicável à matéria.

Cláusula Terceira — Os recursos entregues pelo Ministério das Minas e Energia serão obrigatoriamente empregados nas Agências do Banco do Brasil S.A., onde as houver, ou em sua falta nas Cajas Econômicas Federais ou em estabelecimentos bancários idôneos, sob o título: "Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, no Estado de Minas Gerais — Conta vinculada a verbas do Ministério das Minas e Energia — Lei nº 4.676, de 10-6-64", devendo a prestação de contas ser feita com um extrato da respectiva conta corrente (Lei nº 1.489-51).

Parágrafo único. Os juros das contas abertas nos termos da Cláusula anterior, constituirão rendas da União e serão recolhidos ao Banco do Brasil S.A., para crédito da conta "Receita da União" (Lei nº 1.489-51).

Cláusula Quarta — A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo de Órgão ou Funcionário Público Federal a ser escolhido ou recrutado, nas fontes abaixo citadas, devidamente designados através da Portaria Ministerial ou Decreto: Divisão de Agras, do Departamento Nacional da Produção Mineral;

Fonte: Ministério das Comunicações, 2014.

OUTORGA Concessão à Universidade Federal de Pernambuco, para instalar uma estação televisora — VHF. Decreto 57750, de 4 de fevereiro de 1966. Diário Oficial da União. 23 fev. 1966. Seção I, parte I.

C) Termo Cessão Gratuita do terreno TVU – situado na Av. Norte, esquina com Rua da Fundição.

Q. 3340/66

Termo de cessão gratuita do terreno
avariado de manilha situada na ave-
nida Norte esquina da Rua da Fun-
dicação, em Santo Amaro, freguesia da
Boa Vista, em Recife, Estado de Per-
nambuco, que entre si fazem, como
outorgante cedente a União Federal e,
como outorgada cessionária, a Alameda
da União Federal de Pernambuco, conforme
primeiro protocolo nº 114.571/66
(M. F.).

Aos dois (2) dias do mês de janeiro do ano
de mil novecentos e sessenta e sete (1967), na
Delegacia do Serviço do Patrimônio da União no
Estado de Pernambuco, compareceram, como outor-
gante cedente a União Federal, representada neste
ato, na forma do artº 75 do Decreto-Lei
nº 9.769, de 5 de setembro de 1946 e em virtude do
inciso IX do artigo 4º da Lei nº 2.642, de 9 de
novembro de 1955, pelo Sr. Sr. João Cavalcanti
Neto, Procurador da Fazenda Nacional neste
Estado, e, como outorgada cessionária, a Uni-
versidade Federal de Pernambuco, entidade de
autarquia do Ministério de Educação e
Cultura, devidamente representada neste ato
pelo Magnífico Reitor, Sr. Manoel Humberto de
Bastos Guimarães, brasileiros, casados, professores
universitários, residentes e domiciliados nesta
cidade, presentes, também, as duas testemunhas
de min. públicas, e nomeadas no final do
presente termo. E, perante as mesmas teste-
munhas, foi pela outorgante cedente, por seu
representante legal, dito o seguinte: Primeira
que é senhora e legítima possuidora do
terreno avariado de manilha situada na ave-

17

no do Norte, da qual vai da Rua da Fundação, em Santo Amaro, Zigueira da Beira, em Recife, Estado de Pernambuco, o qual, de acordo com o elemento técnico constante do processo protocolado nesta Delegacia sob nº 3340/66 e 114571/66 ao W. da Fazenda, tem as seguintes características: mede 37,00 m. pela testada da Rua da Fundação; 77,00 m. pela Aven. da Norte; 42,00 m. pelo fundo oeste e finalmente 79,50 m. ao longo da divisação do terreno ora pretendido e a Fábrica Crush. Limites: ao Norte, com a Aven. da Norte; a Leste, com o terreno da propriedade do Município de Juazeiro; ao Sul, com terrenos adjacentes ao terreno na posse de terceiros; a Oeste, com a Rua da Fundação. Forma aproximadamente retangular com a área de 3.169,00 m².

Segunda — que o mencionado terreno se acha livre e desembaraçado de todo e qualquer ônus judicial ou extra-judicial, hipoteca legal ou convencional ou ainda qualquer outro ônus real;

Terceira — que, com fundamento nos artigos 125 e 126 do Decreto-Lei nº 9760, de 5 de setembro de 1946, e da, gratuitamente, a outorgada, conforme Decreto nº 59.572, de 17 de novembro de 1966, o terreno ante, eleito, mediante as seguintes condições: a) o imóvel será utilizado na construção de uma emissora de televisão, com finalidades educacionais, a cargo da assessoria, com a compra de estúdios, transmissores e antenas; b) a prestação que a outorgada este contrato tornar-se-á nula,

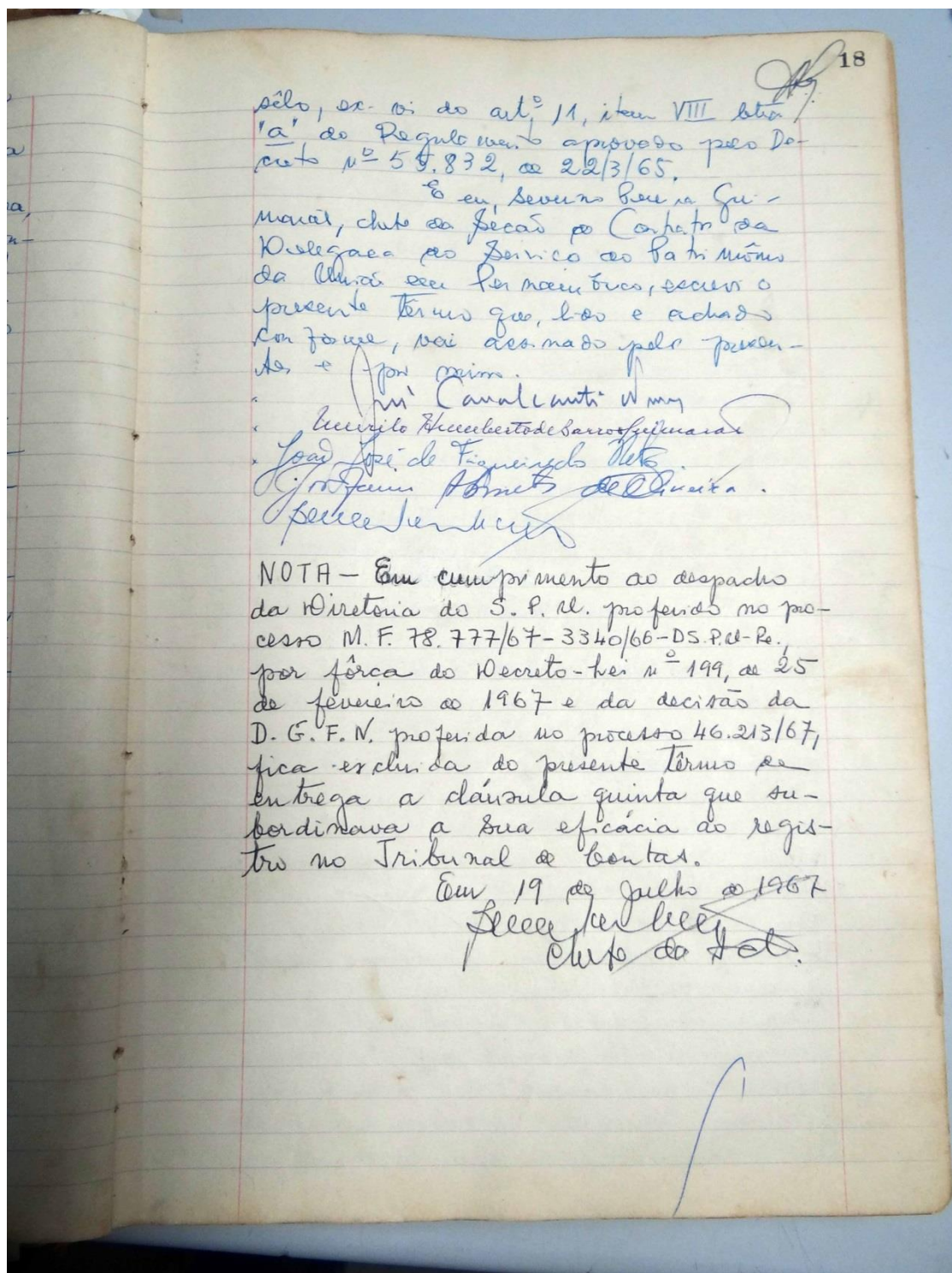
independentemente de ato especial e sem
 direito a qualquer remuneração, se ao
 teneiro for dada utilização diversa da
 que é destinada; se entre de 3 (três)
 anos não lhe for dada aplicação ou ainda,
 se ocorrer inadimplemento de cláusulas con-
 tratuais; Quarta - que, assim sendo e di-
 recta da outorgada antes citada, a outor-
 gante sece, grãtuitamente, a outorgada, o
 imóvel descrito na cláusula primeira e
 nas condições estipuladas, na cláusula
 terceira; Quinta - que o presente con-
 trato só se tornará perfeito e acaba-
 do após o seu registro pelo Tribunal
 de Contas, não se responsabilizando a
 União Federal por indenização de es-
 pecial alguma se o registro for nega-
 do por aquele Tribunal. Para outorgada,
 por seu representante foi dito, então, po-
 nente as mesmas testemunhas que ace-
 ta o presente contrato com todas as obli-
 gações que nele se contém e no termo
 em que está redigido. E, por assim se
 declararem apurados e contratados, assinam
 o presente contrato a outorgante e a
 outorgada, por seus representantes, juntamente
 com as testemunhas: Sr. João José de Figuei-
 redo Neto e Sr. Joaquim Abrantes de Oliveira,
 presentes a todo o ato, depois do lido e achado
 em tudo conforme o presente contrato,
 o qual é lavrado em livro especial da
 delegacia do Serviço de Patrimônios da
 União em Paracambi, valendo o mesmo
 como escritura pública, conforme dis-
 põe a legislação em vigor. Sendo de

são, e
 'a' de
 outo

Manat
 D. de
 do C
 por
 con
 de

João
 de
 de

NO-
 da
 ces
 por
 de
 D.
 fic
 em
 de
 tr



Fonte: PERNAMBUCO. Secretaria de Patrimônio da União-SPU. TV Universitária. Livro de Atas Nº 2 – Termo de Entrega – 27.02.1966 a 12.11.1975, páginas 16-18. Consulta em 17.07.2014.

D) Planta terreno TVU – Av. Norte, esquina com Rua da Fundição, Santo Amaro, Recife, PE.

Continuação do laudo de avaliação - Fl. 2

SOF 7-S
Fs. n. 02 (Dois)

MINISTÉRIO DA GUERRA
DIRETORIA DE OBRAS E FORTIFICAÇÕES
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS Nº 1

AVENIDA NORTE
RECIFE

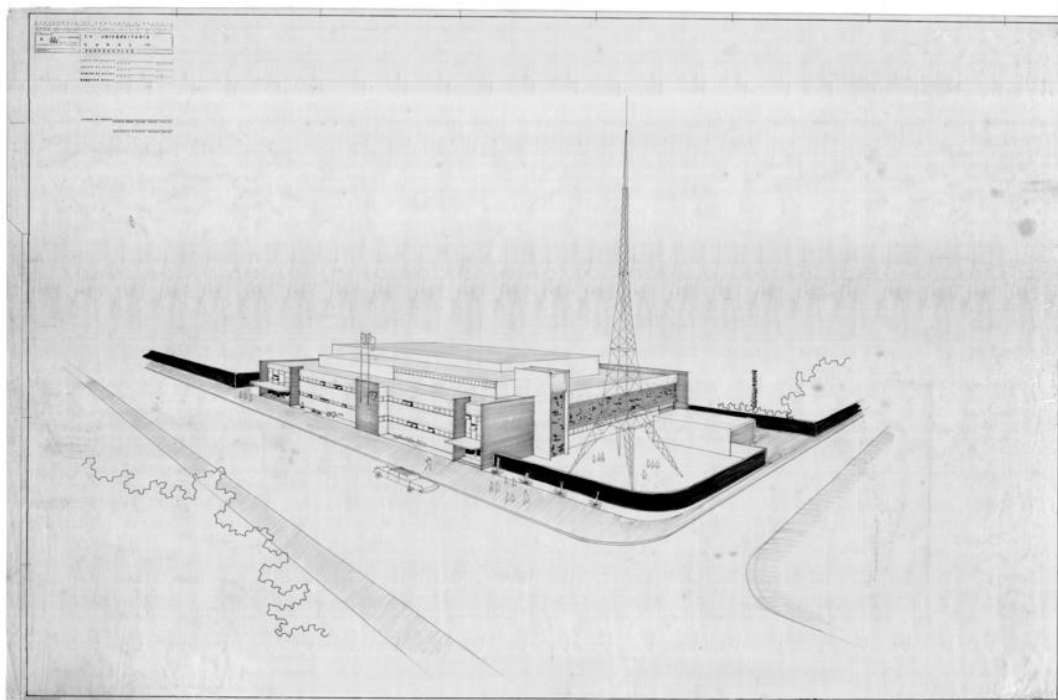
LOCAÇÃO DE :
CRO-1/7 E CIA QG/INEX
ESC. 1/500

CRO-1	FOLHA
DATA	19/10/66
PROJETO	
CÁLCULO	
DESENHO	J. Maia
VISTO	<i>Amazul</i> Cap. 6/74

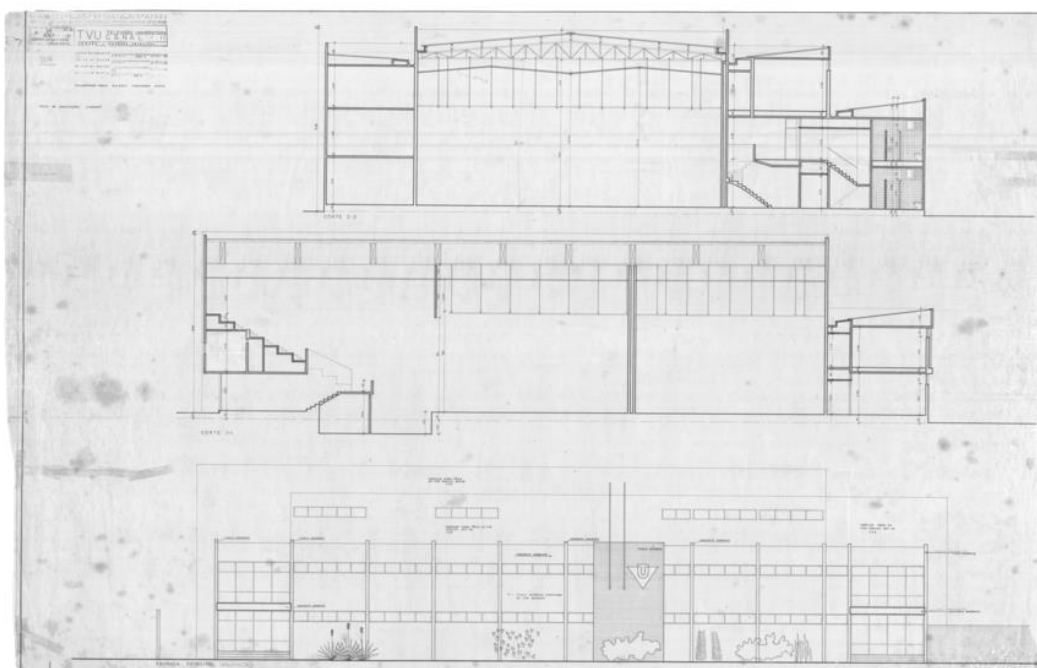
(Continua...)

Fonte: PERNAMBUCO. Secretaria de Patrimônio da União-SPU/PE. TV Universitária.
Processo nº 10480.006981/86-50. Consulta em 17.07.2014.

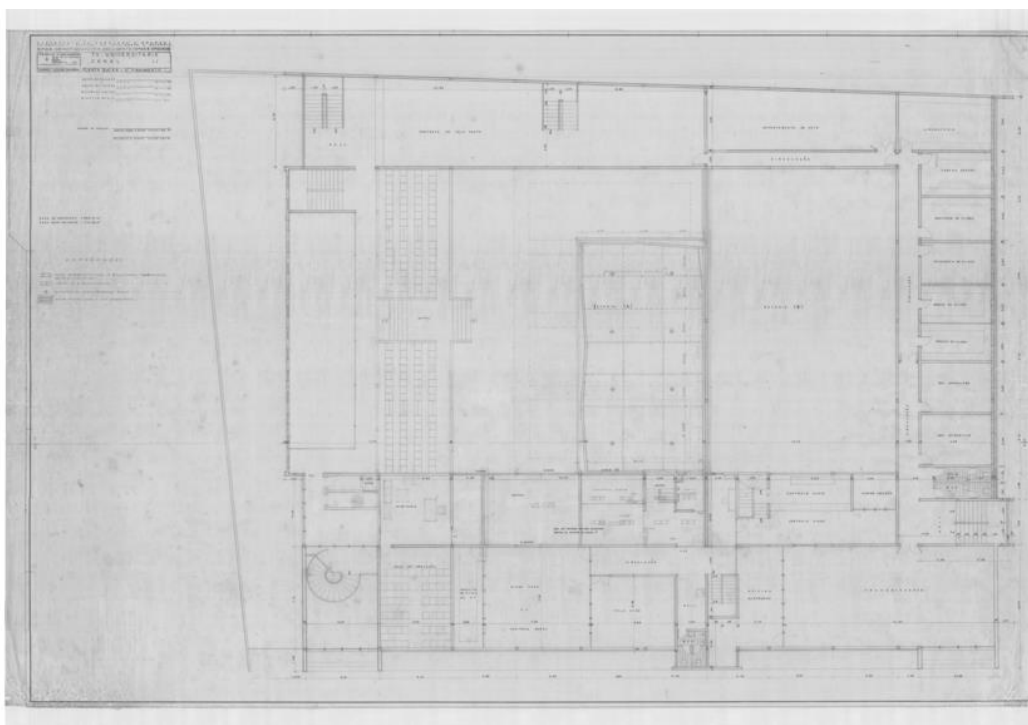
E) Plantas originais TVU – 1966. Cedidas pelo Memorial Denis Bernardes /UFPE.



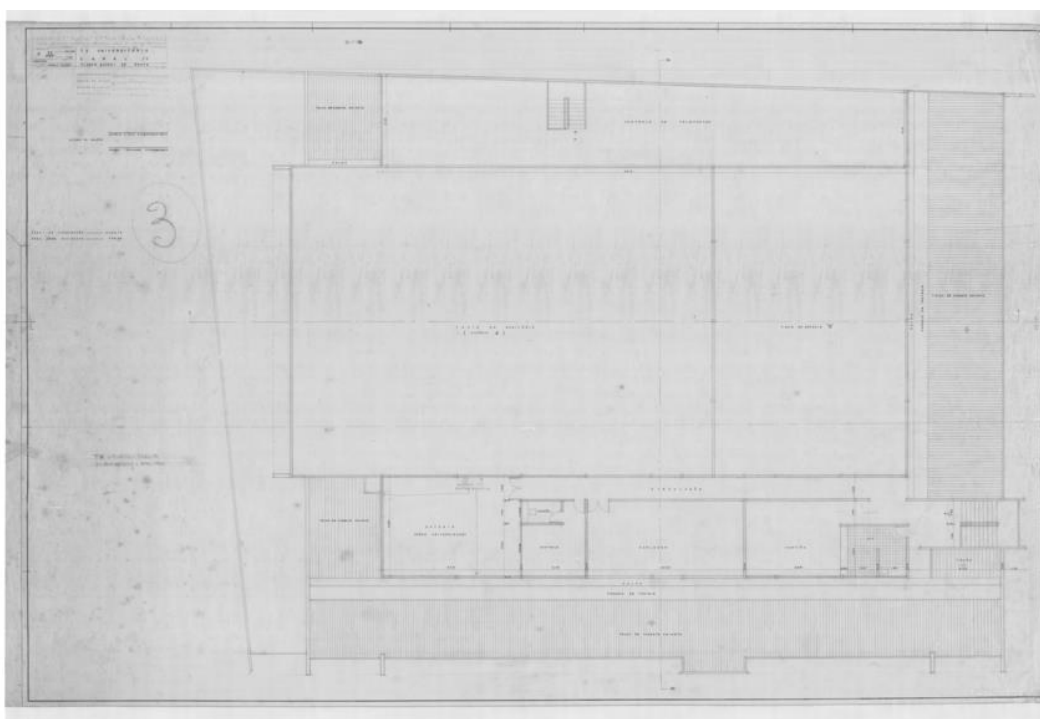
Perspectiva



Cortes A/B e fachada.



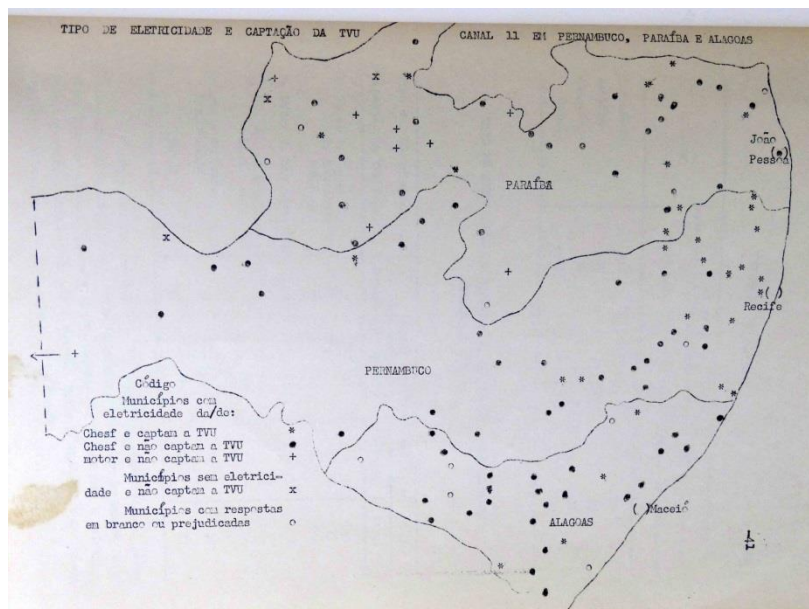
Planta baixa 2º pavimento.



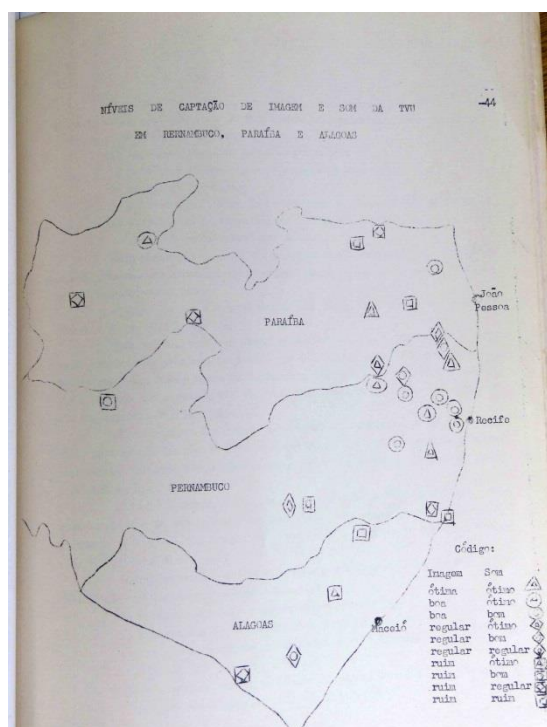
Planta baixa 3º pavimento.

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Prédio da TVU, Av Norte, 68, esquina com Rua da Fundação, Santo Amaro, Recife. 1966. Plantas originais diversas.

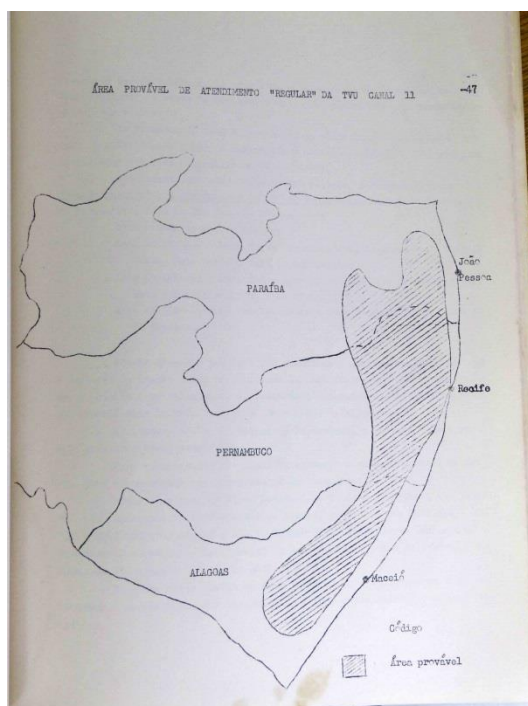
G) Mapa Alcance TVU, pesquisa de audiência – 1969 (04 mapas).



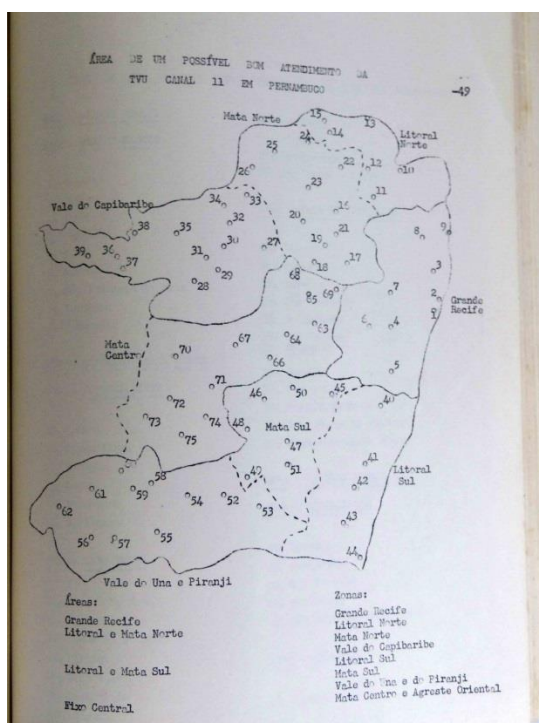
Tipo de eletricidade e captação da TVU em PE, PB e AL.



Níveis de captação de imagem e som da TVU em PE, PB e AL.



Área provável de atendimento “regular” da TVU, Canal 11.



Área de um possível bom atendimento da TVU, Canal 11 em PE, PB e AL.

Fonte: VASCONCELOS, Myrian Brindeiro de Moraes. A Televidência da TVU. Cadernos Região e Educação, Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, PE, nº 17, jun. 1969.

H) Planilha convênios TVU – 1972.

VIII - CONVÊNIOS					
Nº DO ORDEN	ÓRGÃO CONVENIENTE	VIGÊNCIA	RECURSOS CR\$		FINALIDADE
			DO ÓRGÃO CONVENIENTE	CONTRA PARTIDA	
01	SIJDENE	30.10.70	22.849,48	-	Criação de um Sistema de Produção de Programas Educativos de Rádio e Televisão, através de uma Comissão de Coordenação da Universidade. Valor do Convênio - Cr\$70.000,00= Saldo p/ 1972 - Cr\$22.849,48.
02	"	8.11.71 a 30.9.72	24.216,49	-	Criação de um Sistema de Programas Educacionais para o Rádio e a Televisão na Universidade (complementação ao Convênio 53/70). Valor do Convênio: Cr\$35.000,00= Saldo p/ 972 Cr\$24.216,19.
03	"	30.12.71 a 31.12.72	100.000,00	-	Execução de um programa de melhoria das instalações para a produção dos programas da TV U Canal 11, através da aquisição de equipamento

VIII - CONVÊNIOS					
Nº DO CONVÊNIO	ÓRGÃO DO CONVENIENTE	VIGÊNCIA	RECURSOS CR\$		FINALIDADE
			DO ÓRGÃO CONVENIENTE	CONTRA PARTIDA	
04	SIJDENE	26.7.72	95.000,00	-	Execução de um Programa de assistência técnica e financeira a Televisão Universitária Prof. Murielo Guimarães - Canal 11.
05	L.B.A.	26/12/72 a 31/12/73	70.000,00	86.000,00	Curso de Alfabetização de Adultos.
06	B.E.A.	06/71 a 06/72	15.991,50	-	Curso de Preparação para Produção e Realização de Programas Educativos em Televisão.
07	O.E.A.	06/71 a 06/72	20.608,00	-	Viagens e missões para aperfeiçoamento.
08	O.E.A.	06/71 a 06/72	7.280,00	-	Equipamento para produção (tecnologia educativa.)
09	O.E.A.	06/71 a 06/72	17.740,80	-	Vários
10	SSEC	01/72 a 03/72	50.000,00	-	Curso de Aperfeiçoamento e Atualização de Professores e Especialistas p/ a Implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º grau.
11	SSEC	01/72 a 11/72	30.000,00	-	Curso de Madureza
12	SSEC	01/72 a 11/72	5.000,00	-	" " " (Torneio Aditivo)

VIII - CONVENIOS

Nº ORDEN	ÓRGÃO CONVENIENTE	VIGÊNCIA	RECURSOS R\$		FINALIDADE
			DO ÓRGÃO CONVENIENTE	CONTRA PARTIDA	
13	FRONTAL	08 a 12/72 - ProE rogação p/31/03/73	200.000,00	-	Suplementar e Complementar no exercício de 1972, as necessi- dades do Programa de Matemáti- ca e equipamento da Televisão.
14	REDE GLOBO DE TELE- VISÃO.	25/2/72 30 hs	3.000,00	-	Uso caminhão de externas
15	idem	23/4/72 6 hs	3.000,00	-	" " "
16	idem	09/10/72 1 hs	5.000,00	-	" " "

Fonte: TVU. Televisão Universitária – Relatório de Atividades 1972, Recife, PE, 1972. p. 11-13.

I) Quadro de vinculação política e administrativa das emissoras e órgãos e fundações articuladas ao PLANATE – 1973.

	FEDERAIS					ESTADUAIS		PAR- TICU- LARES
	PR	M E C				GOV. DO ESTADO	SECRET. DE EDUCAÇÃO	
	CNPq	SG	DSU	DAC	DAU			
ADMINIST. DIRETA	INPE	PRONTEL		SRE			TVE-RS CERTE-PE	
ADMINIST. INDIRETA				DFE-INC	RTVU-PE TVU-RN			
FUNDAÇÕES			FEBTVE			FPA-SP FPC-MG FIES-ES	FMTVE-MA TEA-AM IRDEB-BA	FEPLAM

VINCULAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA DOS ORGANISMOS DE
TELEDUCAÇÃO DO PAÍS.

Fonte: Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. Plano nacional de tecnologias educacionais - PLANATE. Rio de Janeiro: PRONTEL, 1973. [7]p.

J) Catálogo de Produção da TVU 1982-1986.



Capa.

SUMÁRIO	
1	— APRESENTAÇÃO 03
2	— ACERVO DE TV E RÁDIO 04
2.1	— Produção da TV Universitária 04
2.1.1	— Séries 04
	• História de Pernambuco 04
	• História da Arte Pernambucana 05
	• Literatura Brasileira 06
	• O Que Temos, O Que Somos 07
	• Saúde Para Todos 08
	• Línguas Tíranas do Nordeste 08
	• Roda Pílo 09
	• A Universidade na Comunidade 10
	• Memória 10
	• O Saber da Casa 11
	• Nordestinas TV 12
	• Alma Encantadora das Ruas 12
	• Artesãos, as suas Ordens 12
	• Criança, Movimento e Vida 13
	• Violência, Não 14
2.1.2	— Acervo Jornalístico 14
	• Filmes do "Ciclo do Recife" 14
	• Depoimentos 15
	• Documentos 15
2.1.3	— Eventos 15
	• Carnaval 15
	• Semana Santa 15
	• Festas Juninas 15
2.1.4	— Documentário de Experiências Educacionais em realização:
	— Universidade Federal de Pernambuco:
	• Aprender Pensando — Área de Alfabetização 15
	• Economia Brasileira em Debate 15

p.01 - Relação de programas.

• Conjuntura Econômica — Segmento I 15	15
• Conjuntura Econômica — Segmento II 15	15
• Reforma Agrária — Segmento I 15	15
• Reforma Agrária — Segmento II 15	15
• Conjuntura Política — Segmento I 15	15
• Conjuntura Política — Segmento II 15	15
— Estudo dos Problemas Brasileiros (EPB)	
• Conheça sua Universidade 16	16
— Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco:	
• Ensino Noturno — Alternativas de Solução 16	16
2.2 — Produção da Rádio Universitária FM	
2.2.1 — Séries	
• Coisas da Província 17	17
• Meu Brasil Brasileiro 18	18
• Canção de Chegada 19	19
• Esses Moços 19	19
• Perfil Brasileiro 19	19
• Ponto nos II 19	19
• Coisas Nossas — Meta 01	
• O Que Temos, O Que Somos 20	20
• Coisas Nossas — Meta 02	
• Rádio Pernambucano 21	21
• Coisas Nossas — Meta 03	
• Teatro Pernambucano 22	22
• Coisas Nossas — Meta 04	
• Cinema Pernambucano 22	22
• E O Espetáculo Continua 23	23
• Escala 23	23
• Recital 23	23
• Orquestras e Corais 23	23
• Música Popular Brasileira 23	23
• Recital de Jazz 23	23
2.2.2 — Eventos	
• Natal 24	24
• Carnaval 24	24
• Semana Santa 24	24
2.3 — Integrantes do Quadro de Pessoal do NTVR 24	24

p. 03 — continuação da relação de programas.

Fonte: TV Universitária. Catálogo de Produção 1986. Recife, PE. 1986, [29]p.

K) Relação de diretores TVU (NTVRU).

- Nov 1967 / 1970 - Manoel Caetano de Queiroz Andrade (primeiro diretor);
- 1970 / 1972 - Sebastião de Hollanda Cavalcanti Miguel Vita;
- Out 1972 / Jun 1973 - Valter Teles Moreira;
- Jul 1973 / Nov 1976 - Francisco Dário Mendes da Rocha;
- Dez 1976 / Mar - 1977 - Telmo Maciel (diretor interino);
- Abr 1977 / Jan 1980 - Sadoc Souto Maior;
- (Registro não encontrado na UFPE) - Miguel Santos (diretor interino)*;
- (Registro não encontrado na UFPE) - Edson Bandeira Magalhães de Mello*;
- (Registro não encontrado na UFPE) / 1983 - Humberto Costa Vasconcelos*;
- Mar 1983 / Jul 1987 - José Mário Austregésilo da Silva Lima;
- Jul 1987 / Dez 1991 - Vanda Lúcia Araújo Phaelante da Câmara Lima;
- Dez 1991 / Ago 1994 - José de Souza Pimentel;
- Ago 1994 / Ago 1997 - Silvio Romero Botelho Barreto Campello;
- Jul 1998 / Mar 2000 - Lucilo de Medeiros Dourado Varejão Neto;
- Abr 2000 / Nov 2009 - Paulo Jardel Cruz;
- Dez 2009 / Mar 2012 - Alexandre Ramos;
- Mar / Ago 2012 - Ascendino Flavio Dias e Silva;
- Ago / Nov 2012 - Carlos Maurício Pereira de Lima (diretor interino);
- Nov 2012 / até dias atuais - Luiz Lourenço.

Fonte: PROGEPE, SIGA e depoimentos em registro da História Oral*.



Prof. Manoel Caetano Queiroz de Andrade.
1º Diretor Geral da TV Universitária, Canal 11.

Fonte: PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº30/582.

L) Fotos dos entrevistados.



Anísio de Freitas Dourado
Brasileiro.



Damião Cristovam.



Giovanni Lira
Mastroianni.



José Mário Austregésilo.



Lenita Almeida Amaral.



Luiz Maranhão Filho



Maria de Jesus Baccarelli.



Otávio José Carneiro.



Silke Weber.

Fonte: ANGEIRAS, Maria Clara de A. Acervo pessoal fotos TVU. 09 fotografias. Fotos registradas durante a realização das entrevistas.



Entrevista realizada via Skype.

Vilma Maria Pereira Guimarães. Fonte: VILMA Guimarães. 01 fotografia, cor. In: <edeglobo.globo.com/globoeducacao/noticia/2011/09/projeto-travessia-muda-realidade-de-jovens-estudantes-de-pernambuco.html>. Acesso em: 11.09.2014.

M) Fotos da TVU década de 1960.



1967 – Construção TVU



1968 – Fachada TVU



1968 - Vista aérea TVU



22 de Novembro de 1968 – Inauguração



1968 - Inauguração UM



Equipe Toshiba e Prof. Manoel Caetano

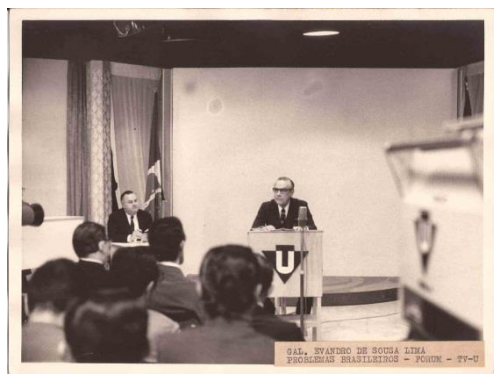
Fonte: TVU. Acervo TVU fotos inauguração. 06 fotografias.



Família Sakurai e Prof. Manoel Caetano.

Fonte: CRISTOVAM, Damião S.. Fotos acervo pessoal sobre TVU. 01 fotografia família Sakurai.

N) Fotos da TVU década de 1970.



Programa EPB.



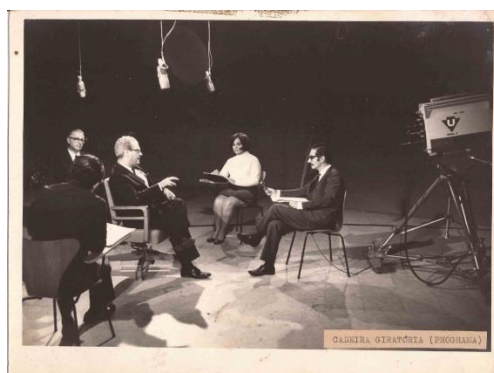
Programa EPB.



Fórum OEA.



Programa Sala de Visitas.



Programa Cadeira Giratória.



Programa Mesa Redonda.

Fonte: TVU. Acervo TVU fotos programas década 1970. 06 fotografias.



Equipe TVU. Fonte: CARNEIRO, Otávio J. M. Fotos acervo pessoal sobre TVU. 01 fotografia, equipe no switcher.



Teleposto.



Teleposto.



Teleposto.

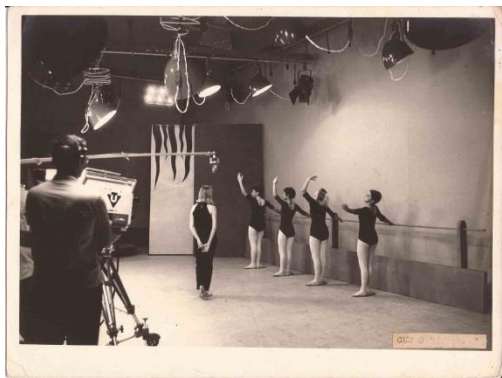


Teleposto.



Curso do Centro Multinacional de Tecnologia Educativa da OEA.

Fonte: TVU. Acervo TVU fotos telepostos, projeto OEA década 1970. 05 fotografias.



Curso de dança.



Programas Mundo das Artes.



Programa Mundo Infantil, Jornaleco.

Fonte: TVU. Acervo TVU fotos programas infantil e artes década 1970. 04 fotografias.



Cobertura Carnaval 1976. Damião Cristovam.

Fonte: CRISTOVAM, Damião S.. Foto acervo pessoal sobre TVU. 01 fotografia cobertura Carnaval.



Programa Em Cima do Lance.



Programa Esportes no 11.



Giovanni Mastroianni entrevista o Pres. Fifa Stanley Rous, intérprete o Prefeito do Recife Augusto Lucena..

Fonte: MASTROIANNI, Giovanni L. **Acervo pessoal fotos futebol TVU**. 03 fotografias.



Câmera da TVU, cobertura do futebol em PE. Cabine de transmissão, jogo futebol.

Fonte: PERNAMBUCO Imaginário – Programa 08, Recife, PE, TVU, 1998. Série de documentário do acervo TVU. (26':38"). Fita Betacam nº30/582. 02 fotografias (stills).



Programa Teleteatro: El Cid.



Programa Teleteatro: El Cid, Maria de Jesus Baccarelli contracena com José Pimentel.



Programa Teleteatro: El Cid, José Mário Austregésilo, à direita.



Programa Teleteatro: O Fantasma de Canterville.



Programa Teleteatro: Salomé.



Programa Teleteatro: O Ministro do Supremo.

Fonte: BACARRELLI, Maria de Jesus. Fotos acervo pessoal de teleteatro na TVU. 06 fotografias.

O) Fotos da TVU década de 1980.



Switcher – Central de produção TVU.



Equipe UM, em gravação externa.



Equipe UM, em gravação externa.



Programa Festas Juninas.

Fonte: TVU. Acervo TVU fotos década 1980. 04 fotografias.



Otávio Carneiro e câmera “Casadinho.”

Fonte: CARNEIRO, Otávio J. M. Foto acervo pessoal sobre TVU. 01 fotografia Otávio e “Casadinho.”

Foram localizadas pela nossa pesquisa 188 fotos, apresentamos aqui apenas uma pequena parte para fundamentação.

P) Regimento da Televisão e Rádio Universitária.

Vareze e Aposentadoria Compulsora
70 anos

CDU 378.4 (813.4) (05)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

1 — ATOS NORMATIVOS

ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SUPERIORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Conselho Universitário

Câmara de Assuntos Financeiros 169

Conselho Coordenador de Ensino e Pesquisa

Câmara de Admissão e Ensino Básico 169

REITORIA

Procuradoria e Assessoria Jurídica 171

Portarias Normativas 177

Normas para Execução de Convênios 188

2 — ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Bolsas de Estudo 189

EDITAIS

Faculdade de Medicina 189

Instituto de Letras 190

3 — ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

REITORIA

Despachos 191

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

Portarias de Pessoal 191

Apostilas 196

Diárias 169

Quinquênios 197

Salário-Família 197

4 — ASSUNTOS DISCIPLINARES

REITORIA

DEPARTAMENTO DO PESSOAL

Portarias de Pessoal 197

5 — ÍNDICE GERAL

B. of. Univ. Fed. Pe.	Recife	v. 7	n. 7	p. 169-202	5 abr. 1972
-----------------------	--------	------	------	------------	-------------

BOLETIM OFICIAL
DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Diretor — Marcionilo de Barros Lins
Coordenador — Ângela Dantas Reis

Editado, quinzenalmente, pelo Departamento de Administração da
Reitoria e impresso pela Editora Universitária

Enderço: Av. Prof. Moraes Rego
Edifício da Reitoria
Cidade Universitária — Engenho do Meio
Recife, Pernambuco, Brasil

Boletim oficial da Universidade Federal de Pernambuco
v. 1- n. 1- maio 1966- Recife, Departamento Administra-
tivo da Reitoria 1966-
v. 21 cm. quinzenal

Diretores: Agô- 1971- Marcionilo de Barros Lins
1. Universidades — Brasil — Pernambuco — Periódicos.

378.8105 (CDD 16 ed.)
378.4 (813.4) (05) CDU

UFPe.
BC 71-1430

B. of. Univ. Fed. Pe.	Recife	v. 7	n. 7	p. 169-202	5 abr. 1972
-----------------------	--------	------	------	------------	-------------

ORGAOS DEI
RES DA UNIV
PERNAMBUCO

Conselho Unive

Câmara de Ass

Em 29.02.1972.

RESO

Abi
da F

A Câmara
Conselho Un
Federal de Pe
buições que lh
tatuto da Univ

RESOLVE:

Art. 1º —
desta Univers
o crédito no

(4/1 Pró-Reito
Unidade — O
Escolar
(4/1.1 — Div

Class. Orç
Valor da
Este Crédi

Valor Alt

Art. 2º —
esta Resoluç
recadada pel
dicina (impr

Unidade — 2
na — D

Class. Or

Valor recolh
Este Crédito
Valor Altera

Este crédi
dos Process
(destinado a
dicina).

Em 07.03.72

R

B. of. Univ

Art. 3º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial, ficando revogadas as disposições em contrário.

Aprova, "ad-referendum" do Conselho Universitário, o Regimento da Televisão e Rádio Universitárias.

Nº 48 — O Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, itens I, XIX e XXIII, do Estatuto da Universidade,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica aprovado, "ad-referendum" do Conselho Universitário, o Regimento da Televisão e Rádio Universitárias, que com esta Portaria é baixado.

Art. 2º — Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial.

Art. 3º — Revogam-se as disposições em contrário.

REGIMENTO DA TELEVISÃO E RÁDIO UNIVERSITÁRIAS

Í N D I C E

DO ÓRGÃO E SUA FINALIDADE

Capítulo I — Do Órgão e sua Finalidade

Art. 1º e 2º

Capítulo II — Da Composição

Seção I — Da Composição — Art. 3º

Capítulo III — Das Atribuições

Subseção I — Do Conselho Técnico-Administrativo — Art. 4º

II — Da Diretoria — Art. 5º

III — Da Secretaria — Art. 6º

IV — Da Assessoria — Art. 7º

V — Da Divisão Técnica — Art. 8º

VI — Da Divisão Administrativa — Art. 9º

VII — Da Divisão de Produção — Art. 10, 11 e 12.

VIII — Da Divisão de Realização — Art. 13, 14 e 15

IX — Da Divisão de Rádio — Art. 16

X — Da Biblioteca Setorial — Art. 17

Capítulo IV — Das Disposições Transitórias e Finais

Art. 18, 19 e 20

CAPÍTULO I

DO ÓRGÃO E SUA FINALIDADE

Art. 1º — A Televisão e Rádio Universitárias constituem um Órgão Suplementar a serviço da Universidade na tarefa de cooperar na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, visando ao desenvolvimento regional e nacional.

Art. 2º — A Televisão e Rádio Universitárias têm por finalidade:

- responsabilizar-se pelo sistema de transmissão de televisão em circuito fechado, quando instalado na Universidade;
- transmitir solenidades realizadas no âmbito da Universidade bem como notícias breves sobre atividades oficiais, cívicas, culturais e científicas;
- transmitir atividades esportivas exclusivamente universitárias;
- participar de programas educativos segundo a orientação e coordenação da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários;
- transmitir regularmente programas culturais com a participação dos corpos docente e discente da Universidade;
- proporcionar estágios aos alunos desta Universidade;
- funcionar como laboratório para os corpos docente e discente da Universidade, em trabalhos relacionados com as atividades específicas do órgão.

Parágrafo Único — O tempo de emissão será ocupado exclusivamente pelas atividades consignadas neste artigo.

CAPÍTULO II

Seção I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º — A Televisão e Rádio Universitárias compõem-se dos seguintes órgãos:

I — Conselho Técnico-Administrativo

II — Diretoria, compreendendo:

- a) Secretaria;
- b) Assessoria;
- c) Biblioteca Setorial;
- d) Divisão Técnica, compreendendo:
 - Seção de Manutenção;
 - Seção de Operações, compreendendo:
- e) Divisão Administrativa, compreendendo:
 - Seção de Pessoal;
 - Seção de Material;
 - Seção de Contabilidade;
 - Seção de Serviços Gerais;
- f) Divisão de Produção, que compreende:
 - Seção de Ensino, compreendendo:
 - Setor de Pesquisa e Planejamento;
 - Setor de Controle e Avaliação;
 - Seção Cultural, assim constituída:
 - Setor de Música;
 - Setor de Cinema e Teatro;
 - Setor de Tele-Jornalismo;
 - Setor de Esportes.
- g) Divisão de Realização assim constituída:
 - Seção de Cenografia compreendendo:
 - Setor de Artes;

- Setor de Execução;
- Seção de Programação, compreendendo:
- Setor de Tráfego;
- Setor de Cinematografia;
- Setor de Sonoplastia;
- Setor de Fiscalização;
- Setor de Maquilagem e Guarda-Roupa.
- h) Divisão de Rádio, compreendendo:
 - Seção de Produção;
 - Seção de Operação;
 - Seção de Programação

CAPÍTULO III

DAS ATRIBUIÇÕES

Subseção I

DO CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 4º — O Conselho Técnico-Administrativo, órgão da administração superior, com atribuições deliberativas e consultivas para as questões técnicas, administrativas e financeiras, será constituído dos seguintes membros:

- a) Diretor ou seu substituto eventual como presidente;
- b) três a seis membros nomeados pelo Reitor, com mandato de três anos, podendo ser reconduzidos;
- c) um representante do corpo discente, com mandato de um ano.

§ 1º — Compete ao Conselho Técnico-Administrativo:

- a) aprovar os planos e programas do Órgão;
- b) julgar, recursos, interpostos das decisões do Diretor;
- c) aprovar o relatório anual do Diretor;
- d) emitir parecer sobre as consultas e

representações de ordem técnica, administrativa ou financeira que lhe sejam submetidas;

- e) propor ao Diretor a constituição de comissões especiais para o estudo de assuntos de interesse do Órgão;
- f) reunir-se ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, quando convocada pelo Diretor ou por maioria dos seus membros.

Subseção II

DA DIRETORIA

Art. 5º — A Televisão e Rádio Universitárias serão administradas por um Diretor Adjunto, designados pelo Reitor.

§ 1º — Compete ao Diretor:

- a) administrar o Órgão;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho Técnico-Administrativo;
- c) redistribuir o pessoal técnico e administrativo lotado no Órgão e efetuar as substituições que se fizerem necessárias;
- d) apresentar à Reitoria, nos prazos que forem fixados, os planos e programas do Órgão;
- e) manter estreita ligação com o Órgão da Reitoria a que está afeta a coordenação da Televisão e Rádio Universitárias;
- f) apresentar anualmente ao Reitor, até o dia 31 de janeiro, o relatório dos trabalhos do Órgão, após a sua aprovação pelo Conselho Técnico-Administrativo, sugerindo as providências necessárias à maior eficiência de suas atividades específicas;
- g) constituir comissões para o estudo de assuntos que interessem ao Órgão ou para a execução de projetos específicos;
- h) conceder férias ao pessoal, segundo a escala anualmente organizada;
- i) manter a ordem e a disciplina no Órgão, e aplicar o regime disciplinar segundo o que prescrevem o Estatuto e o Regimento da Universidade e a legislação específica;

- j) exercer a presidência das comissões de que participar;

- l) representar o Órgão;

- m) exercer as demais atribuições que lhe competem nos termos do Estatuto, do Regimento Geral e deste Regimento;

§ 2º — Ao Diretor Adjunto compete:

- a) substituir o Diretor nas suas faltas e impedimentos;
- b) coordenar e fiscalizar os serviços administrativos, consoante a orientação estabelecida pelo Diretor, especialmente no que se refere à observância de horários, execução de programas, emprego de recursos financeiros e fidelidade aos princípios firmados neste Regimento;

Subseção III

DA SECRETARIA

Art. 6º — Compete à Secretaria:

- a) receber, distribuir e controlar o andamento da correspondência;
- b) arquivar ordenadamente os documentos de trabalho e a correspondência do Órgão;
- c) responsabilizar-se pelos serviços de datilografia, taquigrafia e reprodução e distribuição de documentos relacionados com o Conselho Técnico-Administrativo e com a Diretoria;
- d) organizar e manter protocolo do Departamento e registrar a tramitação de papéis e processos;
- e) coleccionar e manter em boa ordem, para consulta fácil, leis, decretos, regulamentos, convênios, portarias, instruções, ordens de serviço, relatórios, publicações e demais documentos de interesse para o Órgão;
- f) desempenhar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

Subseção IV

DA ASSESSORIA

Art. 7º — Compete à Assessoria:

- a) realizar estudos, pesquisas e levanta-

mentos objetivando a elaboração de programas integrados à finalidade do Órgão;

- b) realizar avaliação e seleção dos objetivos gerais e parciais do Órgão;
- c) fazer revisão periódica dos programas de execução;
- d) realizar previsão, prevenção ou solução dos problemas técnicos e administrativos;
- e) assessorar a Diretoria na programação, coordenação e acompanhamento das atividades sob sua responsabilidade.

Subseção V

DA DIVISÃO TÉCNICA

Art. 8º — À Divisão Técnica compete:

- a) operar o equipamento técnico do Órgão e realizar sua manutenção;
- b) coordenar e fiscalizar as atividades técnicas do Órgão;
- c) responsabilizar-se pelos meios técnicos necessários à realização dos programas;
- d) executar ampliações técnicas necessárias;
- e) organizar cursos para aprimoramento do pessoal técnico;
- f) colaborar com a Assessoria do Órgão, sempre que se fizer necessário;
- g) fazer as suas previsões orçamentárias, bem como o controle da sua execução.

§ 1º — Compete à Seção de Manutenção:

- a) realizar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- b) responsabilizar-se pelas atividades da oficina mecânica;
- c) informar à Seção de Operações sobre qualquer problema técnico;
- d) fazer as previsões necessárias para conservar atualizado o estoque de material técnico;

e) sugerir à Divisão Técnica os níveis técnicos dos componentes da equipe sob a sua responsabilidade;

- f) organizar o quadro-horário-dia de manutenção dos equipamentos;
- g) propor a escala de férias, folgas de trabalho dos técnicos de manutenção

§ 2º — Compete à Seção de Operações:

- a) executar a parte operacional do Órgão;
- b) coordenar a operação técnica na execução dos trabalhos que lhe são afetos;
- c) sugerir o treinamento do pessoal do seu setor;
- d) cumprir e fazer cumprir as determinações da Supervisão Técnica;
- e) propor a escala de férias, folgas e trabalho dos operadores;
- f) zelar pela boa conservação dos equipamentos técnicos.

Subseção VI

DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Art. 9º — Compete à Divisão Administrativa:

- a) organizar, coordenar e supervisionar os trabalhos dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) racionalizar os custos operacional e de produção do Órgão;
- c) acompanhar e avaliar o desempenho das atividades administrativas do Órgão;
- d) responsabilizar-se pelo correto cumprimento das formalidades legais, regulamentares e normativas referentes ao exercício das atividades administrativas;
- e) manter constante ligação com os órgãos administrativos da Reitoria;
- f) visar os pedidos de compras.

§ 1º — Compete à Seção de Pessoal:

- a) executar a administração do pessoal,

dentro das normas reguladoras do assunto;

- b) manter permanente contato com o Departamento do Pessoal da Reitoria;
- c) responsabilizar-se pelos registros referentes ao pessoal em serviço no órgão, segundo orientação técnica do Departamento do Pessoal da Reitoria;
- d) estudar e informar os processos referentes a pessoal;
- e) manter registros estatísticos referentes ao pessoal;
- f) preparar os boletins de frequência, remetendo-os à Reitoria nos prazos fixados.

§ 2º — Compete à Seção de Material:

- a) receber o material adquirido ou fornecido pela Reitoria;
- b) responsabilizar-se pelo registro de todo o material distribuído ao órgão;
- c) organizar mapas mensais do material de consumo;
- d) fazer previsão do material de consumo necessário ao serviço;
- e) fornecer às diversas dependências o material de consumo segundo a tabela especialmente organizada para esse fim;
- f) responsabilizar-se pela guarda, conservação e registro do material em estoque no Almoxarifado;
- g) organizar os pedidos de material permanente e equipamentos solicitados pelas demais dependências;
- h) organizar os inventários do material;
- i) manter constante ligação com a Divisão de Material da Reitoria;
- j) preparar licitações;
- l) providenciar a compra de material de consumo de acordo com as ordens da Divisão Administrativa;
- m) receber o material adquirido e certificar seu recebimento, juntamente com um representante da Divisão Administrativa;

§ 3º — Compete à Seção de Contabilidade:

- a) executar a administração contábil do órgão;
- b) examinar, conferir, processar, registrar e encaminhar à Divisão Administrativa as contas apresentadas para pagamento;
- c) preencher o corpo dos empenhos de despesas que são controladas pela Divisão de Contabilidade da Reitoria;
- d) responsabilizar-se por recebimentos, pagamentos e guarda de dinheiro e valores;
- e) preparar cheques;
- f) manter registros e estatísticas dos recursos financeiros a cargo do órgão;
- g) processar ordens de pagamento;
- h) apresentar relatório anual de suas atividades;
- i) cumprir e fazer cumprir as determinações da Divisão Administrativa, vinculada às suas atribuições.

§ 4º — Compete à Seção de Serviços Gerais:

- a) responsabilizar-se pela execução dos serviços de portaria, recepção, segurança, limpeza, conservação das instalações, transporte e manutenção;
- b) solicitar à Divisão Administrativa os meios necessários ao cumprimento de suas atribuições;
- c) apresentar relatório de suas atividades sempre que solicitado.

Subseção VII

DA DIVISÃO DE PRODUÇÃO

Art. 10 — Compete à Divisão de Produção:

- a) coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) estabelecer planos de trabalho a curto, médio e longo prazos para as Seções Cultural e de Ensino;

B. of. Univ. Fed. Pe., Recife, 7 (7): 177-188, 5 abr. 1972

- e) visar as requisições dos produtores;
- d) visar as solicitações dos chefes das Seções subordinadas;
- e) controlar as escalas de gravação das suas Seções;
- f) coordenar a produção de aulas e de programas culturais;
- g) fazer relatórios semanais ao Diretor Adjunto das ocorrências da Divisão;
- h) fazer cumprir as determinações referentes ao prazo da entrega dos "scripts";
- i) zelar pela disciplina de seu pessoal;
- j) organizar a escala de trabalho, férias e folgas;
- l) determinar as mudanças necessárias nas equipes de produção das Seções;
- m) reunir semanalmente os Diretores das Seções para discutir e solucionar seus problemas e obter melhor produtividade;
- n) fornecer dados precisos à Divisão de Realização, para levantamento de custos de produção;
- o) iniciar os trabalhos de produção somente após a aprovação dos custos pela Diretoria;
- p) enviar à Diretoria com justificativa, reestudo de questões que forem julgadas prejudiciais ao bom andamento da produção;
- q) tomar providências quanto a programas especiais de execução imediata;
- r) desempenhar outras atribuições que lhe sejam dadas pela Diretoria.

Art. 11 — Compete à Seção Cultural:

- a) cumprir e fazer cumprir as determinações da Divisão de Produção;
- b) sugerir à Divisão de Produção esquemas, estilo e estrutura de programas culturais que devem fazer parte da programação;
- c) sugerir à Divisão contatos com a Reitoria, as Unidades de Ensino e Pesqui-

sa da Universidade e instituições que forem fornecer subsídios para a programação cultural;

- d) sugerir e examinar "scripts" dos programas culturais, propondo as modificações que se tornarem necessárias;
- e) estimular a pesquisa em função da produção;
- f) solicitar à Divisão de Produção gravações dos programas, quando necessários;
- g) supervisionar os ensaios;
- h) observar o tempo previsto pela Divisão de Produção para entrega dos "scripts";
- i) enviar ao Controle do Serviço de Censura os "scripts", com a devida antecedência;
- j) enviar à Divisão de Produção as requisições do material do Almoxarifado, de cenografia, de arte, etc.;
- l) estabelecer normas de trabalho para os Setores subordinados;
- m) discutir e aprovar a pauta apresentada pelos Setores subordinados;
- n) manter permanente contato com a Divisão de Desenvolvimento Cultural da Reitoria, para fins de coordenação.

§ 1º — Compete ao Setor de Música:

- a) planejar e submeter os planos de trabalho à Seção Cultural;
- b) executar a programação musical;
- c) assessorar a Seção Cultural em tudo quanto diz respeito à parte musical;
- d) pesquisar material visual e sonoro para os programas sob sua responsabilidade;
- e) estudar todos os assuntos musicais a cargo da Seção Cultural;
- f) requisitar aos setores competentes pessoal e material necessários à boa produção musical;
- g) encaminhar à Seção Cultural relatórios de todas as ocorrências na área do Setor;

- h) fazer pesquisas necessárias à adaptação de recursos áudio-visuais aos programas;
- i) realizar gravações internas ou externas, conforme determinação da Seção Cultural;
- j) cumprir as atribuições determinadas pela Seção Cultural.

§ 2º — Compete ao Setor de Cinema e Teatro:

- a) assessorar a Seção Cultural em todos os assuntos referentes à sua área de atuação;
- b) organizar os planos de trabalho da Seção;
- c) coordenar as atividades do Setor com os demais setores, visando à sua realização;
- d) supervisionar os trabalhos de maquiagem e guarda-roupa das peças teatrais;
- e) encaminhar textos à Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, através da Seção Cultural;
- f) fazer levantamento do custo e produção das peças que deverão ser encenadas, e encaminhá-las à Divisão através da Seção Cultural;
- g) solicitar à Divisão de Produção os meios necessários à execução dos programas;
- h) responsabilizar-se pelas filmagens autorizadas pela Seção;
- i) responsabilizar-se pelas atividades da Filмотeca;
- j) responsabilizar-se pelo acervo e arquivo de "slides";
- l) sugerir à Seção Cultural programas relacionados com a vida da Universidade, mantendo, para isso, constante ligação com a Reitoria e as Unidades de Ensino e Pesquisa;
- m) cumprir as normas e determinações superiores;

§ 3º — Compete ao Setor de Tele-Jornalismo:

- a) assessorar a Seção Cultural em todos os assuntos relacionados com o jornalismo;
- b) organizar planos semanais de trabalho;
- c) pesquisar e programar prioritariamente assuntos relacionados com as atividades da Universidade Federal de Pernambuco;
- d) sugerir debates, entrevistas e reportagens sobre os assuntos relacionados com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a participação dos corpos discente e docente da Universidade;

§ 4º — Compete ao Setor de Esportes:

- a) assessorar a Seção Cultural em todos os assuntos relacionados com esportes;
- b) organizar planos semanais de trabalho;
- c) dar cobertura a atividades esportivas exclusivamente universitárias.

Art. 12 — Compete à Seção de Ensino:

- a) sugerir à Divisão contatos com órgãos responsáveis pelo planejamento, aprovação e execução de cursos;
- b) realizar pesquisas e elaborar a programação curricular do Órgão, segundo o parecer da Assessoria;
- c) elaborar ou supervisionar a elaboração do conteúdo das aulas;
- d) supervisionar o conteúdo didático dos "scripts";
- e) orientar os meios auxiliares necessários aos cursos;
- f) reestruturar os cursos, conforme os resultados da avaliação permanente;
- g) supervisionar os trabalhos dos telepostos;
- h) proporcionar aos monitores condições de aperfeiçoamento profissional, através de treinamento;
- i) manter ligações com o Departamento de Integração Comunitária da Reitoria, no sentido de dar cumprimento aos seus programas.

B. of. Univ. Fed. Pe., Recife, 7 (7): 177-188, 5 abr. 1972

§ 2º — Compete ao Setor de Pesquisa e Planejamento:

- a) elaborar projetos de cursos e de sua complementação;
- b) controlar o cronograma de execução de projetos;
- c) elaborar pesquisas e análises;

§ 3º — Compete ao Setor de Avaliação:

- a) controlar a recepção da programação curricular;
- b) realizar a avaliação de resultados;
- c) sugerir a reformulação dos projetos.

Subseção VIII

DA DIVISÃO DE REALIZAÇÃO

Art. 13 — Compete à Divisão de Realização:

- a) coordenar todos os assuntos ligados à realização dos programas;
- b) responsabilizar-se pela avaliação dos custos de todos os programas;
- c) sugerir métodos e processos para simplificação das tarefas, na fase de realização;
- d) registrar todas as ocorrências relacionadas direta ou indiretamente com a execução dos trabalhos;
- e) organizar, orientar, fiscalizar e racionalizar a distribuição de tarefas entre seu pessoal;
- f) racionalizar as despesas de produção e realização, seguindo o plano orçamentário estabelecido pela Diretoria;
- g) estimular e orientar as equipes no aprimoramento dos métodos de comunicação;
- h) realizar reuniões frequentes com o pessoal subordinado, para apreciar, discutir e solucionar os problemas de seus setores;
- i) adotar métodos mais racionais na utilização do material, visando a obter resultados cada vez mais econômicos;

j) supervisionar a execução da maquiagem, som, luz, música e cores;

l) apresentar relatórios periódicos das atividades da Divisão;

m) cumprir outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

Art. 14 — Compete à Seção de Cenografia:

- a) atender todas as solicitações da Divisão de Produção e da Divisão de Realização;
- b) sugerir às Seções de Ensino e Cultural, através da Divisão de Realização, utilização mais racional dos meios, para conseguir-se boa produção;
- c) desenvolver a criatividade como seu principal instrumento de trabalho;
- d) planejar esquemas visuais que atendam às finalidades das Seções de Ensino e Cultural;
- e) responsabilizar-se pela confecção de cenários;
- f) responsabilizar-se pela obtenção de móveis para as cenas;
- g) solicitar material de cenografia à Divisão Administrativa, através da Divisão de Realização;
- h) organizar a previsão anual de despesas;
- i) calcular e registrar os custos dos programas no que se refere a cenários;
- j) responsabilizar-se pela confecção de material de apoio;
- l) responsabilizar-se pelas atividades da contra-regra.

§ 1º — Compete ao Setor de Arte:

- a) assessorar a Seção de Cenografia em sua área de especialização;
- b) manter o arquivo de desenhos, maquetes e placas de decoração;
- c) desenvolver a criatividade no sentido de aperfeiçoar e inovar os métodos do trabalho e sua apresentação;
- d) solicitar à Seção de Cenografia os

meios necessários à execução de suas tarefas;

- e) desempenhar outras atribuições que lhe forem confiadas pela Seção de Cenografia.

§ 2º — Compete ao Setor de Execução:

- a) executar os serviços de carpintaria, montagem e pintura;
- b) solicitar à Seção de Cenografia os meios necessários à execução dos trabalhos da Seção;
- c) desempenhar outras atribuições que lhe forem confiadas.

Art. 15 — Compete à Seção de Programação:

- a) analisar a colocação dos programas culturais e de faixa curricular na programação da emissora;
- b) pesquisar o alcance da programação e sua penetração no público a que é especificamente dirigido, encaminhando os resultados à Divisão de Realizações;
- c) elaborar as tabelas de serviço e dos roteiros de programação, encaminhando-as à Divisão de Realizações para aprovação;
- d) controlar as solicitações de filmagens de interesse do Órgão, obedecidas as finalidades definidas no Art. 2º;
- e) coordenar os trabalhos dos Setores subordinados;
- f) assessorar a Divisão de Realizações em todos os assuntos relacionados com a programação;
- g) coordenar os trabalhos dos assistentes de estúdio, suites, coordenadores da programação e pessoal de serviço interno do seu setor;
- h) apresentar relatórios periódicos das atividades da Seção;
- i) ter sob sua responsabilidade os locutores-apresentadores, "suites", coordenadores de programação, assistentes de estúdio e programadores;

§ 1º — Ao Setor de Tráfego compete:

- a) receber e distribuir: requisições diversas, confecções de apostilas, "scripts", roteiros e ordens de serviço;
- b) responsabilizar-se pelas operações de datilografia e reprodução para as Seções;
- c) encarregar-se do serviço de estafetas, para entrega de correspondência;
- d) controlar o tráfego de "tapes" e filmes vindo de órgãos externos

§ 2º — Ao Setor de Cinematografia compete:

- a) executar as filmagens programadas;
- b) confeccionar "slides";
- c) zelar pela filмотeca de reportagens;
- d) colaborar com a filmagem da Divisão Cultural;
- e) atender solicitações do Setor de Teatro e Cinema;

§ 3º — Ao Setor de Sonoplastia compete:

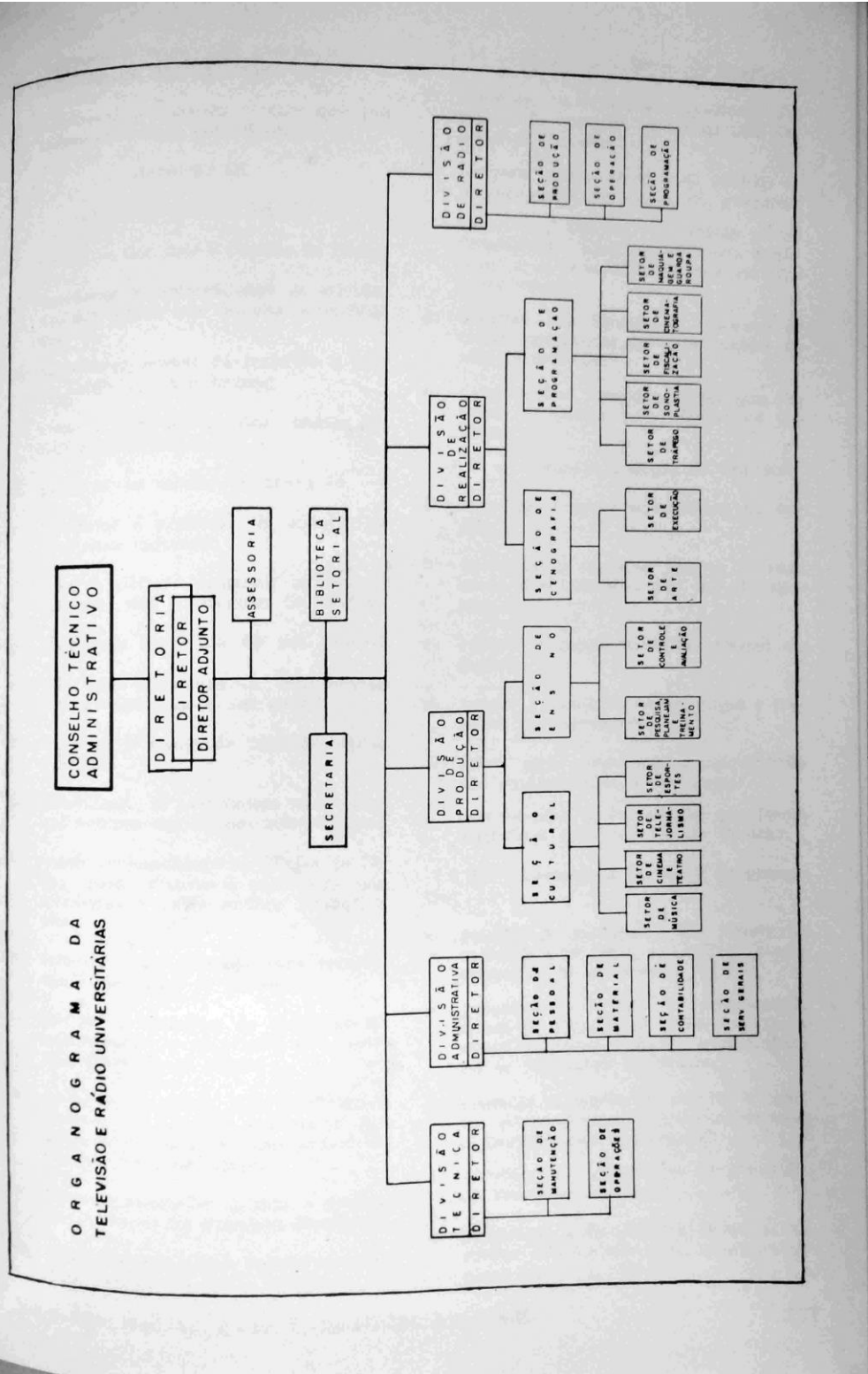
- a) receber e executar as tarefas solicitadas através de requisições;
- b) sugerir a compra de discos e fitas, de acordo com as necessidades do Setor;
- c) executar o trabalho de gravação para dublagem, quando solicitado;
- d) executar trabalhos de efeitos especiais, quando solicitado;
- e) sugerir, através da Seção de Programação, efeitos especiais à Divisão de Realização.

§ 4º — Ao Setor de Fiscalização compete:

- a) executar fiscalização e emitir relatórios sobre as ocorrências diárias do Órgão;
- b) desempenhar outras tarefas que forem atribuídas pela Seção.

§ 5º — Ao Setor de Maquilagem e Guarda-Roupa compete:

- a) executar os serviços de costura e maquilagem;



- b) responsabilizar-se pela guarda e conservação do guarda-roupa;
- c) desempenhar outras tarefas que lhe forem atribuídas pela Seção.

Subseção IX

DA DIVISÃO DE RÁDIO

Art. 16 — Compete à Divisão de Rádio:

- a) coordenar e supervisionar as atividades dos órgãos que lhe são subordinados;
- b) estabelecer planos de trabalho a curto, médio e longo prazos;
- c) visar as solicitações dos chefes das Seções subordinadas;
- d) controlar as escalas de gravação;
- e) coordenar a produção de aulas e de programas culturais;
- f) fazer relatórios semanais ao Diretor Adjunto das ocorrências da Divisão;
- g) zelar pela disciplina do seu pessoal;
- h) zelar pela segurança e manutenção dos equipamentos a seu cargo;
- i) organizar a escala de trabalho, férias e folgas;
- j) determinar as mudanças necessárias nas equipes das Seções subordinadas;
- l) reunir semanalmente os Chefes de Seção para discutir e solucionar seus problemas e obter melhor produtividade;
- m) fornecer dados precisos para levantamento de custos de produção;
- n) iniciar os trabalhos de produção somente após a aprovação dos custos pela Diretoria do Órgão;
- o) enviar à Diretoria, com justificativa, reestudo de questões que forem julgadas prejudiciais ao bom andamento dos serviços a seu cargo;
- p) tomar providências quanto a programas especiais de execução imediata;
- q) desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pela Diretoria.

§ 1º — Compete à Seção de Produção:

- a) elaborar a produção constante dos planos de trabalho aprovados pelo Diretor da Divisão;
- b) cooperar com o Diretor da Divisão no levantamento de custos de produção;
- c) sugerir ao Diretor da Divisão providências que visam a melhorar a qualidade e a produtividade dos serviços a seu cargo;
- d) solicitar ao Diretor da Divisão os meios necessários ao desempenho de suas atribuições;
- e) desempenhar outras tarefas que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Divisão;

§ 2º — Compete à Seção de Operação:

- a) executar a parte operacional do Órgão;
- b) coordenar a operação técnica na execução dos trabalhos que lhe são afetos;
- c) sugerir o treinamento do pessoal da Seção;
- d) propor a escala de férias, folgas e trabalho dos operadores;
- e) zelar pela segurança e conservação dos equipamentos a seu cargo;
- f) desempenhar outras tarefas que forem atribuídas pelo Diretor da Divisão;

§ 3º — Compete à Seção de Programação:

- a) analisar a colocação dos programas culturais e da faixa curricular na programação da emissora;
- b) pesquisar o alcance da programação e sua penetração no público a que é especificamente dirigido, encaminhando os resultados à Divisão;
- c) elaborar as tabelas de serviço e roteiros de programação, encaminhando-os à Divisão para aprovação;
- d) controlar as solicitações de gravações de interesse do Órgão;
- e) assessorar a Divisão em todos os assuntos relacionados com a programação;

- f) apresentar relatórios periódicos das atividades da Seção;
- g) ter sob sua responsabilidade os locutores, coordenadores de programação, programadores e outros técnicos da Seção;
- h) desempenhar outras tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Diretor da Divisão.

Subseção X

DA BIBLIOTECA SETORIAL

Art. 17 — Compete à Biblioteca Setorial:

- a) cumprir as diretrizes estabelecidas pela Biblioteca Central;
- b) cooperar com a Biblioteca Central na seleção do material bibliográfico e áudio-visual a ser adquirido por compra, doação ou permuta;
- c) conservar e definir o material bibliográfico e áudio-visual sob sua guarda;
- d) atender ao público relativamente à consulta de livros e publicações sob

sua guarda, atendidas as normas e os procedimentos estabelecidos pela Biblioteca Central.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 18 — O Diretor baixará, dentro de trinta dias a contar da data de entrada em vigor deste Regimento, ato normativo definindo as atribuições do pessoal que lhe está subordinado.

Art. 19 — O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial desta Universidade.

Art. 20 — Revogam-se as disposições em contrário.

Normas para execução de Convênio

É o seguinte, o modelo de contrato para prestação de serviço, sem vínculo empregatício, em decorrência de convênios celebrados com esta Universidade, a que se refere o item IV, n. 6, da Portaria Normativa n. 13 de 21.9.71, publicado no B. of. Univ. Fed. Pe., 6 (18): 345, 20 out. 1971.

MINUTA

CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM DECORRÊNCIA DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO E SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO.

Pelo presente instrumento particular de contrato, brasileiro, professor universitário, residente nesta cidade, na qualidade de executor do convênio n.º, celebrado entre a Universidade Federal de Pernambuco e a devidamente autorizado pelo Conselho Universitário, em reunião realizada em de de 1971, a seguir denominado simplesmente CONTRATANTE, e brasileiro, residente nesta cidade, a seguir denominado simplesmente CONTRATADO, têm justo e contratado, na conformidade da Portaria Normativa n.º 13 de 21.9.71 do Magnífico Reitor da U.F.Pe., publicada no Boletim Oficial n.º 18 e demais normas aplicáveis à prestação de serviços, em caráter eventual, sem vínculo empregatício, o seguinte:

1º — Obriga-se o CONTRATADO a prestar serviço, no cumprimento do programa de trabalho, estabelecido pelo convênio supramencionado, obedecendo à orientação e chefia do CONTRATANTE a quem compete distribuir os trabalhos, atendendo à especialização e aptidões de cada um.

2º — O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO, pelos serviços prestados, a quantia mensal de Cr\$. (.....)

pelo prazo de meses, a contar de de de 197....., correndo tais despesas pela verba do convênio acima referido, ficando este contrato estritamente vinculado à existência do citado convênio.

3º — Fica expressamente entendido que o CONTRATADO prestará serviços como devendo prestar horas semanais de serviço.

4º — O presente contrato visa exclusivamente à execução do programa de trabalho, constante do convênio, serviço de caráter eventual, retribuído mediante recibo, previsto pelo Decreto lei nº 200/67, no seu artigo 111, não configurando vínculo empregatício e nem acarretando compromisso da Administração perante a legislação trabalhista e de previdência social, segundo dispõe o Decreto nº 67.561, de 12 de novembro de 1970.

5º — Todas as questões oriundas do presente contrato serão dirimidas no foro do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro.

6º — A despesa decorrente deste contrato correrá à conta da verba do CONVÊNIO não podendo, em hipótese alguma, ser realizada por dotação classificada na rubrica PESSOAL, estando o mesmo contrato estritamente vinculado à existência do CONVÊNIO.

E, por estarem, assim, justos e contratados, foi lavrado o presente instrumento particular de contrato em cinco (5) vias mimeografadas de um só lado, devidamente assinado pelas partes contratantes e duas (2) testemunhas a tudo presentes.

Recife,

2. — ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE PESQUISAS E PÓS-GRADUAÇÃO

Bolsas de Estudo

Pernambuco (CONDEPE)

O Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), está oferecendo bolsas para elaboração de teses de Pós-Graduação, uma vez que os temas sejam de interesse para o desenvolvimento do Estado.

EDITAIS

Faculdade de Medicina

Seleção para Auxiliar de Ensino da Disciplina Fisiologia do II Departamento — Fisiologia e Farmacologia.

De ordem do Sr. Dr. Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco, Professor Arthur Barreto Coutinho, devidamente autorizado pelo Conselho Departamental, em sessão do dia 23 de dezembro de 1971, científico aos interessados que estão abertas, na Secretaria desta Faculdade, a partir da

data da publicação deste Bol. Oficial da Universidade Federal de Pernambuco, e pelo prazo de 60 (sessenta) dias, as inscrições para a seleção de auxiliares de ensino para o II Departamento — Fisiologia e Farmacologia, Disciplina Fisiologia.

A referida seleção obedecerá ao que, a respeito, dispõe o art. 206 e respectivos itens do Regimento Geral da Universidade Federal de Pernambuco, podendo inscrever-se graduados de cursos superiores no qual se incluía a Disciplina Fisiologia.

A seleção compreenderá duas fases:

1 — Análise do histórico escolar e apreciação de referências fundamentais de professores e orientadores da Instituição em que haja o candidato realizado o seu curso, bem como dos títulos de que dispuser.

2 — Prova escrita compreendendo explanação teórica e relatório de expediente realizado pelo candidato sobre ponto sorteado do programa constante deste edital.

A contratação dos candidatos aprovados dependerá de disponibilidade de va-

Q) Logomarcas da TVU



Logomarca 1968 – década de 1970.



Logomarca 1986 – décadas de 1980 e 1990.



Logomarca 2000.



Logomarca 2015.

Fonte: TVU. Núcleo de TV e Rádios Universitárias – Acervo de programas de TV, Recife, 2015, Logomarcas [04].